

'15

RELATÓRIO & CONTAS

RELATÓRIO & CONTAS 2015

1 O GRUPO SONAECOM

- 1.1. Identificação sumária do grupo
- 1.2. Principais desenvolvimentos corporativos em 2015
- 1.3. Proposta de aplicação de resultados

2 O NEGÓCIO DA SONAECOM

- 2.1. Evolução do Negócio em 2015
- 2.2. Resultados Telecomunicações em 2015
- 2.3. Resultados Tecnologia em 2015
- 2.4. Resultados Média em 2015
- 2.5. Resultados Individuais da Sonaecom em 2015

3 O MERCADO DE CAPITAIS

- 3.1. O mercado em 2015
- 3.2. Evolução do preço da ação em 2015
- 3.3. Estrutura acionista e ações próprias

4 GOVERNO DA SOCIEDADE

Parte I – Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade

Parte II – Avaliação do Governo Societário

Anexo I

Anexo II

Anexo III

5 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6 DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

7 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

8 RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO
& CONTAS
2015

1

o GRUPO SONAE COM

1.1. Identificação sumária
do grupo

1.2. Principais desenvolvimentos
corporativos em 2015

1.3. Proposta de aplicação
de resultados



1.1. Identificação sumária do grupo

Criada em 1994 e admitida à negociação no Euronext Lisbon em 2000, a Sonaecom é a sub-holding do Grupo Sonae para as áreas de Tecnologia, Media e Telecomunicações.

A sua carteira de negócios inclui a área de *Software and Technology*, com a Sonae Investment Management (anteriormente denominada Sonae com - Sistemas de Informação – “SSI”), a área de *Online & Media*, onde se enquadram negócios como o “Público”, jornal diário generalista com mais de 25 anos de existência em Portugal e, a área das Telecomunicações, onde detém uma participação relevante no Grupo NOS, o qual constitui, destacadamente, o principal ativo do seu portefólio.

A Sonaecom detém uma participação de 50% na ZOPT, SGPS, S.A., a qual, por sua vez, detém 50,01% do capital social da NOS, SGPS, S.A. (NOS). Adicionalmente, a Sonaecom detém ainda uma participação direta de 2,14% no capital da NOS.

1.1.1. Sobre a Sonaecom

Missão

A Sonaecom é uma empresa orientada para o crescimento, criando um ambiente de eleição para o desenvolvimento do potencial dos melhores profissionais.

A Sonaecom procura, de uma forma determinada, criar consistentemente produtos, serviços e soluções inovadores que satisfaçam integralmente as necessidades dos seus mercados e gerem valor económico superior.

1.1.2. Os nossos valores

Ética e Confiança

Temos como compromisso fundamental a criação de valor económico baseado em princípios de ética e desenvolvimento sustentável, num horizonte de longo prazo e assente em relações de confiança com as nossas partes interessadas.

As pessoas no centro do nosso sucesso

Promovemos o desenvolvimento das capacidades e competências de cada um, através dos desafios constantes, da predisposição para a mudança e do trabalho em equipa.

Acreditamos que tudo isto, suportado numa cultura interna que promove a meritocracia, é crucial para a atração, retenção e desenvolvimento de colaboradores de elevada capacidade e potencial.

Ambição

É a nossa força orientadora, corporizada no contínuo estabelecimento de metas que, mantendo constante a atitude resiliente e corajosa da organização, estimulam e desafiam as nossas competências e acrescentam valor aos nossos clientes.

Inovação

Está na essência e na origem dos nossos negócios. Quebramos de forma sistemática com o convencional e temos a capacidade de surpreender o mercado.

Acreditamos que a aprendizagem também se faz pelo erro e pelos insucessos, estando conscientes, no entanto, da importância de saber balancear este fator dentro dos padrões regulares de risco.

Responsabilidade Social

Temos um sentido de responsabilidade social ativo de contribuição para a melhoria da sociedade em que nos inserimos, com forte preocupação ambiental e de desenvolvimento do conhecimento humano.

Frugalidade e eficiência

Valorizamos a eficiência e a competição saudável, procurando otimizar a utilização dos nossos recursos e maximizar o seu retorno.

Cooperação e independência

Adotamos uma posição de independência e autonomia em relação aos poderes central e local, mas sempre com abertura e predisposição para cooperar com os governos, com o objetivo de melhorar o quadro regulamentar, legislativo e social.



1.2. Principais desenvolvimentos corporativos em 2015

Assembleia Geral de Acionistas

Em 20 de abril de 2015, no decorrer da Assembleia Geral Anual da empresa, os Senhores Acionistas aprovaram todas as propostas em agenda, conforme segue:

1. Discutir e aprovar o Relatório de Gestão, Balanço e Contas, Individuais e Consolidadas relativos ao exercício de 2014;
2. Aprovação da afetação do Resultado Líquido relativo ao exercício de 2014;
3. Avaliação dos órgãos de administração e fiscalização da Empresa;
4. Aprovar a alteração do artigo 33º do Pacto Social da Sociedade, que passará a incluir a possibilidade de uma percentagem não superior a 5% dos resultados líquidos do exercício poder ser destinada a remuneração dos administradores e gratificação dos trabalhadores da sociedade.
5. Discussão e aprovação da declaração de política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade e dos seus Dirigentes, bem como o Plano de Atribuição de Ações e respetivo regulamento ("Plano de Incentivo de Médio Prazo" ou "MTIP") a ser aplicado pela Comissão de Vencimentos;
6. Autorização da aquisição e alienação de ações próprias até ao limite legal de 10%;
7. Autorização da aquisição ou detenção de ações representativas do capital da sociedade por sociedades dela dependentes, nos termos do disposto no artigo 325.º B do Código das Sociedades Comerciais.

Reforço de 17.80% do capital da S21Sec

Durante o ano de 2015, a Sonaecom, através da sua subsidiária Sonaecom – Cyber Security and Intelligence, S.G.P.S., S.A. reforçou a sua participação no capital social da S21Sec, passando de 60% para 77,80%.

1.3. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido relativo às contas individuais, no montante de 34.389.062,32 euros seja aplicado como segue:

- i) Reserva Legal, no montante de 1.719.453,12 euros;
- ii) Distribuição pelos acionistas, no montante de 18.057.722,15 euros;
- iii) Transferência dos restantes 14.611.887,05 euros para a rubrica de "Outras Reservas".

Considerando que não é possível determinar com exatidão o número de ações próprias que estará em carteira à data do pagamento das propostas acima referidas sem limitar a capacidade de intervenção da sociedade, esclarece-se que:

- i) A cada ação emitida corresponderá um dividendo líquido de 0,058 euros;
- ii) O montante correspondente às ações que, no dia do pagamento do montante acima referido, pertencerem à própria sociedade (calculado com base no mencionado montante unitário de 0,058 euros líquidos por ação emitida), não será distribuído pelos acionistas, ficando registado em Outras Reservas.

RELATÓRIO
& CONTAS
2015

2

O NEGÓCIO DA SONAECOM

2.1. Evolução do negócio em 2015

2.2. Resultados Telecomunicações
em 2015

2.3. Resultados Tecnologia em 2015

2.4. Resultados Media em 2015

2.5. Resultados Individuais da
Sonaecom em 2015

2.1. Evolução do negócio em 2015

2.1.1. Resultados Consolidados Sonaecom

Os resultados da Sonaecom foram impactados positivamente pela performance da área de Telecomunicações, com uma participação de 50% na ZOPT – consolidada através do Método de Equivalência Patrimonial – e que por sua vez detém uma participação de 50,01% na NOS. Em 2015, esta operação viu a sua posição competitiva reforçada com um crescimento operacional muito forte em todos os serviços e mercados relevantes e melhoria das tendências financeiras, sustentados pelo aumento do investimento comercial e de rede.

Na área de Tecnologia, a estrutura foi fortalecida com o objetivo de reforçar o portefólio através de aquisições. Apesar de não terem ocorrido transações no ano anterior, foram analisados mais de 1.200 alvos potenciais, com mais de 250 empresas avaliadas, alimentando um *pipeline* que, no final do ano, contava com 32 processos ativos, abrindo assim uma perspetiva promissora para o ano de 2016.

Volume de Negócios

Em 2015, o Volume de Negócios consolidado alcançou 129,5 milhões de euros, aumentando 5,9% face a 2014, ou 0,8% excluindo o contributo da S21Sec¹.

Este desempenho foi consequência do aumento de 7,0% das Receitas de Serviço, mas também de um aumento de 3,6% das Vendas de Equipamento. Excluindo o contributo da S21Sec, as Receitas de Serviço aumentaram 0,2%.

Custos Operacionais

Os Custos Operacionais ascenderam a 128,2 milhões de euros, 9,1% acima do valor registado em 2014. O nível de Custos com Pessoal aumentou 15,4%, devido a um acréscimo no número médio de colaboradores desde a consolidação da S21Sec. Os Custos Comerciais aumentaram 5,9%, para 35,8 milhões de euros, impulsionados pelo aumento do Custo das Mercadorias Vendidas na área de Tecnologia, em linha com a evolução das Vendas de Equipamento. Quanto aos Outros Custos Operacionais, a evolução é maioritariamente explicada pelos Custos de *Outsourcing* e pelos Gastos Gerais e Administrativos da S21Sec.

EBITDA

O EBITDA total atingiu 21,5 milhões de euros, 40,7% abaixo do valor alcançado em 2014, justificado pelo contributo das operações descontinuadas e pelos custos de reestruturação na área de Media, no valor de 1,8 milhões de euros. A linha do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), que é particularmente influenciada pelo contributo da ZOPT que, por sua vez, depende do Resultado Líquido da NOS, cresceu 13,3%. No que diz respeito ao EBITDA do portefólio, este alcançou 5,4 milhões de euros, 29,5% abaixo do valor registado em 2014, correspondendo a uma margem de 4,2%, face a 6,3% em 2014, mas com uma melhoria significativa de 33,9% face ao último trimestre. Excluindo o contributo da S21Sec, o EBITDA do portefólio diminuiu 16,5%.

Resultado Líquido

O EBIT da Sonaecom diminuiu 63,3% para 10,7 milhões de euros, explicado pelo menor valor do EBITDA e pelo mais elevado valor das depreciações.

Os Resultados Financeiros atingiram um valor de 24,8 milhões de euros em 2015, influenciados positivamente pelo ajustamento ao justo valor da participação direta na NOS, que tem por base o preço de mercado e que resultou num valor de 22,1 milhões de euros, e pelos correspondentes dividendos recebidos, no valor de 1,5 milhões de euros. Em 2014, este ajustamento ao justo valor foi negativo em 3,1 milhões de euros e os dividendos recebidos ascenderam a 1,3 milhões de euros.

O EBT da Sonaecom aumentou para 35,4 milhões de euros, sendo este acréscimo explicado pelo desempenho ao nível dos Resultados Financeiros.

O Resultado Líquido atribuível ao Grupo fixou-se nos 34,6 milhões de euros, valor que compara com 28,0 milhões de euros obtidos em 2014.

CAPEX Operacional

O CAPEX Operacional aumentou de 6,9 milhões de euros para 8,6 milhões de euros, representando 6,6% do Volume de Negócios, 1,0 p.p. acima de 2014.

Estrutura de Capital

A posição de *cash* diminuiu 1,1 milhões de euros desde dezembro de 2014 totalizando 169,1 milhões de euros.

¹ A S21Sec foi adquirida em julho de 2014 e consolidada na Sonaecom desde agosto de 2014.

2.1.2. Demonstração de Resultados Consolidados da Sonaecom

Milhões de euros

DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS	4T14	4T15	Δ 15/14	3T15	q.o.q.	2014	2015	Δ 15/14
Volume de Negócios	32,1	29,8	-7,2%	32,6	-8,4%	122,3	129,5	5,9%
Receitas de Serviço	22,7	21,9	-3,7%	21,2	3,4%	83,7	89,5	7,0%
Vendas de Equipamento	9,4	7,9	-15,6%	11,4	-30,3%	38,6	40,0	3,6%
Outras Receitas	0,6	1,1	81,1%	0,5	114,5%	2,9	2,4	-17,9%
Custos Operacionais	29,9	30,8	2,9%	31,6	-2,8%	117,5	128,2	9,1%
Custos com Pessoal	11,9	14,0	17,4%	12,5	12,3%	44,4	51,3	15,4%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	7,5	6,8	-8,7%	10,3	-34,0%	33,8	35,8	5,9%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	10,5	9,9	-5,5%	8,8	12,2%	39,3	41,2	4,8%
EBITDA	2,3	1,7	-28,0%	7,1	-76,5%	36,3	21,5	-40,7%
EBITDA do portefólio ⁽³⁾	2,8	1,9	-32,5%	1,4	33,9%	7,7	5,4	-29,5%
Itens não recorrentes	0,0	-1,8	-	0,0	-	0,0	-1,8	-
MEP ⁽⁴⁾	-0,5	1,5	-	5,6	-73,4%	15,7	17,8	13,3%
Unidades descontinuadas ⁽⁵⁾	0,0	0,0	-	0,0	-	12,9	0,0	-100,0%
Margem EBITDA do portefólio (%)	8,9%	6,4%	-2,4pp	4,4%	2,0pp	6,3%	4,2%	-2,1pp
Depreciações e Amortizações	2,3	5,2	127,1%	1,9	172,0%	7,1	10,8	51,2%
EBIT	0,0	-3,6	-	5,1	-	29,1	10,7	-63,3%
Resultados Financeiros	4,6	-0,5	-	1,8	-	-1,3	24,8	-
Proveitos Financeiros	0,4	-2,0	-	2,9	-	4,4	25,6	-
Custos Financeiros	-4,2	-1,5	64,3%	1,1	-	5,7	0,9	-84,7%
EBT	4,6	-4,1	-	6,9	-	27,8	35,4	27,5%
Impostos	-0,3	-1,8	-	-0,4	-	-0,7	-2,3	-
Resultado Líquido	4,3	-5,8	-	6,5	-	27,1	33,2	22,3%
Atribuível ao Grupo	4,9	-5,7	-	6,8	-	28,0	34,6	23,8%
Atribuível a Interesses Sem Controlo	-0,6	-0,2	76,1%	-0,3	48,6%	-0,9	-1,5	-69,3%

(1) Custos Comerciais = Custo das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Inclui os negócios integralmente consolidados pela Sonaecom; (4) Inclui a participação de 50% na Unipress, a participação de 45% na SIRS, a participação de 50% na S21Sec ciberseguridad, a participação de 50% na Big Data e a participação de 50% na ZOPT; (5) Inclui o contributo da Mainroad até ao momento da sua venda bem como a mais-valia gerada na operação;

2.1.3. Balanço Consolidado da Sonaecom

Milhões de euros

BALANÇO CONSOLIDADO	4T14 (R)	4T15	Δ 15/14	3T15	q.o.q.	2014 (R)	2015	Δ 15/14
Total Ativo Líquido	1.090,4	1.092,7	0,2%	1.114,3	-1,9%	1.090,4	1.092,7	0,2%
Ativo Não Corrente	787,5	773,6	-1,8%	792,5	-2,4%	787,5	773,6	-1,8%
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	28,3	28,9	2,2%	29,1	-0,9%	28,3	28,9	2,2%
Goodwill	28,7	26,9	-6,4%	29,3	-8,3%	28,7	26,9	-6,4%
Investimentos	723,2	711,5	-1,6%	725,6	-2,0%	723,2	711,5	-1,6%
Impostos Diferidos Ativos	6,8	6,1	-10,8%	8,2	-25,2%	6,8	6,1	-10,8%
Outros	0,5	0,3	-44,9%	0,3	-2,3%	0,5	0,3	-44,9%
Ativo Corrente	302,9	319,0	5,3%	321,8	-0,9%	302,9	319,0	5,3%
Clientes	40,0	40,1	0,3%	34,4	16,6%	40,0	40,1	0,3%
Liquidez	182,0	181,1	-0,5%	181,9	-0,4%	182,0	181,1	-0,5%
Outros	80,9	97,8	20,9%	105,5	-7,3%	80,9	97,8	20,9%
Capital Próprio	1.018,5	1.025,2	0,7%	1.046,7	-2,1%	1.018,5	1.025,2	0,7%
Atribuível ao Grupo	1.019,1	1.026,9	0,8%	1.048,2	-2,0%	1.019,1	1.026,9	0,8%
Interesses Sem Controlo	-0,6	-1,7	-170,0%	-1,5	-14,2%	-0,6	-1,7	-170,0%
Total Passivo	72,0	67,5	-6,3%	67,6	-0,2%	72,0	67,5	-6,3%
Passivo Não Corrente	13,2	15,0	13,9%	14,5	3,9%	13,2	15,0	13,9%
Empréstimos Bancários	9,1	8,6	-5,5%	9,1	-5,7%	9,1	8,6	-5,5%
Provisões para Outros Riscos e Encargos	2,6	4,2	64,0%	3,4	24,6%	2,6	4,2	64,0%
Outros	1,6	2,2	43,3%	2,0	11,8%	1,6	2,2	43,3%
Passivo Corrente	58,8	52,4	-10,8%	53,1	-1,3%	58,8	52,4	-10,8%
Empréstimos	2,0	2,2	9,6%	2,1	4,9%	2,0	2,2	9,6%
Fornecedores	21,6	19,0	-11,9%	17,3	9,6%	21,6	19,0	-11,9%
Outros	35,2	31,3	-11,2%	33,7	-7,3%	35,2	31,3	-11,2%
CAPEX Operacional ⁽¹⁾	2,2	2,5	14,3%	1,8	33,7%	6,9	8,6	25,0%
CAPEX Operacional como % Vol. Negócios	6,7%	8,3%	1,6pp	5,7%	2,6pp	5,6%	6,6%	1,0pp
CAPEX Total	2,2	2,5	14,3%	1,8	33,7%	12,5	8,6	-31,2%
EBITDA de portefólio-CAPEX Operacional	0,7	-0,5	-	-0,4	-32,9%	0,8	-3,2	-
Dívida Bruta	11,8	12,1	2,1%	12,3	-2,4%	11,8	12,1	2,1%
Dívida Líquida	-170,2	-169,1	0,7%	-169,6	0,3%	-170,2	-169,1	0,7%

(1) CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros.

(R) No âmbito do Regime Especial de Regularizações de Dívidas ao Fisco e Segurança Social (Dec. Lei nº 248-A de 2002 e Dec. Lei nº 151-A/2013), a Sonae e a Sonaecom efetuaram pagamentos ao Estado relativos a liquidações adicionais de impostos de exercícios anteriores, em relação às quais, à data dos referidos pagamentos, ambas as empresas tinham já interposto as correspondentes impugnações judiciais, encontrando-se os processos a correr termos nos tribunais competentes. Os referidos pagamentos voluntários foram reconhecidos no ativo, de acordo com o "IAS 12 - Impostos sobre o rendimento". No entanto, no âmbito da verificação das contas de 2012, a CMVM discordou da interpretação da Sonae, tendo solicitado a correção retrospectiva das demonstrações financeiras, argumentando que os pagamentos efetuados relativos a outros impostos que não IRC se enquadram como ativos contingentes. Embora não concordando com a posição da CMVM, a Sonae, e por coerência, a Sonaecom efetuaram a reexpressão das demonstrações financeiras, sendo que o impacto desta alteração é nulo na demonstração dos resultados e imaterial na demonstração da posição financeira.

2.1.4. FCF Consolidado da Sonaecom

Milhões de euros

FREE CASH FLOW ALAVANCADO	4T14	4T15	Δ 15/14	3T15	q.o.q.	2014	2015	Δ 15/14
EBITDA do portfólio -CAPEX Operacional	0,7	-0,5	-	-0,4	-32,9%	0,8	-3,2	-
Varição de Fundo de Maneio	5,4	0,9	-82,4%	-1,4	-	1,0	-1,7	-
Items não Monetários e Outros	-1,4	-0,7	49,2%	-0,1	-	1,4	2,0	45,5%
Cash Flow Operacional	4,7	-0,3	-	-1,9	83,8%	3,1	-2,8	-
Investimentos	0,0	0,0	-	0,0	-	7,7	0,0	-100,0%
Dividendos	0,0	0,0	-	8,5	-100,0%	8,6	17,4	100,8%
Resultados Financeiros	0,0	0,9	-	-0,9	-	-0,3	1,8	-
Impostos	-0,1	-0,9	-	-1,1	20,8%	-1,1	-2,7	-139,1%
FCF⁽¹⁾	4,6	-0,2	-	4,6	-	18,1	13,6	-24,8%

(1) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos;

2.2. Resultados Telecomunicações em 2015

As Receitas Operacionais da NOS registaram 1 444,3 milhões de euros em 2015, um crescimento de 4,4% face a 2014.

O EBITDA alcançou 533,1 milhões de euros, um aumento de 4,4% face a 2014, representando uma margem EBITDA de 36,9%.

Em 2015, o CAPEX Recorrente atingiu 297,3 milhões de euros, um aumento de 7,8% quando comparado com 2014. Como consequência da evolução do EBITDA e do CAPEX, o EBITDA-CAPEX Recorrente aumentou 0,5%.

O rácio da Dívida Financeira Líquida face ao EBITDA foi de 2,0x no final de 2015 e a maturidade média da dívida alcançou os 3,6 anos.

A NOS publicou os resultados de 2015 em 29 de fevereiro de 2016, disponíveis em www.nos.pt.

Durante o ano de 2015, a cotação da ação da NOS valorizou 38,4%, de €5,236 para €7,246, que compara com uma valorização de 10,7% do PSI20.

Indicadores Operacionais

Indicadores Operacionais ('000)	4T14	4T15	Δ 15/14	3T15	q.o.q.	2014	2015	Δ 15/14
RGUs Totais	7 610,5	8 443,8	10,9%	8 257,3	2,3%	7 610,5	8 443,8	10,9%
RGUs Convergentes	1 853,3	2 853,7	54,0%	2 665,0	7,1%	1 853,3	2 853,7	54,0%
Subscritores IRIS	693,6	865,0	24,7%	825,1	4,8%	693,6	865,0	24,7%
Subscritores 3,4 and 5P	851,6	968,4	13,7%	936,7	3,4%	851,6	968,4	13,7%

Indicadores Financeiros

Milhões de euros

DESTAQUES NOS	4T14	4T15	Δ 15/14	3T15	q.o.q.	2014	2015	Δ 15/14
Volume de Negócios	353,8	376,4	6,4%	367,9	2,3%	1383,9	1444,3	4,4%
EBITDA	113,5	123,3	8,6%	143,5	-14,1%	510,5	533,1	4,4%
Margem EBITDA (%)	32,1%	32,7%	+0,7pp	39,0%	-6,2 pp	36,9%	36,9%	-0,0pp
Resultado Líquido	12,3	9,2	-25,1%	26,2	-64,9%	74,7	82,7	10,7%
CAPEX	142,5	113,7	-20,2%	97,9	16,1%	374,4	408,3	9,0%
EBITDA-CAPEX	-29,0	9,6	-	45,6	-79,0%	136,1	124,9	-8,3%
CAPEX Recorrente	83,2	79,7	-4,1%	77,1	3,5%	275,8	297,3	7,8%
EBITDA-CAPEX Recorrente	30,3	43,5	43,4%	66,4	-34,4%	234,7	235,8	0,5%

2.3. Resultados Tecnologia em 2015



A área de Tecnologia tem prosseguido a sua estratégia de gestão ativa de portefólio, com o objetivo de se reforçar como referência tecnológica à escala internacional, em áreas selecionadas do setor IT, através de crescimento orgânico e não orgânico.

Esta área é atualmente composta por quatro empresas do setor IT/IS. As quatro empresas geraram cerca de 54,0% das suas receitas fora do mercado Português, estando 44% do total de 888 colaboradores localizados fora de Portugal.

A **WeDo Technologies**, líder mundial no mercado de *enterprise business assurance software*, continuou a expandir a sua presença internacional. A empresa colabora com algumas das principais companhias mundiais *blue chip* dos setores de retalho, energia e financeiro, assim como com mais de 190 operadores de telecomunicações de mais de 90 países.

Durante o ano, quer a Strategist (Frost & Sullivan), quer a Analysys Mason, nomearam a WeDo respectivamente como líder mundial na área de *Financial Assurance* (que engloba: *Revenue Assurance*, *Fraud Management* e *Margin Assurance*) e como líder mundial no mercado de *software de Revenue Assurance* e *Fraud Management* para Telecomunicações.

Em fevereiro de 2015, a WeDo lançou a *major release* do novo software RAID Telecom no Mobile World Congress, em Barcelona. Em maio de 2015, a WeDo organizou o seu primeiro evento *Enterprise Business Assurance Summit* e o 10º evento anual *Worldwide User Group*, contando com mais de 400 participantes dos segmentos de Telecomunicações, Retalho, *Utilities*, Saúde e Financeiro, de mais de 45 países.

Em julho de 2015, a WeDo anunciou o lançamento do *Shape Telecom*, um *software* projetado para fornecer dados avançados às operadoras, para que possam determinar com mais precisão os custos e a rentabilidade dos clientes, planos e serviços. A nova tecnologia também aprofunda o conhecimento sobre a base de clientes, ajudando a determinar a eficácia das campanhas de *marketing*, aumentando consequentemente a fidelização e rentabilidade de clientes. Durante o 2S15 foi angariado o primeiro cliente para este novo produto na América do Norte.

Em outubro de 2015, a WeDo organizou também a sua primeira conferência regional em Washington DC, tendo contado com a presença de mais de 17 operadoras e 75 delegados.

De salientar também que, durante o ano de 2015, a base de produtos instalados cresceu 16% e a empresa adquiriu oito novos clientes de telecomunicações (2 nos EUA, 1 no Qatar, 1 no Azerbaijão, 1 no Chile, 1 no Perú, 1 na Argentina e 1 em Itália) e dois novos clientes em outros verticais, um no setor da energia e um no setor da saúde. No final de 2015, 76,6% do seu volume de negócios foi gerado no mercado internacional e mais de 10% fora do segmento das telecomunicações.

A **S21Sec** é líder multinacional em cibersegurança, exclusivamente focada em fornecer serviços e tecnologias de segurança. A empresa, desde a sua fundação, cresceu através do constante investimento em inovação e atualmente trabalha com uma carteira de clientes global, mantendo as suas equipas em Espanha, Portugal, México e Reino Unido e mantendo uma rede de parceiros selecionados que garantem suporte local e ponto de contacto em mercados chave.

A S21Sec esteve entre as primeiras empresas do mundo a identificar o *Dridex* (*malware* do sistema bancário) e a compreender a natureza sofisticada da sua organização, infraestrutura e procedimentos, tendo sido um elemento chave na colaboração com os órgãos responsáveis pela aplicação da lei, como a Europol, NCA, Guardia Civil e o FBI, entre outras. A S21Sec foi também altamente proativa com a comunidade financeira. Como exemplo, a S21Sec partilhou o conhecimento gerado nas investigações com bancos, através de foruns realizados em países europeus como Portugal, Espanha, França e Reino Unido, onde o *Dridex* teve especial impacto. Além disto e na continuação do apoio à estratégia anti-fraude, especialmente no espaço das máquinas ATM, a S21Sec continuou a ser *key voice* em vários fóruns da América Latina, incluindo o XVII Congresso Nacional de Segurança em Punta Cana e no evento ATEFI, no Panamá. Durante o 4T15, a S21Sec anunciou a descoberta da nova versão do *malware URL zone*, o qual afectou as instituições financeiras Espanholas.

Com o objectivo de continuar a promover a sua marca, a S21Sec participou como oradora e como patrocinadora do primeiro Congresso de eCrime que decorreu em Madrid. Adicionalmente, e com o objectivo de atrair talento, a S21Sec participou no Cybercamp, o maior evento organizado pela INCIBE (instituto nacional de cibersegurança em Espanha). Em Portugal, a S21Sec acordou a sua colaboração com a seguradora MDS. 2015 foi também marcado pelo fecho do primeiro projeto MOOC (*Massive Open Online Courses*), sobre *cybersecurity*, com a INCIBE, com a assinatura de um memorando de entendimento com a Europol, pelo reconhecimento como *elite partner* da McAfee e pelo recente trabalho de *expertise* efetuado com o DYRE (atualmente o *malware* bancário mais ativo) e com o *Ransomware Mobile* (um *malware* que restringe o acesso ao sistema infetado e exige o pagamento de um resgate ao seu criador para que essa restrição seja removida).

A **Saphety** é uma empresa que disponibiliza soluções para otimização de processos de negócios, com uma posição relevante na faturação eletrónica e em soluções de *EDI* (*Electronic Data Interchange*), assim como na sincronização de dados de informação para as organizações mundiais da GS1. O ano de 2015 foi marcado por uma melhoria significativa nas vendas e na rentabilidade, juntamente com uma boa atividade comercial: 195 novos clientes e alguns importantes contratos, incluindo Oi, no Brasil, GS1 Egypt, Essilor, Sodecia, Cimpor, Quinta do Lago, Calzedonia, Laboratórios Vitória, Associação Nacional de Farmácias, ESPAP (Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública) e Surunai, na Malásia. A carteira de clientes da Saphety conta atualmente com mais de 8.200 clientes e 120.000 utilizadores em cerca de 20 países. Adicionalmente, é de salientar, neste período, o crescimento das receitas internacionais face a 2014, representando mais de 30,0% do total do Volume de Negócios. Também relevante, o facto da solução *SyncCode* da Saphety, usada pelas organizações mundiais da GS1 como uma solução de sincronização de dados, ter sido certificada pela GDSN, o que significa que todas as novas normas internacionais definidas pelo regulador estão abrangidas.

A Bizdirect é uma empresa tecnológica que se posiciona como um *player* de referência na comercialização de soluções de IT, na gestão de contratos corporativos e na integração de soluções empresariais sobre a tecnologia Microsoft. A melhoria registada no mercado no investimento em equipamento de IT e *software*, aliada ao desempenho positivo na nova área de soluções, permitiu à Bizdirect aumentar o seu Volume de Negócios em 8,7% em 2015. O Centro de Competências lançado em Viseu, criado para dar resposta ao crescimento da procura nas áreas de CRM (*customer relationship management*) e ECM (*enterprise content management*), aumentou o número de projetos entregues e está a aumentar a sua notoriedade no mercado europeu, onde trabalha atualmente com 14 clientes em 8 países. As receitas internacionais representam 11,0% do total do Volume de Negócios em 2015.

2.3.1. Indicadores Financeiros

Milhões de euros

TECNOLOGIA - DEM. RESULTADOS	4T14	4T15	Δ 15/14	3T15	q.o.q.	2014	2015	Δ 15/14
Volume de Negócios	27,8	26,2	-5,8%	29,1	-10,0%	106,3	114,8	8,1%
Receitas de Serviço	20,8	20,4	-1,7%	20,0	2,0%	77,3	83,8	8,4%
Vendas de Equipamento	7,1	5,8	-18,0%	9,1	-36,4%	29,0	31,0	7,2%
Outras Receitas	0,5	1,0	112,5%	0,3	-	2,0	1,9	-4,9%
Custos Operacionais	24,8	23,7	-4,5%	27,1	-12,6%	96,5	106,8	10,7%
Custos com Pessoal	9,3	9,4	1,4%	9,9	-4,2%	33,9	38,9	14,7%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	6,2	5,6	-8,6%	9,4	-39,8%	28,7	31,5	9,6%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	9,3	8,6	-7,8%	7,8	9,4%	33,9	36,4	7,6%
EBITDA	3,5	3,5	1,8%	2,3	52,6%	17,6	9,7	-44,7%
EBITDA do portefólio ⁽³⁾	3,5	3,5	0,4%	2,4	48,9%	11,7	9,9	-15,6%
Unidades descontinuadas ⁽⁴⁾	0,0	0,0	-	0,0	-	5,9	0,0	-100,0%
Margem EBITDA (%)	12,7%	13,5%	0,8pp	8,2%	5,3pp	11,0%	8,6%	-2,4pp
CAPEX Operacional ⁽⁵⁾	1,8	2,3	29,0%	1,6	43,7%	5,9	7,5	27,1%
CAPEX Operacional como % Vol. Negócios	6,5%	8,9%	2,4pp	5,6%	3,3pp	5,6%	6,6%	1,0pp
EBITDA do portefólio-CAPEX Operacional	1,7	1,2	-29,5%	0,8	59,9%	5,8	2,3	-59,5%
CAPEX Total	1,8	2,3	29,0%	1,6	43,7%	6,0	7,5	25,5%

(1) Custos Comerciais = Custo das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Inclui os negócios integralmente consolidados na SSI; (4) Inclui o contributo da Mainroad até ao momento da sua venda e a mais-valia gerada na operação; (5) CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros;

Volume de Negócios

O Volume de Negócios continuou a beneficiar da expansão internacional das empresas, tendo crescido 8,1% entre 2014 e 2015, registando 114,8 milhões de euros. As Receitas de Serviço aumentaram 8,4%, atingindo 83,8 milhões de euros. As Vendas de Equipamento aumentaram 7,2%, totalizando 31,0 milhões de euros.

Excluindo a contribuição da S21Sec até julho de 2015, o Volume de Negócios aumentou 2,1% e as Receitas de Serviço aumentaram 1,1%.

Custos Operacionais

Os Custos Operacionais aumentaram 10,7%, alcançando 106,8 milhões de euros, em virtude do maior nível de Custos Comerciais, do aumento de Custos com Pessoal e do aumento de Outros Custos Operacionais. Os Custos com Pessoal aumentaram 14,7% devido ao crescimento do número de colaboradores, essencialmente da S21Sec. Quando comparado com 2014, o nível de Custos Comerciais aumentou 9,6%, para 31,5 milhões de euros, devido ao maior Custo das Mercadorias Vendidas, em linha com as maiores Vendas de Equipamento. Os Outros Custos Operacionais aumentaram 7,6%, devido ao alargamento do portefólio.

EBITDA

O EBITDA total diminuiu 44,7%, justificado pelas operações descontinuadas em 2014 mas também pelo decréscimo do EBITDA do portefólio.

Em 2015, o EBITDA do portefólio atingiu 9,9 milhões de euros, diminuindo 15,6% face a 2014, alcançando uma margem de 8,6%, mas mostrando uma tendência crescente no 4T15, 48,9% acima do 3T15, com uma margem de 13,5%. Quando comparado com o ano anterior, o EBITDA do 4T15 manteve-se em linha mas com uma margem mais elevada.

Excluindo o contributo da S21Sec, em 2015 o EBITDA diminuiu 5,1% e alcançou uma margem de 10,2%.

EBITDA do portefólio-CAPEX Operacional

Como consequência do menor nível de EBITDA do portefólio e do maior nível do CAPEX, o EBITDA do portefólio-CAPEX Operacional situou-se nos 2,3 milhões de euros, diminuindo quando comparado com 2014.

2.4. Resultados Media em 2015

Durante o primeiro semestre do ano, o Público conseguiu melhorar o EBITDA e fazer crescer ligeiramente as suas receitas. No entanto, a tendência negativa das receitas de publicidade e circulação *offline*, juntamente com o plano de reestruturação implementado no final do ano, originaram uma evolução negativa do Volume de Negócios e do EBITDA em 2015.

O Volume de Negócios atingiu 15,0 milhões de euros, representando uma diminuição quando comparado com 2014 mas com melhoria da performance das receitas de publicidade *online* e conteúdos. O EBITDA, excluindo os custos de reestruturação de 1,8 milhões de euros, foi negativo em 3,3 milhões de euros.

Mais uma vez, este ano foi marcado por algumas conquistas importantes:

- celebração do 25º aniversário do Público;
- boa performance em termos de circulação (o Público foi o jornal generalista diário que apresentou maior crescimento em circulação total, de acordo com a APCT);
- 14 prémios de jornalismo, fotografia e design, destacando-se a menção honrosa na categoria de melhor *website* de notícias da European Digital Media Awards, superado apenas pelo The Guardian;
- reforço da presença do Público no mercado internacional, principalmente no Brasil, através da co-organização de alguns eventos com a Globo e parcerias de conteúdos com a UOL e a Livraria Cultura.

2.5. Resultados Individuais da Sonaecom em 2015

2.5.1. Indicadores Operacionais

Os Resultados individuais da Sonaecom SGPS para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2015 e 2014, podem ser resumidos como segue:

Milhões de euros	2014	2015	D	%
Receitas de Serviço	0,3	0,3	0,0	11%
Custos Operacionais (1)	2,5	1,9	(0,5)	-21%
EBITDA	(2,0)	(1,4)	0,6	32%
EBIT	(2,0)	(1,4)	0,6	32%
Dividendos Recenidos	8,6	17,4	8,8	102%
Actividade Financeira Líquida	2,5	1,7	(0,8)	-31%
Outros Resultados Financeiros	(3,6)	16,3	19,9	547%
EBT	5,4	33,9	28,6	531%
Resultado Líquido	5,8	34,4	28,6	491%

⁽¹⁾ Excluindo Depreciações, amortizações e provisões.

A 31 de dezembro de 2015, a Sonaecom SGPS tinha 3 administradores (os mesmos do ano anterior).

Receitas de Serviço

As Receitas de Serviço totalizaram 0,3 milhões de euros, em linha com o ano passado, e respeitam essencialmente a serviços de gestão prestados às suas subsidiárias.

Custos Operacionais

O montante de custos operacionais (excluindo depreciações, amortizações e provisões) ascendeu a 1,9 milhões de euros, que comparam com os 2,5 milhões de euros de 2014.

EBITDA

O EBITDA foi negativo em 1,4 milhões de euros (negativo em 2,0 milhões de euros em 2014). A melhoria face ao ano anterior é maioritariamente justificado pela redução dos custos operacionais.

Dividendos

Em 2015, a Sonaecom SGPS recebeu dividendos da NOS, SGPS, S.A. ,no montante de 1,5 milhões de euros, e da ZOPT, no montante de 15,8 milhões de euros. Em 2014, a Sonaecom SGPS recebeu 1,3 milhões de euros de dividendos da NOS, SGPS, SA. e 7,3 milhões de euros de dividendos da ZOPT.

Actividade Financeira Líquida

A atividade financeira líquida (juros recebidos menos juros pagos) foi positiva de 1,7 milhões de euros, que compara com 2,5 milhões de euros de 2014.

Outros Resultados Financeiros

Os outros resultados financeiros foram positivos de 16,3 milhões de euros, quase totalmente justificados pelos 22,1 milhões de euros de ganhos decorrentes do justo valor das ações representativas de 2,14% do capital social da NOS SGPS, SA , SGPS, S.A., parcialmente anulados pela imparidade de 6,6milhões de euros reconhecida nos investimentos financeiros. Em 2014, o ajustamento do justo valor representou um valor negativo de 3,1 milhões de euros.

Resultado Líquido

O resultado líquido do exercício foi positivo de 34,4 milhões de euros, maioritariamente justificado pelos dividendos recebidos e pelos outros resultados financeiros.

No resultado do exercício encontra-se já refletido o montante de 57.191 euros, destinado a uma parte da remuneração variável de curto prazo dos administradores executivos, na modalidade de distribuição de lucros do exercício, nos termos do n.º 2 do art.º 31.º dos Estatutos e sob proposta da Comissão de Vencimentos, a quem compete a concretização da política de remuneração aprovada na Assembleia Geral de 29 de abril de 2016.

2.5.2. Indicadores Financeiros

A tabela seguinte sumariza os movimentos de liquidez mais significativos que ocorreram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Alterações na liquidez da Sonaecom SGPS	Milhões de euros
Liquidez a 31 de Dezembro de 2014	176,9
Caixa e Depósitos Bancários	0,2
Aplicações de tesouraria	176,7
Bancária	176,7
Subsidiárias	0,0
Variação da Dívida Bruta Nominal	(0,1)
Dívida Externa	(0,1)
Aplicações de tesouraria de subsidiárias	0,0
Suprimentos e Prestações acessórias concedidas	(3,3)
Dividendos pagos	(13,8)
Free Cash Flow	19,7
Juros pagos	(0,6)
Juros recebidos	3,4
Dividendos recebidos	17,4
Free cash flow operacional e outros	(0,5)
Liquidez a 31 de Dezembro de 2015	179,4
Caixa e Depósitos Bancários	22,8
Aplicações de tesouraria	156,7
Bancária	155,4
Subsidiárias	1,3

Durante o exercício de 2015, a liquidez da Sonaecom SGPS aumentou 2,5 milhões de euros para os 179,4 milhões de euros devido aos seguintes movimentos:

- (i) O FCF foi positivo de 19,7 milhões de euros (incluindo dividendos de 17,4 milhões de euros da NOS e da ZOPT);
- (ii) Os empréstimos concedidos às subsidiárias diminuíram 0,1 milhões de euros;

mas

- (iii) O pagamento de dividendos ascendeu a 13,8 milhões de euros;
- (iv) As prestações acessórias aplicadas nas subsidiárias aumentaram 3,4 milhões de euros;
- (v) A Dívida Externa diminuiu 0,1 milhões de euros.

3

O MERCADO DE CAPITAIS

3.1. O mercado em 2015

A Sonaecom está cotada na bolsa de valores portuguesa - Euronext Lisbon – desde junho de 2000, com o símbolo SNC. Na tabela seguinte são apresentadas as principais estatísticas relativas ao desempenho das ações da Sonaecom em 2015.

Ações da Sonaecom no mercado de valores em 2015

Mercado de Capitais	Euronext Lisbon
Símbolo	SNC
ISIN	PTSNCOAM0006
Código Bloomberg	SNC PL Equity
Código Reuters	SNC.LS
Número de ações cotadas	311 340 037
Capital Social	230 391 627
Preço por ação no último dia de dezembro (em euros)	2.070
Preço por ação - máximo (em euros)	2.300
Preço por ação - mínimo (em euros)	1.410
Volume de transações médio diário em 2015 (em nº ações)	47 445
Volume de transações médio diário em 2014 (em nº ações)	192 806
Capitalização bolsista no último dia de dezembro (em euros)	644 473 877

Performance do Mercado

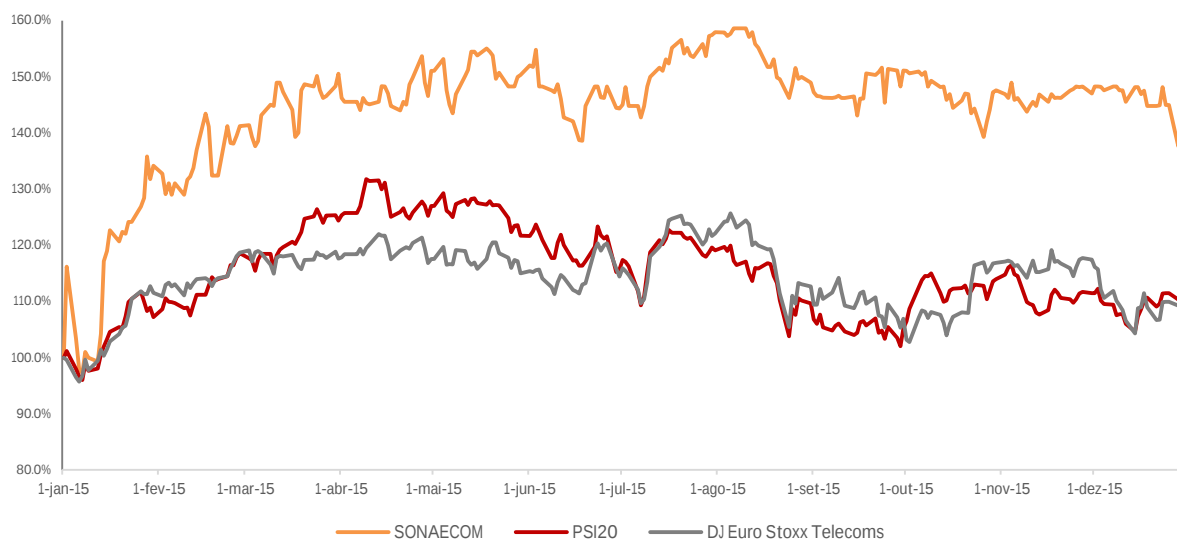


Gráfico 1 – Performance da Sonaecom vs PSI-20 e DJ Euro Stoxx Telecoms em 2015

No final de 2015, as ações da Sonaecom alcançaram o valor de 2,070 euros por ação, 42,8% acima da cotação de fecho de 1,450 euros por ação, em 31 de dezembro de 2014. A cotação atingiu um máximo de 2,300 euros por ação, a 6 de agosto de 2015, e um mínimo de 1,140 euros por ação, a 7 de janeiro de 2015.

No que respeita ao mercado português, o PSI-20 terminou o ano de 2015 com 5.313,17 pontos, o que reflete uma variação positiva de 10,7% face ao final de 2014. O índice europeu do mercado de telecomunicações, DJ Euro Stoxx Telecoms, terminou o ano de 2015 com um aumento de 9,9%.

No final de 2015, a capitalização bolsista da Sonaecom situava-se em cerca de 644 milhões de euros. O volume médio de transações diárias atingiu 47 mil ações, o que corresponde a uma diminuição de 75,4% face a 2014 (193 mil ações).

3.2. Evolução do preço da ação em 2015

Desempenho das ações da Sonaecom

A cotação dos títulos da Sonaecom aumentou 42,8% entre 2014 e 2015.

Consideramos provável que as ações da Sonaecom tenham sido influenciadas, ao longo do ano, pelos eventos que de seguida se listam:

- 6 de março de 2015: publicação dos resultados consolidados da Sonaecom respeitantes ao ano de 2014;
- 20 de abril de 2015: Informações sobre as decisões aprovadas na Assembleia Geral de acionistas, decorrida no mesmo dia;
- 5 de maio de 2015: Informação sobre o pagamento de dividendos do exercício de 2014;
- 7 de maio de 2015: publicação dos resultados consolidados da Sonaecom respeitantes ao primeiro trimestre de 2015;
- 30 de julho de 2015: publicação dos resultados consolidados da Sonaecom respeitantes ao primeiro semestre de 2015;
- 5 de novembro de 2015: publicação dos resultados consolidados da Sonaecom respeitantes aos primeiros nove meses de 2015;

3.3. Estrutura acionista e ações próprias

De acordo com o Código de Valores Mobiliários, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários deverá ser notificada de participações equivalentes ou superiores aos limiares de 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 33,33%, 50%, 66,67% e 90% da totalidade do capital social, devendo o mercado de capitais ser também informado das mesmas. Esta informação também é exigível para participações que se tornem inferiores às percentagens referidas.

Estrutura acionista simplificada da Sonaecom

Acionista	Número de ações detidas	% Participação a 31 dez. 2015
Sonae - SGPS, S.A.	275 086 083	88.36%
Ações Próprias	5 571 014	1.52%
Free Float	30 682 940	9.86%

A Sonae – SGPS, S.A. (Sonae) é o maior acionista da Sonaecom, detendo uma participação de 88,36% na Sonaecom, equivalente a 89,97% dos seus direitos de voto. A Sonae é um grupo multinacional português, líder de mercado no setor alimentar e em formatos de retalho especializado, com duas parcerias *core*: centros comerciais e telecomunicações. Em 31 de dezembro de 2015, o *free float* (% de ações não detidas ou controladas pelos acionistas com participações qualificadas e excluindo as ações próprias) situou-se em aproximadamente 9,86%.

Durante o exercício de 2015, a Sonaecom não adquiriu nem alienou ações próprias.

RELATÓRIO
& CONTAS
2015

4

GOVERNO DA SOCIEDADE

Parte I Estrutura Acionista,
Organização e Governo
da Sociedade

Parte II Avaliação do Governo
Societário

Anexos I, II e III

PARTE I - ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. Estrutura Acionista

I - Estrutura do Capital Social

1. Estrutura de capital

O capital social da sociedade é de 230.391.627,38 euros, integralmente subscrito e realizado, dividido em 311.340.037 ações ordinárias, nominativas, cada com o valor nominal de 0,74 euros.

A totalidade das ações representativas do capital social está admitida à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

2. Restrições à transmissibilidade e titularidade das ações

As ações da Sonaecom não têm nenhuma restrição quanto à sua transmissibilidade ou titularidade.

3. Ações Próprias

A 31 de dezembro de 2015, a Sonaecom detinha 5.571.014 ações próprias, representativas de 1,789% do seu capital.

4. Impacto da alteração de controlo acionista da Sonaecom em acordos significativos

Não existem acordos celebrados pela Sonaecom que contenham cláusulas com o objetivo de constituírem medidas defensivas à alteração do seu controlo acionista ou que cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, na sequência de uma oferta pública de aquisição.

A maioria do capital social da Sonaecom é imputada a um único acionista.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas

Não foram adotadas quaisquer medidas defensivas.

6. Acordos parassociais

Desconhece-se a existência de quaisquer acordos parassociais tendo por objeto a Sonaecom.

II - Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Participações Qualificadas

Dando cumprimento ao Art.º 8º, nº1, alínea b) do Regulamento 05/2008 da CMVM, descrevem-se as participações qualificadas a 31 de dezembro de 2015:

	Número de ações	% Participação no capital	% Capital social e direitos de voto*	% Direitos de voto passíveis de exercício**
Acionista				
Diretamente				
Sontel BV	194.063.119	62,33%	62,33%	63,47%
Sonae - SGPS, S.A.	81.022.964	26,02%	26,02%	26,50%
Total imputável ⁽¹⁾	275.086.083	88,36%	88,36%	89,97%

(1) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 20º e do nº 1 do artigo 21º ambos do Código dos Valores Mobiliários, o "ultimate beneficial owner", porquanto domina a Efanor Investimentos SGPS, SA e esta, por sua vez, domina indiretamente a Sonae SGPS, SA e a Sontel BV.

* Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto nos termos da alínea b) do nº3 do artigo 16º do Código dos Valores Mobiliários

** Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto cujo exercício não está suspenso

8. Número de ações e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentada nos termos do nº5 do Art.º 447 do Código das Sociedades Comerciais

A informação pode ser consultada no Anexo I deste Relatório.

9. Competência do Conselho de Administração em sede de aumentos de capital

Esta é uma competência que reside exclusivamente na Assembleia Geral de Acionistas.

10. Relações de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade

Os negócios ou transações com titulares de participações qualificadas fazem parte da atividade normal das filiais da Sonaecom e são efetuados em condições normais de mercado. Os montantes envolvidos respeitam essencialmente a juros.

B. Órgãos Sociais e Comissões

I - Assembleia Geral

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas*

11. Identificação e cargos dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato

António Agostinho Cardoso da Conceição Guedes	Presidente	Mandato 2012-2015
Maria Daniela Farto Baptista Passos	Secretária	Mandato 2012-2015

*Ao longo do ano de referência

b) Exercício do direito de Voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto

Os estatutos da sociedade não preveem qualquer restrição em matéria de direito de voto. O capital social da Sociedade é integralmente representado por uma única categoria de ações, correspondendo a cada ação um voto.

Nos termos previstos na lei e nos estatutos da Sociedade, tem direito a participar, discutir e votar em Assembleia Geral o acionista com direito de voto que, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia, for titular de ações que lhe confiram pelo menos um voto e que cumpra as formalidades legais aplicáveis, descritas na correspondente convocatória.

O direito de voto por representação e o modo como este pode ser exercido constam igualmente da convocatória de cada Assembleia Geral, em observância da lei e dos Estatutos.

Sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de acionista, os acionistas poderão votar por correspondência em todas as matérias sujeitas à apreciação da Assembleia Geral. Na convocatória da Assembleia Geral a Sociedade disponibiliza informação adequada sobre a forma de exercício do voto por correspondência.

A Sociedade dispõe, ainda, de um sistema de voto eletrónico, que permite aos seus acionistas, sem limitações, exercer o direito de voto. A forma de exercício do voto eletrónico é disponibilizada aos acionistas na convocatória da Assembleia Geral.

13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do Artigo 20

Não existe qualquer limitação estatutária ao exercício do direito de voto.

14. Deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada

De acordo com o estabelecido nos Estatutos da Sociedade, as deliberações da Assembleia Geral deverão ser tomadas por maioria simples, exceto se a lei exigir diversamente.

II – Administração e Supervisão

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado

Esta sociedade adota um modelo de governo monista, cuja estrutura de administração é centralizada no Conselho de Administração. A estrutura de fiscalização inclui um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por gerir os negócios da sociedade, praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, monitorizar os riscos, desenvolver os objetivos e estratégia da organização. O Conselho Fiscal tem a responsabilidade de fiscalização.

16. Regras Estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração são eleitos, de acordo com a lei e com os estatutos, nos termos constantes de proposta aprovada em Assembleia Geral de Acionistas.

Os estatutos preveem que, se contra a proposta que fizer vencimento na eleição dos administradores, votarem acionistas representativos de pelo menos 10% do capital social, proceder-se-á à eleição de um administrador por votação entre os acionistas da referida minoria, na mesma assembleia, e o administrador assim eleito substituirá automaticamente a pessoa menos votada da lista vencedora ou, em caso de igualdade de votos, aquela que figurar em último lugar na mesma lista. O mesmo acionista não pode propor mais de um candidato.

No caso de serem apresentados candidatos por mais de um grupo de acionistas, a votação incide sobre o conjunto dessas candidaturas. Estas regras não se aplicam, no entanto, à eleição de um administrador suplente.

Encontra-se, ainda, estabelecido estatutariamente que em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer administrador (que não o administrador eleito ao abrigo da regra das minorias), o Conselho de Administração providenciará a sua substituição por via de cooptação, ficando esta designação sujeita a ratificação pelos acionistas na Assembleia Geral seguinte.

Todavia, a falta definitiva, por qualquer motivo, de Administrador eleito ao abrigo das regras especiais acima descritas determina a obrigação de uma nova eleição pela Assembleia Geral.
Compete ao Conselho de Administração designar o seu Presidente.

17. Composição do Conselho de Administração

Composição

De acordo com os estatutos da Sonaecom, o Conselho de Administração pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, entre um mínimo de três e um máximo de doze membros, eleitos pelos acionistas em Assembleia Geral. O mandato do Conselho de Administração é de quatro anos, existindo ainda a possibilidade de reeleição dos seus membros.

Durante o ano de 2015, a composição do Conselho de Administração foi a seguinte:

Membros	Cargo	Data 1.ª Designação	Data Termo Mandato
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Presidente do Conselho de Administração	24/04/2007	31/12/2015
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Administrador Executivo	23/04/2010	31/12/2015
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Administrador Executivo e CEO da área de Software e Tecnologia e Online & Media	05/04/2006	31/12/2015

18. Distinção dos membros do Conselho de Administração

Membros

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Presidente do Conselho de Administração
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Administrador executivo
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Administrador executivo e CEO das áreas de Software e Tecnologia e Online & Media

O Conselho de Administração entende que, face à respetiva composição - resultante da deliberação tomada pelos sócios na Assembleia Geral de 24 de Abril de 2014, de redução do número de membros do Conselho para três - e, atendendo à dimensão da sociedade, não se justifica a delegação de poderes numa Comissão Executiva ou num administrador delegado.

A Sociedade entende que face à sua atual dimensão, à respetiva estrutura acionista bem como à reduzida dispersão do capital social, não se justifica a existência de administradores independentes.

19. Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração

As habilitações académicas, experiência e responsabilidades dos administradores encontram-se divulgadas no Anexo II deste relatório.

20. Relações familiares, profissionais e comerciais significativas de membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada

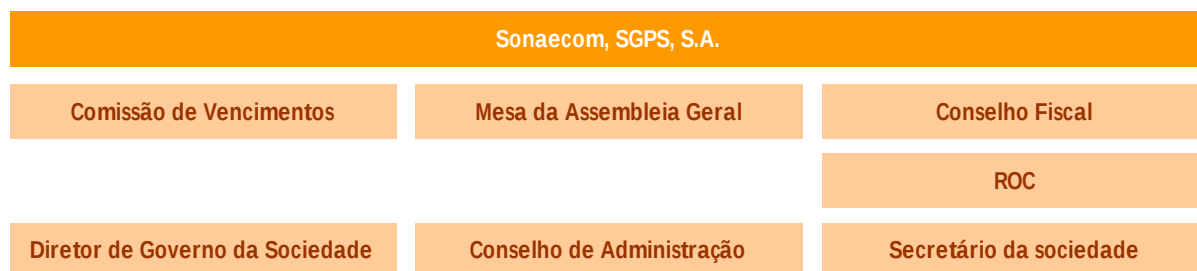
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo, membro do Conselho de Administração, é irmã de Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, Presidente Executivo da Sonae – SGPS, S.A., sociedade esta à qual é imputável, a 31 de dezembro de 2015, uma participação de 88.36% do capital da Sonaecom, correspondente a 89,97% dos direitos de voto. É filha de Belmiro Mendes de Azevedo, acionista e membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, S.A., sociedade à qual é imputado o domínio do capital social da Sonaecom.

O Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom, Ângelo Ribeirinho dos Santos Paupério, é Co-Presidente da Comissão Executiva da Sonae – SGPS, S.A., acionista da Sonaecom nos termos descritos acima.

21. Repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade

i) Repartição de competências entre os vários órgãos sociais e respetivas comissões:

A estrutura societária da Sonaecom define claramente as funções, responsabilidades e deveres dos seus órgãos.



Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela gestão dos negócios da sociedade, monitorização de riscos, gestão de conflitos de interesse e desenvolvimento dos objetivos e estratégia da organização.

Os estatutos da Sonaecom permitem que o Conselho de Administração delegue, se assim o entender, num ou mais administradores delegados ou numa Comissão Executiva, os poderes em matéria de negócios, deveres e responsabilidades de gestão corrente. Os estatutos não permitem que o Conselho de Administração aprove aumentos de capital, os quais têm de ser deliberados em Assembleia Geral de acionistas.

Os termos de referência do Conselho de Administração podem ser consultados, na sua totalidade, no *website* da sociedade (www.sonae.com) no endereço http://other.static.sonae.com/2016/03/22/Scom_Regulamento_BoD/Scom_Regulamento_BoD.pdf.

O Conselho de Administração entende que face à atual dimensão da Sociedade e à composição do próprio Conselho, não se justifica a manutenção de qualquer comissão especializada no seio do Conselho.

O Conselho de Administração é assessorado por um conjunto de funções corporativas, que a seguir se descrevem:

Direção Administrativa e Financeira

Principais responsabilidades:

- Garantia do controlo dos processos internos e das transações, bem como da fiabilidade e reporte atempado da informação financeira, fiscal e de gestão;
- Registo contabilístico das transações e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas das empresas;
- Gestão eficiente de tesouraria do Grupo Sonaecom;
- Negociação e contratação de produtos e serviços bancários mais adequados às necessidades dos negócios do Grupo;
- Gestão eficiente e eficaz de todos os processos administrativos dos negócios do Grupo Sonaecom;
- Gestão do risco financeiro e apoio na execução de transações em mercados monetários, de taxa de juro ou cambiais;
- Gestão dos processos administrativos de Contas a Pagar, Contas a Receber, Caixa e Bancos, Stocks e Ativos Tangíveis e Intangíveis;
- Garantia do rigor e fiabilidade da informação financeira, suportada nos mais eficientes sistemas de informação;
- Otimização da eficiência fiscal do Grupo Sonaecom, assegurando a monitorização dos procedimentos fiscais de todos os negócios da Sonaecom, bem como o cumprimento das obrigações fiscais;
- Gestão do *dossier* de preços de transferência da Sonaecom;
- Apoio na tomada de decisões e implementação de processos nas diversas áreas do Grupo Sonaecom;
- Colaboração na definição da estratégia e dos objetivos fiscais, nomeadamente no apoio à internacionalização dos negócios;
- Monitorização de todos os processos de litigância abertos com a administração fiscal;
- Participação em projetos especiais no Grupo Sonaecom, como fusões e aquisições e reestruturações societárias.

Direção de Planeamento e Controlo de Gestão

Principais responsabilidades:

- Apoiar o desenvolvimento da estratégia corporativa e/ou dos negócios;
- Fomentar, liderar e implementar o ciclo de planeamento estratégico anual;
- Liderar e monitorizar o processo anual de orçamento da Sonaecom, bem como efetuar o respetivo reporte relativo à sua execução;
- Desafiar os negócios e áreas corporativas quanto aos objetivos a que se propõem de modo a constantemente melhorar e otimizar a eficiência dos negócios da Sonaecom, a sua performance e resultados;
- Preparar e analisar a informação de gestão ao nível dos negócios, bem como ao nível consolidado, mensal, trimestral e anualmente, analisando desvios face ao orçamento e propondo ações corretivas;
- Apoio às decisões respeitantes à alocação de capital a negócios em curso e a novas oportunidades de negócio: análise do capital investido e retorno do capital investido;
- Construir planos de negócio juntamente com as equipas de gestão dos negócios;
- Desenvolver estudos técnicos e de *benchmark* dos negócios existentes e da Sociedade de modo a avaliar a sua performance face a concorrentes e outros *players* do mercado.

Direção de Gestão de Risco

A Gestão de Risco é assegurada ao nível dos negócios de empresa. Assim, cada unidade de negócio intervém nos processos funcionais tendo como responsabilidade implementar os controlos internos e de gestão dos respetivos riscos específicos. De uma forma geral, cada um dos negócios tem como principais responsabilidades:

- Promover uma cultura de sensibilização face aos riscos, bem como a mediação e gestão dos riscos de negócio que interferem na concretização dos objetivos e na criação de valor da organização;
- Promover e monitorizar a implementação de programas e ações destinadas a aproximar os níveis de risco aos limites aceitáveis estabelecidos pela gestão.

Direção de Auditoria Interna

Principais responsabilidades:

- Avaliar a exposição ao risco e verificar a eficácia da gestão dos riscos e dos controlos internos através da execução de auditorias de processos de negócio e de sistemas de informação;
- Propor medidas para melhorar os controlos e monitorizar a evolução da exposição ao risco associada aos principais *findings* das auditorias.

Direção Legal

Principais responsabilidades:

- Relação com o Euronext Lisboa, com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e com os acionistas, a respeito de assuntos legais;
- Gestão legal da política do Governo das Sociedades e monitorização do cumprimento das melhores práticas neste domínio;
- Monitorizar, controlar e garantir a legalidade das atividades dos negócios nas áreas de *Software* e Tecnologias e *Online & Media*;
- Elaboração e/ou análise de contratos que permitam maximizar a segurança e reduzir riscos legais e custos potenciais;
- Gestão de todos os aspetos relativos à propriedade intelectual e industrial dos diferentes negócios, tais como, marcas, nomes, patentes, logotipos, *marketing*, *slogans*, domínios, e direitos de autor;
- Execução de todas as escrituras públicas, todos os registos e atos notariais necessários aos negócios, quer sejam de índole comercial, predial ou societária;
- Gestão dos processos contenciosos;
- Apoio nos vários licenciamentos necessários aos negócios;
- Acompanhamento da evolução da legislação relevante para os negócios;
- Apoio legal nas operações nacionais e internacionais dos negócios da sociedade, bem como na análise de novas operações nacionais e internacionais, e em especial, nestas últimas, no que concerne à envolvente legal dos países analisados;
- Fusões/cisões, aquisições e reestruturações societárias.

Direção de Recursos Humanos

Principais responsabilidades:

- Apoiar a Gestão de topo na implementação e desenvolvimento das políticas de recursos humanos;
- Definir e implementar a estratégia de recursos humanos, planeamento e gestão de talento a diversos níveis;
- Assegurar a presença e o desenvolvimento das competências técnicas e de gestão dos quadros da Sonaecom, quer através da implementação de práticas de recrutamento e seleção adequadas, quer através do desenho e implementação de planos de formação e desenvolvimento transversais e/ou individualizados;
- Desenvolver modelos e processos de gestão de recursos humanos em áreas tais como, política de remuneração e benefícios, gestão de carreiras, monitorização e desenvolvimento de clima social, gestão administrativa e processamento salarial, orçamentação de encargos com pessoal e reporte em matérias de recursos humanos, gestão das áreas de medicina, higiene e segurança no trabalho;
- Acompanhamento de matérias do âmbito jurídico-laboral;
- Representação da empresa junto de organismos oficiais e associativos ligados a esta área.

Direção de Relação com Investidores

Principais responsabilidades:

- Gestão da relação entre a Sonaecom e a Comunidade financeira através da contínua preparação e divulgação de informação relevante e atualizada sobre a empresa;
- Apoio ao Conselho de Administração, providenciando informação relevante sobre o mercado de capitais;
- Apoio na definição da mensagem corporativa a ser difundida junto do mercado de capitais.

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração

O regulamento de funcionamento do Conselho de Administração encontra-se disponível no *website* da sociedade (www.sonae.com) no endereço http://other.static.sonae.com/2016/03/22/Scm_Regulamento_BoD/Scm_Regulamento_BoD.pdf.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Sonaecom reúne pelo menos quatro vezes por ano, tal como definido nos estatutos, e sempre que o presidente ou dois membros do Conselho de Administração convoquem uma reunião. Em 2015, realizaram-se quatro reuniões deste conselho e a taxa de comparência pessoal foi de 100%. O quadro seguinte apresenta informação detalhada acerca da comparência nas reuniões realizadas:

Data	Participantes
02 Março 2015	Ângelo Paupério Cláudia de Azevedo António Lobo Xavier
28 Abril 2015	Ângelo Paupério Cláudia de Azevedo António Lobo Xavier
30 Julho 2015	Ângelo Paupério Cláudia de Azevedo António Lobo Xavier
02 Novembro 2015	Ângelo Paupério Cláudia de Azevedo António Lobo Xavier

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos

Para o apuramento da componente variável da remuneração é efetuada uma avaliação individual de desempenho dos Administradores Executivos, a qual é levada a cabo pela Comissão de Vencimentos. Esta avaliação tem lugar depois de conhecidos os resultados da sociedade.

25. Critérios pré-determinados para avaliação de desempenho dos Administradores Executivos

A avaliação de desempenho dos administradores executivos assenta em critérios pré-determinados, constituídos por indicadores de desempenho objetivos fixados para cada período e alinhados com a estratégia global do crescimento e do desempenho positivo dos negócios. Os referidos indicadores são constituídos por *Key Performance Indicators (KPIs)* de negócio, económicos e financeiros, subdivididos em KPIs coletivos, departamentais e pessoais.

Os KPIs coletivos de negócio consistem em indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho de cada unidade de negócio, assim como no desempenho consolidado da Sonaecom.

Por sua vez, os KPIs departamentais de negócio têm uma natureza semelhante à dos anteriores, e aferem o contributo específico do administrador no desempenho do negócio.

Os KPIs pessoais incluem indicadores objetivos e subjetivos e visam aferir o cumprimento dos deveres e compromissos individualmente assumidos pelo administrador executivo.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

A informação relativa aos cargos exercidos pelos administradores da sociedade, em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, encontra-se divulgada no Anexo II deste Relatório.

Cada um dos membros do Conselho de Administração demonstrou, de forma consistente, a sua disponibilidade no exercício das funções, tendo comparecido com regularidade às reuniões e participado nos respetivos trabalhos.

c) Comissões no seio do Órgão de Administração e administradores delegados

27. Identificação das Comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os Regulamentos de funcionamento

O Conselho de Administração entende que face à atual dimensão da Sociedade e à composição do próprio Conselho - resultante da deliberação tomada pelos acionistas da Sociedade na Assembleia Geral de 24 de abril de 2014, que reduziu o número de membros deste órgão para três membros -, não se justifica a manutenção de qualquer comissão especializada no seio do Conselho.

A sociedade mantém um Diretor de Governo da Sociedade, que reporta hierarquicamente ao Conselho de Administração, através do seu presidente, ou, quando exista, através do administrador não-executivo independente sénior.

As principais responsabilidades do diretor de Governo da Sociedade são as seguintes:

- Assegurar a boa gestão das atividades do Conselho de Administração e, quando aplicável, das respetivas comissões;
- Participar em reuniões do Conselho de Administração e, quando aplicável, das respetivas comissões, intervindo como membro sempre que, como tal, seja nomeado;
- Facilitar a obtenção de informações para todos os membros do Conselho de Administração;
- Apoiar o Conselho de Administração na definição da sua função, objetivos e procedimentos operacionais; assumir uma posição de liderança na organização das avaliações do Conselho de Administração;

- (v) Manter sob escrutínio questões legislativas, regulatórias e do governo das sociedades; apoiar e desafiar o Conselho de Administração a alcançar os mais altos padrões ao nível do governo das sociedades;
- (vi) Assegurar que o conceito de *stakeholders* (partes interessadas) e a necessidade de proteger os interesses minoritários são tidos em conta aquando da tomada de decisões importantes por parte do Conselho de Administração;
- (vii) Ajudar a assegurar que o procedimento de nomeação e eleição de administradores é realizado apropriadamente e prestar apoio na cooptação de novos administradores;
- (viii) Atuar como ponto de contacto primário e fonte de aconselhamento para, nomeadamente, administradores não-executivos, no que diz respeito à empresa e às suas atividades; facilitar e apoiar os administradores não-executivos independentes na afirmação da sua "independência";
- (ix) Ajudar a assegurar o cumprimento das recomendações para sociedades cotadas em Portugal, publicadas pela CMVM;
- (x) Participar nos preparativos e coordenação dos processos das Assembleias Gerais;
- (xi) Participar na obtenção de cobertura de seguro para membros dos órgãos sociais;
- (xii) Participar, em nome da empresa, em iniciativas externas para debater e melhorar os requisitos e práticas de governo das sociedades em Portugal.

28. Composição, se aplicável, da Comissão Executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s)

O Conselho de Administração entende que face à atual dimensão da Sociedade e à composição do próprio Conselho – que resultou da deliberação tomada pelos acionistas na Assembleia Geral de 24 de abril de 2014, que reduziu o número de membros deste órgão para três membros -, não se justifica a delegação de poderes numa Comissão Executiva ou num administrador delegado.

Dessa forma, a gestão da sociedade é exercida colegialmente pelo Conselho de Administração e todos os seus membros exercem funções executivas. A administradora Maria Cláudia Teixeira de Azevedo é o CEO das áreas de Software e Tecnologia e *Online & Media*.

29. Indicação das competências de cada uma das Comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências

O Conselho de Administração entende que face à atual dimensão da Sociedade e à composição do próprio Conselho, resultante da deliberação tomada pelos acionistas da Sociedade na Assembleia Geral de 24 de Abril de 2014 – a qual reduziu o número de membros deste órgão para três membros -, não se justifica a manutenção de qualquer comissão especializada no seio do Conselho.

A sociedade mantém um Diretor de Governo, cujas funções e principais responsabilidades se encontram descritas no Ponto 27 deste Relatório.

A Sociedade tem ainda um Secretário da Sociedade, a quem compete:

- (i) Zelar pelas atas e pelas listas de presenças da Assembleia Geral de Acionistas;
- (ii) Enviar as convocatórias e outros documentos legais necessários à realização da Assembleia Geral;
- (iii) Supervisionar a preparação dos documentos de apoio à Assembleia Geral e reuniões do Conselho de Administração e elaborar as respetivas atas das reuniões;
- (iv) Responder aos pedidos de informação dos acionistas no âmbito da lei;
- (v) Proceder ao registo legal de qualquer ato ou deliberação dos órgãos sociais da Sociedade.

III – Fiscalização

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização

O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são, no modelo de governo adotado, os órgãos de fiscalização da sociedade.

31. Composição

De acordo com os Estatutos da Sociedade, o Conselho Fiscal pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, com um mínimo de três e um máximo de cinco membros, eleitos para mandatos de quatro anos. O Conselho Fiscal inclui, adicionalmente, um ou dois membros suplentes, conforme o número de membros seja de três ou mais.

Durante o ano de 2015, o Conselho Fiscal foi composto pelos seguintes membros:

Arlindo Dias Duarte Silva	Presidente
Armando Luís Vieira de Magalhães	Vogal
Óscar José Alçada da Quinta	Vogal
Jorge Manuel Felizes Morgado	(Suplente)

Todos os atuais membros do Conselho Fiscal foram eleitos pela primeira vez em 2 de Maio de 2007, terminando o seu mandato a 31 de dezembro de 2015.

Revisor Oficial de Contas (ROC)

O ROC da Sonaecom é a Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada desde 2012 por António Manuel Martins Amaral, que pode ser substituído por João Luís Falua Costa da Silva.

32. Grau de independência dos membros do Conselho Fiscal

Todos os membros do Conselho Fiscal são independentes, nos termos do n.º 5 do Artigo 414.º, e não estão abrangidos por nenhuma incompatibilidade nos termos do n.º 1 do Artigo 414.º A, ambos do Código das Sociedades Comerciais. O Conselho Fiscal procedeu a uma avaliação de independência dos seus membros, através da renovação de declarações escritas emitidas individualmente.

Os membros do Conselho Fiscal têm o dever de comunicar imediatamente à sociedade qualquer ocorrência, no decurso do seu mandato, que origine incompatibilidades ou perda de independência tal como exigido por lei.

33. Qualificações profissionais

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes encontram-se divulgados no Anexo II deste Relatório.

b) Funcionamento

34. Regulamento de funcionamento e Relatório Anual de Atividade

O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal pode ser consultado na página de Internet da Sonaecom (www.sonae.com), no endereço http://other.static.sonae.com/2016/03/22/Regulamento_Conselho_Fiscal_/Regulamento_Conselho_Fiscal_.pdf.

O relatório e parecer anuais do Conselho Fiscal são divulgados, em cada exercício, juntamente com os documentos de prestação de contas do Conselho de Administração, disponíveis em <http://www.sonae.com/investidores/informacao-financeira/relatorios/> (encontrando-se, no caso dos documentos de 2015, no separador R&C 2015/Capítulo 8).

35. Reuniões do Conselho Fiscal

As deliberações do Conselho Fiscal são tomadas por maioria, devendo os membros que com elas não concordem exarar na ata os motivos da sua discordância.

O Conselho Fiscal reúne, pelo menos, uma vez em cada trimestre. Em 2015, realizaram-se quatro reuniões tendo a taxa de comparência sido de 100%.

36. Disponibilidade de cada um dos membros com descrição de cargos exercidos em outras empresas, dentro e fora do grupo e demais atividades relevantes exercidas pelos membros do Conselho Fiscal

Cada um dos membros do Conselho Fiscal demonstrou, de forma consistente, a sua disponibilidade no exercício das funções, tendo comparecido com regularidade às reuniões do órgão e participado nos respetivos trabalhos.

A informação relativa a outros cargos exercidos pelos membros do Conselho Fiscal, suas qualificações e experiência profissional, encontram-se descritas no Anexo II deste Relatório.

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do Órgão de Fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo

É da competência do Conselho Fiscal aprovar a prestação de serviços adicionais à auditoria a ser realizada pelo Auditor Externo.

Para o efeito, na primeira reunião de cada exercício, o Conselho Fiscal calendariza, um plano de trabalhos em que inclui a supervisão da atividade do Auditor Externo no que respeita (i) ao respetivo plano anual de atividade, (ii) ao acompanhamento do trabalho da auditoria e de revisão das demonstrações financeiras e discussão das respetivas conclusões, (iii) à fiscalização da independência do Auditor Externo, (iv) à prestação de serviços diversos dos serviços de auditoria em cumprimento da Recomendação CMVM IV.2 e (v) à avaliação da atividade anual.

Na supervisão da contratação dos serviços adicionais a serem prestados pelo Auditor Externo, o Conselho Fiscal atende aos seguintes critérios:

- a contratação de serviços adicionais não deverá afetar a independência do Auditor Externo;
- os serviços adicionais não deverão representar, no conjunto dos serviços prestados, mais de 30%;
- os serviços de consultoria fiscal (e outros serviços adicionais) deverão ser prestados com elevada qualidade, autonomia e independência relativamente aos serviços levados a cabo no âmbito da auditoria;
- garantia de independência e isenção na prestação dos serviços.

38. Outras funções do Órgão de Fiscalização

38.1 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, na execução das suas funções estatutárias e legalmente atribuídas, incluindo as previstas no art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais tem, entre outras, as seguintes atribuições:

- Fiscalizar a administração da sociedade;
- Vigiar pela observância da lei, do contrato de sociedade e das políticas internamente adotadas;
- Verificar regularmente os livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte e assegurar que os mesmos estão atualizados;
- Verificar a exatidão da informação utilizada nos documentos de prestação de contas;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados obtidos;
- Elaborar anualmente um relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela administração, no qual deve exprimir a sua concordância ou não com o relatório anual de gestão e com as contas do exercício;

- g) Atestar se o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no artigo 245.º - A do Código dos Valores Mobiliários;
- h) Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respetiva mesa, devendo fazê-lo, não o faça;
- i) Avaliar as condições de funcionamento do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna e fiscalizar a eficácia dos mesmos, sendo destinatário dos respetivos relatórios;
- j) Fiscalizar a independência do auditor interno, nomeadamente no que respeita a limitações relativas à sua independência organizacional e eventual falta de recursos na atividade de auditoria interna;
- k) Receber as comunicações de alegadas irregularidades que ocorram na sociedade e lhes forem endereçadas, apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- l) Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;
- m) Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- n) Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas e a respetiva remuneração;
- o) Fiscalizar os documentos de prestação de contas da sociedade e avaliar anualmente o auditor externo, propondo à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito;
- p) Zelar para que, ao Revisor Oficial de Contas sejam asseguradas as condições adequadas ao exercício da sua função, sendo seu interlocutor e destinatário dos respetivos relatórios;
- q) Emitir parecer prévio sobre transações de relevância significativa (superior a 10 milhões de euros) com acionistas titulares de participação qualificada ou com entidades que com estes se encontrem em qualquer relação, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários;
- r) Cumprir outros e quaisquer deveres constantes da lei ou do contrato de sociedade.

O Conselho Fiscal obtém do Conselho de Administração todas as informações necessárias ao desempenho das suas funções, designadamente quanto à evolução operacional e financeira da empresa, mudanças no portefólio de negócios, termos de todas as transações que ocorreram e detalhes das decisões tomadas.

O Conselho Fiscal é o órgão de supervisão global da empresa para assuntos de controlo interno e gestão de riscos, atua de forma independente e tem primazia sobre outros órgãos na fiscalização dessas questões.

Os Termos de Referência do Conselho Fiscal estão disponíveis no website da sociedade (www.sonae.com), no endereço http://other.static.sonae.com/2016/03/22/Regulamento_Conselho_Fiscal_/Regulamento_Conselho_Fiscal_.pdf.

38.2 Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é o órgão de fiscalização responsável pela certificação legal da informação financeira da Sociedade, tendo como principais competências:

- a) Verificar a regularidade de todos os livros, registos contabilísticos e documentos de suporte;
- b) Verificar, sempre que achar conveniente e através dos meios que considere adequados, a extensão de numerário e valores de qualquer tipo de ativos ou títulos pertencentes à Sociedade ou por esta recebidos como garantia, depósito ou com outro propósito;
- c) Verificar a exatidão das demonstrações financeiras e exprimir a sua opinião sobre as mesmas na Certificação Legal de Contas e no Relatório de Auditoria;
- d) Verificar que as políticas contabilísticas e os critérios de valorização adotados pela Sociedade resultam na correta valorização dos ativos e dos resultados;
- e) Realizar quaisquer exames e testes necessários para a auditoria e certificação legal das contas e executar todos os procedimentos estipulados pela lei;
- f) Verificar, no âmbito das suas funções, a aplicação das políticas e sistemas de remunerações bem como a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno, reportando quaisquer deficiências ao Conselho Fiscal, nos limites das suas competências legais e procedimentos aplicáveis;
- g) Atestar que o Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos referidos no artigo 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.

IV – Revisor Oficial de Contas

39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

O ROC da Sonaecom é a Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada por António Manuel Martins Amaral, que pode ser substituído por João Luís Falua Costa da Silva.

40. Identificação do número de anos em que o Revisor Oficial de Contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo

A atual estrutura do órgão de fiscalização, que contempla a existência de um Conselho Fiscal e de um Revisor Oficial de Contas, foi adotada pela sociedade, em assembleia geral anual de acionistas, em conformidade com a legislação aplicável, a 2 de maio de 2007, tendo sido a Deloitte & Associados, SROC, S.A. eleita como Revisor Oficial de Contas da Sociedade, exercendo funções até ao termo do mandato então em curso.

Em 2008 iniciou-se um novo mandato correspondente ao quadriénio 2008/2011, tendo o Revisor Oficial de Contas sido reconduzido no exercício do cargo. Em 2012, foi apresentada pelo Conselho Fiscal à Assembleia Geral, proposta de eleição da Deloitte & Associados, SROC, S.A. para o novo mandato (2012/2015), suportada pelo seguinte parecer em que são ponderadas as condições de independência do auditor e as vantagens e ónus da sua substituição:

“Para preparação desta proposta, o Conselho Fiscal supervisionou um processo alargado de seleção que se iniciou em 2010, em que foram convidadas a participar diversas sociedades de auditoria de reputada competência nacional e internacional.

Com esse propósito foram previamente identificadas as condições de elegibilidade, que integraram o histórico de experiência e competência dos candidatos nos setores de atividade onde a Sonaecom opera, a competência, suficiência e disponibilidade da equipa de trabalho proposta, as metodologias utilizadas, bem como a dimensão dos encargos a suportar pela sociedade.

Durante o exercício de 2011, foram ponderados todos os fatores em equação na referida seleção, foi deliberado pelo Conselho Fiscal propor à Assembleia Geral a reeleição, para novo mandato, do atual Revisor Oficial de Contas, sendo convicção da sociedade que a sua permanência no exercício de funções não elimina nem condiciona a idoneidade e a independência com que as vem exercendo."

(Transcrição da Proposta apresentada pelo Conselho Fiscal no ponto 5 da Agenda da Assembleia Geral Anual de 27 de abril de 2012).

41. Descrição de outros serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas à sociedade

A Deloitte & Associados, SROC, S.A. exerce as funções de Auditor Externo e, entre outros, serviços de garantia de fiabilidade e de consultoria fiscal.

V – Auditor Externo

42. Identificação do Auditor Externo designado para os efeitos do Artigo 8.º e do sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo n.º de registo na CMVM

O Auditor Externo da Sonaecom, designado para os termos do Artigo 8º do Código de Valores Mobiliários, é a Deloitte & Associados, SROC, S.A., registado sob o nº 231 na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, representada pelo Revisor Oficial de Contas António Manuel Martins Amaral.

43. Identificação do número de anos em que o Auditor Externo e o respetivo sócio Revisor Oficial de Contas que o representa exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo

A Deloitte & Associados, SROC, S.A. foi nomeada Revisor Oficial de Contas da sociedade, em assembleia geral anual de acionistas realizada a 2 de maio de 2007, exercendo funções até ao termo do mandato então em curso.

Em 2008 iniciou-se o mandato correspondente ao quadriénio 2008/2011, tendo o Revisor Oficial de Contas sido reconduzido no exercício do cargo. Em 2012, foi apresentada pelo Conselho Fiscal à Assembleia Geral, proposta de eleição da Deloitte & Associados, SROC, S.A. para o novo mandato (2012/2015), suportada pelo parecer transcrito no ponto 40 deste Relatório. O sócio revisor oficial de contas que o representa no exercício das suas funções foi substituído em 2012.

44. Política e periodicidade da rotação do Auditor Externo e do respetivo sócio Revisor Oficial de Contas que o representa

O Conselho Fiscal adota o princípio recomendado de apenas não proceder à rotação do auditor externo no final de dois mandatos de quatro anos em permanência de funções se, após ter efetuado uma avaliação criteriosa, tiver concluído, em primeira linha, que a manutenção em funções para além do referido período não colide com a necessária independência do auditor externo e, uma vez satisfeito este requisito prévio, que a ponderação entre os custos e os benefícios da sua substituição aconselha a renovação do mandato.

Sem prejuízo do resultado da ponderação incidente sobre a permanência em funções do auditor externo ao cabo de dois mandatos, foi designado em 2012 um novo sócio revisor oficial de contas que representa a Deloitte & Associados, SROC, S.A..

45. Indicação do Órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

De acordo com o modelo de Governo da Sociedade, a eleição ou a destituição do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo é deliberada em Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal supervisiona a atuação do Auditor Externo e a execução dos trabalhos ao longo de cada exercício, pondera e aprova os serviços adicionais a prestar por aquele e procede, anualmente, a uma avaliação global do Auditor Externo, na qual inclui uma apreciação sobre a sua independência.

46 e 47. Identificação de trabalhos distintos dos de Auditoria realizados pelo Auditor Externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de Domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação e Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de Domínio ou de grupo ao Auditor e a outras pessoas, singulares ou coletivas, pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços

Os valores da remuneração paga ao Revisor Oficial de Contas da Sociedade e Auditor, Deloitte & Associados, SROC, SA, sob proposta do Conselho Fiscal e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo, são os que a seguir se discriminam em função da sua natureza:

	2015		2014	
	Valor em €	%	Valor em €	%
Pela Sociedade*				
Revisão legal de contas	17 416	13%	23 981	18%
Outra consultoria	-	-	4 738	4%
Por entidades que integrem o grupo				
Revisão legal de contas	97 922	74%	91 682	70%
Outros serviços de garantia e fiabilidade	750	1%	-	-
Consultoria fiscal	15 750	12%	-	-
Total				
Revisão legal de contas	115 338	87%	115 663	88%
Outros serviços de garantia e fiabilidade	750	1%	-	-
Serviços de Auditoria	115 338	87%	115 663	88%
Consultoria fiscal	15 750	12%	-	-
Outra consultoria	-	-	4 738	4%
Total	131 838	100%	120 401	91%

(*) Inclui contas individuais e consolidadas.

Os serviços adicionais aos serviços de auditoria foram contratados ao Auditor Externo com autorização do Conselho Fiscal, o qual reconheceu que a contratação de serviços adicionais não afetava a independência do Auditor Externo, correspondendo a mesma à satisfação do interesse social, dada a expertise do prestador, o histórico dos serviços prestados naquelas áreas e o conhecimento da Sociedade e do seu Grupo.

Como salvaguarda adicional, trimestralmente, o Conselho Fiscal recebe e analisa a informação acerca dos honorários e serviços prestados pelo ROC e, na aprovação da contratação dos serviços ao Auditor Externo, foi assegurado que:

- a) os serviços adicionais não representaram, no conjunto de serviços prestados, mais de 30%;
- b) os serviços de consultoria fiscal e os outros serviços foram prestados por técnicos diferentes dos que estiveram envolvidos no processo de auditoria;
- c) os honorários pagos pelo grupo Sonaecom ao grupo Deloitte representam menos de 1% do total da faturação anual da Deloitte, em Portugal;
- d) o "sistema de qualidade aplicado Deloitte" (controlo interno), de acordo com a informação por esta prestada, monitoriza os riscos potenciais de perda de independência, ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Sonaecom e assegura a qualidade e as regras de ética e independência.

Todos os anos é preparada pelo Auditor Externo uma "Declaração de Independência", na qual estes confirmam a respetiva independência e garantem o cumprimento das orientações internacionais em matéria de independência do auditor (IFAC - *International Federation of Accountants*).

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I – Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade

As alterações aos Estatutos da sociedade devem, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, ser aprovadas por uma maioria de dois terços dos votos emitidos. Para o funcionamento da Assembleia Geral, em primeira convocatória, os Estatutos requerem que um mínimo de 50% do capital emitido esteja presente ou representado na respetiva Assembleia.

II - Comunicação de Irregularidades

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade

Os valores e princípios da Sonaecom, difundidos e enraizados na cultura dos seus colaboradores, assentam no respeito absoluto e na adoção de regras de boa conduta na gestão de conflitos de interesses e deveres de diligência e confidencialidade, tendo aprovado um Código de Ética que enuncia os princípios e normas de conduta que refletem a cultura da empresa.

Tal Código de Conduta, que deve guiar a atuação dos seus colaboradores, no exercício das suas funções, encontra-se disponível em http://other.static.sonaecom.com/2014/07/31/COD_CONDUTA_PT/COD_CONDUTA_PT.pdf.

Qualquer pessoa que pretenda comunicar uma irregularidade alegadamente cometida por qualquer responsável, colaborador ou parceiro da Sonaecom, deverá fazê-lo através de carta dirigida ao Conselho Fiscal, com a descrição sumária dos factos. A identidade do divulgador manter-se-á anónima, se tal for explicitamente solicitado. A queixa será analisada e, se existirem fundamentos para a existência da irregularidade comunicada serão adotadas as medidas que se considerem apropriadas.

No âmbito deste procedimento, compete ao Conselho Fiscal receber as comunicações de alegadas irregularidades apresentadas pelos acionistas, colaboradores ou terceiros. Após o seu recebimento, deve o Conselho Fiscal registar as alegadas irregularidades e promover a sua investigação, com a devida diligência, pelo Conselho de Administração e/ou pela Auditoria Interna e/ou Externa, e reportar as suas conclusões.

III - Controlo interno e gestão de riscos

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

A Gestão de Risco é uma das componentes da cultura Sonaecom e um pilar do Governo da Sociedade, razão pela qual cada unidade de negócio da Sonaecom tem, como parte das suas competências no âmbito dos processos funcionais, a responsabilidade de implementação de controlos internos e de gestão dos respetivos riscos específicos.

Ao mesmo tempo, a Direção de Auditoria Interna avalia a exposição ao risco e verifica a eficácia da gestão dos riscos e dos controlos internos dos processos do negócio e dos sistemas de informação. Adicionalmente, propõe medidas para melhorar os controlos e monitoriza a evolução da exposição ao risco associada aos principais *findings* e conclusões das auditorias.

51. Explicitação (ainda que por inclusão de organigrama) das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade

O Conselho de Administração monitoriza as atividades da Auditoria Interna, que reporta funcionalmente ao Conselho Fiscal, enquanto órgão de fiscalização e entidade independente do Conselho de Administração. A Auditoria Interna pode reunir com o Conselho Fiscal, sem a presença de qualquer membro do Conselho de Administração.

No que respeita às matérias de controlo interno e gestão de risco, o Conselho Fiscal é o órgão estatutário de supervisão, atuando de forma independente e competindo-lhe supervisionar o plano de atividades de Auditoria Interna, receber informação periódica dos seus trabalhos, avaliando as conclusões apuradas e emitindo as orientações que julgue necessárias.

O Auditor Externo, no âmbito do processo de auditoria anual, analisa o funcionamento de mecanismos de controlo interno e reporta as deficiências identificadas.

As responsabilidades de criação, funcionamento e avaliação periódica dos sistemas de controlo interno e gestão de risco estão publicadas nos termos de referência do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, os quais estão disponíveis no *website* da empresa.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

Para além das áreas mencionadas nos pontos anteriores, a Sonaecom possui outras áreas funcionais e processos de negócio com competência no controlo e monitorização de riscos, destacando-se os seguintes:

- A área de Planeamento e Controlo que, em articulação com os respetivos *pivots* existentes nas áreas de negócio, é responsável por elaborar e monitorizar a execução dos planos de ação e recursos anuais bem como os orçamentos e previsões, nas componentes financeira e operacional;
- As diversas áreas de negócio possuem processos e indicadores para monitorizar as operações e os KPIs;
- As áreas técnicas possuem indicadores e alertas para a interrupção de serviço e incidentes de segurança, ao nível operacional.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade

Os riscos são apresentados e ordenados, na presente secção, de acordo com a classificação e a estrutura do *Business Risk Management* (BRM) da Sonaecom. O BRM é um modo sistemático de identificação dos riscos que afetam a organização (linguagem comum) e permite a definição e o agrupamento dos mesmos, bem como das suas principais causas (dicionário de riscos).

Riscos económicos

De acordo com o BRM da Sonaecom, os riscos económicos estão relacionados com a envolvente do negócio, a estratégia, as operações, a tecnologia e processamento da informação, o *empowerment* e a integridade.

Influências económicas

A Sonaecom está exposta ao ambiente económico português embora, devido ao ritmo crescente de internacionalização das empresas da área *Software* e Tecnologia, essa exposição seja cada vez mais mitigada.

Relativamente à WeDo Technologies, o impacto do ambiente económico adverso no negócio é diluído devido quer à expansão regional, quer à expansão do respetivo portefólio de produtos e, ainda, ao alargamento a outros setores de negócio.

A S21Sec, apesar de operar maioritariamente no mercado Espanhol, no qual a recuperação económica tem sido mais lenta, mitiga esse risco ao operar num segmento de elevado crescimento e criticidade nas organizações.



No que concerne à Bizdirect, apesar de ainda muito dependente do mercado nacional de equipamentos de IT, a empresa consegue ainda diversificar o seu risco com a prestação de serviços de gestão de contratos corporativos de licenciamento de *software* e com a expansão da atividade de integração de soluções Microsoft.

A Saphety tem continuado a posicionar-se no mercado nacional como líder em soluções de simplificação e automatização de processos e tem vindo a apostar na expansão da sua atividade para o mercado internacional.

Relativamente ao Público, a exposição a um segmento que atravessa um período de crise financeira e de alteração de tendências de leitura, obrigou à definição de um projeto de reestruturação. Com o imperativo de assegurar a sustentabilidade, sem comprometer o seu papel como referência independente de informação em Portugal, o Público tem executado esse projeto que inclui uma maior orientação para as crescentes exigências do mundo digital e uma considerável redução da estrutura de custos de funcionamento.

Inovação tecnológica

Para a Sonaecom, possuir uma infraestrutura tecnológica otimizada é um fator crítico de sucesso na medida em que ajuda a reduzir potenciais falhas na alavancagem das evoluções técnicas, pelo que os vários negócios da empresa levam a cabo ações para, continuamente, otimizarem a respetiva infraestrutura tecnológica e potenciarem a inovação.

A Wedo Technologies está certificada em Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (NP 4457:2007). Esta certificação, em conjunto com a certificação de qualidade existente (ISO 9001:2008), ajuda a empresa a inovar de um modo sustentado, a mitigar fatores potenciais de risco, garantindo que a oferta é continuamente adaptada às tendências tecnológicas. Durante 2015, a WeDo Technologies conseguiu ainda a certificação ISO/IEC 27001: 2013, norma de referência Internacional para a gestão da Segurança da Informação, para a área de Managed Services.

A S21Sec, estando integrada num sector que exige uma inovação constante e o domínio de todas as tendências tecnológicas, investe continuamente em investigação e inovação. É também certificada pela UNE- EN ISO 9001:2008 em gestão da qualidade e pela UNE- ISO/ IEC 27001: 2007, norma de referência Internacional para a gestão da Segurança da Informação.

A Bizdirect apesar de assumir o *cloud computing* como um fator de risco para a sua atividade, uma vez que pode canibalizar o mercado de venda de infraestruturas e reduzir a procura de sistemas por parte dos clientes, também o assume como uma oportunidade de alargar a sua oferta. As relações estratégicas existentes com parceiros permitem oferecer um portefólio completo de produtos, incluindo soluções na *cloud*. Salientamos, como exemplo, a parceria que permite à Bizdirect oferecer a integração de soluções Microsoft, tais como Dynamics CRM, SharePoint, BizTalk e Office 365.

O Público tem vindo a reestruturar de forma continuada o *layout* e conteúdos e a apostar na evolução tecnológica da edição online. Estas evoluções têm como objetivo assegurar um maior alinhamento com os novos hábitos de leitura dos portugueses e com as novas formas de acesso à informação por meio de *smartphones* e *tablets*, garantindo desta forma a sua posição de líder *online* no segmento de jornal generalista.

Concorrência

As diversas empresas da Sonaecom estão expostas a riscos de concorrência de outros intervenientes que operam quer no mercado nacional, quer no internacional, nos respetivos negócios.

Ainda que a WeDo Technologies seja uma das empresas mais expostas à concorrência internacional, é todavia reconhecida como líder mundial em *software* de *revenue assurance* e concorrente global no top 3 do mercado agregado de *revenue assurance* e gestão de fraude.

Portefólio do negócio

O risco de especialização e consequente limitação de atividade decorrente do portefólio tem sido mitigado em todos os negócios da Sonaecom através da expansão da linha de produtos ou dos segmentos de negócio.

Desde 2009, a WeDo Technologies tem vindo a consolidar a sua presença global fora de Portugal, tendo identificado novos setores de negócio, por forma a diminuir a exposição à centralização num único mercado e a uma só linha de produtos. Assim, também para fazer face à concentração de clientes no sector das telecomunicações, expandiu o âmbito da sua atividade para novos setores, como o retalho, energia e financeiro, alargou o portefólio de produtos e serviços de *revenue assurance* e gestão de fraude para *Business Assurance*, e, desde 2012, com a aquisição da Connectiv Solutions, nos EUA, incluiu *Managed Services* e *SaaS* na sua oferta.

No caso da S21Sec, um dos eixos estratégicos é o reforço da sua posição no segmento das telecomunicações mantendo no entanto o seu foco no segmento financeiro. Adicionalmente, o seu portefólio de produtos está a ser alargado no sentido de evoluir no mercado de e-crime e incorporar tecnologias de analytics, permitindo assim a expansão da sua área de actuação.

A Bizdirect expandiu recentemente o seu portefólio à integração de soluções focadas nas tecnologias Microsoft.

A Saphety, para além dos 3 tipos de soluções que podem funcionar de forma integrada e em regime de *SaaS*: SaphetyGov, SaphetyBuy e SaphetyDoc, alargou o seu portefólio a uma nova solução: SaphetySync. Esta é uma solução global normalizada, baseada nos standards GS1, que permite a sincronização dos dados de forma segura e contínua, o que representa um fator diferenciador e potenciador de internacionalização do seu portefólio.

Interrupção de Negócio e Perdas Catastróficas (Gestão da Continuidade de Negócio)

Uma vez que os negócios da Sonaecom assentam sobretudo na utilização de tecnologia, as potenciais falhas dos recursos técnico-operacionais (aplicações dos sistemas de informação, servidores, etc.) podem causar um risco significativo de interrupção do negócio, se não forem bem geridas. Este facto pode acarretar outros riscos para a empresa, tais como impactos adversos na reputação, na marca, na integridade das receitas, na satisfação dos clientes e na qualidade do serviço, que podem levar à perda de clientes.

No sector de IT, os clientes empresariais têm tipicamente uma baixa tolerância a interrupções. Neste contexto, as empresas tecnológicas enfrentam riscos relacionados com a disponibilidade de plataformas de *software* que apoiam os processos das empresas bem como dos respetivos clientes.

Para identificar este conjunto específico de riscos, e para implementar ações de prevenção e mitigação que garantam a continuidade de operações e serviços críticos, a Sonaecom tem adotado, ao longo de vários anos, o programa Gestão da Continuidade do Negócio (BCM – *Business Continuity Management*).

Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade (Gestão da Segurança da Informação)

Tendo presente que a Sonaecom é um grupo de tecnologia, media e telecomunicações, todas as suas empresas subsidiárias utilizam intensivamente a tecnologia e a informação, as quais estão, em regra, sujeitas a riscos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e privacidade.

Além de se tratar de uma questão tecnológica, a segurança é também considerada uma questão cultural e comportamental. Neste sentido, a sensibilização é um fator-chave de sucesso para a promoção de uma cultura forte de Segurança da Informação entre os colaboradores, parceiros e principais *stakeholders* da Sonaecom. Nesse sentido, a Sonaecom tem desenvolvido diversas iniciativas de sensibilização e responsabilização ao longo dos últimos anos, das quais se destacam:

- Um plano de comunicação sobre segurança, baseado em campanhas de sensibilização para os temas considerados mais relevantes em cada ano;
- Publicação da política de Segurança da Informação na intranet da empresa, acessível a todos os colaboradores a partir da página inicial;
- Inclusão de cláusulas sobre a proteção de dados pessoais e confidencialidade nos contratos com colaboradores e parceiros de negócio. Todos os colaboradores estão obrigados a deveres de confidencialidade, sigilo e proteção de dados pessoais, não sendo permitida a divulgação a terceiros de dados ou informação a que tenham acesso no âmbito da realização do seu trabalho ou como resultado das suas funções na empresa. Estas obrigações e estes deveres mantêm-se em vigor, mesmo depois do fim da relação laboral entre a empresa e o colaborador. Os parceiros de negócio assumem, por regra, as mesmas obrigações de confidencialidade.

Para as questões específicas relacionadas com a confidencialidade e privacidade dos dados pessoais, algumas empresas da Sonaecom têm designado um *Chief of Personal Data Protection Officer* (CPDPO) que:

- Tem a responsabilidade da execução e conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis ao processamento de dados.
- Atua em nome da empresa na interação com a autoridade reguladora nacional para a proteção de dados (CNPd - Comissão Nacional de Proteção de Dados).
- Promove a adoção dos princípios de proteção de dados, em linha com as normas internacionais e as melhores práticas.

Falha de Produto-Serviço (Responsabilidade Civil Profissional)

Considerando que as empresas da Sonaecom são orientadas para o cliente, assumem particular relevância as potenciais falhas que os produtos ou serviços disponibilizados podem ter nos clientes, as quais, ainda que intrínsecas aos respetivos negócios, podem gerar responsabilidade civil profissional. Os eventos de risco podem ser físicos (por exemplo, danos em equipamentos ou instalações) ou não-físicos (por exemplo, erro numa instalação de *software*), e estão normalmente relacionadas com acidentes, atos involuntários, erros ou omissões de colaboradores ou subcontratados.

A estratégia de gestão do risco adotada para este tipo de risco consistiu, além da implementação de controlos internos, na transferência do risco para as seguradoras. Neste contexto, a Sonaecom continua a levar a cabo as ações desenhadas e implementadas em anos anteriores relacionadas com os seguros de responsabilidade civil profissional, e que consistem:

- Na implementação de melhorias em alguns controlos internos, para diminuir, adicionalmente, as causas do risco;
- Na renovação do seguro de responsabilidade civil profissional existente que incorpora um âmbito alargado de coberturas e é adaptado às realidades de negócio que as empresas Tecnológicas e de Media enfrentam;
- Na subscrição adicional de seguros de responsabilidade profissional para as participadas estrangeiras, melhorando a cobertura em certas localizações mundiais onde a apólice geral de seguros não se aplica devido a restrições legais.

Riscos financeiros

Os negócios da Sonaecom estão expostos a uma diversidade de riscos financeiros relacionados com as suas operações, dos quais se destacam os riscos de taxa de juro, riscos cambiais, riscos de liquidez e riscos de crédito (mais detalhadamente descritos e analisados no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas).

A política de gestão de riscos financeiros é determinada pelo Conselho de Administração, sendo os riscos identificados e monitorizados pelo Departamento Financeiro e de Tesouraria.

Além de uma política de gestão de cada um dos riscos identificados e da implementação de mecanismos de controlo para os identificar e determinar, a Sonaecom utiliza, entre outros, coberturas naturais, seguros de crédito e, pontualmente, instrumentos financeiros derivados para cobertura. A postura do Grupo relativamente à gestão de riscos financeiros é conservadora e prudente não recorrendo a instrumentos financeiros com propósitos especulativos e recorrendo unicamente a instituições financeiras de elevada qualidade creditícia.

Riscos legais, fiscais e regulatórios

A Sonaecom e os seus negócios dispõem de assessoria legal e fiscal permanente e dedicada às especificidades da respetiva atividade, que funciona na dependência da gestão e desenvolve as suas competências em articulação com as demais funções e assessorias, de forma a assegurar preventivamente, a proteção dos interesses da Sociedade e dos negócios, no respeito estrito pelo cumprimento dos seus deveres legais bem como pela aplicação de boas práticas. As equipas que integram estas assessorias possuem formação especializada, participando em ações de formação e atualização, de iniciativa interna e externa.

A assessoria legal e fiscal é igualmente garantida, a nível internacional e nacional, por profissionais externos, selecionados de entre firmas de reconhecida reputação e sempre de acordo com elevados critérios de competência, ética e experiência.

As empresas da área de *Software* e Tecnologia enfrentam um risco relevante relacionado com o processo de internacionalização, emergente do facto de estarem presentes em vários países, o que envolve riscos específicos decorrentes da natureza diferenciada dos enquadramentos legais em cada país. Além disso, estão sujeitas a leis e regulamentos nacionais, locais e sectoriais de cada mercado onde operam, estando, naturalmente, expostas ao risco decorrente de eventuais alterações regulatórias ou legislativas que possam condicionar a condução dos negócios e, consequentemente, prejudicar ou impedir o alcance dos objetivos estratégicos.

A Sonaecom colabora com as autoridades com vista à definição do melhor enquadramento legal e regulatório que, de acordo com o ponto de vista da sociedade, promova o desenvolvimento do sector das tecnologias da informação em Portugal, colaboração essa que assume, em alguns casos, a forma de comentários a consultas públicas emitidas por autoridades nacionais e internacionais.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

O processo de gestão de risco é suportado por uma metodologia consistente e sistemática, baseada na norma internacional *Enterprise Risk Management - Integrated Framework*, emitida pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission*). Esta metodologia visa identificar os riscos do negócio, averiguar quais as suas causas, medir triggers, gerir os riscos identificados e, por fim, monitorizar esses mesmos riscos.

Em linha com esta metodologia geral, a gestão e o controlo dos riscos principais da Sonaecom são conseguidos através das principais abordagens e dos métodos de seguida apresentados:

No que respeita à Gestão dos Riscos Corporativos, a abordagem permite que os negócios da Sonaecom atribuam prioridades e identifiquem riscos críticos que possam comprometer o seu desempenho e os seus objetivos, e adotar ações para gerir esses riscos, dentro dos níveis predefinidos de aceitação. Tal é conseguido através da monitorização constante dos riscos e da implementação de determinadas medidas corretivas.

Em relação à Gestão da Segurança da Informação, a implementação de processos de Gestão da Segurança da Informação destina-se a gerir os riscos associados à disponibilidade, integridade, confidencialidade e privacidade da informação. Pretende-se, com a mesma, desenvolver e manter a Política de Segurança da Informação, verificar a conformidade dos procedimentos com a política, desenvolver programas de formação e consciencialização e estabelecer e monitorizar KPIs de Segurança da Informação.

Finalmente, no que respeita aos Ciclos ou Processos de Gestão do Risco específicos, o desenvolvimento de ciclos/processos de gestão de risco específicos permite a mitigação de riscos críticos que possam afetar determinados processos, áreas ou entidades, posicionando-os nos níveis definidos pela equipa de gestão. Adicionalmente, identifica e monitoriza outros riscos operacionais que a gestão considere relevantes.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação financeira

A Sonaecom reconhece que, tal como sucede com outras empresas cotadas com atividades semelhantes, está potencialmente exposta a riscos relacionados com os processos de *reporting* financeiro e de contabilidade, para além dos outros riscos financeiros, já atrás expostos. A atitude da Sonaecom em relação à gestão de riscos financeiros é conservadora e prudente, a qual se manteve durante o ano de 2015.

Assim, a Sonaecom está empenhada em manter um ambiente de controlo interno eficaz no processo de *reporting* financeiro, procurando, de forma sistemática, identificar e melhorar os processos mais relevantes respeitantes à preparação e divulgação de informação financeira, com o objetivo de transparência, consistência, simplicidade e materialidade. O objetivo do sistema de controlo interno é o de assegurar uma garantia razoável em relação à preparação de demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adotados, e a qualidade do *reporting* financeiro.

O sistema de controlo interno para a contabilidade e preparação das demonstrações financeiras inclui os controlos-chave de seguida indicados:

- I. O processo de divulgação de informação financeira está formalizado, os riscos e controlos associados estão identificados, os critérios para a preparação e divulgação dos mesmos estão devidamente estabelecidos e aprovados, e são revistos periodicamente;
- II. Existem três principais tipos de controlos: controlos de alto nível (controlos ao nível da entidade), controlos dos sistemas de informação (controlos ao nível de TI) e controlos processuais (controlos ao nível de processos). Incluem um conjunto de procedimentos relacionados com a execução, supervisão, monitorização e melhoria de processos, com o objetivo de preparar o relato financeiro da empresa;

- III. A utilização de princípios contabilísticos, que são explicados ao longo das notas às demonstrações financeiras (consultar a secção 5.2, nota 1, do Relatório & Contas), constitui um dos pilares fundamentais do sistema de controlo;
- IV. Os planos, procedimentos e registos do grupo permitem uma garantia razoável de que as transações são executadas apenas com uma autorização geral ou específica da gestão, e que essas transações são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura, também, que a empresa mantém um registo atualizado de ativos, que o acesso a esses ativos depende de uma autorização da gestão, e que o registo dos ativos é verificado face aos ativos existentes, sendo adotadas as medidas apropriadas sempre que ocorrem diferenças;
- V. Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma e partilhado com as diferentes áreas envolvidas e todos os documentos são revistos pormenorizadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e as políticas definidas e utilizadas em períodos anteriores;
- VI. As demonstrações financeiras do grupo são preparadas e analisadas pelo departamento Financeiro e de Contabilidade, sob a supervisão do Conselho de Administração do grupo. O Relatório de Gestão e o Relatório de Governo da Sociedade são preparados pelo departamento de Relação com Investidores, com a contribuição e revisão adicional das várias áreas de negócio e de suporte, com o apoio e fiscalização do Diretor de Governo da Sociedade e do Departamento Jurídico. O conjunto de documentos que constituem o relatório anual é enviado para revisão e aprovação do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração da Sonaecom. Depois da aprovação, os documentos são enviados para o Auditor Externo, que emite a respetiva certificação legal de contas e o Relatório de Auditoria Externa.

As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas nas notas às demonstrações financeiras. As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e na melhor experiência de eventos passados e/ou presentes. Os saldos e as transações mais significativos com partes relacionadas são divulgados nas notas das demonstrações financeiras. No anexo ao Relatório & Contas é apresentada uma lista de todas as partes relacionadas com o grupo Sonaecom. Estas estão associadas sobretudo a atividades operacionais do grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, efetuados a preços de mercado.

Poder-se-á consultar informação mais específica sobre a forma como estas e outras causas de risco foram mitigadas, ao longo das notas às demonstrações financeiras.

IV - Apoio ao Investidor

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto

O departamento de Relação com Investidores é responsável pela gestão da relação da Sonaecom com a comunidade financeira – investidores atuais e potenciais, analistas e autoridades do mercado – e tem como objetivo o desenvolvimento dos conhecimentos e a compreensão do grupo Sonaecom através da divulgação de informação relevante, atempada e fidedigna.

O departamento é responsável pela preparação regular de apresentações e comunicações de resultados trimestrais, semestrais e anuais. De igual forma, é também da sua responsabilidade a preparação, sempre que necessário, de comunicados sobre questões relevantes para o mercado que possam de alguma forma influenciar a cotação dos títulos da Sonaecom.

Qualquer pessoa interessada pode dirigir-se ao departamento de Relação com Investidores através dos seguintes contactos:

Tel: (+351) 22 013 2349

Email: investor.relations@sonae.com

Morada: Edifício 1.A Lugar do Espido – Via Norte – 4471-909 Maia

Website: www.sonae.com

57. Representante para as relações com o mercado

O representante para as relações com o mercado de capitais e Euronext é António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier, que pode ser contactado por telefone ou endereço de e-mail:

Tel: (+351) 22 013 2349

E-mail: antonio.xavier@sonae.com / investor.relations@sonae.com

Morada: Edifício 1.A Lugar do Espido – Via Norte – 4471-909 Maia

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores

O Departamento de Relação com Investidores recebeu, em 2015, um número de pedidos de informação normal tendo em consideração a dimensão da sociedade no mercado de capitais. Estes pedidos de informação foram solicitados quer por e-mail ou carta postal, quer por telefone. Sem prejuízo da complexidade da questão, a resposta a estes pedidos foi fornecida, em média, até dois dias após o pedido de informação.

V - Sítio de Internet

59. Endereço

Endereço eletrônico da sociedade: www.sonae.com

60. Local onde se encontra a informação mencionada no Artº 171º do Código das Sociedades Comerciais

Endereço eletrônico: <http://www.sonae.com/investidores/governo-das-sociedades/identificacao-da-sociedade/>

61. Local onde se encontram divulgados os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

Endereço eletrônico: <http://www.sonae.com/investidores/governo-das-sociedades/orgaos-de-governacao/> nos documentos identificados como "Termos de referência do Conselho de Administração" e "Termos de referência do Conselho Fiscal"

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor, funções e meios de acesso

Endereços eletrônicos: <http://www.sonae.com/investidores/governo-das-sociedades/orgaos-de-governacao/>
<http://www.sonae.com/investidores/contactos/?l=pt>

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, o calendário dos eventos societários

Documentos de prestação de contas: <http://www.sonae.com/investidores/informacao-financeira/relatorios/>

Calendário de Eventos Societários: <http://www.sonae.com/investidores/calendario-do-investidor/>

64. Local onde são divulgados a convocatória da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

Endereço eletrônico: <http://www.sonae.com/investidores/assembleia-geral/> no documento identificado como "Aviso Convocatório" incluído em cada um dos separadores anuais

65. Local onde é disponibilizado o acervo histórico com as deliberações tomadas nas assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

Endereço eletrônico: <http://www.sonae.com/investidores/assembleia-geral/>

D. Remunerações

I - Competência para a determinação

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade

A Comissão de Vencimentos é o órgão responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e dos restantes órgãos sociais e dirigentes, em representação dos acionistas e de acordo com a política de remuneração aprovada em Assembleia Geral de Acionistas.

II - Comissão de remunerações

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores

A Comissão de Vencimentos é composta por dois membros: Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, em representação da Sonae SGPS, S.A. e Francisco de la Fuente Sánchez, em representação da Sontel BV.

A sociedade não contratou quaisquer entidades, para que, numa base regular e neste âmbito, prestassem apoio à Comissão de Vencimentos.

Na determinação da política retributiva, a Comissão de Vencimentos recorre aos estudos de *benchmarking* em matéria de práticas e políticas retributivas anualmente divulgados pelos consultores especializados, internacionalmente reconhecidos, Mercer e Hay Group, e pelas sociedades incluídas no PSI-20 do Portuguese Stock Index, de forma a assegurar que a política de remuneração e compensação dos órgãos sociais anualmente submetida à consideração da Assembleia Geral é adequada e consonante com os comparáveis do mercado.

Os membros da Comissão de Vencimentos são independentes em relação ao Órgão de Administração.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações

A experiência e qualificações profissionais dos elementos da Comissão de Vencimentos da Sonaecom estão espelhadas nos seus *curricula*, constantes no Anexo II deste Relatório e permitem-lhes exercer as suas responsabilidades de forma competente e rigorosa, possuindo cada um as adequadas atribuições para o exercício das suas funções.

III – Estrutura das remunerações

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

A política de remuneração da Sonaecom está estruturada num equilíbrio entre o desempenho dos administradores executivos em relação aos objetivos traçados e o posicionamento em relação ao mercado e situações comparáveis. As propostas de remuneração dos membros dos órgãos estatutários são formuladas, tendo em consideração (i) a comparação geral do mercado, (ii) as práticas de empresas comparáveis, incluindo outras unidades de negócio do grupo que apresentem situações comparáveis e (iii) a responsabilidade individual e avaliação do desempenho.

A política de remuneração e compensação da Sonaecom constitui, assim, um instrumento que promove o alinhamento entre a equipa de gestão e os interesses dos acionistas, na medida em que no conjunto das componentes remuneratórias, se encontra destacada a parte variável, cujo valor depende do desempenho individual e do desempenho da Sociedade. Desta forma, incentiva-se uma gestão orientada para os interesses de longo prazo da empresa e a adoção de comportamentos de ponderação dos riscos assumidos.

A política de remuneração incorpora, na sua estrutura, mecanismos de controlo, considerando a ligação ao desempenho individual e coletivo, prevenindo comportamentos de assunção de riscos excessivos. Este objetivo é ainda assegurado pelo facto de cada KPI se encontrar limitado a um valor máximo.

A Comissão de Vencimentos é o órgão responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração, incluindo membros executivos e não executivos, quando aplicável, e demais órgãos sociais, que submete depois a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. Os membros da Comissão de Vencimentos são eleitos em Assembleia Geral, cabendo a este órgão a fixação da respetiva remuneração.

No âmbito dos princípios que regem o governo societário, foram definidos princípios orientadores da política de remuneração, os quais foram refletidos na Política de Remuneração e Compensação atualmente em vigor (e que se encontra disponível para consulta em http://other.static.sonaecom.com/2015/04/20/Extrato_AttaPT/Extrato_AttaPT.pdf?download=1, aprovada na Assembleia Geral de acionistas, realizada em 20 de abril de 2015, e que se regem pelos princípios a seguir descritos.

Caraterísticas da política de remuneração:

Competitividade:

Na Sonaecom, a política remuneratória é definida por comparação com o mercado global e práticas de empresas comparáveis, informações essas fornecidas pelos principais estudos realizados para Portugal e nos mercados europeus. Atualmente servem de referente os estudos de mercado da Mercer e da HayGroup.

Para a determinação dos valores referentes ao mercado global é considerada a média dos valores aplicável aos quadros de topo da Europa. As empresas que constituem o universo de empresas pares para efeitos remuneratórios são as empresas que compõem o PSI-20.

A remuneração atribuída a administradores executivos é definida por comparação com o mercado, utilizando-se para o efeito estudos de mercado sobre pacotes remuneratórios de quadros de topo em Portugal e na Europa, procurando que, para situações comparáveis de mercado, a remuneração fixa se situe no valor mediano de mercado e a remuneração total próxima do terceiro quartil de mercado.

Orientação para o desempenho:

Uma parte considerável da remuneração dos administradores executivos da Sonaecom é determinada pelo grau de sucesso da Sociedade. A componente variável da remuneração encontra-se estruturada de maneira a estabelecer uma ligação entre os prémios atribuídos e o grau de desempenho, quer individual, quer coletivo. Em caso de não concretização de objetivos pré-definidos, medidos através de KPIs de negócio e individuais, o valor dos incentivos de curto e médio prazo será reduzido total ou parcialmente.

Alinhamento com os interesses dos acionistas:

Parte da remuneração variável dos administradores executivos é paga em ações e diferida por um período de 3 anos.

Considerando que o valor das ações se encontra ligado ao desempenho da Sociedade, a remuneração paga será afetada pela forma como o administrador executivo contribui para aquele resultado. Desta forma, é assegurado um alinhamento do administrador com os interesses do acionista e com o desempenho a médio prazo.

Transparência:

Todos os aspetos da estrutura remuneratória são claros e divulgados abertamente interna e externamente através da publicação de documentação no sítio na Internet. Este processo de comunicação contribui para promover a equidade e independência.

Razoabilidade:

A remuneração dos administradores executivos pretende ser razoável, assegurando um equilíbrio entre os interesses da Sociedade, o posicionamento no mercado, as expectativas e motivações dos colaboradores e a necessidade de retenção de talento.

A Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 20 de abril de 2015, dando continuidade à política até então prosseguida de forma consistente, ao aprovar a Política de Remuneração e Compensação em vigor, manteve ainda os seguintes princípios:

- não atribuição de compensações aos administradores, ou membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de mandato, quer esta cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada por qualquer motivo ou fundamento, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria;

· não consagração de qualquer sistema específico de benefícios, designadamente de reforma, a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e outros dirigentes.

A Sonaecom procede anualmente a uma revisão da política remuneratória como parte do processo de gestão de risco, com vista a certificar-se que a política remuneratória se encontra em total conformidade com o perfil de risco desejado. Relativamente ao ano de 2015, não foram detetadas práticas de pagamento que coloquem riscos relevantes à Sociedade.

No desenho da política retributiva foi tida em consideração a necessidade de controlo de comportamentos que impliquem assunção de riscos excessivos, atribuindo uma relevância significativa, mas simultaneamente equilibrada, à componente variável, vinculando desta forma a remuneração individual ao desempenho coletivo.

Na Sonaecom existem procedimentos de controlo interno relativamente à política retributiva, com o objetivo de identificar potenciais riscos colocados pela própria política retributiva. Por um lado, a estrutura da remuneração variável encontra-se desenhada de tal forma que desincentiva comportamentos de risco, na medida em que a remuneração se encontra ligada à avaliação de desempenho. A existência de KPIs objetivos permite que este método funcione como um mecanismo de controlo eficiente. Por outro lado, a política adotada não permite a celebração de contratos que visem minimizar a razão de ser do MTIP (*Medium Term Incentive Plan*). Tal restrição inclui a celebração de transações com o objetivo de eliminar ou mitigar o risco de variação do valor das ações.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da sociedade é composta, exclusivamente, por uma componente anual fixa estabelecida de acordo com as práticas comparáveis do mercado, não existindo qualquer remuneração variável.

O Revisor Oficial de Contas da sociedade é remunerado de acordo com a tabela de honorários-padrão para serviços similares, por referência à prática do mercado, sob proposta do Conselho Fiscal.

70, 71, 72 e 73. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos Administradores Executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

A Política de Remuneração e Compensação aplicável aos membros dos Órgãos Sociais da sociedade e aos seus Dirigentes adere às orientações comunitárias, à legislação nacional e às recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, sendo baseada no pressuposto de que a iniciativa, a competência e o empenho são os fundamentos essenciais de um bom desempenho e que este deve estar alinhado com os interesses de médio e longo prazo da sociedade, visando a sua sustentabilidade.

O conteúdo dos indicadores de desempenho, dos quais depende a componente variável da remuneração, e o seu peso específico na determinação da remuneração efetiva, asseguram o alinhamento dos administradores executivos com os objetivos estratégicos definidos e o cumprimento das normas legais em que se enquadra a atividade social.

Assim, e relativamente a cada exercício social são avaliadas a atividade da empresa, a performance e os contributos individuais para o sucesso coletivo que, necessariamente, condicionarão a atribuição da componente fixa e variável do plano retributivo de cada membro.

A remuneração fixa dos Administradores Executivos é assim, definida em função do nível de responsabilidade do membro do Conselho de Administração, sendo paga 14 vezes por ano (em prestações mensais) e sendo objeto de revisão anual.

De acordo com a política remuneratória da sociedade, além da remuneração fixa, os administradores executivos participam de um plano de incentivos, também designado por prémio variável. Esta componente variável subdivide-se em duas parcelas:

- (i) Prémio Variável de Curto Prazo (PVCP): este prémio é atribuído no primeiro semestre do ano seguinte àquele a que diz respeito (após o apuramento dos resultados do exercício) e vinculado ao desempenho do ano anterior, visando orientar e recompensar a administração executiva pelo cumprimento de objetivos pré-determinados.
- (ii) Prémio Variável de Médio Prazo (PVMP) ou MTIP: diferido por 3 anos, dependendo o montante apurado da evolução da cotação das ações, e promovendo dessa forma, uma ligação da remuneração ao desempenho de médio prazo e alinhamento com os interesses dos acionistas (conforme Plano de Atribuição de Ações, melhor descrito no capítulo VI deste Relatório).

A componente variável da remuneração dos Administradores Executivos tem natureza discricionária e, dado que a atribuição do respetivo valor está dependente da consecução de objetivos, o seu pagamento não se encontra garantido. O prémio variável é determinado anualmente, fixando-se o valor do objetivo pré-definido entre 30% e 60% da remuneração total anual (remuneração fixa e valor objetivo da remuneração variável).

A componente variável da remuneração é aferida por avaliação da performance de um conjunto de indicadores de desempenho referentes aos diversos negócios com cariz essencialmente económico e financeiro – *Key Performance Indicators of Business Activity (Business KPIs)*. O conteúdo dos indicadores de desempenho e o seu peso específico na determinação da remuneração efetiva asseguram o alinhamento dos administradores executivos com os objetivos estratégicos definidos e o cumprimento das normas legais em que se enquadra a atividade social.

O valor de cada prémio tem como limite mínimo 0% e máximo 160% do objetivo de prémio previamente definido.

Esta remuneração variável é paga em dinheiro, podendo todavia, e a critério da Comissão de Vencimentos, ser pago, no mesmo prazo, em ações.

O pagamento em numerário do prémio variável pode ser efetuado por qualquer uma das modalidades de extinção da obrigação previstos na Lei e nos estatutos.

O pagamento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) da componente variável da remuneração é diferida por um período de 3 (três) anos, nos termos abaixo descritos.

O PVMP destina-se a recompensar a lealdade dos Administradores Executivos à sociedade, alinhando os seus interesses com os dos acionistas, e aumentando a consciencialização da importância do respetivo desempenho para o sucesso global da organização.

Uma vez atribuída a remuneração variável, em função dos resultados referentes ao ano anterior, parte desse valor é integrado no plano de PVMP. O vencimento desta componente do prémio variável encontra-se condicionada à manutenção do vínculo profissional entre o administrador e a empresa pelo período de 3 anos, bem como ao continuado desempenho positivo da sociedade ao longo desse período, que será aferido de acordo com critérios a fixar, para cada triénio, pela Comissão de Vencimentos.

Adicionalmente, nos casos de distribuição de dividendos, de alteração do valor nominal das ações ou de alteração do capital social, durante o período de diferimento, o número de ações do plano será ajustado para o número de ações que, considerando as referidas modificações, seja equivalente ao número de ações inicial, pretendendo-se desta forma manter um alinhamento com o retorno total obtido (*"Total Shareholder Return"*). Na data do vencimento, as ações serão entregues, apenas no caso de se verificar o cumprimento do critério de desempenho positivo da sociedade acima indicado, com um desconto que pode variar entre 90% e 100%, mantendo a sociedade a opção pela entrega, em substituição, de um valor correspondente em dinheiro.

A remuneração dos administradores não-executivos, quando aplicável, é constituída, exclusivamente, por um valor fixo, estabelecido de acordo com os valores praticados pelo mercado. Assim, para cada administrador não executivo, cerca de 15% da remuneração fixa estará dependente da presença nas reuniões do Conselho de Administração. Adicionalmente, ser-lhe-á atribuído um subsídio de responsabilidade anual. A remuneração fixa poderá ser incrementada até 6% quando os administradores não executivos presidam a uma Comissão especializada do Conselho de Administração. Não existirá qualquer remuneração a título de remuneração variável.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício

Não aplicável. A Sociedade não atribuiu remuneração variável baseada em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Os principais parâmetros e fundamentos do sistema de remuneração variável encontram-se descritos na política de remunerações aprovada na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 20 de Abril de 2015, disponível no *website* da sociedade [www.sonae.com](http://other.static.sonae.com/2015/04/20/Extrato_AtPT/Extrato_AtPT.pdf?download=1), no endereço: http://other.static.sonae.com/2015/04/20/Extrato_AtPT/Extrato_AtPT.pdf?download=1

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os Administradores e data em que foram aprovados em Assembleia Geral, em termos individuais e dos dirigentes da sociedade

Não aplicável. A Sociedade não tem qualquer regime complementar de pensões ou reforma antecipada para administradores e não há a atribuição de qualquer benefício não pecuniário relevante.

IV - Divulgação das remunerações

77, 78 e 79. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros os Órgãos de Administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum e remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos

A remuneração de cada um dos administradores da Sonaecom, atribuída pela sociedade e pelas sociedades dominadas e em relação de grupo, nos anos de 2015 e 2014, encontra-se descrita nas tabelas seguintes.

Remuneração de cada um dos administradores da Sonaecom, atribuída pela Sociedade nos anos de 2014 e 2015

	2015				2014			
	Remuneração Fixa	Prémio Variável de Curto Prazo *	Prémio Variável de Médio Prazo/MTIP	Total	Remuneração Fixa	Prémio Variável de Curto Prazo *	Prémio Variável de Médio Prazo/MTIP	Total
Valores em euros								
Desagregação Individual								
Administradores Executivos								
Ângelo Gabriel Ribeiro dos Santos Paupério (CEO)	183.900	142.600	142.600	469.100	162.018	125.100	125.100	412.218
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	147.332	78.100	78.100	303.532	147.332	75.415	75.415	298.162
António Bernardo Aranha Gama Lobo Xavier	153.320	-	-	153.320	198.320	-	-	198.320
	484.552	220.700	220.700	925.952	507.670	200.515	200.515	908.700
Administradores Não-Executivos								
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente) (Nota 1)	-	-	-	-	18.940	-	-	18.940
Jean François René Pontal (Nota 2)	-	-	-	-	11.730	-	-	11.730
David Charles Denholm Hobley (Nota 2)	-	-	-	-	10.790	-	-	10.790
António Maria Theotonio Pereira Sampaio Melo (Nota 2)	-	-	-	-	10.790	-	-	10.790
Frank Emmanuel Dangeard (Nota 2)	-	-	-	-	10.530	-	-	10.530
Gervais Pellissier (Nota 2)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	62.780	-	-	62.780
Total	484.552	220.700	220.700	925.952	570.450	200.515	200.515	971.480

* Valor auferido através da sociedade e das suas participadas

- (1) Os valores atribuídos a Duarte Paulo Teixeira de Azevedo em 2014, indicados na tabela acima, referem-se a serviços de gestão cobrados pela Sonae à Sonaecom. Os valores cobrados pela Sonae à Sonaecom representam o custo equivalente dos seus serviços centralizados na Sonae SGPS em 2014; Duarte Paulo Teixeira de Azevedo renunciou aos cargos exercidos na Sonaecom em 30.04.2014.
- (2) Os valores atribuídos em 2014 aos Administradores Não -Executivos representam apenas 4 meses. Estes administradores renunciaram aos cargos exercidos na Sonaecom em 30.04.2014.

O prémio variável de curto prazo dos administradores executivos inclui uma participação nos lucros da sociedade.

Participação dos administradores no MTIP

Administradores	Plano (Ano de Desempenho)	Data de Atribuição	Data de Vencimento	Valor Vencido em 2015*	Valor dos Planos na Data de Atribuição*	Valor dos Planos em Aberto a 31 de dezembro de 2015**
Ângelo Gabriel Ribeiro dos Santos Paupério (CEO)	2011	mar-12	mar-15	912.311		
	2012 (1)	mar-13	mar-16		225.000	380.609
	2013	mar-14	mar-17		302.800	260.562
	2014	abr-15	abr-18		125.100	109.467
	Total			912.311	652.900	750.638
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	2011	mar-12	mar-15	236.971		
	2012 (1)	mar-13	mar-16		67.500	113.966
	2013	mar-14	mar-17		67.300	57.912
	2014	abr-15	abr-18		75.400	65.977
	Total			236.971	210.200	237.855
Total				1.149.281***	863.100	988.493

*Valores em euros

**Calculado com base na cotação de fecho do último dia de negociação do exercício de 2015

***Foram liquidados todos os planos em aberto no montante de €1.149.281.

(1) O valor do Plano de 2012 na data de atribuição inclui Planos de ações Sonaecom e de ações Sonae SGPS. Em 10 de março de 2014, os Planos de ações da Sonaecom foram convertidos na totalidade para ações Sonae SGPS. Esta conversão ocorreu com base nos termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição em 20 de fevereiro de 2014 (1 Ação Sonaecom – aproximadamente 2,05 Ações Sonae SGPS).

Compensações auferidas pelos administradores em outras sociedades em relação de domínio ou de grupo

	2015				2014			
Valor (em euros)	Remuneração fixa	Bónus de Desempenho Anual	Plano de Incentivo Médio Prazo	Total	Remuneração fixa	Bónus de Desempenho Anual	Plano de Incentivo Médio Prazo	Total
Nome								
Ângelo Gabriel Ribeiro dos Santos Paupério	276.800	190.500	190.500	657.800	251.082	188.800	188.800	628.682
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Nota 1)	-	-	-	-	493.800	389.400	389.400	1.272.600

(1) Renunciou aos cargos exercidos na Sonaecom em 30.04.2014. Remuneração reportada numa base anual.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a titulares do órgão de administração relativamente à cessão de funções durante o exercício de 2015 e 2014.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos Órgãos de Fiscalização da sociedade

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo, baseada na situação da sociedade e nas práticas de mercado, não existindo qualquer remuneração variável.

O valor de remuneração fixa anual dos membros deste órgão no exercício de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015	2014
Valores em euros		
Desagregação individual		
Conselho Fiscal		
Arlindo Dias Duarte Silva	9 900	9 900
Armando Luís Vieira Magalhães	7 900	7 900
Óscar José Alçada Quinta	7 900	7 900
Jorge Manuel Felizes Morgado	-	-
Total	25 700	25 700

82. Indicação da remuneração no ano de referência do Presidente da Assembleia Geral CSM

O presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu uma remuneração anual fixa de 5.000 euros e o secretário auferiu a remuneração anual fixa de 2.500 euros.

V - Acordos com implicações remuneratórias

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de Administradores e sua relação com a componente variável da remuneração

Não existem acordos celebrados com titulares do órgão de administração e/ou dirigentes que estabeleçam direito a compensação por destituição sem justa causa, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do Órgão de Administração e Dirigentes, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

Não existem acordos celebrados com titulares do órgão de administração e/ou dirigentes que estabeleçam direito a indemnização em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

VI - Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações ("stock options")

85 e 86. Identificação do plano e dos respetivos destinatários. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções).

Prémio Variável de Médio Prazo – PVMP

Enquadramento

O PVMP constitui uma forma de alinhamento dos interesses dos Colaboradores e dos Administradores Executivos com a Sociedade, reforçando o seu compromisso e fortalecendo a perceção da importância da sua performance para o sucesso da Sonaecom.

O PVMP é aplicável às empresas da Sonaecom. Relativamente ao Público – Comunicação, Social, S.A. e às empresas por este detidas, as situações de atribuição são bastante restritas, não sendo previsível o seu alargamento.

Características gerais do plano de incentivo de médio prazo

A atribuição do PVMP está condicionada às regras de elegibilidade do Plano de Incentivo de Médio Prazo (Plano) descritas neste Relatório.

As condições gerais do Plano e alterações significativas ao mesmo são definidas previamente pela Comissão de Vencimentos e aprovadas em Assembleia Geral. A aplicação aos administradores executivos é aprovada pela Comissão de Vencimentos no âmbito da Política de Remuneração também aprovada em Assembleia Geral.

Elegibilidade

São elegíveis para efeitos do PVMP da Sonaecom, os Colaboradores que, à data de 31 de Dezembro do ano a que reporta a avaliação de performance, integram um dos Grupos Funcionais (GF) igual ou superior a 6.

O acesso ao GF6, por admissão ou promoção de Grupo Funcional, não confere por si só, o direito à atribuição de PVMP. A decisão de atribuição e o valor a atribuir (percentagem da Remuneração Fixa Anual) - para os efeitos previstos neste Plano - são ponderados com base na variação do pacote retributivo do colaborador(a) em causa. Sugere-se que na primeira atribuição de PVMP, o valor seja igual ou inferior a 50% do máximo indicado para este GF.

Definição do valor de referência do PVMP

Para os colaboradores enquadrados nos Grupos Funcionais 1 e 2, o valor de referência do PVMP corresponde a uma percentagem da Remuneração Variável Total, definida individualmente, tendo em consideração nomeadamente o nível de qualificação do colaborador, a estrutura do seu pacote retributivo e o cumprimento de KPIs específicos e aprovada pela Comissão de Vencimentos. Quanto aos colaboradores do GF3, o valor de referência é aprovado pelo Presidente do Conselho de Administração.

Desde o momento da atribuição do PVMP, até ao seu recebimento, o valor da compensação a auferir varia diretamente em função de uma carteira padrão de ações e do *Total Shareholder Return* constituída por ações da Sonaecom e/ou da holding - Sonae SGPS, S.A. (Sonae), estando este recebimento condicionado ao continuado desempenho positivo da sociedade ao longo desse período, que será aferido de acordo com os critérios a fixar, para cada triénio, pela Comissão de Vencimentos.

Para os colaboradores enquadrados nos Grupos Funcionais 3, 4, 5 e 6, o valor de referência do PVMP corresponde a uma percentagem da Remuneração Fixa Anual. Nestes casos, o valor de referência é definido individualmente, tendo em consideração o nível de qualificação do colaborador, a estrutura do seu pacote retributivo e o cumprimento de KPIs específicos.

No caso de colaboradores que auferam remuneração variável mensal (comissões), o valor de referência do PVMP será calculado com base no valor total anual de comissões, considerando os valores máximos atribuídos aos outros colaboradores do mesmo Grupo Funcional, podendo a Sonaecom decidir pelo seu ajustamento.

Grupo Funcional	% da R. Fixa Anual, que serve de referência à atribuição de PVMP
GF3	Até 65%
GF4	Até 60%
GF5	Até 50%
GF6	Até 45%

Duração do Plano

O PVMP é fixado anualmente, em função da remuneração variável atribuída, tendo cada plano a duração de três anos. A partir do início do terceiro Plano consecutivo, ocorrerá, a cada momento, a sobreposição de três Planos trienais.

Valorização do PVMP

O PVMP é valorizado à data de atribuição, tendo por base os preços da cotação dos títulos que compõem a carteira, no mercado de ações em Portugal. No caso dos títulos da Sonae, considera-se para o efeito o valor mais favorável correspondente à cotação de fecho do primeiro dia útil subsequente à Assembleia Geral ou a cotação média, considerando-se a cotação de fecho nas 30 sessões de bolsa anteriores à data de realização daquela Assembleia. No caso dos títulos da Sonaecom, considera-se o valor médio da cotação das ações no fecho das 30 sessões de bolsa anteriores à data de atribuição.

No caso de, posteriormente à atribuição do direito e antes do seu exercício, se verificar distribuição de dividendos, alteração do valor nominal das ações ou de alteração do capital social da respetiva empresa, ou qualquer outra modificação na estrutura do capital social com expressão económica dos direitos atribuídos, o número de ações cujo direito de aquisição tenha sido atribuído, poderá ser ajustado para um número de ações que, considerando as referidas modificações, seja equivalente ao número de ações inicial.

Vencimento do PVMP

Na data de vencimento dos planos - três anos após a respetiva atribuição -, o pagamento poderá ser efetuado sob a forma de entrega de ações ou desconto na compra de ações. A sociedade que atribui o PVMP reserva-se o direito de entregar, em substituição das ações, o valor equivalente em dinheiro.

Política de Retenção de Ações

No caso dos Administradores Executivos (GF1 e GF2), aplica-se a seguinte política de retenção de ações (*SH&R Policy - Share Holding & Retention Policy*):

Cada administrador executivo deverá reter obrigatoriamente 50% das ações entregues em cada Plano, até manter de forma permanente, um número de ações equivalente ao valor de 2 (dois) salários fixos anuais. A obrigatoriedade de retenção das ações entregues em cada plano cessa a partir do momento em que o administrador em questão mantenha, de forma permanente, um número de ações equivalente ao objetivo definido, quer por via dos Planos atribuídos, quer pela aquisição pessoal de ações. A inclusão destas últimas ações para este efeito, será opcional e da exclusiva decisão do respetivo administrador, devendo neste caso informar a Sonaecom. Para este efeito, o salário anual corresponde ao montante da remuneração base mensal paga 14 vezes por ano.

A política de retenção de ações é da gestão individual dos colaboradores abrangidos e será acompanhada pela Direção de Recursos Humanos e pela Direção Administrativa e Financeira.

Os administradores executivos da Sociedade não devem celebrar contratos com a Sociedade ou quaisquer terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.

Condições do exercício do direito

O direito ao PVMP caduca quando o colaborador deixe de ter uma relação jurídico-laboral ou de administração com a Sona e/ou a empresa que representa a sub-holding a que pertence, ou com quaisquer outras sociedades dependentes destas, direta ou indiretamente. Nos casos de incapacidade permanente ou morte do colaborador ou administrador, o direito manter-se-á em vigor, sendo o PVMP valorizado considerando os preços em vigor no mercado, e o valor resultante será entregue, consoante o caso, ao Colaborador ou aos seus herdeiros legais. Em caso de reforma, os direitos do Colaborador, ao abrigo do PVMP, mantêm-se em vigor até à data da sua conclusão.

87. Direitos de opção atribuídos para aquisição de ações (stock options) de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa

Não existem direitos de opção para a aquisição de ações atribuídos.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital, na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes

Não existem quaisquer mecanismos de controlo de participação dos trabalhadores no capital da sociedade.

E. Transações com Partes Relacionadas

I - Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24)

A Sonaecom pauta a realização de transações com partes relacionadas por princípios de rigor, transparência e de estrita observância das regras concorrenciais de mercado. Tais transações são objeto de procedimentos administrativos específicos que decorrem de imposições normativas, nomeadamente as relativas às regras dos preços de transferência, ou da adoção voluntária de sistemas internos de *checks and balances*, designadamente processos de reporte ou de validação formal, em função do valor da transação em questão.

Neste sentido, a Sonaecom, tem procedimentos especificamente definidos para a prevenção de conflitos de interesses, como o procedimento de interação entre o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal através do qual são prestados esclarecimentos para a salvaguarda de que a transação é realizada em condições normais de mercado.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

Em conformidade com o exposto no ponto 10 deste Relatório, não existiram durante o exercício de 2015, relações de natureza comercial, ou outra, significativa entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade. As transações não significativas realizadas enquadram-se no exercício da atividade da Sonaecom, foram realizadas em condições de mercado e a par de transações realizadas com outras entidades contratantes nacionais e internacionais, em termos que se conformam com o precedente enquadrador da prática da Sonaecom sob a supervisão do Conselho Fiscal descritos, como referido no ponto 92. Não se realizaram transações com qualquer membro ou do órgão de fiscalização durante o exercício de 2015.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do Órgão de Fiscalização, para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do Artigo 20.º do CVM

As transações com titulares de participações qualificadas ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários são formalmente submetidas ao parecer prévio do Conselho Fiscal se de valor superior a 10 milhões de euros. Adicionalmente, todas as transações com partes relacionadas que excedam o valor de 1 milhão de euros são ainda objeto de reporte trimestral ao Conselho Fiscal.

II - Elementos relativos aos negócios

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24 ou, alternativamente, reprodução dessa informação

Os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, encontram-se descritos na nota 34 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2015.

PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adotado

O Relatório sobre o Governo da Sociedade fornece uma descrição da estrutura do governo, políticas e práticas observadas pela Sociedade, e cumpre as normas do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e os deveres de informação constantes do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 4/2013 de 1 de agosto, bem como divulga, à luz do princípio *comply or explain*, os termos de observância pela Sociedade das Recomendações CMVM integradas no Código de Governo das Sociedades da CMVM, de 2013.

Este documento deve ser lido como parte integrante do Relatório Anual de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício social de 2015.

Foram cumpridos os deveres de informação exigidos pelo artigo 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, pelos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, pelo Artº 245-A do Código dos Valores Mobiliários e pelo Regulamento n.º 5/2008 da CMVM.

A Sociedade, no presente exercício, que corresponde ao termo do mandato dos órgãos sociais, adotou o Código do Governo das Sociedades publicado pela CMVM em julho de 2013.

Todos os normativos legais e regulamentares evocados neste Relatório estão disponíveis em www.cmvm.pt.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

O modelo de governo adotado na Sonaecom permitiu o normal funcionamento do Conselho de Administração, não tendo sido reportada por outros órgãos sociais a existência de constrangimentos ao livre exercício das suas funções.

O Conselho Fiscal exerceu a sua competência fiscalizadora, tendo recebido o adequado apoio do Conselho de Administração para esse efeito, através da disponibilização regular de informação.

O Revisor Oficial de Contas acompanhou o desenvolvimento da atividade da sociedade e procedeu aos exames e verificações por si considerados necessários à revisão e Certificação Legal das Contas, em interação com o Conselho Fiscal, no quadro das respetivas competências e responsabilidades e com a plena colaboração do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração tem vindo a exercer a sua atividade em diálogo com o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, prestando a colaboração solicitada com transparência e rigor, em observância dos respetivos regulamentos de funcionamento e das melhores práticas de governo societário.

Os textos integrais contendo as atuais regras de governo da Sonaecom – com fonte regulamentar, recomendatória ou de natureza voluntária, incluindo o código de conduta – são disponibilizados ao público em geral através do *website*: www.sonae.com e do *website* da CMVM: www.cmvm.pt.

De seguida, apresenta-se um resumo das recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades publicadas em julho de 2013 e o respetivo nível de cumprimento por parte da Sonaecom, a 31 de dezembro de 2015.

I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE

1.1. As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade incentiva os seus acionistas à participação nas Assembleias Gerais, atribuindo a cada ação um voto, limitando o número de votos que podem ser detidos ou exercidos por cada acionista e colocando à disposição dos acionistas todos os meios necessários ao exercício do voto por correspondência por via postal ou por via eletrónica.

Adicionalmente, a sociedade disponibiliza no seu website, desde a data da convocatória de cada Assembleia Geral, documentos tipo destinados a facilitar o acesso à informação necessária à emissão das comunicações a efetuar pelos acionistas para assegurar a sua presença na assembleia, bem como faculta um endereço eletrónico dedicado à comunicação entre acionistas e o Presidente da Mesa, para o esclarecimento de todas as dúvidas e destinado à receção de todas as comunicações de participação na Assembleia Geral.

1.2. As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.

Recomendação integralmente adotada.

O quórum definido nos estatutos da sociedade corresponde ao mínimo requerido por lei.

1.3. As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade não adotou qualquer mecanismo que tenha por efeito provocar o mencionado desfasamento.

I.4. Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.

Recomendação integralmente adotada.

Os estatutos da sociedade não preveem qualquer limitação do número de votos que pode ser detido ou exercido por um único acionista.

I.5. Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade não adotou quaisquer medidas que se enquadrem na recomendação em apreço.

II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO

II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.

Recomendação integralmente adotada.

O Conselho de Administração entende que face à atual dimensão da Sociedade e à composição do próprio Conselho – a qual resultou da deliberação tomada pelos acionistas da Sociedade na Assembleia Geral de 24 de Abril de 2014, que reduziu o número de membros deste órgão para três –, não se justifica a delegação de poderes numa Comissão Executiva ou num administrador delegado.

Dessa forma, a gestão da sociedade é exercida colegialmente pelo Conselho de Administração, enquanto órgão responsável por gerir os negócios da sociedade, praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, monitorizar os riscos e desenvolver os objetivos e estratégia da organização. Todos os seus membros exercem, assim, funções executivas. A administradora Maria Cláudia Teixeira de Azevedo exerce ainda funções executivas na área de Software e Tecnologia e Online & Media do grupo.

II.1.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.

Recomendação integralmente adotada.

Tais responsabilidades não estão delegadas, competindo na íntegra ao Conselho de Administração.

II.1.3. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.

Recomendação não aplicável.

A Sonaecom não adotou este modelo de governação.

II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:

a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;

b) Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

Recomendação integralmente adotada.

O Conselho de Administração entende, face à atual dimensão da Sociedade, não se justificar a existência de qualquer comissão específica que tenha em vista assegurar uma avaliação do desempenho dos administradores executivos, encontrando-se tal matéria sob a alçada da Comissão de Vencimentos.

A sociedade mantém um Diretor de Governo, que reporta hierarquicamente ao Conselho de Administração, e que tem como responsabilidades centrais, avaliar a estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria (cfr. detalhado na Parte I, parágrafo 29 supra).

II.1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.

Recomendação integralmente adotada.

Estes sistemas estão implementados pelo Conselho de Administração e são monitorizados pelo Conselho Fiscal.

II.1.6. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.

Recomendação não adotada.

Face à atual dimensão da Sociedade, entende-se que não se justifica a existência de administradores não executivos, estando a supervisão e avaliação dos membros do órgão de administração sob alçada do Conselho Fiscal, enquanto órgão de supervisão da Sociedade.

II.1.7. Entre os administradores não-executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo free float.

A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;
- Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;
- Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;
- Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;
- Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.

Recomendação não adotada.

Atendendo à sua atual dimensão, à respetiva estrutura acionista e à reduzida dispersão do capital social, a Sociedade considera não se justificar a existência de administradores independentes.

II.1.8. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.

Recomendação integralmente adotada.

Os administradores da Sociedade cumprem esta recomendação, facilitando as informações solicitadas de forma expedita, clara e completa.

II.1.9. O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.

Não aplicável.

A Sociedade não dispõe de uma Comissão Executiva.

As convocatórias e as atas das reuniões da Conselho de Administração foram disponibilizadas ao Presidente do Conselho Fiscal.

II.1.10. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.

Recomendação não aplicável.

Todos os membros do Conselho de Administração da sociedade, incluindo o seu Presidente, exercem funções executivas, uma vez que, face à atual dimensão da Sociedade e à respetiva composição daquele órgão, se entendeu não ser adequada a delegação de poderes numa Comissão Executiva ou num administrador delegado. Dessa forma, a gestão da sociedade é exercida colegialmente pelo Conselho de Administração, não existindo membros não executivos.

II.2. FISCALIZAÇÃO

II.2.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.

Recomendação integralmente adotada.

O Presidente do Conselho Fiscal, tal como todos os membros deste órgão, são independentes, de acordo com os critérios estabelecidos no número 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais e possuem as aptidões e experiência necessárias ao exercício das suas funções.

A avaliação das condições de independência, de acordo, com critérios legais, é aferida no momento de eleição e repetida anualmente numa avaliação interna, estando, para além disso, cada membro do Conselho Fiscal comprometido a informar imediatamente a Sociedade caso ocorra qualquer circunstância que determine a sua perda de independência.

II.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade cumpre integralmente o que está estipulado no Código das Sociedades Comerciais em termos das funções e funcionamento do Conselho Fiscal.

É da competência do Conselho Fiscal supervisionar a atividade e a independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, rececionar primordialmente os seus relatórios, com ele interagindo diretamente nos termos das suas competências e das normas de funcionamento constantes do Regulamento do Conselho Fiscal disponível no website da sociedade, no endereço http://other.static.sonae.com/2016/03/22/Regulamento_Conselho_Fiscal_/Regulamento_Conselho_Fiscal_.pdf.

II.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.

Recomendação integralmente adotada.

O Conselho Fiscal da sociedade procede anualmente a esta avaliação.

II.2.4. O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.

Recomendação integralmente adotada.

O Conselho de Administração assegura proativamente o sistema de controlo interno e de gestão de riscos. O Conselho Fiscal avalia a eficácia daqueles sistemas, propondo as medidas de otimização que entender necessárias e pronunciando-se sobre os mesmos no seu relatório e parecer anuais, disponibilizados juntamente com os demais documentos de prestação de contas em <http://www.sonae.com/investidores/informacao-financeira/relatorios/> (separador R&C 2015/Capítulo 8).

II.2.5. A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de *compliance*), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

Recomendação integralmente adotada.

O Conselho Fiscal supervisiona a atividade da auditoria interna, recebe reporte da atividade desenvolvida, avalia os resultados e conclusões apuradas, afere da existência de eventuais irregularidades e emite as diretrizes que entender por convenientes.

II.3. FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

II.3.1. Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.

Recomendação integralmente adotada.

Os membros da Comissão de Vencimentos, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo e Francisco de la Fuente Sánchez são independentes relativamente aos membros do Conselho de Administração e possuem conhecimento e experiência relevantes em matérias de política de remuneração.

Os curricula vitae dos membros da Comissão de Vencimentos estão disponíveis no Anexo III deste Relatório.

II.3.2. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.

Recomendação integralmente adotada.

*A Sociedade não contrata para apoiar a Comissão de Vencimentos na realização das suas funções, entidades que não sejam independentes face ao Conselho de Administração. A Comissão de Vencimentos recorre aos estudos de *benchmarking* em matéria de práticas e políticas retributivas anualmente divulgados por consultores internacionais de reconhecida competência, sendo a independência destes últimos assegurada, quer pelo facto de não possuírem qualquer vínculo com o Conselho de Administração, quer através da sua ampla experiência e estatuto reconhecidos no mercado.*

II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter, adicionalmente:

- a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;
- b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;
- c) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.

Recomendação integralmente adotada.

A declaração sobre a política de remuneração foi apresentada à Assembleia Geral Anual de 20 de abril de 2015 e integra a informação referida nesta recomendação. Não são exigíveis pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis.

A declaração sobre a política de remunerações encontra-se disponível em <http://www.sonae.com/investidores/assembleia-geral/> no endereço http://other.static.sonae.com/2015/04/20/Extrato_AttaPT/Extrato_AttaPT.pdf?download=1

II.3.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade inclui na sua proposta a aprovação do plano de atribuição de ações, acompanhando-a sempre do respetivo regulamento.

II.3.5. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.

Recomendação não aplicável.

A sociedade não tem quaisquer planos de pensões de reforma em vigor a favor dos membros dos órgãos sociais.

III. REMUNERAÇÕES

III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.

Recomendação integralmente adotada.

A remuneração dos membros executivos do órgão de administração da sociedade baseia-se no seu desempenho efetivo e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

III.2. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

Recomendação integralmente adotada.

A política de remuneração aprovada pela Assembleia Geral sob proposta da Comissão de Vencimentos prevê que os membros não executivos do órgão de administração, quando existam, e os membros do órgão de fiscalização auferam unicamente uma componente de remuneração fixa. Deste modo, os membros do Conselho Fiscal não auferem remuneração variável nem participam no MTIP.

III.3. A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.

Recomendação integralmente adotada.

A política de remuneração da sociedade contempla uma componente fixa e uma componente variável, tal como previsto nos principais indicadores de referência europeus. Em termos comparativos, a remuneração fixa é próxima da mediana e a remuneração total aproxima-se do terceiro quartil dos indicadores. A componente variável representa mais de 40% do total auferido. A componente variável mínima e máxima são pré-estabelecidas como percentagem da componente fixa sendo, como tal, estabelecidas de forma objetiva.

III.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.

Recomendação integralmente adotada.

O MTIP, parte integrante da remuneração dos membros executivos do órgão de administração, baseia-se precisamente neste diferimento.

III.5. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.

Recomendação integralmente adotada.

A política de remuneração aprovada pela Assembleia Geral de 20 de Abril de 2015, sob proposta da Comissão de Vencimentos, consignou o princípio estabelecido nesta recomendação, não devendo os administradores executivos da Sociedade celebrar contratos com a Sociedade ou terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.

A Sociedade não identificou quaisquer contratos desta natureza.

A política de remunerações encontra-se disponível no endereço identificado no ponto II.3.3.

III.6. Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.

Recomendação integralmente adotada.

Desde 2008, a sociedade implementou uma política de retenção de ações que cumpre integralmente esta recomendação.

III.7. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.

Recomendação não aplicável.

A componente variável da remuneração da sociedade não contempla a atribuição de opções.

III.8. Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade recorre aos instrumentos jurídicos disponíveis na lei adequados para esta situação. Não existem contratos individuais com os administradores para definir como seriam calculadas eventuais compensações. Além disso, a sociedade nunca atribuiu ou ponderou atribuir qualquer compensação aos administradores em caso de destituição ou cessação decorrente de um desempenho inadequado.

IV. AUDITORIA

IV.1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.

Recomendação integralmente adotada.

O Revisor Oficial de Contas da sociedade pronunciou-se sobre a atividade por si desenvolvida no exercício de 2015 nos termos do seu relatório anual de auditoria, disponível no website da sociedade, através do endereço <http://www.sonae.com/investidores/informacao-financeira/relatorios/> (separador R&C 2015/Capítulo 7).

IV.2. A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.

Recomendação integralmente adotada.

Os serviços prestados pelo Auditor Externo da Sociedade foram aprovados pelo Conselho Fiscal dentro dos princípios recomendados (ver pontos 46 e 47).

IV.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.

Recomendação integralmente adotada.

A Deloitte & Associados, SROC, S.A, foi nomeada Revisor Oficial de Contas da sociedade, em assembleia geral anual de acionistas realizada a 2 de maio de 2007, exercendo funções até ao termo do mandato então em curso.

Em 2008 iniciou-se o mandato correspondente ao quadriénio 2008/2011, tendo o Revisor Oficial de Contas sido reconduzido no exercício do cargo. Em 2012, foi apresentada pelo Conselho Fiscal à Assembleia Geral, proposta de eleição da Deloitte & Associados, SROC, S.A. para o novo mandato (2012/2015), suportada num parecer específico do órgão de fiscalização que ponderou expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição, conforme melhor explicitado no ponto 40 deste Relatório.

V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

V.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade pauta a realização de transações com partes relacionadas por princípios de rigor, transparência e de estrita observância das regras concorrenciais de mercado. Tais transações são objeto de procedimentos específicos que decorrem de imposições normativas, nomeadamente as relativas às regras dos preços de transferência, e da adoção voluntária de sistemas internos de checks and balances, designadamente processos de reporte ou validação formal, em função do valor da transação em questão.

V.2. O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade tem em prática um procedimento interno com vista à obtenção de parecer do Conselho Fiscal previamente à realização de negócios superiores a 10 milhões de euros com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários. Todas as transações com as entidades referidas em excesso de 1 milhão de euros são ainda objeto de reporte trimestral ao Conselho Fiscal.

VI. INFORMAÇÃO

VI.1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.

Recomendação integralmente adotada.

O website da sociedade, www.sonae.com, contém informação que cumpre os requisitos desta recomendação.

VI.2. As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade dispõe de um gabinete de Relação com Investidores, cuja atividade cumpre os requisitos desta recomendação.

ANEXO I

Artigo 447, 448 e Participações Qualificadas

- Artigo 447

Conselho de Administração

		Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2015	Saldo em 31 dezembro 2015
	Data	Quantidade	Cotação €	Quantidade	Cotação €		Quantidade
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério							
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾							-
Ações entregues ao abrigo do plano de incentivo de médio prazo	18.05.2015	751.429	0,06				
Alienação	23.12.2015			1521.855	1,08		
Sonaeacom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾							-
Enxomil - SGPS, SA ⁽¹⁰⁾						Dominante	a)
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo							
Efanor Investimentos, SGPS, S.A. ⁽¹⁾						Minoritário	
Linhacom, SGPS, S.A. ⁽⁴⁾						Dominante	
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾							204.678
Ações entregues ao abrigo do plano de incentivo de médio prazo	18.05.2015	195.183	0,06				
Alienação	18.05.2015			195.000	1,26		
Alienação	19.05.2015			183	1,26		
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier							
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						-	-
Sonaeacom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						-	-

a) Inclui ações detidas indiretamente.

Dirigentes

		Aquisições		Alienações		Saldo em 31 dezembro 2015
	Data	Quantidade	Cotação €	Quantidade	Cotação €	Quantidade
David Graham Shenton Bain						
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						20.000
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						-
Rui José Gonçalves Paiva						
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						104.319
Ações entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	18.05.2015	54.601	0,13			
Ações entregues ao abrigo do plano de incentivo de médio prazo	24.07.2015	925	0,06			
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						-
Carlos Alberto Rodrigues Silva						
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						63.257
Ações entregues ao abrigo do plano de incentivo de médio prazo	20.03.2015	32.771	0,14			
Fernando José Lobo Pimentel Macareno Videira						
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						56.430
Ações entregues ao abrigo do plano de incentivo de médio prazo	18.05.2015	24.222	0,13			
Ações entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	24.07.2015	4.082	0,06			
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares						
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						41.697
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						-

		Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2015	Saldo em 31 dezembro 2015
	Data	Quantidade	Cotação	Quantidade	Cotação		Quantidade
(1) Efanor Investimentos, SGPS, S.A.							
Sonae - SGPS, S.A. ⁽⁶⁾							200.100.000
Pareuro, BV ⁽²⁾						Dominante	
(2) Pareuro, BV							
Sonae - SGPS, S.A. ⁽⁶⁾							849.533.095
(3) Migracom, SGPS, S.A.							
Imparfin, SGPS, S.A. ⁽⁵⁾						Minoritária	
Sonae - SGPS, S.A. ⁽⁶⁾							2.464.337
Alienação	19.05.2015			247.362	1,26		
Alienação	20.05.2015			300.037	1,25		
Alienação	21.05.2015			315.000	1,25		
Aquisição	23.12.2015	1.000.000,0	1,071				
Aquisição	28.12.2015	790.053,0	1,06				
(4) Linhacom, SGPS, S.A.							
Imparfin, SGPS, S.A. ⁽⁵⁾						Minoritária	
Sonae - SGPS, S.A. ⁽⁶⁾							439.314
(5) Imparfin, SGPS, S.A.							
Sonae - SGPS, S.A. ⁽⁶⁾							4.105.280
(6) Sonae - SGPS, S.A.							
Sonaeacom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						Dominante	
Sonae Investments BV ⁽⁷⁾						Dominante	
Sontel BV ⁽⁸⁾						Dominante	
(7) Sonae Investments BV							
Sontel BV ⁽⁸⁾						Dominante	
(8) Sontel BV							
Sonaeacom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						Dominante	
(9) Sonaeacom, SGPS, S.A.							
							5.571.014
(10) Enxomil - SGPS, SA							
Sonae - SGPS, S.A. ⁽⁶⁾							2.021.855
Aquisição	23.12.2015	1.521.855	1,08				

- Artigo 448

	Número de ações em 31 dezembro 2015
Efanor Investimentos, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	
Sonae- SGPS, S.A.	200 100 000
Pareuro, BV	Dominante
Pareuro, BV	
Sonae- SGPS, S.A.	849 533 095
Sonae- SGPS, S.A.	
Sonaecon, SGPS, S.A.	Dominante
Sonae Investments BV	Dominante
Sontel BV	Dominante
Sonae Investments BV	
Sontel BV	Dominante
Sontel BV	
Sonaecon, SGPS, S.A.	Dominante

(1) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 20º e do nº 1 do artigo 21º ambos do Código dos Valores Mobiliários, o "ultimate beneficial owner", porquanto domina a Efanor Investimentos SGPS, SA e esta, por sua vez, domina indiretamente a Sonae SGPS, SA e a Sontel BV.

- Participações Qualificadas

	Número de ações	% Participação no capital	% Capital social e direitos de voto*	% Direitos de voto passíveis de exercício**
Acionista				
Diretamente				
Sontel BV	194 063 119	62,33%	62,33%	63,47%
Sonae- SGPS, S.A.	81 022 964	26,02%	26,02%	26,50%
Total imputável ⁽¹⁾	275 086 083	88,36%	88,36%	89,97%

(1) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 20º e do nº 1 do artigo 21º ambos do Código dos Valores Mobiliários, o "ultimate beneficial owner", porquanto domina a Efanor Investimentos SGPS, SA e esta, por sua vez, domina indiretamente a Sonae SGPS, SA e a Sontel BV.

* Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto nos termos da alínea b) do nº3 do artigo 16º do Código dos Valores Mobiliários

** Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto cujo exercício não está suspenso

ANEXO II

Curricula Vitae e Cargos exercidos pelos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade

- Conselho de Administração:

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério
Data de Nascimento
14 setembro 1959
Curriculum Académico
Licenciatura em Engenharia Civil - Universidade do Porto
MBA pela Porto Business School
Experiência Profissional
Co-CEO da Sonae - SGPS, S.A.
Administrador da Sonae Investimentos, SGPS, S.A.
Administrador da MDS, SGPS, S.A.
Administrador da Sonae Sierra, SGPS, S.A.
Vice-Presidente da Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, S.A.
Vice-Presidente da Sonae - Retalho Especializado, S.A.
Vice-Presidente da Sonaerp - Retail Properties, S.A.
Membro do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, S.A.
Membro do Conselho de Administração da NOS, SGPS, S.A.
Professor convidado da Porto Business School
Membro do Conselho Superior da Universidade Católica Portuguesa
Membro do Conselho Superior da Porto Business School
Presidente do Conselho Diretor da APGEI
Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é acionista
Presidente do Conselho de Administração da SONAE INVESTMENT MANAGEMENT - SOFTWARE AND TECHNOLOGY, SGPS, S.A. (Anteriormente Designada por Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, S.A.)
Membro do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, S.A.
Membro do Conselho de Administração da NOS, SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.
Presidente do Conselho de Administração do Público - Comunicação Social, S.A.

Cargos exercidos noutras Entidades

Co-CEO da Sonae, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Sonae Center Serviços II, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, SGPS, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonae – Specialized Retail, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Sonaerp – Retail Properties, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Sonaegest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Sonae, RE, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Financial Services, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Sonae Investments, B.V.

Membro do Conselho de Administração da Sontel B.V.

Presidente do Conselho de Administração da MDS, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da MDS AUTO, Mediação de Seguros, S.A.

Administrador Único da Enxomil, SGPS, S.A.

Administrador Único da Enxomil – Sociedade Imobiliária, S.A.

Administrador Único da STTR – Construção e Imóveis, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Love Letters – Galeria de Arte, S.A.

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Data de Nascimento

13 janeiro 1970

Curriculum Académico

Licenciatura em Gestão - Universidade Católica do Porto

MBA pelo INSEAD

Experiência Profissional

Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.

Administradora Executiva da Sonaecom, SGPS, S.A.

Administradora Executiva da SONAE INVESTMENT MANAGEMENT - SOFTWARE AND TECHNOLOGY, SGPS, S.A.
(Anteriormente Designada por Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, S.A.)

Presidente da Comissão Executiva da Sonae Capital, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Turismo, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, S.A.

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é acionista

Membro do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da SONAE INVESTMENT MANAGEMENT - SOFTWARE AND TECHNOLOGY, SGPS, S.A.
(Anteriormente designada por Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, S.A.)

Membro do Conselho de Administração da Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom - Cyber Security and Intelligence, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da ITrust - Cyber Security Intelligence Services, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da WeDo Consulting, Sistemas de Informação, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Saphety Level - Trusted Services, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A.

Membro do Conselho de Administração do Público - Comunicação Social, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da PCJ - Público, Comunicação, e Jornalismo, S.A.

Administradora da Sonaecom - Sistemas de Información Espana, S.L.

Presidente do Conselho de Administração do Grupo S 21 SEC Gestión, S.A.

Membro do Conselho de Administração da WeDo Technologies (UK) Limited

Membro do Conselho de Administração da Praesidium Services Limited (UK)

Gerente da WeDo Technologies Mexico, S. De R.L. De C.V.

Presidente do Conselho de Administração da WeDo Technologies Americas Inc.

Gerente General da Saphety - Transacciones Electronicas, S.A.S

Administradora da WeDo Technologies Egypt

Membro do Conselho de Administração da WeDo Technologies Australia PTY Limited

Membro do Conselho de Administração da NOS, SGPS, S.A.

Cargos exercidos noutras Entidades

Presidente do Conselho de Administração da Capwatt - Brainpower, S.A.

Gerente da Carvemagere, Manutenção e Energias Renováveis, Lda

Presidente do Conselho de Administração da Capwatt Hectare - Heat Power, Ace
(Anteriormente Designada por Companhia Térmica Hectare, Ace)

Gerente da C.T.E. - Central Termoelétrica do Estuário, Unipessoal, Lda

Presidente do Conselho de Administração da Capwatt Maia - Heat Power, S.A.
(Anteriormente Designada por Ecociclo II - Energias, S.A.)

Gerente da Enerlousado - Recursos Energéticos, Unipessoal, Lda

Presidente do Conselho de Administração da Imoarea - Investimentos Turísticos, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Capwatt Ace, S.A.
(Anteriormente designada por Integrum Ace, S.A.)

Presidente do Conselho de Administração da Capwatt Colombo - Heat Power, S.A.
(Anteriormente designada por Integrum Colombo - Energia, S.A.)

Presidente do Conselho de Administração da Capwatt Engenho Novo - Heat Power, S.A.
(Anteriormente designada por Integrum Engenho Novo - Energia, S.A.)

Presidente do Conselho de Administração da Capwatt Martim Longo - Solar Power, S.A.
(Anteriormente designada por Integrum Martim Longo - Energia, S.A.)

Presidente do Conselho de Administração da Capwatt Vale do Caima - Heat Power, S.A.
(Anteriormente designada por Integrum Vale do Caima - Energia, S.A.)

Presidente do Conselho de Administração da Capwatt Vale do Tejo - Heat Power, S.A.
(Anteriormente designada por Integrum Vale do Tejo - Energia, S.A.)

Presidente do Conselho de Administração da Capwatt II - Heat Power, S.A.
(Anteriormente designada por Integrum II - Energia, S.A.)

Presidente do Conselho de Administração da Capwatt III - Heat Power, S.A.
(Anteriormente designada por Integrum III - Energia, S.A.)

Presidente do Conselho de Administração da Capwatt, SGPS, S.A.

Gerente da Ronfegen - Recursos Energéticos, Unipessoal, Lda

Presidente do Conselho de Administração da SC, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da Sistavac, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da Sistavac, SA

Presidente Comissão Executiva da Sonae Capital, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da SC Hospitality, SGPS, S.A.
(Anteriormente designada por Sonae Turismo - SGPS, SA)

Gerente da Companhia Térmica Tagol, Unipessoal, Lda
(Anteriormente Designada por Companhia Térmica Tagol, Lda)

Presidente do Conselho de Administração da Spred, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da QCE - Desenvolvimento e Fabrico de Equipamentos, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Sopair, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Efanor - Serviços de Apoio à Gestão, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Imparfin, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Linhacom, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Efanor - Investimentos, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Curadores da Fundação Belmiro de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier**Data de Nascimento**

16 outubro 1959

Curriculum Académico

Licenciatura em Direito - Universidade de Coimbra

Mestrado em Direito Económico - Universidade de Coimbra

Experiência Profissional

Partner e membro do Conselho de Administração da MLGTS

Administrador não-executivo do Conselho de Administração do BPI, SGPS

Administrador não-executivo do Conselho de Administração da Riopele, S.A.

Administrador não-executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A.

Administrador Executivo da Sonaecom, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração do Público - Comunicação Social, S.A.

Membro do Conselho de Administração da SONAE INVESTMENT MANAGEMENT - SOFTWARE AND TECHNOLOGY, SGPS, S.A.
(Anteriormente Designada por Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, S.A.)

Administrador não-executivo da NOS, SGPS, S.A.

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é acionista

Membro do Conselho de Administração da SONAE INVESTMENT MANAGEMENT - SOFTWARE AND TECHNOLOGY, SGPS, S.A.
(Anteriormente Designada por Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, S.A.)

Membro do Conselho de Administração da Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.

Membro do Conselho de Administração do Público - Comunicação Social, S.A.

Membro do Conselho de Administração da PCJ - Público, Comunicação, e Jornalismo, S.A.

Membro do Conselho de Administração da NOS - SGPS, S.A.

Cargos exercidos noutras Entidades

Partner e Membro do Conselho de Administração da MLGTS & Associados, Sociedade de Advogados

Membro do Conselho de Administração do BPI, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Riopele, S.A.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Vallis Capital Partners

- Conselho Fiscal

Arlindo Dias Duarte Silva	
Data de Nascimento	
27 outubro 1936	
Curriculum Académico	
1963	Licenciatura em Economia - Universidade do Porto
Experiência Profissional	
1960-1963	Professor na Escola Comercial e Industrial
1968-1971	Serviço Militar obrigatório, inclusive em Angola (interrupção na atividade bancária)
1976-1979	Reinício da atividade bancária, sendo subdiretor do Banco BPA desde 1976
1989-1992	Membro do Conselho Geral da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas
1992-1995	Membro do Conselho Diretivo na Câmara dos Revisores Oficiais de Contas
Desde 1979	Inscrito como Revisor Oficial de Contas, desempenhando essas funções quer como sócio de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, quer em nome individual
Desde 1979	Revisor Oficial de Contas, Membro do Conselho Fiscal ou Fiscal Único em várias Sociedades como Banco Universo, União Portuguesa de bancos, Orbitur - Intercâmbio de Turismo, SA, ATPS - SGPS, SA, MDS - Corretor de Seguros, SA, Imoarea - Sociedade Imobiliária, SA e Contacto - SGPS, SA
Cargos exercidos noutras Entidades	
Membro do Conselho Fiscal da Associação Cultural do Senhor do Padrão	

Armando Luís Vieira de Magalhães

Data de Nascimento

22 agosto 1945

Curriculum Académico

1972 Bacharelato em Contabilidade - ex-ICP e atual ESCAP

1978 Licenciatura em Economia - Faculdade de Economia - Universidade do Porto (1978)

1996 Executive MBA - European Management, IESF/EFG

Experiência Profissional

1964-1989 Ocupou diversas funções numa instituição de crédito

1989-2010 Revisor Oficial de Contas e Sócio da Santos Carvalho & Associados, SROC, SA

Desde 2010 Revisor Oficial de Contas e Sócio da Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda.

Cargos exercidos noutras Entidades

Membro do Conselho Fiscal do Futebol Clube do Porto - Futebol SAD

Membro do Conselho Fiscal da Real Vida Seguros, SA

Membro do Conselho Fiscal da Caravela - Companhia de Seguros, S.A.

Cargos exercidos em associações de Solidariedade Social e outras

Membro do Conselho Fiscal da Associação Sénior de Golfe do Norte de Portugal

Membro do Conselho Fiscal da Fundação Eça de Queiroz

Óscar José Alçada da Quinta

Data de Nascimento

01 dezembro 1957

Curriculum Académico

1982 Licenciatura em Economia - Universidade do Porto

1990 Revisor Oficial de Contas nº 731

Experiência Profissional

1982-1986 Responsabilidades na área administrativa e financeira de empresas do setor têxtil, construção civil e equipamentos de escritório

Desde 1986 Prestação de serviços no âmbito da auditoria externa a Revisores Oficiais de Contas e a sociedade com as atividades anteriores

1990-1992 Revisor Oficial de Contas a título individual

Desde 1992 Revisor Oficial de Contas e sócio da sociedade de revisores oficiais de contas Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC

Cargos exercidos noutras Entidades

Membro do Conselho de Administração da Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC

Membro do Conselho Fiscal da Sonae Indústria, SGPS, SA

Membro do Conselho Fiscal da Caetano-Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.

Membro do Conselho Fiscal da BA GLASS I - Serviços de Gestão e Investimentos, SA

Jorge Manuel Felizes Morgado

Data de Nascimento

6 junho 1955

Curriculum Académico

1977 Licenciatura em Gestão - ISEG - Universidade Técnica de Lisboa

1999 MBA em Finanças - IEDE Madrid

2004 MBA em Gestão e Sistemas de Informação - Faculdade de Economia e Gestão - Universidade Católica

22 abril 1991 Revisor Oficial de Contas nº 775

Experiência Profissional

1980-1989 Assistente e Manager de Auditoria da Coopers & Lybrand

1989-1991 Responsável pelo Controlo de Gestão e Auditoria Interna do Grupo Coelima

1991-2004 Partner da Deloitte - Membro do Conselho Fiscal e revisor Oficial de Contas de várias empresas, responsável pela consultoria no Norte do País e pelo Corporate Finance em Portugal até 2001

Desde 2004 Revisor Oficial de Contas em várias empresas nacionais e internacionais e consultor de várias empresas

Desde 2006 Sócio da Horwath Parsus - Consultoria e Gestão, Lda.

Cargos exercidos noutras Entidades

Membro do Conselho Fiscal da Sonae Sierra, SGPS, SA

Revisor Oficial de Contas da Valorinveste - Soc. Invest. Imb., SA

Revisor Oficial de Contas da Jofabo - Construção e Imobiliária, SA

Revisor Oficial de Contas da Know it - Soluções Formação Tecnologia, SA

Revisor Oficial de Contas da Blue Share, SA

Revisor Oficial de Contas da Praianorte - Hotelaria e Turismo, SA

Revisor Oficial de Contas da Companhia das Pastas-Empreendimento e Investimentos Hoteleiros, SA

Revisor Oficial de Contas da Luso - Insular, projetos e Construção, SA

Revisor Oficial de Contas da PMVA - Imobiliária, SA

ANEXO III

Curricula Vitae dos membros da Comissão de Vencimentos

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	
Data de Nascimento	
31 dezembro 1965	
Curriculum Académico	
1986	Licenciatura em Engenharia Química - École Polytechnique Fédérale de Lausanne
1989	Mestrado em Gestão de Empresas - MBA - Porto Business School
Formação Executiva	
1994	Executive Retailing Program - Babson College
1996	Strategic Uses of Information Technology Program - Stanford Business School
2002	Breakthrough Program for Senior Executives - IMD
2008	Proteus Programme - London Business School
2012	Corporate Level Strategy - Harvard Business School
Experiência Profissional no Grupo Sonae	
1988-1990	Analista e Gestor de Projeto Novos Investimentos na Sonae Tecnologias de Informação
1990-1993	Gestor de Projeto de Desenvolvimento Organizativo e Diretor Comercial para Portugal de Novos Negócios na Sonae Indústria (Painéis Derivados de Madeira)
1993-1996	Diretor de Planeamento e Controlo Estratégico e de Desenvolvimento Organizativo na Sonae Investimentos - SGPS, S.A. (atualmente Sonae - SGPS, S.A.)
1996-1998	Administrador Executivo da Modelo Continente Hipermercados, SA (Merchandising, IT e Marketing Retalho)
1998-2000	Presidente da Comissão Executiva da Optimus - Telecomunicações, S.A. (Operador Móvel)
1998-2007	Administrador Executivo da Sonae - SGPS, S.A.
2002-2007	Presidente do Conselho Geral do Público - Comunicação Social, S.A.
2007-2014	Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, S.A.
2003-2007	Presidente do Conselho Geral da Glunz, AG
2004-2007	Presidente do Conselho de Administração da Tableros de Fibras, S.A. (Tafisa)
2009- 2013	Presidente do Conselho de Administração Sonaegest, Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos
2010- 2013	Presidente do Conselho de Administração Sonae RP - Retail Properties
2007- 2015	Membro do Conselho de Administração Sonae Indústria, SGPS, S.A.
2008- 2014	Presidente do Conselho de Administração da MDS, SGPS, S.A.
2007- 2015	Presidente da Comissão Executiva da Sonae - SGPS, S.A.

Experiência Profissional noutras Entidades

1989- 1990	Membro da Comissão Executiva da APGEI - Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial
2001-2002	Presidente da Aritel - Associação dos Operadores de Telecomunicações
2001-2008	Membro do Conselho Geral EGP - UPBS (atualmente Porto Business School)
2003	Coautor do livro "Reformar Portugal"
2006-2013	Membro do Conselho de Fundadores da Fundação Casa da Música
2008-2009	Membro do Conselho Geral da AEP - Associação Empresarial de Portugal
2009-2014	Membro do Conselho de Curadores da AEP - Associação Empresarial de Portugal
2009- 2015	Presidente do Conselho de Curadores da Universidade do Porto
2012- 2015	Membro da Direção da COTEC

Cargos exercidos noutras Entidades

Presidente do Conselho de Administração da Sonae - SGPS, S.A.

Co-CEO Sonae - SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Sonae MC - Modelo Continente , SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Sonae - Specialized Retail , SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Center Serviços II, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Migracom, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Imparfin, SGPS, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.

Membro do ERT - European Round Table of Industrialists

Presidente do Conselho de Curadores da Universidade do Porto

Membro do Conselho Consultivo Internacional da Allianz SE

Membro do Consejo Iberoamericano para La Productividad y la Competitividad

Francisco de La Fuente Sánchez

Data de Nascimento

2 janeiro 1942

Curriculum Académico

1965 Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica - Instituto Superior Técnico

Principais Atividade Profissionais dos últimos cinco anos

2000-2010 Administrador Não-Executivo da Fundação Portugal-África

2004-2010 Membro do Conselho Consultivo do Instituto Português de Corporate Governance

2005-2009 Presidente da Fundação EDP

2005-2012 Membro do Conselho Consultivo do Fórum para a Competitividade

2006-2009 Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Millennium BCP - Banco Comercial Português

2007-2009 Presidente da Comissão de Governo Societário do Conselho Geral e de Supervisão do Millennium BCP

2007-2012 Vogal convidado do Conselho Nacional da Água

2007-2012 Vice-Presidente e Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da EFACEC Capital

2007-2013 Presidente do Conselho Geral da PROFORUM e Presidente do Conselho Nacional do Colégio de Engenharia Eletrotécnica da Ordem dos Engenheiros

2010- 2015 Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Iberwind - Desenvolvimento e Projetos. S.A.

Desde 2002 Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Espanhola

Desde 2003 Membro do Fórum Ibero América

Desde 2004 Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Brasileira

Desde 2005 Membro do Patronato da Fundação Hidroelétrica del Cantábrico

Desde 2009 Vogal cooptado do Conselho de Escola do Instituto Superior Técnico

Cargos exercidos noutras Entidades

Administrador Não-Executivo da Sonae Capital, SGPS, S.A.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APEDS - Associação Portuguesa de Engenheiros para o Desenvolvimento Social

Membro da Comissão de Vencimentos da Sonae, SGPS, S.A.

Vogal cooptado do Conselho de Escola do Instituto Superior Técnico

Presidente da Direção da AAAIST - Associação de Antigos Alunos do Instituto Superior Técnico

Membro do Patronato da Fundação Hidroelétrica del Cantábrico

Presidente de Honra da Hidroelétrica del Cantábrico, S.A.

Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Brasileira

Membro do Fórum Ibero América

Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Espanhola

RELATÓRIO
& CONTAS
2015

5

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5. Informação Financeira

5.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom

Balanços consolidados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	Notas	dezembro 2015	dezembro 2014 (reexpresso)	janeiro 2014 (reexpresso)
Ativo				
Ativos não correntes				
Ativos fixos tangíveis	1c), 1h) e 5	2.837.779	2.696.429	5.530.098
Ativos intangíveis	1d), 1e) e 6	26.048.604	25.581.936	16.647.260
Goodwill	1f), 1w) e 7	26.893.310	28.719.066	28.434.416
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente	1b) e 8	711.234.593	721.607.751	710.434.285
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1g), 4 e 9	144.477	1.424.996	-
Investimentos disponíveis para venda	1g), 4 e 10	90.779	113.054	115.448
Outros ativos não correntes	1g), 1r), 1x), 4 e 34	283.400	507.518	922.434
Impostos diferidos ativos	1p), 1s) e 11	6.098.375	6.837.230	5.199.886
Total de ativos não correntes		773.631.317	787.487.980	767.283.827
Ativos correntes				
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1g), 4 e 9	79.796.807	58.540.576	202.442.350
Inventários	1i), 12 e 28	398.911	1.077.458	553.525
Clientes	1g), 1j), 4, 13, 22 e 34	40.114.875	40.000.771	36.416.353
Outras dívidas de terceiros	1g), 1j), 4, 14, 22 e 34	7.249.940	9.396.842	17.627.543
Outros ativos correntes	1g), 1r), 1x), 4, 15 e 34	10.357.955	11.912.225	9.298.406
Caixa e equivalentes de caixa	1g), 1k), 4, 16 e 34	181.120.060	182.010.595	188.014.923
Total de ativos correntes		319.038.548	302.938.467	454.353.100
Total do ativo		1.092.669.865	1.090.426.447	1.221.636.927
Capital próprio e passivo				
Capital próprio				
Capital social	17	230.391.627	230.391.627	366.246.868
Ações próprias	1u) e 18	(7.686.952)	(7.686.952)	(7.686.952)
Reservas	1t)	769.609.304	768.435.584	772.516.569
Resultado líquido consolidado do exercício		34.610.042	27.958.229	-
		1.026.924.021	1.019.098.488	1.131.076.485
Interesses sem controlo	19	(1.706.447)	(632.000)	269.824
Total do capital próprio		1.025.217.574	1.018.466.488	1.131.346.309
Passivo				
Passivo não corrente				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1l), 1m), 4 e 20.a)	8.565.175	9.058.985	24.810.079
Outros passivos financeiros não correntes	1h), 4 e 21	798.762	480.274	67.937
Provisões para outros riscos e encargos	1o), 1s) e 22	4.292.553	2.579.321	3.060.986
Impostos diferidos passivos	1p), 1s) e 11	-	-	89.522
Outros passivos não correntes	1r), 1x), 4, 23, 34 e 39	1.429.735	1.075.209	1.277.304
Total de passivos não correntes		15.086.225	13.193.789	29.305.828
Passivo corrente				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1l), 1m), 4 e 20.b)	2.169.314	1.980.451	998.996
Fornecedores	4, 24 e 34	18.992.038	21.565.689	21.768.279
Outros passivos financeiros	1h), 4 e 25	520.461	285.904	70.728
Outras dívidas a terceiros	4 e 26	4.592.073	6.647.364	10.439.327
Outros passivos correntes	1r), 1x), 4, 27, 34 e 39	26.092.180	28.286.762	27.707.460
Total de passivos correntes		52.366.066	58.766.170	60.984.790
Total do passivo e capital próprio		1.092.669.865	1.090.426.447	1.221.636.927

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em euros)	Notas	dezembro 2015	setembro a dezembro 2015 (não auditado)	dezembro 2014	setembro a dezembro 2014 (não auditado)
Vendas	1r), 28 e 34	39.968.292	7.949.043	38.375.020	9.416.572
Prestações de serviços	1r), 28 e 34	89.545.612	21.888.766	83.341.646	22.732.110
Outros proveitos operacionais	1q), 29 e 34	2.371.294	1.078.853	2.761.594	595.605
		131.885.198	30.916.662	124.478.260	32.744.287
Custo das vendas	1i), 12 e 28	(32.184.381)	(5.780.988)	(30.341.304)	(6.568.115)
Fornecimentos e serviços externos	1h), 30 e 34	(43.939.316)	(10.836.606)	(41.853.327)	(11.279.142)
Custos com o pessoal	1x), 39, 40 e 42	(51.294.337)	(14.024.817)	(44.454.793)	(11.942.370)
Amortizações e depreciações	1c), 1d), 1f), 5, 6 e 7	(10.799.317)	(5.244.132)	(7.142.387)	(2.309.073)
Provisões e perdas de imparidade	1j), 1o), 1w) e 22	(503.233)	(1.032)	(25.972)	(25.972)
Outros custos operacionais	31	(321.960)	(108.551)	(320.238)	(81.534)
		(139.042.544)	(35.996.126)	(124.138.021)	(32.206.206)
Ganhos e perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente	1b), 8 e 32	17.843.497	1.497.418	15.742.802	(537.925)
Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	1g), 9 e 32	23.886.616	(1.383.701)	(1.975.451)	4.949.971
Outros custos financeiros	1h), 1m), 1v), 1w), 32 e 34	(853.224)	1.499.415	(2.404.912)	(764.322)
Outros proveitos financeiros	1v), 32 e 34	1.722.969	(606.068)	2.959.024	394.648
Resultados correntes		35.442.512	(4.072.400)	14.661.702	4.580.453
Imposto sobre o rendimento	1p), 11 e 33	(2.289.494)	(1.762.400)	(689.789)	(304.173)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas		33.153.018	(5.834.800)	13.971.913	4.276.280
Resultado líquido do exercício de operações descontinuadas	37	-	-	13.125.666	-
Resultado líquido consolidado do exercício		33.153.018	(5.834.800)	27.097.579	4.276.280
Atribuível a:					
Acionistas da empresa mãe	38	34.610.042	(5.681.487)	27.958.229	4.918.595
Interesses sem controlo	19	(1.457.024)	(153.313)	(860.650)	(642.315)
Resultados por ação	38				
Incluindo operações em descontinuação:					
Básicos		0,11	(0,02)	0,09	0,02
Diluídos		0,11	(0,02)	0,09	0,02
Excluindo operações em descontinuação:					
Básicos		0,11	(0,02)	0,05	0,02
Diluídos		0,11	(0,02)	0,05	0,02

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações consolidadas dos resultados e de outro rendimento integral

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em euros)	Notas	dezembro 2015	setembro a dezembro 2015 (não auditado)	dezembro 2014	setembro a dezembro 2014 (não auditado)
Resultado líquido consolidado do exercício		33.153.018	(5.834.800)	27.097.579	4.276.280
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto, que podem subsequentemente ser reclassificados por ganhos ou perdas:					
Variações em reservas resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial	8	(12.529.597)	(15.618.579)	2.687.127	15.786.112
Variação de reservas de conversão cambial e outros	1.v)	(77.370)	(20.002)	766.596	(572.217)
Rendimento integral consolidado do exercício		20.546.051	(21.473.381)	30.551.302	19.490.175
Atribuível a:					
Acionistas da empresa mãe		22.003.075	(21.320.068)	31.411.952	20.132.490
Interesses sem controlo		(1.457.024)	(153.313)	(860.650)	(642.315)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)			Reservas								
	Capital social	Ações próprias (Nota 18)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 39)	Reservas de ações próprias	Outras reservas (reexpresso)	Total de reservas	Interesses sem controlo	Resultado líquido	Total
2015											
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (reexpresso - Nota 1)	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	-	7.686.952	(27.694.429)	768.435.584	-	27.958.229	1.019.098.488
Aplicação do resultado consolidado de 2014											
Transferência para outras reservas	-	-	-	-	-	-	27.958.229	27.958.229	-	(27.958.229)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(13.759.606)	(13.759.606)	-	-	(13.759.606)
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	(417.936)	(417.936)	-	-	(417.936)
Rendimento integral consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	(12.606.967)	(12.606.967)	-	34.610.042	22.003.075
Saldo em 31 de dezembro de 2015	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	-	7.686.952	(26.520.709)	769.609.304	-	34.610.042	1.026.924.021
Interesses sem controlo											
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (reexpresso - Nota 1)	-	-	-	-	-	-	-	-	(632.000)	-	(632.000)
Interesses sem controlo no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.457.024)	-	(1.457.024)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.350)	-	(37.350)
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	417.936	-	417.936
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	1.991	-	1.991
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.706.447)	-	(1.706.447)
Total	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	-	7.686.952	(26.520.709)	769.609.304	(1.706.447)	34.610.042	1.025.217.574

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio (continuação)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)			Reservas								
	Capital social	Ações próprias (Nota 18)	Prémios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 39)	Reservas de ações próprias	Outras reservas (reexpresso)	Total de reservas	Interesses sem controlo	Resultado líquido	Total
2014											
Saldo em 31 de dezembro de 2013	366.246.868	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	1.077.258	7.686.952	(123.115.958)	674.091.313	-	103.838.479	1.136.489.708
Reexpressão dos valores pagos voluntariamente ao abrigo do RERD (Nota 1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.413.223)	(5.413.223)
Saldo em 1 de janeiro de 2014 (reexpresso - Nota 1)	366.246.868	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	1.077.258	7.686.952	(123.115.958)	674.091.313	-	98.425.256	1.131.076.485
Aplicação do resultado consolidado de 2013											
Transferência para outras reservas	-	-	-	-	-	-	98.425.256	98.425.256	-	(98.425.256)	-
Rendimento integral consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-	3.453.723	3.453.723	-	27.958.229	31.411.952
Alterações no capital na sequência da conclusão da oferta pública de aquisição geral e voluntária de ações próprias (Nota 17)	(135.855.241)	-	-	-	-	-	(5.815.229)	(5.815.229)	-	-	(141.670.470)
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.x) e 39)	-	-	-	-	105.935	-	-	105.935	-	-	105.935
Efeito da conversão dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.x) e 39)	-	-	-	-	(1.183.193)	-	(1.134.660)	(2.317.853)	-	-	(2.317.853)
Cessação antecipada do derivado sobre ações próprias (Notas 34 e 39)	-	-	-	-	-	-	492.439	492.439	-	-	492.439
Saldo em 31 de dezembro de 2014	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	-	7.686.952	(27.694.429)	768.435.584	-	27.958.229	1.019.098.488
Interesses sem controlo											
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	269.824	-	269.824
Interesses sem controlo no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	(860.650)	-	(860.650)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.920)	-	(19.920)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.254)	-	(21.254)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	(632.000)	-	(632.000)
Total	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	-	7.686.952	(27.694.429)	768.435.584	(632.000)	27.958.229	1.018.466.488

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em euros)	dezembro 2015	dezembro 2014
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	131.876.691	130.622.335
Pagamentos a fornecedores	(78.094.836)	(77.638.778)
Pagamentos ao pessoal	(58.032.326)	(50.409.282)
Fluxo gerado pelas operações	(4.250.471)	2.574.275
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(2.595.969)	694.575
Outros recebimentos/pagamentos relativos a atividades operacionais	5.201.450	350.013
Fluxos das atividades operacionais (1)	(1.644.990)	3.618.863
Atividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	-	15.400.849
Ativos fixos tangíveis	867	25.444
Ativos intangíveis	-	-
Dividendos	17.357.254	8.642.154
Juros e proventos similares	1.580.727	4.948.947
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(1.480)	(5.522.188)
Ativos fixos tangíveis	(922.378)	(1.123.460)
Ativos intangíveis	(1.549.621)	(1.761.424)
Fluxos das atividades de investimento (2)	16.465.369	20.610.322
Atividades de financiamento		
Recebimentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-	1.566.524
Pagamentos respeitantes a:		
Amortizações de contratos de locação financeira	(428.456)	(277.766)
Juros e custos similares	(906.032)	(3.832.825)
Dividendos	(13.796.956)	(19.920)
Empréstimos obtidos	(233.986)	(26.937.235)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(15.365.430)	(29.501.222)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(545.051)	(5.272.037)
Efeito das diferenças de câmbio	(181.485)	133.113
Efeitos das operações descontinuadas	-	(1.051.278)
Caixa e seus equivalentes no início do período	181.814.513	188.004.715
Caixa e seus equivalentes no final do período	181.087.977	181.814.513

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Anexo às Demonstrações consolidadas dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais

	Notas	dezembro 2015	dezembro 2014
a) Recebimento de alienações e aquisições			
Mainroad	3.d)	-	13.354.926
S21	3.a)	-	2.045.923
		-	15.400.849
b) Pagamento de aquisições			
Compra de ações Sonae SGPS	9	-	5.522.188
S21 Sec Ciberseguridad	3.a)	1.480	-
		1.480	5.522.188
c) Recebimento de dividendos			
ZOPT	8	15.815.500	7.250.000
NOS SGPS	32	1.541.754	1.321.504
Unipress	8	-	70.650
		17.357.254	8.642.154

2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	Notas	dezembro 2015	dezembro 2014
Numerário	16	17.536	22.423
Depósitos à ordem	16	24.934.850	4.551.280
Aplicações de tesouraria	16	156.167.674	177.436.892
Depósitos à ordem (saldos credores)	16 e 20	(32.083)	(196.082)
Caixa e seus equivalentes		181.087.977	181.814.513
Depósitos à ordem (saldos credores)		32.083	196.082
Disponibilidades constantes do balanço		181.120.060	182.010.595

3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias

	Notas	dezembro 2015	dezembro 2014
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	20	2.561.605	1.194.888
b) Compra de empresas através da emissão de ações		Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital		Não aplicável	Não aplicável

4. Repartição do fluxo de caixa por ramo de atividade

Atividade	Fluxo das atividades operacionais	Fluxo das atividades de investimento	Fluxo das atividades de financiamento	Variação de caixa e seus equivalentes
2015				
Multimédia	(3.206.650)	(688.948)	(45.148)	(3.940.746)
Sistemas de Informação	9.062.095	(1.721.570)	(1170.023)	6.170.502
Holding	(7.500.435)	18.875.887	(14.150.259)	(2.774.807)
	(1.644.990)	16.465.369	(15.365.430)	(545.051)

Atividade	Fluxo das atividades operacionais	Fluxo das atividades de investimento	Fluxo das atividades de financiamento	Variação de caixa e seus equivalentes
2014				
Multimédia	(2.127.063)	(454.881)	(54.513)	(2.636.457)
Sistemas de Informação	2.157.379	13.563.515	(6.551.597)	9.169.297
Holding	3.588.547	7.501.688	(22.895.112)	(11.804.877)
	3.618.863	20.610.322	(29.501.222)	(5.272.037)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo



5.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

A SONAE.COM, SGPS, S.A. ('empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2 e 3 ('grupo').

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral;
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de

Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros, de 296.526.868 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Durante o exercício de 2013, foi concretizada uma operação de fusão por incorporação da Optimus SGPS, S.A. na Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (Nota 8). Consequentemente, o segmento de telecomunicações foi classificado, para efeitos de apresentação, como uma unidade operacional descontinuada, pelo que atualmente, os negócios do grupo consistem, essencialmente, nas seguintes atividades, para além das atividades de holding:

- Multimédia;
- Consultoria em sistemas de informação.

Consequentemente, desde a fusão acima referida, o segmento das telecomunicações passou a ser controlado conjuntamente (Nota 8).

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom. A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu entre 6 de fevereiro e 19 de fevereiro de 2014. Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom (Notas 9 e 17).

Em 2014 a Sonaecom reduziu, desta forma, o seu capital social para 230.391.627 euros.

Na sequência deste resultado, a Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

O grupo desenvolve a sua atividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar em cerca de 12 países.

Desde 1 de janeiro de 2001, as empresas do grupo sediadas na zona euro passaram a adotar o euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em euros, arredondados à unidade, e as transações em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação pelo método integral (Nota 2), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, exceto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

A data de 1 de janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IFRS, de acordo com a SIC 8 (Primeira aplicação das IAS).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015 e foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	17-jun-14
Estabelece as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.	
Melhorias de algumas IFRS (2011-2013)	1-jan-15
Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a quatro questões abordadas durante o ciclo 2011-2013 de melhorias anuais para IFRS.	

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 19 - Alterações (Planos de Benefício Definidos: Contribuições dos Empregados)	1-fev-15
O objetivo destas alterações é o de simplificar a contabilização das contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado.	
Melhorias de algumas IFRS (2010-2012)	1-fev-15
Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a oito questões abordadas durante o ciclo 2010-2012 de melhorias anuais para IFRS.	
IAS 27 - Alterações (Demonstrações Financeiras Separadas - método de equivalência patrimonial)	1-jan-16
Estas alterações irão permitir a utilização do método de equivalência patrimonial na contabilização de investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos nas demonstrações financeiras separadas.	

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---------------------	--

Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeira (Divulgações) 1-jan-16

Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.

Melhorias de algumas IFRS (2012-2014) 1-jan-16

Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a questões abordadas durante o ciclo 2012-2014 de melhorias anuais para IFRS.

IAS 16 e IAS 38 - Alterações (Clarificação dos métodos aceites de depreciação e amortização) 1-jan-16

O IASB clarificou que o uso de métodos baseados na receita para o cálculo da depreciação de um ativo não são apropriados uma vez que a receita gerada por uma atividade que inclua o uso de um ativo geralmente reflete outros fatores que não apenas o benefício económico do ativo.

IFRS 11 - Alterações (Contabilização das aquisições de interesses em operações conjuntas) 1-jan-16

O objetivo é o de guiar a contabilização da aquisição de uma participação numa operação conjunta quando esta constitui um negócio. O IASB decidiu que são aplicáveis todos os princípios em combinações de negócios previstos na IFRS 3 Combinações de Negócios e noutras IFRSs, desde que não entrem em conflito com a IFRS 11.

Estas normas, apesar de aprovadas ('endorsed') pela União Europeia, não foram adotadas pelo grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Estima-se que a aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis ao grupo, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---------------------	--

IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) e alterações subsequentes 1-jan-18

Esta norma introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.

Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutas Entidades e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas 1-jan-16

Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---------------------	--

IFRS 10 e IAS 28 - Alterações (Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto) Indefinida*

O objectivo é o de abordar a inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e da IAS 28 no que respeita à perda de controlo de uma subsidiária. Ganhos ou perdas decorrentes de transações que envolvem ativos que constituem um negócio passam a ser reconhecidas nas demonstrações financeiras do investidor na sua totalidade. É reconhecido um ganho/perda parcial quando a transação envolve ativos que não constituem um negócio.

IFRS 14 (Contas de diferimento regulatório) 1-jan-16

Permite que uma entidade que adote pela primeira vez as IFRS continue a apresentar, com algumas alterações, os saldos de diferimento regulatório, de acordo com os GAAP anteriores, tanto na adoção inicial das IFRS como nas demonstrações financeiras posteriores.

IFRS 15 (Receitas de contratos com clientes) 1-jan-18

A IFRS 15 especifica como e quando se deve reconhecer receita bem como exige às entidades que forneçam divulgações mais informativas e relevantes. A norma fornece um modelo de cinco passos simples que devem ser aplicados a todos os contratos com clientes.

IFRS 16 – Locações 1-jan-19

A IFRS 16 vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.

*A data efetiva de eficácia encontra-se atualmente adiada, dependendo da publicação e decisões que forem tomadas face ao futuro exposure draft deste projeto.

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pelo grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Estima-se que a aplicação destas normas e interpretações, com exceção da IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16, quando aplicáveis ao grupo, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações, encontrando-se em processo de análise os efeitos das referidas normas.

Regime Especial de Regularização de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança-Social

No âmbito do Regime Especial de Regularizações de Dívidas ao Fisco e Segurança Social (Dec. Lei 248-A de 2002 e Decreto-Lei n.º 151- A/2013), a Sonae SGPS e a Sonaecom efetuaram pagamentos ao Estado relativos a liquidações adicionais de impostos de exercícios anteriores, em relação aos quais, à data dos referidos pagamentos, ambas as empresas tinham já interposto as correspondentes impugnações judiciais, encontrando-se os processos a correr termos nos Tribunais competentes.

A avaliação efetuada até à altura dos referidos pagamentos, e não alterada desde então, é que os mesmos correspondem a contingências cuja probabilidade de se concretizarem em exfluxos de recursos é remota, sendo tais processos motivados por diferenças de interpretação da legislação fiscal aplicável e, por conseguinte, correspondendo a posições incertas em termos fiscais. Em resultado da referida avaliação, os montantes envolvidos são objeto de divulgação nas demonstrações financeiras, não dando origem ao reconhecimento de qualquer passivo.

Os valores pagos ao abrigo dos regimes referidos foram reconhecidos como ativo, na rubrica de “Outras dívidas de terceiros”, de acordo com o “IAS 12 – Impostos sobre o rendimento”, no caso de valores relativos a IRC. Relativamente aos pagamentos realizados de outros impostos, não estando previsto no normativo o tratamento específico, foi definida, por analogia, uma política semelhante à relativa aos pagamentos relativos a IRC.

No entanto, no âmbito da verificação das contas de 2012 da Sonae SGPS, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários “CMVM” discordou da interpretação realizada pela Sonae SGPS, tendo solicitado a correção retrospectiva das demonstrações financeiras do 1º trimestre de 2015 relativamente aos pagamentos efetuados de impostos que não imposto sobre o rendimento, argumentando que as mesmas correspondem a ativos contingentes. Embora não concordando com a CMVM, a Sonae SGPS e, em conformidade a Sonaecom, efetuaram a reexpressão das demonstrações financeiras sendo que o impacto desta alteração é nulo na demonstração dos resultados e imaterial na demonstração da posição financeira.

No caso da Sonaecom apenas foram pagos valores relativos a outros impostos que não IRC.

Balanço consolidado para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2014

(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Reexpressão do RERD	Depois da alteração
Ativo			
Ativos não correntes			
Ativos fixos tangíveis	5.530.098	-	5.530.098
Ativos intangíveis	16.647.260	-	16.647.260
Goodwill	28.434.416	-	28.434.416
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente	710.434.285	-	710.434.285
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	-	-	-
Investimentos disponíveis para venda	115.448	-	115.448
Outros ativos não correntes	922.434	-	922.434
Impostos diferidos ativos	5.199.886	-	5.199.886
Total de ativos não correntes	767.283.827	-	767.283.827
Ativos correntes			
Investimentos registados ao justo valor através de	202.442.350	-	202.442.350
Inventários	553.525	-	553.525
Clientes	36.416.353	-	36.416.353
Outras dívidas de terceiros	23.040.766	5.413.223	17.627.543
Outros ativos correntes	9.298.406	-	9.298.406
Caixa e equivalentes de caixa	188.014.923	-	188.014.923
Total de ativos correntes	459.766.323	5.413.223	454.353.100
Total do ativo	1.227.050.150	5.413.223	1.221.636.927
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital social	366.246.868	-	366.246.868
Ações próprias	(7.686.952)	-	(7.686.952)
Reservas	674.091.313	5.413.223	668.678.090
Resultado líquido consolidado do exercício	103.838.479	-	103.838.479
	1.136.489.708	5.413.223	1.131.076.485
Interesses sem controlo	269.824	-	269.824
Total do capital próprio	1.136.759.532	5.413.223	1.131.346.309
Passivo			
Passivo não corrente			
Total de passivos não correntes	29.305.828	-	29.305.828
Passivo corrente			
Total de passivos correntes	60.984.790	-	60.984.790
Total do passivo e capital próprio	1.227.050.150	5.413.223	1.221.636.927

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo grupo a 31 de dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do grupo

A Sonaecom detém controlo das participadas nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre, resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afetar o montante dos seus resultados. Estas participações financeiras foram incluídas as demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respetivamente, na rubrica 'Interesses sem controlo'.



O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e aos interesses sem controlo mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas e controladas conjuntamente

Os 'Investimentos em empresas associadas' correspondem a investimentos nos quais o grupo tem influência significativa (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) e são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente são também registados pelo método de equivalência patrimonial. A classificação de investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é efetuada uma avaliação dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do grupo nos prejuízos acumulados da empresa associada ou controlada conjuntamente excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o grupo tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou controlada conjuntamente, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

A diferença entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente e o

montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição, quando positiva, é registada como goodwill incluída no valor do investimento e, quando negativa, após uma reavaliação do seu apuramento, é registada diretamente na Demonstração de Resultados na rubrica 'Ganhos e Perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente'.

As empresas associadas e controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 8.

c) Ativos fixos tangíveis

Os 'ativos fixos tangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização do ativo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	1 - 20
Equipamento básico	3 - 15
Equipamento de transporte	4 - 5
Equipamento administrativo	1 - 10
Ferramentas e utensílios	4
Outros ativos fixos tangíveis	4-20

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o grupo incorre, são capitalizados e depreciados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento,



encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

d) Ativos intangíveis

Os Ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os 'ativos intangíveis' só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os Ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software*, propriedade industrial, os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) e *know-how*.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (um a dezanove anos, sendo a maior parte amortizada entre 3 e 5 anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (5 anos). As despesas com ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas.

As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como ativo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o ativo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

As amortizações do exercício dos Ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

e) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

O grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.

f) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo acrescido do valor dos interesses sem controlo, e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Goodwill' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas diretamente na demonstração de resultados. O grupo optará numa base de transação a transação, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou de acordo com o justo valor dos interesses sem controlo. Até 1 de janeiro de 2010, os interesses sem controlo eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de 'Goodwill', mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em 'Goodwill' ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de janeiro de 2004, o 'Goodwill' era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 - 'Concentrações de atividades empresariais', o grupo suspendeu a amortização de 'Goodwill', sujeitando o mesmo a testes de imparidade (alínea w). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas a 'Goodwill' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

g) Instrumentos financeiros

O grupo classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de



resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

A 31 de dezembro de 2015 o grupo não detinha quaisquer investimentos detidos até ao vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), o grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.



O grupo efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

h) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD') estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

i) Inventários

Os 'Inventários' são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflete o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação,

obsolescência e deterioração e são registados na demonstração de resultados, em 'Custo das vendas'.

j) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando o grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade, que são registados na demonstração de resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações e reversões subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Provisões e perdas por imparidade' da demonstração de resultados.

k) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias, associadas e controladas conjuntamente e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.



Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

l) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

m) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

n) Instrumentos financeiros derivados

O grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo grupo.

Os instrumentos financeiros derivados (*cash flow hedges*) utilizados normalmente pelo grupo respeitam a:

- (i) *Swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos *swaps* de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos *swaps* de cobertura de *cash-flow* é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura';
- (ii) *Forward's* cambiais para cobertura do risco cambial, particularmente, de recebimentos de clientes da subsidiária Wedo Consulting. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo

valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 31 de dezembro de 2015, o grupo encontrava-se a utilizar *forwards* cambiais para cobertura do risco cambial de saldos a receber de clientes em dólares (Nota 1.v)), para além dos instrumentos financeiros derivados referidos na Nota 1.x).

o) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

p) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 – 'Impostos sobre rendimento'.

O grupo Sonaecom foi abrangido, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, em que o imposto corrente era calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo, contudo, no exercício findo em 2015, o grupo Sonaecom deixou de ter um grupo autónomo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação em virtude de ter passado a integrar o regime especial de tributação de grupos de sociedades da Sonae SGPS.

Desta forma, a Sonaecom encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, do qual a Sonae, SGPS, SA é sociedade dominante desde 1 de janeiro de 2015. A Empresa regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais sendo o imposto apurado registado por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba



todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação administrativa, em pelo menos, 75% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos ativos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado, com base nas taxas que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

q) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar custos com pessoal são reconhecidos como menos custo durante o período de tempo durante o qual o grupo incorre nos respetivos custos e são apresentados na demonstração de resultados na linha de 'Custos com pessoal'.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. O incentivo é reconhecido durante o período de vida útil estimado para os bens em causa.

Para as empresas da área da segurança digital, os subsídios não reembolsáveis são reconhecidos no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. O incentivo é reconhecido durante o período de desenvolvimento do projeto.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos no balanço como passivo, em 'Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo' e 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos' e são amortizados de acordo com os planos de pagamento estabelecidos. Estes subsídios são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

r) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros ativos não correntes', 'Outros ativos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (alínea o).

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os custos e proveitos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos, o qual é entendido como a relação entre os gastos incorridos em cada projecto até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos para completar os projectos.

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.



Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

s) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como ativos e passivos não correntes (Notas 14 e 23).

t) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para planos de incentivo de médio prazo

De acordo com a IFRS 2 – 'Pagamentos com base em ações', a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de *cash flow* que se consideram eficazes (Nota 1.n)), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de ações próprias

As 'Reservas de ações próprias' refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com as IFRS. Adicionalmente, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos liquidados ou quando terminar o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis ou intangíveis. Assim, a 31 de dezembro de 2015, a Sonaecom, SGPS, S.A. dispunha de reservas livres distribuíveis no montante de cerca de 17,5 milhões de euros. Para este efeito foram consideradas como distribuíveis os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor em elementos desreconhecidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

u) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

v) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

O 'Goodwill' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em euros das contas das filiais estrangeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2015		2014	
	31 de dezembro	Média	31 de dezembro	Média
Libra inglesa	1,3625	1,3780	1,2839	1,2407
Real brasileiro	0,2319	0,2745	0,3105	0,3206
Dólar americano	0,9185	0,9018	0,8237	0,7538
Złoti (Polónia)	0,2345	0,2392	0,2340	0,2390
Dólar australiano	0,6713	0,6782	0,6744	0,6796
Pesos mexicanos	0,0529	0,0569	0,0560	0,0567
Libra egípcia	0,1174	0,1167	0,1155	0,1068
Ringgit (Malásia)	0,2130	0,2320	0,2354	0,2303
Franco suíço	0,9229	0,9372	0,8317	0,8233
Rand de África do Sul	0,0590	0,0710	0,0713	0,0695
Peso colombiano	0,0003	0,0003	0,0004	0,0004

Em 31 de dezembro de 2015, o grupo tinha contratado forwards cambiais no montante de USD 1.884.000 (USD 5.333.000, em 31 de dezembro de 2014), que fixam a taxa de câmbio para EUR, os quais têm uma duração média de 1 mês (1 mês em 31 de dezembro de 2014).

w) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e de Goodwill, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor de goodwill e de investimentos financeiros em empresas associadas, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do grupo. Para o valor de goodwill e de investimentos em empresas controladas conjuntamente, a quantia recuperável é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

Para as dívidas a receber, o grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efetuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso dos inventários, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

x) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 - 'Pagamentos com Base em Ações'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela empresa são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à empresa, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';



- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato. Um plano de ações Sonae SGPS encontra-se coberto por contrato de cobertura.

Os planos liquidados através da entrega de ações da Sonae SGPS são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Para o plano de 2011 de ações Sonaecom, a empresa tinha celebrado com a Sonae-SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito do plano de incentivos de médio prazo, no qual fixou o preço de aquisição das referidas ações. Este contrato cessou durante o ano 2014.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Sonaecom, converteu a totalidade dos planos Sonaecom em aberto em planos de ações Sonae SGPS.

O impacto associado a esta conversão dos planos de incentivo de médio prazo está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Outros passivos correntes' (Nota 27).

A 31 de dezembro de 2015, os planos de ações Sonae SGPS que resultam da conversão e os planos atribuídos durante o ano 2014 e 2015 não estão cobertos, estando registada a responsabilidade ao justo valor. A responsabilidade de todos os planos encontra-se registada nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

y) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

z) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 incluem:

- (i) Vidas úteis do ativo tangível e intangível;
- (ii) Análises de imparidade de goodwill e de outros ativos tangíveis e intangíveis; e
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8 – 'Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

aa) Gestão do risco financeiro

A atividade do grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de

projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1. n)).

O grupo encontra-se ainda exposto aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos.

Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

O grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em países com moeda diferente do euro, nomeadamente, no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egito, na Colômbia e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.n)).

A exposição do grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

O montante de ativos e passivos (em euros) do grupo registados em moeda diferente do euro pode ser resumido como se segue:

	Ativos		Passivos	
	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Dólar americano	42.227.726	34.275.275	24.257.808	20.680.010
Dólar australiano	13.321	107.260	473.966	465.128
Libra Egípcia	794.885	702.303	-	-
Libra inglesa	4.828.772	4.966.107	4.608.585	5.413.231
Pesos mexicanos	4.987.949	6.210.283	5.202.705	5.802.943
Real brasileiro	5.394.972	5.277.748	3.864.476	3.832.735
Ringgit (Malásia)	323.125	757.351	671.483	447.262
Złoti (Polónia)	326	155.746	6	472.026
Franco suíço	203.045	2.308.337	-	-
Dólar canadiano	221.970	2.902	-	-
Rand Sul Africano	-	-	2.528	-
Pesos Colombianos	1.599.570	35.646	434.280	269.227

A sensibilidade (em euros) do grupo a variações nas taxas de câmbio pode ser resumida como se segue (aumentos/(diminuições):

	Variação Taxa Câmbio	2015		2014	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
Dólar Americano	5%	1.009.999	(111.503)	749.359	(69.595)
Dólar australiano	5%	1.168	(24.200)	(624)	(17.270)
Franco suíço	5%	10.152	-	115.417	-
Libra Egípcia	5%	39.744	-	35.115	-
Libra inglesa	5%	159.887	(148.877)	159.578	(181.934)
Pesos mexicanos	5%	54.930	(65.668)	61.889	(41.522)
Real brasileiro	5%	(15.165)	91.690	(2.459)	74.710
Ringgit (Malásia)	5%	(6.313)	(11.105)	22.120	(6.616)
Złoti (Polónia)	5%	16	-	(14.104)	(1.710)
Dólar Singapura	5%	-	-	-	-
Euro	5%	1.107.805	-	(210.088)	-
Rand Sul Africano	5%	(126)	-	-	-
Dólar canadiano	5%	11.098	-	145	-
Pesos Colombianos	5%	40.282	17.983	875	(12.554)
		2.413.477	(251.680)	917.223	(256.491)

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta; e
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado,



procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 20) encontra-se indexado a taxas variáveis, são utilizados *swaps* de taxa de juro e outros derivados, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalecentes à data de Balanço.

Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão

sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Em 31 de dezembro de 2015 não estão contratados quaisquer instrumentos derivados de cobertura de taxa de juro.

A análise de sensibilidade ao risco da taxa de juro é apresentado na Nota 20.

Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são



realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 20.

Risco de crédito

A exposição do grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto de o grupo, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do grupo. O grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, assim como seguros de crédito, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentados nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do grupo ao risco de crédito.

2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Porcentagem do capital detido			
				2015		2014	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Empresa-mãe							
SONAECON, S.G.P.S., S.A. ('Sonaecom')	Maia	Gestão de participações sociais.	-	-	-	-	-
Subsidiárias							
Cape Technologies Limited ('Cape Technologies')	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. ('Digitmarket' – usando a marca 'Bizdirect')	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonae IM	75.10%	75.10%	75.10%	75.10%
Itrust – Cyber Security Intelligence, S.A. ('Itrust') (a)	Maia	Comercialização de produtos e serviços de gestão, implementação e consultoria na área de sistemas e tecnologias de informação.	Sonaecom CSI	100%	100%	100%	100%
Lookwise, S.L.U. ('Lookwise') (b)(h)	Navarra	Desenvolvimento, promoção e exploração comercial de sistemas informáticos com soluções em matéria de segurança e conformidade regulamentar, incluindo cessão ou transmissão a terceiros. Pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como consultoria, manutenção e auditoria relativos a produtos, sistemas, instalações e serviços de comunicação e segurança.	S21 Sec Gestion	Fusionada na S21 Sec Gestion		100%	60%
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ('PCJ')	Maia	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas e a exploração de estações e estúdios de rádio e de televisão.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Praesidium Services Limited ('Praesidium Services')	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae IM	100%	100%	100%	100%
Público – Comunicação Social, S.A. ('Público')	Porto	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
S21 Sec Barcelona, S.L. ('S21 Sec Barcelona') (b) and (e)	Barcelona	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	S21 Sec Gestion	Liquidada		100%	60%
S21 Sec Brasil, Ltda ('S21 Sec Brasil') (b)	São Paulo	Consultoria em tecnologia da informação. Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis. Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda. Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.	S21 Sec Gestion	99.99%	77.80%	99.99%	60%
S21 Sec Ciber seguridad (b) e (f)	Cidade do México	Serviços de consultoria em informática.	S21 Sec Gestion S21 Sec México	50%	77.80%	50%	30%
S21 Sec Fraud Risk Management, S.L. ('S21 Sec FRM') (b)(h)	Navarra	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	S21 Sec Gestion	Fusionada na S21 Sec Gestion		100%	60%
S21 Sec Gestion, S.A. ('S21 Sec Gestion') (b)	Navarra	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	Sonaecom CSI	77.80%	77.80%	60%	60%
S21 Sec Inc. ('S21 Sec Inc.') (b)(g)	Texas	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	S21 Sec Gestion	Liquidada		100%	60%
S21 Sec Information Security Labs, S.L. ('S21 Sec Labs') (b)	Navarra	Pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como consultoria, manutenção e auditoria relativos a produtos, sistemas, instalações e serviços de comunicação e segurança.	S21 Sec Gestion	100%	77.80%	100%	60%



Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2015		2014	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
S21 Sec Institute, S.L. ('S21 Sec Institute') (b)(h)	Gipuzcoa	Educação, formação, sensibilização, aconselhamento, assistência técnica, certificação, investigação, inovação e desenvolvimento, em todos os tipos de metodologias, planos de carreira, cultura de segurança, produtos e serviços de segurança digital e segurança cibernética, instalações, serviços e ambientes de sistemas avançados de comunicação e segurança digital.	S21 Sec Gestion	Fusionada na S21 Sec Gestion		100%	60%
S21 Sec México, S.A. de CV ('S21 Sec México') (b)	Cidade do México	Serviços de consultoria em informática.	S21 Sec Gestion	99.87%	77.80%	99.87%	60%
S21 Sec, S.A. de CV ('S21 Sec, S.A. de CV') (b)	Cidade do México	Serviços de consultoria em informática.	S21 Sec Gestion	99.99%	77.80%	99.99%	60%
Saphety Level – Trusted Services, S.A. ('Saphety')	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação eletrónica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de software.	Sonae IM	86.995%	86.995%	86.995%	86.995%
Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ltda. ('Saphety Brasil')	São Paulo	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, segurança e certificação eletrónica de dados, identificação eletrónica, armazenamento e disponibilização de bases de dados e pagamentos eletrónicos; desenvolvimento, representação e comercialização de equipamentos e produtos de software relacionados com aqueles serviços.	Saphety	99.8%	86.821%	99.8%	86.821%
Saphety – Transacciones Electronicas SAS ('Saphety Colômbia')	Bogotá	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, segurança e certificação eletrónica de dados, identificação eletrónica, armazenamento e disponibilização de bases de dados e pagamentos eletrónicos; desenvolvimento, representação e comercialização de equipamentos e produtos de software relacionados com aqueles serviços.	Saphety	100%	86.995%	100%	86.995%
Servicios de Inteligencia Estratégica Global, S.L. ('SIEG') (b)(h)	Navarra	Prestação de serviços de aconselhamento, orientação, consultoria, formação de equipas e formação na área de pesquisa, análise, processamento e fornecimento de informações relevantes para a gestão operacional e estratégica das empresas, governos e organizações e instituições. Serviços de apoio e suporte aos negócios e de defesa às empresas e organizações a nível internacional. Pesquisa, desenvolvimento, inovação e comercialização de metodologias, software, hardware e tecnologias em geral, dentro do âmbito da pesquisa, análise e processamento automática e inteligente da informação, incluindo a análise de sensibilidade e indicadores de forma prospetiva.	S21 Sec Gestion	Fusionada na S21 Sec Gestion		100%	60%
Sonaecon – CyberSecurity and Intelligence, SGPS, S.A. ('Sonaecon CSI') (c)	Maia	Gestão de participações sociais.	Sonae IM	100%	100%	100%	100%
Sonaecon – Serviços Partilhados, S.A. ('Sonaecon SP')	Maia	Prestação de serviços de apoio às empresas, consultorias de gestão e administração, designadamente nas áreas de contabilidade, fiscalidade, procedimentos administrativos, logística, recursos humanos e formação.	Sonaecon	100%	100%	100%	100%
Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, S.A. ('SonaeIM') (i)	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de <i>corporate venturing e joint-ventures</i> .	Sonaecon	100%	100%	100%	100%
Sonaecon – Sistemas de Información Españã, S.L. ('SSI Españã')	Madrid	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae IM	100%	100%	100%	100%
Sonaecon BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecon	100%	100%	100%	100%
Sonae telecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecon	100%	100%	100%	100%
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ('Tecnológica')	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99.99%	99.90%	99.99%	99.90%
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. ('We Do')	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae IM	100%	100%	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ('We Do Brasil')	Rio de Janeiro	Comercialização de <i>software e hardware</i> ; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99.91%	99.91%	99.91%	99.91%
We Do Poland Sp. Z o.o. ('We Do Poland') (d)	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Americas, Inc ('We Do USA')	Delaware	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%



Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2015		2014	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
We Do Technologies Australia PTY Limited ('We Do Asia')	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV ('We Do BV')	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV – Sucursal Malásia ('We Do Malásia')	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Egypt LLC ('We Do Egypt')	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV Sonaetelecom BV	90% 5% 5%	100%	90% 5% 5%	100%
We Do Technologies (UK) Limited ('We Do UK')	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Mexico, S de R.L. ('We Do Mexico')	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom BV We Do BV	0,001% 99,999%	100%	0,001% 99,999%	100%

* Percentagem efetiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa constituída em julho 2014

(b) Empresa adquirida em julho 2014. Em 2015 a empresa Sonaecom Cyber Security and Intelligence adquiriu mais 17,80% do capital do Grupo S21SEC Gestion, S.A.

(c) Empresa constituída em maio 2014

(d) Empresa iniciou o seu processo de liquidação a 1 de janeiro de 2015

(e) Empresa liquidada em setembro 2015

(f) Em julho de 2015 a empresa S21 SEC Gestion adquiriu os restantes 50% do capital social da S21 SEC Ciberseguridad SA de CV. Face a esta alteração na percentagem do capital detido, a S21 SEC Ciberseguridad SA de CV passou a ser incluída na consolidação pelo método integral.

(g) Empresa liquidada em novembro 2015

(h) Em novembro 2015 ocorreu a fusão por absorção das empresas Lookwise, S21 Sec FRM, S21 Sec Institute e SIEG na S21 Sec Gestion. Esta operação teve efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2015.

(i) Em Dezembro 2015 a Sonaecom – Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. alterou a sua denominação social para Sonaecom Investment Management – Software and Technology.

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 – 'Demonstrações financeiras consolidadas e separadas' (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

3. Alterações ocorridas no grupo

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, verificaram-se as seguintes alterações no grupo:

a) Aquisições

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a empresa S21 SEC Gestion adquiriu 50% do capital social da S21 SEC Ciberseguridad SA de CV, empresa já detida a 50% pela S21 SEC México, por um montante de 1.480 euros. Desta forma, a empresa passou a ser detida a 77,80% pela Sonaecom, S.G.P.S., S.A (participação efetiva), passando a ser incluída na consolidação pelo método de consolidação integral (Nota 7).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a empresa Sonaecom Cyber Security and Intelligence adquiriu, em duas operações separadas, mais 17,80% do capital do Grupo S21SEC Gestion, S.A. pelo montante global de 2 euros (1 euro cada operação).

Em 31 de dezembro de 2014, o detalhe das aquisições é como se segue:

Compradora	Participada	Data	% Participação Direta	% Participação Efetiva
2014				
Sonaecom CSI	Lookwise	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Barcelona	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Brasil	jul-14	99,99%	59,99%
Sonaecom CSI	S21 Sec FRM	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Gestion	jul-14	60%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Inc.	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Labs	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Institute	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec México	jul-14	99,87%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec, S.A. de CV	jul-14	99,99%	60%
Sonaecom CSI	SIEG	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Ciber seguridad	jul-14	50%	30%
Sonaecom CSI	Big Data	jul-14	50%	30%

O balanço destas empresas ('Grupo S21') adquiridas com efeitos a 31 de julho de 2014 incorporado nas contas consolidadas do Grupo desde essa data pode ser detalhado como se segue:

(Montantes expressos em euros)	Notas	Valor de Balanço antes da aquisição	Ajustamentos para o justo valor	Justo Valor
Ativos adquiridos				
Ativos fixos tangíveis	5	296.360	-	296.360
Ativos intangíveis	6	8.415.602	-	8.415.602
Outros ativos não correntes		373.756	-	373.756
Impostos diferidos ativos	11	1.044.217	-	1.044.217
Clientes		2.276.529	-	2.276.529
Outras dívidas de terceiros		1.983.746	-	1.983.746
Outros ativos correntes		746.850	-	746.850
Caixa e equivalentes de caixa		2.828.615	-	2.828.615
		17.965.675	-	17.965.675
Passivos adquiridos				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo		10.550.712	-	10.550.712
Provisões para outros riscos e encargos	22	-	273.266	273.266
Outros passivos não correntes		41.901	-	41.901
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos		2.416.104	-	2.416.104
Fornecedores		1.679.816	-	1.679.816
Outras dívidas a terceiros		2.686.420	-	2.686.420
Outros passivos correntes		242.455	-	242.455
		17.617.408	273.266	17.890.674
Total dos ativos líquidos adquiridos		348.267	(273.266)	75.001
Preço de aquisição				75.001
Goodwill / (Badwill)				-

No seguimento da aquisição deste grupo de empresas foi feita uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos tendo sido registadas Provisões para outros riscos e encargos para fazer face a contingências diversas possíveis.

Foram contemplados diversos cenários nas várias avaliações e efetuadas análises de sensibilidade, dos quais não conduziram a variações significativas na afetação do justo valor dos ativos e passivos. Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico.

A alocação do preço de compra pode estar ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data do controlo, conforme permitido pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais. Não obstante, o Grupo não estima alterações materiais em resultado de eventuais alterações à alocação realizada.

O contributo do Grupo S21 para o resultado líquido atribuível a acionistas da Sonaecom, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi negativo em 2,67 milhões de euros.

O detalhe do referido contributo é como segue:

(Montantes expressos em euros)	Contribuição a 31 de dezembro de 2015
Receitas totais	11.976.142
Custos e perdas	
Custo das vendas	(663.337)
Fornecimentos e serviços externos	(3.747.291)
Custos com pessoal	(8.058.871)
Amortizações e depreciações	(2.951.297)
Provisões e perdas por imparidade	(65.100)
Outros custos operacionais	(34.448)
	(3.544.202)
Resultados financeiros	(631.988)
Imposto sobre o rendimento	(102)
Resultado líquido consolidado do exercício antes de interesses sem controlo	(4.176.292)
Resultado líquido consolidado atribuível a interesses sem controlo	(1.509.014)
Resultado líquido consolidado atribuível a acionistas da empresa mãe	(2.667.278)

O contributo do Grupo S21 no balanço consolidado da Sonaecom em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

(Montantes expressos em euros)	Contribuição a 31 de dezembro de 2015
Ativo	
Ativos fixos tangíveis	211.656
Ativos intangíveis	5.560.323
Impostos diferidos ativos	924.079
Clientes	4.285.961
Outras dívidas de terceiros	892.275
Caixa e equivalentes de caixa	180.381
Outros ativos	1.850.228
Total do ativo	13.904.903
Passivo	
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	8.110.164
Outros passivos não correntes	421.247
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	2.169.307
Fornecedores	1.116.890
Outras dívidas a terceiros	901.635
Outros passivos correntes	2.195.018
Total do passivo	14.914.261
Ativos líquidos	(1.009.358)

b) Constituições

Participante	Participada	Data	Capital	% participação atual
2014				
Sonae IM*	Sonaecom CSI	mai-14	50.000 EUR	100%
Sonaecom CSI	Ittrust	jul-14	50.000 EUR	100%

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, S.A. para Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015.

c) Liquidações

Participante	Participada	Data	Capital
2015			
S21 Sec Gestion	S21 Sec Barcelona	Set-15	78%
S21 Sec Gestion	S21 Sec Inc	Nov-15	78%

Participante	Participada	Data	Capital
2014			
Miauger	Lugares Virtuais	fev-14	100%
Sonaecom	Miauger	mai-14	100%
We Do BV	We Do Panamá	dez-14	100%
We Do BV	We Do Singapura	dez-14	100%

d) Alienações

Participante	Participada	Data	Capital
2014			
Sonae IM*	Mainroad	set-14	100%

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, S.A. para Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015.

Em setembro de 2014 a Mainroad foi alienada à empresa conjuntamente controlada NOS Comunicações S.A. por 14 milhões de euros, montante baseado em avaliações independentes. O contrato de compra e venda contempla a possibilidade de ajustes futuros ao preço base, resultantes da evolução das receitas futuras. Em resultado do valor da venda e do desconhecimento da Mainroad, foi gerada, nas contas consolidadas da Sonaecom, uma mais-valia de 12,6 milhões de euros, conforme segue:

(Montantes expressos em euros)	Notas	30 de setembro de 2014
Ativo		
Ativos não correntes		
Ativos fixos tangíveis	5	(2.437.500)
Ativos intangíveis	6	(169.646)
Impostos diferidos ativos	11	(169.548)
Total de ativos não correntes		(2.776.694)
Ativos correntes		
Clientes		(2.971.079)
Outras dívidas de terceiros		(122.457)
Outros ativos correntes		(545.243)
Caixa e equivalentes de caixa		(645.074)
Total de ativos correntes		(4.283.853)
Passivo		
Passivo não corrente		
Outros passivos financeiros não correntes		37.441
Provisões para outros riscos e encargos	22	315.990
Outros passivos não correntes		218.089
Total de passivos não correntes		571.520
Passivo corrente		
Fornecedores		2.121.435
Outros passivos financeiros		19.206
Outras dívidas a terceiros		666.821
Outros passivos correntes		2.296.831
Total de passivos correntes		5.104.293
Total dos ativos e passivos desconhecidos		(1.384.734)
Contrapartida recebida		14.000.000
Ganho / (perda) resultante da alienação (Nota 37)		12.615.266

e) Fusões

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 efetivou-se um processo de fusão por absorção entre a sociedade incorporante S21 Sec Gestion, S.A. e as sociedades incorporadas Lookwise, S.L.U., S21 Sec Fraud Risk Management, S.L., S21 Sec Institute, S.L. e Servicios de Inteligencia Estratégica Global, S.L., tendo a S21 Sec Gestion, S.A. incorporado, com efeitos contabilísticos retroativos a 1 de janeiro de 2015, toda a actividade operacional destas sociedades, bem como a transferência global do património das sociedades absorvidas ao seu valor contabilístico. Esta fusão não teve qualquer impacto ao nível das contas consolidadas da Sonaecom no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

4. Classes de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo grupo eram como segue:

							2015
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	144.477	-	144.477	-	144.477
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	90.779	-	-	90.779	-	90.779
Outros ativos não correntes	283.400	-	-	-	283.400	-	283.400
	283.400	90.779	144.477	-	518.656	-	518.656
Ativos correntes							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	79.796.807	-	79.796.807	-	79.796.807
Clientes (Nota 13)	40.114.875	-	-	-	40.114.875	-	40.114.875
Outras dívidas de terceiros (Nota 14)	3.614.320	-	-	-	3.614.320	3.635.620	7.249.940
Outros ativos correntes (Nota 15)	-	-	-	8.407.325	8.407.325	1.950.630	10.357.955
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 16)	181.120.060	-	-	-	181.120.060	-	181.120.060
	224.849.255	-	79.796.807	8.407.325	313.053.387	5.586.250	318.639.637
							2014 (reexpresso)
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	1.424.996	-	1.424.996	-	1.424.996
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	113.054	-	-	113.054	-	113.054
Outros ativos não correntes	507.518	-	-	-	507.518	-	507.518
	507.518	113.054	1.424.996	-	2.045.568	4.993.935	7.039.503
Ativos correntes							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	58.540.576	-	58.540.576	-	58.540.576
Clientes (Nota 13)	40.000.771	-	-	-	40.000.771	-	40.000.771
Outras dívidas de terceiros (Nota 14)	2.553.869	-	-	-	2.553.869	6.842.973	9.396.842
Outros ativos correntes (Nota 15)	-	-	-	9.830.558	9.830.558	2.081.667	11.912.225
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 16)	182.010.595	-	-	-	182.010.595	-	182.010.595
	224.565.235	-	58.540.576	9.830.558	292.936.369	9.343.928	301.861.009



					2015
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 20)	8.565.175	-	8.565.175	-	8.565.175
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 21)	-	798.762	798.762	-	798.762
Outros passivos não correntes (Nota 23)	-	44.757	44.757	1.384.978	1.429.735
	8.565.175	843.519	9.408.694	1.384.978	10.793.672
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 20)	2.169.314	-	2.169.314	-	2.169.314
Fornecedores (Nota 24)	-	18.992.038	18.992.038	-	18.992.038
Outros passivos financeiros (Nota 25)	-	520.461	520.461	-	520.461
Outras dívidas a terceiros (Nota 26)	-	113.373	113.373	4.478.700	4.592.073
Outros passivos correntes (Nota 27)	-	17.257.658	17.257.658	8.834.522	26.092.180
	2.169.314	36.883.530	39.052.844	13.313.222	52.366.066

					2014
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 20)	9.058.985	-	9.058.985	-	9.058.985
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 21)	-	480.274	480.274	-	480.274
Outros passivos não correntes (Nota 23)	-	203.812	203.812	871.397	1.075.209
	9.058.985	684.086	9.743.071	871.397	10.614.468
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 20)	1.980.451	-	1.980.451	-	1.980.451
Fornecedores (Nota 24)	-	21.565.689	21.565.689	-	21.565.689
Outros passivos financeiros (Nota 25)	-	285.904	285.904	-	285.904
Outras dívidas a terceiros (Nota 26)	-	1.238.426	1.238.426	5.408.938	6.647.364
Outros passivos correntes (Nota 27)	-	18.877.053	18.877.053	9.409.709	28.286.762
	1.980.451	41.967.072	43.947.523	14.818.647	58.766.170

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos registados nas rubricas de outros ativos/passivos correntes e não correntes foram considerados como instrumentos não financeiros.

Ao abrigo do regime de regularização de dívidas ao Fisco e Segurança Social (DL 151-A/2013 e DL 248-A/2002), a Sonaecom efetuou, voluntariamente, pagamentos de impostos no montante de cerca de 5,4 milhões de euros, tendo sido eliminadas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associadas, tendo o valor máximo de contingência sido reduzido por via da eliminação de coimas e juros corridos até à data de pagamento. Conforme previsto nos diplomas de suporte aos referidos programas a Sonaecom mantém os procedimentos judiciais tendentes a que lhe venha a ser dada razão perante as situações em concreto, tendo sido reconhecido como ativo o valor pago ao abrigo dos referidos planos, de acordo com a política adotada pela Sonaecom. No entanto, a CMVM discorda da interpretação realizada, tendo solicitado à Sonae SGPS a correção retrospectiva das demonstrações financeiras de todos os pagamentos que não sejam relativos a liquidações de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) com a argumentação de que se trata de um ativo contingente. Embora não concordando com a posição da CMVM, a Sonae SGPS e por coerência, a Sonaecom efetuaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a reexpressão das demonstrações financeiras em conformidade (Nota 1).

É entendimento do Conselho de Administração do grupo que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

5. Ativos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

							2015
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto							
Saldo em 31 dezembro 2014	3.528.324	10.256.267	72.116	8.375.847	424.270	29.848	22.686.672
Adições	500	442	-	748.250	3.700	332.897	1.085.789
Alienações	-	-	-	(172.537)	-	-	(172.537)
Transferências e abates	(109.914)	(500.698)	-	51.285	(5.423)	(344.527)	(909.277)
Saldo em 31 Dezembro 2015	3.418.910	9.756.011	72.116	9.002.845	422.547	18.218	22.690.647
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
Saldo em 31 dezembro 2014	2.116.298	9.969.925	31.159	7.552.193	320.668	-	19.990.243
Depreciações do exercício	212.773	106.771	13.147	487.307	26.267	-	846.265
Alienações	-	-	-	(171.708)	-	-	(171.708)
Transferências e abates	(154.994)	(569.509)	-	(82.552)	(4.877)	-	(811.932)
Saldo em 31 Dezembro 2015	2.174.077	9.507.187	44.306	7.785.240	342.058	-	19.852.868
Valor líquido	1.244.833	248.824	27.810	1.217.605	80.489	18.218	2.837.779

							2014
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto							
Saldo em 31 dezembro 2013	7.444.000	11.448.857	36.094	7.013.597	251.073	1302.572	27.496.193
Entrada de empresas (Nota 3. a))	928.630	631.866	39.669	2.467.953	127.207	-	4.195.325
Adições	58.445	97.795	-	191.433	-	458.631	806.304
Alienações	(66)	-	(3.791)	(23.281)	-	-	(27.138)
Transferências e abates	805.493	(212.180)	144	492.885	46.759	(1.643.623)	(510.522)
Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	(5.708.178)	(1.710.071)	-	(1.766.740)	(769)	(87.732)	(9.273.490)
Saldo em 31 Dezembro 2014	3.528.324	10.256.267	72.116	8.375.847	424.270	29.848	22.686.672
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
Saldo em 31 dezembro 2013	4.614.466	11.042.578	12.625	6.061.365	235.061	-	21.966.095
Entrada de empresas (Nota 3. a))	815.248	600.391	9.654	2.404.872	68.800	-	3.898.965
Depreciações do exercício	590.913	148.536	9.285	520.646	24.265	-	1.293.645
Alienações	(8)	-	(421)	(76.505)	-	-	(76.934)
Transferências e abates	(12.403)	(321.577)	16	85.115	(6.689)	-	(255.538)
Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	(3.891.918)	(1.500.003)	-	(1.443.300)	(769)	-	(6.835.990)
Saldo em 31 Dezembro 2014	2.116.298	9.969.925	31.159	7.552.193	320.668	-	19.990.243
Valor líquido	1.412.026	286.342	40.957	823.654	103.602	29.848	2.696.429

As depreciações e amortizações do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser detalhadas como se segue:

	2015		2014		
	Operações continuadas	Total	Operações continuadas	Unidades descontinuadas (Nota 37)	Total
Ativos fixos tangíveis	846.265	846.265	826.046	467.599	1.293.645
Ativos intangíveis (Nota 6)	7.453.053	7.453.053	6.316.341	48.586	6.364.927
Goodwill (Nota 7)	2.500.000	2.500.000	-	-	-
	10.799.318	10.799.318	7.142.387	516.185	7.658.572

O custo de aquisição dos 'Ativos fixos tangíveis' e 'Ativos Intangíveis' detidos pelo grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, ascendia a 2.219.551 euros e a 1.837.373 euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 1.284.393 euros e 794.358 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de 'Ativos fixos tangíveis' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, exceção feita aos ativos afetos a contratos de locação financeira.

O 'Ativo fixo tangível em curso' apresentava, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a seguinte composição:

	2015	2014
Sistemas de informação / equipamento informático	15.846	23.998
Outros projetos em curso	3.751	5.850
	18.218	29.848

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não existem compromissos perante terceiros respeitantes a investimentos a efetuar.

6. Ativos intangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	2015 Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2014	11.000.702	63.292.120	5.418.866	79.711.688
Adições	13.956	1.780.413	5.690.730	7.485.099
Transferências e abates	615.564	4.408.289	(4.354.413)	669.440
Saldo em 31 dezembro 2015	11.630.222	69.480.822	6.755.183	87.866.227
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2014	10.344.118	43.785.634	-	54.129.752
Amortizações do exercício	381.720	7.071.333	-	7.453.053
Transferências e abates	71.827	162.992	-	234.819
Saldo em 31 dezembro 2015	10.797.665	51.019.958	-	61.817.623
Valor líquido	832.557	18.460.864	6.755.183	26.048.604



				2014
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2013	10.348.140	30.539.349	4.561.408	45.448.897
Entrada de empresas (Nota 3. a))	-	28.405.721	-	28.405.721
Adições	10.020	1.054.534	4.988.352	6.052.906
Transferências e abates	667.872	4.930.876	(4.130.894)	1.467.854
Unidades descontinuadas (Nota 3. d))	(25.330)	(1.638.360)	-	(1.663.690)
Saldo em 31 dezembro 2014	11.000.702	63.292.120	5.418.866	79.711.688
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2013	7.141.359	21.660.278	-	28.801.637
Entrada de empresas (Nota 3. a))	-	19.990.119	-	19.990.119
Amortizações do exercício	2.705.465	3.659.462	-	6.364.927
Transferências e abates	522.106	(54.993)	-	467.113
Unidades descontinuadas (Nota 3. d))	(24.812)	(1.469.232)	-	(1.494.044)
Saldo em 31 dezembro 2014	10.344.118	43.785.634	-	54.129.752
Valor líquido	656.584	19.506.486	5.418.866	25.581.936

Em 31 de dezembro de 2015 as adições do exercício relativos a ativos intangíveis em curso, incluem cerca de 5,8 milhões de euros de capitalizações de custos com pessoal referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 4,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014), associados essencialmente a projetos de desenvolvimento de *software* de IT e aos produtos RAID, NetClarus e Lookwise..

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis para os vários segmentos é efetuada de acordo com o descrito na Nota 7 ('Goodwill'), na medida em que tais ativos estão intimamente relacionados com a atividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

7. Goodwill

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos na rubrica 'Goodwill' foram os seguintes:

	2015	2014
Saldo inicial	28.719.066	28.434.416
Outros movimentos do exercício	674.244	284.650
Perdas por imparidade (Nota 5)	(2.500.000)	-
Saldo final	26.893.310	28.719.066

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica 'Outros movimentos do exercício' inclui o efeito da atualização cambial de goodwill.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a rubrica 'Outros movimentos do exercício inclui ainda o apuramento do Goodwill resultante da compra de 50% do capital social da S21 SEC Ciberseguridad SA de CV no montante de 369.402 euros (Nota 3), o qual pode ser detalhado como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)	Justo Valor
Ativos adquiridos	
Ativos fixos tangíveis	5.852
Contas a receber e outros ativos	187.451
Caixa e equivalentes de caixa	62.419
	255.722
Passivos adquiridos	
Contas a pagar e outros passivos	857.147
	857.147
Total dos ativos líquidos adquiridos	(601.425)
Preço de aquisição	1.480
	(602.905)
Equivalência patrimonial registada à data da compra	233.503
Goodwill	(369.402)

A alocação do preço de compra pode estar ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data do controlo, conforme permitido pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais.

Assim, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica 'Goodwill' tinha a seguinte composição:

	Sistemas de Informação	Multimédia
2015		
Goodwill	23.363.310	3.530.000

	Sistemas de Informação	Multimédia
2014		
Goodwill	22.689.066	6.030.000

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do grupo efetuados numa base anual exceto se existirem indícios de imparidade, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para exercícios de 5 anos. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. A taxa de crescimento média considerada para o volume de negócios dos 5 anos foi de 12,9%. Para o setor do Multimédia, a taxa de crescimento média considerada foi de cerca de 2%. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimado com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade são consideradas taxas de crescimento entre 1% e 3% no setor de sistemas de informação e de 0% no setor do Multimédia. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas.

	Sistemas de Informação	Multimédia
Pressupostos		
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	10,5%	9,0%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,0%	0,0%

Para o setor dos sistemas de informação, na área da segurança digital (*Cibersecurity*), foi utilizada uma taxa de crescimento de 3%. Adicionalmente, para a empresa Digitmarket foi utilizada uma taxa de crescimento de 2%.

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade não conduziram ao apuramento de perdas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, para além das registadas na demonstração dos resultados. Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais adicionais.

8. Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente

As empresas associadas e controladas conjuntamente, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor na demonstração de resultados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são as seguintes:

		Percentagem de capital detido				Valor na demonstração dos resultados	
		31 dezembro 2015		31 dezembro 2014		31 dezembro 2015	31 dezembro 2014
		Direto	Total	Direto	Total		
Sede social							
ZOPT (a)	Porto	50%	50%	50%	50%	17.975.715	15.809.426
Unipress – Centro Gráfico, Lda. ('Unipress')	Vila Nova de Gaia	50%	50%	50%	50%	25.707	31.069
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ('S.I.R.S.' – usando a marca 'Rádio Nova')	Porto	45%	45%	45%	45%	(7.663)	(32.738)
S21Sec Ciber seguridad SA de CV ('Ciber seguridad') (b)	Cidade do México	Método consolidação integral		50%	30%	(149.700)	(64.936)
Intelligent Big Data, S.L. ('Big Data') (c)	Gipuzcoa	50%	39%	50%	30%	(562)	(19)
Total (Nota 32)						17.843.497	15.742.802

(a) Inclui a incorporação dos resultados das participadas proporcionalmente ao capital detido

(b) Empresa detida diretamente pela S21 Sec México a 50%. Em julho de 2015 a empresa S21 SEC Gestion adquiriu os restantes 50% do capital social da S21 SEC Ciberseguridad SA de CV. Desta forma, esta empresa passou a ser detida a 77,80% pela Sonaecom, S.G.P.S., S.A (participação efectiva), passando a ser incluída na consolidação pelo método de consolidação integral (Nota 2).

(c) Empresa detida diretamente pela S21 Sec Gestion

As empresas associadas e controladas conjuntamente foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com a IFRS 11, a classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos parassociais que demonstrem e regulem o controlo conjunto. Desta forma e de acordo com o disposto nesta norma, a 31 de dezembro de 2015 o grupo apenas detinha empresas controladas conjuntamente.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente, foi o seguinte:

	31 dezembro 2015			31 dezembro 2014		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente						
Saldo em 1 de janeiro	633.758.551	87.849.200	721.607.751	622.585.085	87.849.200	710.434.285
Aumentos	-	-	-	1.500	-	1.500
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos e perdas (Nota 32)	18.001.454	-	18.001.454	15.805.489	-	15.805.489
Efeito em reservas	(12.529.597)	-	(12.529.597)	2.687.127	-	2.687.127
Dividendos	(15.845.015)	-	(15.845.015)	(7.320.650)	-	(7.320.650)
	623.385.393	87.849.200	711.234.593	633.758.551	87.849.200	721.607.751
Registado em Provisões para outros riscos e encargos (Nota 22)						
Saldo em 1 de janeiro	(168.071)	-	(168.071)	(105.384)	-	(105.384)
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos e perdas (Nota 22)	(8.256)	-	(8.256)	(62.687)	-	(62.687)
Utilização	30.543	-	30.543	-	-	-
	(145.784)	-	(145.784)	(168.071)	-	(168.071)
Total de Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente líquidos de perdas por imparidade	623.239.609	87.849.200	711.088.809	633.590.480	87.849.200	721.439.680

A divisão por empresa dos montantes incluídos no valor dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente é a seguinte:

	31 dezembro 2015			31 dezembro 2014		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente						
Zopt	622.923.110	87.527.500	710.450.610	633.292.491	87.527.500	720.819.991
Unipress	462.251	321.700	783.951	466.060	321.700	787.760
SIRS	(145.784)	-	(145.784)	(138.122)	-	(138.122)
Ciber segurança	-	-	-	(30.543)	-	(30.543)
Big Data	32	-	32	594	-	594
Total	623.239.609	87.849.200	711.088.809	633.590.480	87.849.200	721.439.680

Os montantes agregados dos principais indicadores financeiros das entidades podem ser resumidos como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)							2015
Empresa	% Participação	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Receita	Resultados operacionais	Resultado Líquido
ZOPT*	50%	4.505.379	2.000.029	2.505.350	1.444.305	131.006	71.809
Unipress	50%	3.186	2.273	913	3.054	796	40
SIRS	45%	362	686	(325)	900	13	(18)
Big Data	39%	2	4	(2)	-	(2)	(2)

* Contas consolidadas auditadas das empresas do grupo Zopt, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia. O valor dos capitais próprios inclui interesses sem controlo, sendo que a 31 de dezembro de 2015 a capitalização bolsista da NOS ascende a 3.733 milhões de euros.



Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a empresa recebeu o montante de 15.815.500 euros referente a dividendos da Zopt SGPS.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas para o setor das telecomunicações (Zopt), é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da NOS, cuja taxa de crescimento média implícita da margem operacional ascende a 4,7%, e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

	Telecomunicações
Pressupostos	
Base da quantia recuperável	Valor de uso
Taxa de desconto	7,2%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,5%

Para os restantes sectores de negócio, a aferição de existência ou não de imparidade para os valores de goodwill, é determinada com base nas considerações apresentadas na Nota 8.

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade não conduziram ao apuramento de perdas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais adicionais.



As demonstrações financeiras consolidadas da Zopt a 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser resumidas como se segue:

Balanços consolidados condensados

(Montantes expressos em milhares de euros)	dezembro 2015	dezembro 2014
Ativo		
Ativos fixos tangíveis	1.218.762	1.198.203
Ativos intangíveis	2.388.768	2.396.111
Impostos diferidos ativos	134.850	155.884
Outros ativos não correntes	276.039	316.168
Ativo não corrente	4.018.419	4.066.366
Clientes	347.837	331.521
Caixa e equivalentes de caixa	21.505	29.772
Outros ativos correntes	117.618	123.106
Ativo corrente	486.960	484.399
Total do ativo	4.505.379	4.550.765
Passivo		
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	979.422	621.057
Provisões para outros riscos e encargos	184.426	180.688
Outros passivos não correntes	73.222	95.397
Passivos não correntes	1.237.070	897.142
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	178.274	505.749
Fornecedores	327.552	340.918
Outros passivos correntes	257.133	260.690
Passivos correntes	762.959	1.107.357
Total do passivo	2.000.029	2.004.499
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.258.356	1.276.520
Interesses sem controlo	1.246.994	1.269.746
Total do capital próprio	2.505.350	2.546.266
Total do capital próprio e do passivo	4.505.379	4.550.765

Demonstrações consolidadas condensadas dos resultados por natureza:

(Montantes expressos em milhares de euros)	dezembro 2015	dezembro 2014
Receitas totais	1.444.305	1.383.930
Custos e perdas		
Custos diretos e Fornecimentos e serviços externos	(620.521)	(594.556)
Depreciações e amortizações	(387.505)	(360.381)
Outros custos operacionais	(305.273)	(300.839)
	(1.313.299)	(1.255.776)
Resultados financeiros	(32.173)	(51.966)
Imposto sobre o rendimento	(27.024)	(13.343)
Resultado líquido consolidado do exercício	71.809	62.845
Resultado líquido consolidado do período atribuível a interesses sem controlo	35.858	31.573
Atribuível a acionistas da empresa mãe	35.951	31.272

O valor da demonstração de resultados da Zopt resulta do resultado líquido do exercício da NOS, do resultado líquido do exercício da Zopt e dos impactos em resultados do processo de alocação do justo valor aos ativos e passivos adquiridos pela Zopt.



Para além dos efeitos que se relatam na Nota 43, as demonstrações financeiras consolidadas da ZOPT apresentam uma exposição significativa ao mercado africano, nomeadamente através de investimentos financeiros que aquele Grupo detém em associadas que operam nos mercados angolano e moçambicano, e que se dedicam à prestação de serviços de televisão por satélite e por fibra. O valor contabilístico dessas associadas nas demonstrações financeiras da ZOPT em 31 de dezembro de 2015 ascende a, aproximadamente, 223 milhões de Euros, incluídos na rubrica "Outros ativos não correntes" acima referidos. O Grupo efetuou testes de imparidade para aqueles ativos, os quais se encontram expressos nas moedas daqueles países, Kwanzas e Meticais, respetivamente, considerando os planos de negócios aprovados para um período de cinco de anos, os quais contemplam taxas de crescimento médias de receitas para aquele período de 9,7% (Angola) e 5,7% (Moçambique), taxa de crescimento na perpetuidade de 8% e taxa de desconto ("wacc") de 16% em ambos os países. As atuais condições económicas de incerteza daqueles mercados, nomeadamente no mercado cambial e limitação de transferência de divisas, nomeadamente em Angola, introduz um grau adicional de variabilidade aos pressupostos e poderá impactar significativamente as estimativas consideradas. Os referidos testes de imparidade resultaram numa valorização daqueles ativos que se encontra, aproximadamente, 0,5% acima do seu valor contabilístico.

a) Provisões do Grupo Zopt

Os processos abaixo descritos encontram-se provisionado nas contas consolidadas da Zopt, atendendo ao grau de risco identificado.

1. Processos com entidades reguladoras

Em 8 de julho de 2009, a NOS SA (à data ZON TV Cabo) foi notificada pela AdC, no âmbito de um processo de contraordenação sobre a disponibilização dos canais TV CINES, solicitando que a NOS SA se pronunciasse sobre o teor da mesma, o que esta já fez em tempo. O processo encontra-se ainda em fase de inquérito na AdC, tendo sido solicitadas informações a que a NOS tem vindo a responder. Caso se venha a concluir pela existência de uma infração, poderá haver lugar a aplicação de uma coima que não poderá exceder os 10% do seu volume de negócios do último ano da infração. Em julho de 2015 o grupo NOS foi notificado da decisão de arquivamento do processo por parte do Conselho da Autoridade da Concorrência, tendo sido revertida, nesse sentido, a provisão inicialmente registada no grupo ZOPT.

2. Ações da PT contra a NOS Madeira e NOS Açores e da NOS SA contra a PT

- A MEO (PT) intentou contra a NOS Madeira, um processo no valor de cerca de 1,6 milhões de euros, acrescido de juros, relativo a alegada utilização de condutas, prestação de MID, prestação de serviço de vias Vídeo/Áudio, despesas de operação, manutenção e gestão de cabo submarino Madeira/Porto Santo e utilização de dois troços de fibra ótica. A NOS Madeira contestou a ação, nomeadamente quanto aos preços reclamados, aos serviços e à legitimidade da MEO quanto às condutas. Foi proferida sentença em final de julho de 2013 pelo Tribunal de 1ª instância, que, embora parcialmente procedente, aderiu largamente aos fundamentos invocados pela NOS Madeira. Dessa decisão recorreu a MEO para a Relação de Lisboa, a qual veio, em junho de 2015, a proferir acórdão de absolvição total da NOS Madeira do pedido relativo a MID e de confirmação da decisão da primeira instância quanto aos demais pedidos. Este acórdão ainda foi objeto de recurso da MEO para o Supremo Tribunal de Justiça, onde se encontra pendente.
- Em 2011, a PT intentou contra a NOS SA, no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 10,3 milhões de euros, a título de compensação por alegadas portabilidades indevidas da NOS SA no período compreendido entre março de 2009 e julho de 2011. A NOS SA apresentou contestação e réplica, estando atualmente em curso a realização da prova pericial, que o Tribunal veio entretanto a julgar sem efeito.
- A PT efetuou duas notificações judiciais avulsas à NOS SA (abril de 2013 e julho de 2015), duas à NOS Açores (março e junho de 2013) e duas à NOS Madeira (março e junho de 2013), todas com vista a interromper a prescrição de danos alegadamente emergentes de pedidos de portabilidade indevida, da ausência de resposta em tempo a pedidos que lhes foram apresentados pela PT e de pretensas recusas ilícitas de pedidos eletrónicos.
A PT não indica em todas as notificações os montantes totais em que pretenda ser ressarcida, concretizando apenas parte desses, no caso da NOS SA, no valor de 26 milhões de euros (para o período de agosto de 2011 a maio de 2014), no caso da NOS Açores, no valor de 195 milhares de euros e da NOS Madeira, no valor de 817 milhares de euros.
- Em 2011, a NOS SA intentou contra a PT, no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 22,4 milhões de euros, por danos sofridos pela NOS SA, decorrentes da violação do Regulamento da Portabilidade por parte da PT, mais concretamente, do avultado número de recusas injustificadas de pedidos de portabilidade pela PT no período entre fevereiro de 2008 a fevereiro de 2011. O tribunal decretou oficiosamente a realização de prova pericial, que está atualmente em curso, já tendo sido notificado às partes o relatório pericial.
É entendimento do Conselho de Administração, corroborado pelos advogados que acompanham o processo, de que existem, em termos substantivos, boas probabilidades de a NOS SA obter vencimento na ação, até pelo facto da PT já ter sido condenada, pelos mesmos ilícitos, pelo ICP- ANACOM, não sendo, contudo, possível determinar qual o desfecho da ação.



- Em abril de 2012 e na sequência de decisão judicial em anterior processo em que, por decisão de 19 de julho de 2011, a NOS Açores foi absolvida da instância, a PT veio a apresentar duas novas ações contra a NOS Açores, uma respeitante à prestação de serviço MID e outra à prestação de serviço de vias Vídeo/Áudio, peticionando o pagamento de 222 milhares de euros e de 316 milhares de euros, respetivamente, acrescidos de juros, estando a aguardar julgamento e decisão. Relativamente ao primeiro processo, foi proferida sentença que, sem prejuízo dos juros, reduz o valor a pagar pela NOS Açores para cerca de 97 milhares de euros. No seguimento do recurso apresentado pela PT que a Relação de Lisboa veio a julgar procedente, a NOS Açores foi condenada ao pagamento de 222 milhares de euros. Esta decisão foi novamente objeto de novo recurso, em fevereiro de 2015, para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual em abril de 2015 veio a pronunciar-se pela revogação da decisão da Relação e pela confirmação da decisão proferida em primeira instância, isto é, pela condenação da NOS Açores a pagar o valor líquido de 97 milhares de euros, acrescidos de juros de mora, os quais se computam em cerca de 50 milhares de euros. Relativamente ao segundo processo, relativo à prestação de serviços de Vias Vídeo/Áudio, a NOS Açores NOS Açores tinha sido condenada no terceiro trimestre de 2014 a pagar à PT os 316 milhares de euros, sem prejuízo dos juros e custas, montante que foi pago durante o exercício de 2014.

3. Ação contra a NOS SA

Em 2014, foi intentada ação judicial cível contra a NOS SA por uma empresa prestadora de serviços de comercialização de serviços NOS, a qual pede a condenação desta no pagamento de cerca de 1.243 mil euros, por alegada rescisão antecipada de contrato e a título de indemnização de clientela. O Tribunal de 1.^a instância proferiu despacho saneador absolvendo a NOS SGPS da instância, com fundamento em ilegitimidade passiva, do que a autora recorreu. O Tribunal da Relação de Lisboa admitiu o recurso, mas a autora reclamou do mesmo por sustentar que o seu recurso devia ser apreciado, não pelo Tribunal da Relação, mas pelo STJ. Esta reclamação encontra-se pendente. Sobre a questão de fundo, é convicção do Conselho de Administração que os argumentos utilizados pela autora não são corretos, pelo que do desfecho do processo não resultarão impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo.

4. CNPD

Processo de contraordenação no valor de cerca de 4,5 milhões de euros, instaurado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) contra a NOS SA, por alegada violação de normas relacionadas com a proteção legal de dados. Logo durante a fase de projeto de decisão, a NOS SA alegou, por um lado, um conjunto de vícios processuais e, por outro, um conjunto de argumentos de facto e de direito que o Conselho de Administração entendia imporem uma decisão final de arquivamento do processo contraordenacional. Em 16 de janeiro de 2014, a NOS SA recebeu a Nota de Liquidação referente à coima aplicada pela CNPD, e impugnou judicialmente a coima. Em 8 de setembro de 2014, o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão reduziu o valor da coima para 600 mil euros, tendo a NOS SA recorrido desta decisão. Decorrente destas decisões, a provisão inicial foi reduzida em 3,9 milhões de euros, afetando o resultado líquido do exercício de 2014. Em 5 de fevereiro de 2015, o Tribunal da Relação Lisboa em sede de recurso fixou a coima em 100 mil euros, decisão que transitou em julgado, tendo a NOS SA procedido ao respetivo pagamento em Abril de 2015 e reversão da provisão em 500 mil euros.

5. ANACOM

Processo de contraordenação relativo ao alegado incumprimento, pela NOS SA, de uma deliberação da Anacom em 26 de outubro de 2005, relativa ao tarifário de terminação de chamadas na rede fixa e que originou a aplicação de uma coima, no montante de cerca de 6,5 milhões de euros, à NOS SA, por deliberação do Conselho de Administração da Anacom, em abril de 2012. A NOS SA impugnou judicialmente a decisão e o tribunal declarou, em janeiro de 2014, a nulidade do processo (violação do direito de defesa da NOS SA). Em abril de 2014, a ANACOM notificou a NOS SA de um novo processo de contraordenação, tendo por base as mesmas acusações, processo que constitui uma repetição da acusação inicialmente apresentada contra a NOS SA. Em setembro de 2014 a ANACOM aplicou, com base nos mesmos factos, uma coima à NOS SA, no montante de cerca de 6,5 milhões de euros. Esta decisão foi impugnada judicialmente pela NOS SA, tendo em maio de 2015 sido proferida sentença absolutória, que revogou integralmente a decisão condenatória da ANACOM e, bem assim, a coima que havia sido aplicada. A ANACOM interpôs, na sequência disso, recurso de sentença, encontrando-se presentemente o processo em fase de recurso no Tribunal da Relação de Lisboa.

6. Prestações acessórias

A Administração Tributária defende que a NOS SA violou o princípio da plena concorrência estatuído no n.º 1 do artigo 58.º do CIRC, ao ter efetuado em exercícios anteriores prestações acessórias em benefício da sua participada NOS Towering, sem ter sido remunerada de harmonia com uma taxa de juro de mercado. Em consequência foi notificada, relativamente aos exercícios de 2004, 2005, 2006 e 2007 de correções ao apuramento do lucro tributável no valor total de 20,5 milhões de euros. A NOS SA impugnou as decisões referentes a todos os exercícios. Relativamente ao exercício de 2007, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, tendo a empresa recorrido da decisão.

7. Cedência de créditos futuros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a NOS SA foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício de 2008, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. Atendendo ao princípio da periodização do lucro tributável, a NOS SA foi posteriormente, notificada da dedução indevida do montante de 20 milhões de euros, no apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2009 a 2013. Dado que o acréscimo efetuado em 2008, não foi aceite por não cumprir o disposto no artigo 18º do CIRC, também nos exercícios seguintes a dedução correspondente aos créditos gerados nesses anos para cumprimento da amortização anual contratada no âmbito da operação (20 milhões por ano durante 5 anos) serão de eliminar no apuramento do lucro tributável. A NOS SA impugnou as decisões referentes aos exercícios de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e impugnará em devido tempo a decisão referente ao exercício de 2013. Relativamente ao exercício de 2008, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, em março de 2014, tendo a empresa interposto o competente recurso.

8. Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CSLU)

A Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CSLU), está prevista nos artigos 17º a 22º, da Lei nº 35/2012, de 23 de Agosto. Desde 1995 até Junho de 2014, a PT Comunicações, SA (PTC) prestou o serviço universal de comunicações eletrónicas, em regime de exclusivo, tendo sido designada ilegalmente sem um procedimento concursal (aliás, como reconhecido pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, que através da sua decisão de junho de 2014 condenou o Estado Português ao pagamento de uma multa de 3 milhões de euros por designação ilegal da Portugal Telecom). De acordo com o Artigo 18º da referida Lei 35, os custos líquidos do operador responsável pelo serviço universal aprovados pelo ICP-ANACOM devem ser repartidos pelas outras empresas que ofereçam, no território nacional, redes de comunicações públicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público. A NOS está assim abrangida por esta contribuição extraordinária, sendo que a PTC tem vindo a solicitar o pagamento dos CSLU ao fundo de compensação dos vários períodos em que foi responsável pelo serviço. Com efeito, o fundo de compensação pode ser acionado para compensar os custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas, relativos ao período anterior à designação do respetivo prestador por concurso, sempre que, cumulativamente, se verifique (i) a existência de custos líquidos, que sejam considerados excessivos, cujo montante seja aprovado pela Anacom, na sequência de auditoria ao cálculo preliminar e respetivos documentos de suporte, que sejam transmitidos pelo prestador do serviço universal e (ii) o prestador do serviço universal solicite ao Governo a compensação dos custos líquidos que tenham sido aprovados nos termos da alínea anterior.

Em 2013, a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CSLU apresentados pela PTC, relativos ao exercício de 2007 a 2009, num montante total de cerca de 66,8 milhões de euros, decisão impugnada pela Empresa. Em janeiro de 2015, foram emitidas as notas de liquidação no montante de 18,6 milhões de euros as quais foram devidamente impugnadas pela NOS e em relação às quais foi apresentada fiança pela NOS SGPS de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal.

Em 2014 a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CSLU apresentados pela PTC, relativos ao exercício de 2010 a 2011, num montante total de cerca de 47 milhões de euros, decisão também impugnada pela Empresa. Em fevereiro de 2016, foram emitidas as notas de liquidação à Empresa no montante de 13 milhões de euros as quais serão impugnadas pela NOS.

Em 2015, a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CSLU apresentados pela PTC, relativos ao exercício de 2012, num montante total de cerca de 20 milhões de euros, decisão também impugnada pela Empresa.

Neste mesmo ano de 2015, a ANACOM deliberou ainda aprovação dos resultados finais da auditoria aos CSLU apresentados pela PTC, relativos ao exercício de 2013, no mesmo montante de 20 milhões de euros, o que será impugnado pela NOS.

Acrescenta-se que é expectável que a PTC venha a submeter à ANACOM os cálculos dos CSLU incorridos no período entre janeiro e junho de 2014.

É entendimento do Conselho de Administração da NOS que estas contribuições extraordinárias para o SU incorrido pelo prestado designado (e não selecionado por via concorrencial) violam de forma flagrante a Diretiva do Serviço Universal. Acresce que, considerando o quadro legal e o direito em vigor desde que a NOS iniciou a sua atividade, a exigência do pagamento da contribuição extraordinária viola o princípio da proteção da confiança, reconhecido a nível legal e constitucional no direito interno português. Por estas razões, a NOS continuará a impugnar judicialmente as liquidações de todas e cada uma das contribuições extraordinárias que lhe venham a ser exigidas. Sendo convicção do Conselho de Administração da NOS de que terão sucesso as impugnações efetuadas e a efetuar.



Independentemente da convicção do Conselho de Administração da NOS, foi atribuída, já em 2014, no período de alocação do Goodwill previsto pela IFRS 3, uma provisão para fazer face a esta situação, relativamente à eventual responsabilidade até à data da fusão.

b) Processos judiciais em curso, ativos contingentes e passivos contingentes do Grupo Zopt

9. Processos com entidades reguladoras

A NOS SA, a NOS Açores e a NOS Madeira têm vindo a impugnar judicialmente os atos da ANACOM de liquidação da Taxa Anual (anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015) pela atividade de Fornecedor de Redes de Serviços de Comunicações Eletrónicas nos valores (i) de 1.861 milhares de euros, 3.808 milhares de euros, 6.049 milhares de euros, 6.283 milhares de euros, 7.270 milhares de euros, 7.426 milhares de euros e 7.253 milhares de euros; (ii) 29 milhares de euros, 60 milhares de euros, 95 milhares de euros, 95 milhares de euros, 104 milhares de euros, 107 milhares de euros e 98 milhares de euros (iii) 40 milhares de euros, 83 milhares de euros, 130 milhares de euros, 132 milhares de euros, 149 milhares de euros, 165 milhares de euros e 161 milhares de euros, respetivamente, tendo sido peticionada a restituição das quantias entretanto pagas no âmbito da execução dos referidos atos de liquidação. Esta taxa corresponde a uma percentagem definida anualmente pelo ANACOM (em 2009 foi de 0,5826%) sobre as receitas de comunicações eletrónicas dos operadores; o regime entra gradualmente em vigor: 1/3 no 1º. ano, 2/3 no 2º. ano e 100% no 3º. ano. As empresas NOS SA, NOS Açores e NOS Madeira argumentam, nomeadamente, além de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade, que apenas as receitas relativas à atividade de comunicações eletrónicas propriamente dita, sujeita à regulação do ANACOM podem ser consideradas para efeitos de aplicação da percentagem e cálculo da taxa a pagar, não devendo ser consideradas receitas provenientes de conteúdos televisivos.

Em 18 de dezembro de 2012 foi proferida sentença no processo instaurado pela NOS SA referente à Taxa Anual de 2009, a qual julgou procedente a impugnação, tendo apenas apreciado o vício da falta de audiência prévia, condenando, ainda, a ANACOM a pagar juros, decisão contra a qual o ICP-Anacom apresentou recurso, ao qual, por decisão de julho de 2013, não foi dado provimento.

Os demais processos encontram-se a aguardar julgamento e/ou decisão.

10. Administração Fiscal

No decurso dos exercícios de 2003 a 2015, algumas empresas do Grupo NOS foram objeto de Inspeção Tributária aos exercícios de 2001 a 2013. Na sequência destas inspeções, a NOS, enquanto sociedade dominante do Grupo Fiscal, e as empresas não abrangidas pelo Grupo Fiscal, foram notificadas das correções efetuadas pelos Serviços de Inspeção Tributária ao prejuízo fiscal do Grupo e correções em sede de IVA e Imposto de selo e para fazer pagamentos correspondentes às correções aos exercícios acima referidos. O valor total das notificações ascende a 21,8 milhões de euros. De salientar que o Grupo entendeu que as correções efetuadas não tinham fundamento, tendo contestado as referidas correções e montantes. O Grupo prestou garantias bancárias exigidas pela Administração Fiscal, no âmbito destes processos.

No final do exercício de 2013 e aproveitando o regime extraordinário de regularização de dívidas fiscais, a empresa liquidou 7,7 milhões de euros. Este montante ficou registado como 'Imposto a recuperar' não corrente deduzido de provisão constituída no montante de 3,5 milhões de euros.

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo NOS corroborada pelos seus advogados e consultores fiscais, o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a posição consolidada.

11. Ações contra a SPORT TV

- A SPORT TV Portugal, SA foi condenada pela Autoridade da Concorrência ao pagamento de uma coima no valor de 3.730 milhares de euros pela alegada prática da infração de abuso de posição dominante no mercado nacional de canais de acesso condicionado com conteúdos desportivos premium.

A SPORT TV não concorda com a decisão e por isso decidiu recorrer da mesma para as instâncias judiciais competentes, tendo entretanto sido proferida decisão pelo Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão, que alterou a coima para 2.700 milhares de euros. A Sport TV apresentou, entretanto, recurso para o Tribunal da Relação que foi julgado improcedente, tendo a Sport TV recorrido desta decisão para o Tribunal Constitucional e, numa matéria específica, para o Supremo Tribunal de Justiça, recursos que estão pendentes.

- Ação intentada pela Cogeco Cable INC, antiga acionista da Cabovisão, contra a Sport TV, NOS SGPS e um terceiro, solicitando, entre outros: (i) a condenação solidariamente das Rés ao pagamento à Autora da indemnização pelos danos decorrentes dos comportamentos anticoncorrenciais, culposos e ilícitos, entre 3 de agosto de 2006 e 30 de março de 2011, especificamente pelo excesso de preço pago pela Cabovisão dos canais Sport TV, no valor de 9,1 milhões de euros; (ii) a condenação pelos danos



correspondentes à remuneração de capital não disponível por força deste excesso de preço, no valor de 2,4 milhões de euros; e (iii) a condenação pelos danos decorrentes da perda de negócio resultante das práticas anticoncorrenciais da Sport TV, em termos a liquidar em execução da sentença. O Grupo NOS contestou a ação, aguardando julgamento.

É entendimento do Conselho de Administração do Grupo NOS, corroborado pelos advogados que acompanham o processo, de que, designadamente por motivos de índole formais, não é provável que o Grupo seja diretamente responsabilizado neste processo.

- A Cabovisão intentou uma ação contra a Sport Tv, na qual pede a esta última uma indemnização por alegados prejuízos decorrentes de abuso de posição dominante, no montante de 18 milhões de euros, mais capital e juros que se vierem a vencer a partir de 31 de dezembro de 2014 e lucros cessantes. O Conselho de Administração da Sport Tv e os advogados que acompanham o processo preveem um desfecho favorável do mesmo, não se estimando impactos nas contas, para além dos que já se encontram registados.

12. Penalidades Contratuais

As condições gerais que regulam a vigência e cessação da relação contratual entre a NOS e os seus clientes estabelecem que em caso de desativação dos produtos e serviços por iniciativa do cliente antes de decorrido o período de fidelização, o cliente fica obrigado ao pagamento imediato de uma indemnização.

Até 31 de dezembro de 2014, o rédito das penalidades, face às incertezas inerentes, apenas era reconhecido no momento do recebimento, sendo que a 31 de dezembro de 2015, os valores a receber pela NOS SA, NOS Madeira e NOS Açores de indemnizações faturadas ascendia a um total de 111.233 milhares de euros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram reconhecidos, como réditos, recebimentos no montante de 4.671 milhares de euros dos valores em aberto a 31 de dezembro de 2014.

A partir de 1 de janeiro de 2015, o rédito de penalidades passou a ser reconhecido em receita tendo em conta uma taxa de cobrabilidade estimada recorrendo ao histórico de cobranças do Grupo. As penalidades faturadas são registadas como conta a receber e os valores apurados de incobrabilidade destes montantes são registados como imparidade deduzindo à receita reconhecida a quando da faturação.

13. Tarifas de Interligação

Em 31 de dezembro de 2015, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 euros e 29.913.608 euros, respetivamente, que resultam de um diferendo mantido, entre a subsidiária, NOS SA e essencialmente, a MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (anteriormente designada TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.), relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respetivos custos e proveitos sido registados nesse ano. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à NOS SA. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da MEO. Contudo, a MEO voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação, por sentença já transitada em julgado, julgando improcedentes os intentos da MEO, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

c) Outros Compromissos do Grupo Zopt

Em dezembro de 2015, o grupo NOS celebrou um contrato com a Sport Lisboa e Benfica – Futebol SAD e a Benfica TV, S.A. de direitos de transmissão televisiva de jogos em casa da Equipa A de futebol sénior da Benfica SAD para a Liga NOS, bem como dos direitos de transmissão e distribuição do Canal Benfica Tv. O contrato terá início na época desportiva 2016/2017 e uma duração inicial de 3 anos podendo ser renovado por decisão de qualquer das partes até perfazer um total de 10 épocas desportivas, ascendendo a contrapartida financeira global ao montante de 400 milhões de euros, repartida em montantes anuais progressivos.

Também em dezembro de 2015, o grupo NOS celebrou um contrato com a Sporting Clube de Portugal – Futebol SAD e a Sporting Comunicação e Plataformas, S.A. para a cessão dos seguintes direitos:

- 1) Direito de transmissão televisiva e multimédia dos jogos em casa da Equipa A de futebol sénior da Sporting SAD;
- 2) Direito de exploração da publicidade estática e virtual do estádio José Alvalade;
- 3) Direito de transmissão e distribuição do Canal Sporting TV;
- 4) Direito de ser o seu Principal Patrocinador.

O contrato terá uma duração de 10 épocas no que se refere aos direitos indicados em 1) e 2), supra, com início em julho de 2018, de 12 épocas no caso dos direitos mencionados em 3) com início em julho de 2017 e 12 épocas e meia no caso dos direitos mencionados em 4) com início em janeiro de 2016, ascendendo a contrapartida financeira global ao montante de 446 milhões de euros, repartida em montantes anuais progressivos.

Ainda em dezembro de 2015, o grupo NOS celebrou contratos de cessão de créditos de direitos de transmissão televisiva dos jogos em casa do Futebol Sénior com as seguintes sociedades desportivas:

- 1) Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, Lda
- 2) Os Belenenses Sociedade Desportiva Futebol, SAD
- 3) Clube Desportivo Nacional Futebol, SAD
- 4) Futebol Clube de Arouca – Futebol, SDUQ, Lda
- 5) Futebol Clube de Paços de Ferreira, SDUQ, Lda
- 6) Marítimo da Madeira Futebol, SAD
- 7) Sporting Clube de Braga – Futebol, SAD
- 8) Vitória Futebol Clube, SAD

Os contratos têm todos início na época desportiva 2019/2020 e uma duração de até 7 épocas desportivas, com exceção do contrato com o Sporting Clube de Braga – Futebol, SAD o qual tem duração de 10 épocas.

É convicção do Conselho de Administração da Sonaecom que os processos acima descritos que possam resultar em contingências que afetem as contas do grupo ZOPT estão devidamente provisionados, atendendo ao grau de risco, nas contas consolidadas da Sonaecom.

9. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Em resultado do processo de fusão entre a Optimus SGPS e Zon SGPS o grupo Sonaecom passou a deter ações NOS registadas ao justo valor através de resultados, uma vez que se trata da classificação inicial de um ativo detido com o propósito de venda no curto prazo. Conforme acordo parassocial, estas ações não conferem qualquer direito de voto adicional nem interferem na situação de controlo partilhado na NOS. Parte destas ações foram utilizadas no âmbito da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias, conforme descrito abaixo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram ainda adquiridas ações Sonae de acordo com o movimento abaixo descrito.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram como segue:

						2015
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 32)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP*	Saldo final
NOS	57.661.618	-	-	22.135.189	-	79.796.807
Sonae SGPS	2.303.954	-	(2.736.246)	209.672	367.097	144.477
	59.965.572	-	(2.736.246)	22.344.861	367.097	79.941.284
Registado em ativos não correntes (Nota 4)						144.477
Registado em ativos correntes (Nota 4)						79.796.807

* Planos de inventivo de médio prazo

						2014
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 32)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP*	Saldo final
NOS	202.442.350	-	(141.650.837)	(3.129.895)	-	57.661.618
Sonae SGPS	-	5.522.188	(2.804.200)	(167.060)	(246.974)	2.303.954
	202.442.350	5.522.188	(144.455.037)	(3.296.955)	(246.974)	59.965.572
Registado em ativos não correntes (Nota 4)						1.424.996
Registado em ativos correntes (Nota 4)						58.540.576

* Planos de inventivo de médio prazo

Os aumentos e diminuições do justo valor são registados por contrapartida da rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' da demonstração de resultados (Nota 32), com exceção dos aumentos e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura dos planos de incentivo de médio prazo cujo valor é registado na rubrica 'Outros custos operacionais' e 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

As diminuições a 31 de dezembro de 2015 do investimento em ações Sonae SGPS correspondem essencialmente ao pagamento do plano de incentivos de médio prazo vencido no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As diminuições a 31 de dezembro de 2014 do investimento em ações NOS correspondem à contrapartida em ações NOS prevista nos termos de troca da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias. Em resultado desta oferta a Sonaecom reduziu o seu investimento em ações NOS em 26.476.792 ações (141.650.837 euros) (Nota 17), passando a deter 11.012.532 ações representativas do capital social da NOS, correspondentes a uma participação de 2,14%.

O valor registado em ativos não correntes corresponde ao investimento em ações Sonae SGPS, para cobertura dos planos de incentivo de médio prazo, cujo pagamento irá ocorrer em mais de um ano.

A determinação do justo valor do investimento detalha-se como segue:

2015	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	137.859
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1**	
Método de valorização	Preço cotado em bolsa	
Preço cotado*	7,246	1,048
Justo valor	79.796.807	144.476

* Utilizada a cotação de 31 de dezembro de 2015 no apuramento do justo valor.

* Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo.

2014	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	2.249.955
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1**	
Método de valorização	Preço cotado em bolsa	
Preço cotado*	5,236	1,024
Justo valor	57.661.618	2.303.954

* Utilizada a cotação de 31 de dezembro de 2014 no apuramento do justo valor.

* Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo.

10. Investimentos disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2015	2014
Lusa - Agência de Notícias e Portugal, S.A.	1,38%	197.344	197.344
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL	10,00%	5.000	5.000
Outros		10.710	10.710
Perdas por imparidade		(122.275)	(100.000)
		90.779	113.054

Em 31 de dezembro de 2015, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respetivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respetivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efetuada recorrendo a comparações com a quota-parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo setor.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de euros):

	Ativo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado antes de juros, impostos e amortizações	Resultado Líquido
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. ⁽¹⁾	12.350	5.440	696	14.594	357	(802)
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL ⁽¹⁾	40	2	-	45	(10)	(10)

⁽¹⁾ Valores em milhares de euros reportados a 31-12-2014.

11. Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, no montante de 6.098.375 euros e 6.837.230 euros, respetivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, benefícios fiscais, da diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns ativos fixos e de outras diferenças temporárias. O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi como segue:

							2015
	Saldo em 31 dezembro 2014	Entrada de empresas no perímetro (Nota 3.a))	Movimentos nos Impostos Diferidos do exercício	Utilização de Impostos diferidos	Registo/(Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	Saldo em 31 dezembro 2015
Prejuízos fiscais	2.459.918	-	1.159.957	(116.904)	-	-	3.502.971
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças	1.658.953	-	(177.251)	-	100.528	-	1.582.230
Benefícios Fiscais (SIFIDE, RFAl e CFEI)	1.183.946	-	63.942	-	(99.241)	-	1.148.647
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	1.745.300	-	(1.745.300)	-	-	-	-
Efeito em resultados (Nota 33)	7.048.117	-	(698.652)	(116.904)	1.287	-	6.233.848
Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	(169.548)	-	-	-	-	-	(169.548)
Outros	(41.339)	-	75.414	-	-	-	34.075
Saldo final	6.837.230	-	(623.238)	(116.904)	1.287	-	6.098.375

							2014
	Saldo em 31 dezembro 2013	Entrada de empresas no perímetro (Nota 3.a))	Movimentos nos Impostos Diferidos do exercício	Utilização de Impostos diferidos	Registo/(Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	Saldo em 31 dezembro 2014
Prejuízos fiscais	848.995	1.044.217	736.268	(231.986)	-	-	2.397.494
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças	1.510.903	-	274.141	-	(58.532)	(104.181)	1.622.331
Benefícios Fiscais (SIFIDE, RFAl e CFEI)	946.535	-	-	-	232.276	(65.367)	1.113.444
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	227	-	-	-	(227)	-	-
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	1.997.545	-	(252.245)	-	-	-	1.745.300
Efeito em resultados (Nota 33)	5.304.205	-	758.164	(231.986)	173.517	169.548	6.878.569
Entrada de empresas no perímetro (Nota 3.a)) e unidades descontinuadas (Nota 3.d))	-	1.044.217	-	-	-	-	1.044.217
Outros	(104.319)	-	62.980	-	-	-	(41.339)
Saldo final	5.199.886	1.044.217	821.144	(231.986)	173.517	(169.548)	6.837.230

Os impostos diferidos relacionados com os ajustamentos na conversão para IAS/IFRS correspondem a diferenças temporárias geradas nas empresas incluídas na consolidação e resultam do facto de os ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, registados nestas empresas, à data de 31 de dezembro de 2009, já considerados nas demonstrações financeiras consolidadas em IAS/IFRS, de exercícios anteriores, apenas serem considerados para efeitos fiscais, linearmente, pelo período de 5 anos entre 2011 e 2015.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foi efetuada uma avaliação dos impostos diferidos a recuperar e a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, ativos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças

tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração das empresas do grupo, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 7.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a taxa de imposto a utilizar nas empresas portuguesas para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais foi de 21%, devido à alteração da taxa de IRC de 23% em 2014 para 21% a partir de 2015. No caso das diferenças temporárias com origem em empresas portuguesas, nomeadamente das provisões não aceites e perdas de imparidade, a taxa utilizada em 2014 e 2015 foi de 22,5%. Não foi considerada derrama estadual por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa. Os benefícios fiscais, por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Para as empresas estrangeiras foi utilizada a taxa em vigor em cada um dos países.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam ativos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 31 de dezembro de 2015, por situação geradora, era como segue:

											2015
Situação geradora	Empresas incluídas no RETGS	Digitmarket *	We Do Brasil	We Do USA	SSI Espanã	We Do Mexico	Saphety Brasil	S21 Sec Gestion **	S21 Sec Labs	Total	Total Grupo Sonaecom
Prejuízos fiscais reportáveis:											
A serem utilizados até 2021	-	-	-	-	-	26.499	-	-	-	26.499	26.499
A serem utilizados até 2022	-	-	-	-	-	26.517	-	-	-	26.517	26.517
A serem utilizados até 2023	-	-	-	-	-	183.770	-	-	-	183.770	183.770
A serem utilizados até 2025	-	-	-	-	-	76.593	-	-	-	76.593	76.593
A serem utilizados até 2027	-	-	-	-	-	-	-	-	45.833	45.833	45.833
A serem utilizados até 2028	-	-	-	-	-	-	-	612.877	12.017	624.894	624.894
A serem utilizados até 2029	-	-	-	-	-	-	-	253.352	-	253.352	253.352
A serem utilizados até 2030	-	-	-	163.112	-	-	-	-	-	163.112	163.112
A serem utilizados até 2033	-	-	-	123.413	-	-	-	-	-	123.413	123.413
A serem utilizados até 2034	-	-	-	736.686	-	-	-	-	-	736.686	736.686
A serem utilizados até 2035	-	-	-	1.065.764	-	-	-	-	-	1.065.764	1.065.764
Sem limite de utilização	-	-	-	-	176.538	-	-	-	-	176.538	176.538
Prejuízos fiscais	-	-	-	2.088.975	176.538	313.379	-	866.229	57.850	3.502.971	3.502.971
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	708.395	5.463	337.796	271.986	-	144.669	9.740	-	-	769.654	1.478.049
Benefícios Fiscais (SIFIDE, RFAI e CFEI)	998.321	63.942	-	21.017	-	-	-	-	-	84.959	1.083.280
Outros	-	-	(74.380)	123.989	-	(13.665)	(1.869)	-	-	34.075	34.075
Total	1.706.716	69.405	263.416	2.505.967	176.538	444.383	7.871	866.229	57.850	4.391.659	6.098.375

* Em 2015 a Digitmarket deixou de ser incluída no REGTS

** Inclui efeito da fusão

O grupo Sonaecom foi abrangido, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, em que o imposto corrente era calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo, contudo, no exercício findo em 2015, o grupo Sonaecom deixou de ter um grupo autónomo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação em virtude de ter passado a integrar o regime especial de tributação de grupos de sociedades da Sonae SGPS.

Desta forma, a Sonaecom encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, do qual a Sonae, SGPS, SA é sociedade dominante desde 1 de janeiro de 2015. A Empresa regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais sendo o imposto apurado registado por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação administrativa, em pelo menos, 75% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos. As afiliadas digitmarket e saphety apesar de terem integrado o RETGS no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não integraram o RETGS da Sonae, SGPS. A Saphety não se encontra abrangida por esse regime uma vez que a participação indireta da Sonae SGPS em mais de 75% ainda não havia completado mais de um ano na data de início da aplicação

do regime. A Digitmarket não integrou este grupo especial de tributação, uma vez que a participação indireta da Sonae SGPS na empresa é inferior a 75%.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os valores de impostos diferidos não registados por, atualmente, não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2015	2014
Prejuízos fiscais	7.257.283	9.097.403
Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias)	32.012.564	30.179.083
Outros	12.909.739	12.845.341
	52.179.586	52.121.827

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2015	2014
2015	-	1.218.965
2016	269.298	269.298
2017	159.865	199.008
2018	292.890	254.728
2019	371.485	373.957
2020	145.984	148.146
2021	92.238	168.442
2022	322.068	341.225
2023	88.214	92.878
2024	83.707	-
2025	374.102	123.915
2026	454.918	762.523
2027	283.013	220.864
2028	39.603	183.642
2029	878.680	1.166.417
2030	766.054	44.295
2031	-	89.045
2032	-	54.390
Sem limite de utilização	2.635.164	3.385.665
	7.257.283	9.097.403

Os anos de 2028 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 12 anos.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foi como segue:

	2015	2014
Saldo inicial	-	(89.522)
Diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal	-	88.971
Sub-total do efeito em resultados (Nota 33)	-	88.971
Outros	-	551
Saldo final	-	-

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	2015	2014 (reexpresso)
Resultado antes de imposto	35.442.512	14.661.702
Imposto	(7.442.928)	(3.372.191)
Ativos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação, tributação autónoma, derrama e outros ajustamentos contabilísticos não aceites fiscalmente	3.070.962	2.880.673
Registo/(anulação) de ativos por impostos diferidos relativos a exercícios anteriores e benefícios fiscais	1.287	108.150
Utilização de prejuízos fiscais e benefícios fiscais, sem registo de imposto diferido ativo em exercícios anteriores	2.030.314	141.116
Diferenças temporárias do exercício sem registo de impostos diferidos ativos	50.871	(447.536)
Impostos registados no exercício (Nota 33)	(2.289.494)	(689.788)

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 21% (23% em 2014) por ser esta a taxa normal de IRC em Portugal, em 2015, país onde a quase totalidade dos rendimentos do grupo Sonaecom são tributados.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2012 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração do grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015.

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	282.324	341.038
Mercadorias	151.587	761.420
	433.911	1.102.458
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 22)	(35.000)	(25.000)
	398.911	1.077.458

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 ascendeu a 32.184.381 euros e 30.341.304 euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

	2015	2014
Inventários iniciais	1.102.458	578.525
Compras	33.151.366	30.235.375
Reforço de perdas por imparidade em inventários (Nota 22)	10.000	-
Regularização de inventários	(1.645.532)	629.862
Inventários finais	(433.911)	(1.102.458)
	32.184.381	30.341.304

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração e são registados em 'Custo das Vendas' (Nota 1.i)).

13. Clientes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Clientes correntes:		
Sistemas de Informação	36.083.267	35.521.789
Multimédia e outros	4.031.608	4.478.982
	40.114.875	40.000.771
Clientes de cobrança duvidosa	2.625.442	3.704.428
	42.740.317	43.705.199
Perdas por imparidade acumuladas em clientes (Nota 22)	(2.625.442)	(3.704.428)
	40.114.875	40.000.771

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a composição das perdas por imparidade acumuladas por segmento é como segue:

	2015	2014
Perdas por imparidade acumuladas em clientes:		
Sistemas de Informação	1.660.732	1.919.632
Multimédia e outros	964.710	1.784.796
	2.625.442	3.704.428

A exposição do grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidades para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envoltentes económicas. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber se aproximam do seu justo valor.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser detalhada como segue:

		Vencido sem imparidade				Vencido e com imparidade			
		Não vencido	Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias
2015									
Clientes	42.740.317	21.176.821	5.545.417	2.806.457	10.596.053	17.997	-	141.184	2.456.388
2014									
Clientes	43.705.199	18.460.254	5.152.882	4.422.285	10.303.734	332.333	63.824	481.021	4.488.866

Em 31 de dezembro de 2015, nos casos aplicáveis, as perdas de imparidade registadas encontram-se líquidas dos montantes de IVA que o grupo espera e desenvolve esforços concretos para recuperar.

A monitorização do risco de crédito é efetuada de forma contínua e pode ser resumida como segue:

(i) Para os clientes regulares, a imparidade é calculada pela aplicação de uma taxa de incobrabilidade apurada recorrendo ao histórico de cobranças do grupo.

(ii) Para os restantes ativos, a imparidade é calculada com base na antiguidade dos saldos a receber líquidos dos montantes a pagar e do conhecimento da situação financeira do devedor.

14. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Estado e outros entes públicos	3.635.620	6.842.973
Adiantamentos a fornecedores	763.833	305.618
Outros devedores	2.944.909	2.357.876
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 22)	(94.422)	(109.625)
	7.249.940	9.396.842

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a antiguidade de saldos de outros devedores e adiantamentos a fornecedores pode ser detalhada como segue:

		Vencido sem imparide				Vencido e com imparidade			
		Não vencido	Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias
2015									
Adiantamentos a fornecedores	763.833	-	-	-	763.582	251	-	-	-
Outros devedores	2.944.909	32.016	500	1.089.068	1.728.903	3.529	-	-	90.893
	3.708.742	32.016	500	1.089.068	2.492.485	3.780	-	-	90.893
2014									
Adiantamentos a fornecedores	305.618	6.109	3.218	15.475	280.816	-	-	-	-
Outros devedores	2.357.876	97.384	30.472	1.133.713	1.007.557	-	-	8.108	80.642
	2.663.494	103.493	33.690	1.149.188	1.288.373	-	-	8.108	80.642

Os valores vencidos e sem imparidade correspondem, maioritariamente, a dívidas com empresas do grupo Sonae e com outras entidades, para as quais não existe risco de crédito.

15. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Faturação a emitir a clientes por prestação de serviços	7.987.566	9.058.592
Trabalhos especializados pagos antecipadamente	1.281.027	1.478.537
Outros acréscimos de proveitos	412.134	760.712
Rendas pagas antecipadamente	281.815	332.985
Descontos de quantidade a receber	7.625	11.255
Outros despesas pagas antecipadamente	387.788	270.144
	10.357.955	11.912.225

Os resultados relativos a projetos realizados pela área de sistemas de informação são reconhecidos com base na percentagem de acabamento dos mesmos.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os projetos em curso podem ser resumidos como segue:

	2015	2014
Número de projetos em curso	971	894
Total de custos reconhecidos	20.227.686	18.961.821
Total de receitas reconhecidas	34.425.822	34.928.537
Total de proveitos diferidos (Nota 27)	7.086.501	7.053.922
Total de proveitos acrescidos	4.836.899	6.281.550

16. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2015	2014
Numerário	17.536	22.423
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	24.934.850	4.551.280
Aplicações de tesouraria	156.167.674	177.436.892
Caixa e equivalentes de caixa	181.120.060	182.010.595
Descobertos bancários (Nota 20)	(32.083)	(196.082)
	181.087.977	181.814.513

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica 'Aplicações de tesouraria' correspondia exclusivamente a aplicações bancárias.

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, venceram juros a uma taxa média de 0,59% (1,08% em 2014) estando distribuídas, àquela data, por 7 instituições financeiras.

17. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social da Sonaecom estava representado por 311.340.037 ações, correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 0,74 euros.

Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2015		2014	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	62,33%	194.063.119	62,33%
Sonae SGPS	81.022.964	26,02%	81.022.964	26,02%
Ações dispersas em Bolsa	30.682.940	9,86%	30.682.940	9,86%
Ações próprias (Nota 18)	5.571.014	1,79%	5.571.014	1,79%
	311.340.037	100,00%	311.340.037	100,00%

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom.

A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu ao longo de duas semanas, tendo início em 6 de fevereiro e término em 19 de fevereiro de 2014.

Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom. Em 2014 a Sonaecom reduziu assim o seu capital social em cerca de 136 milhões de euros, em resultado da extinção das ações próprias adquiridas (54.906.831 ações) e redução do valor nominal das restantes ações representativas do capital social da Sonaecom de 1 euro para 0,74 euros por ação. Na sequência deste resultado, a Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

Como contrapartida das ações próprias adquiridas neste processo de Oferta Pública Geral e Voluntária a Sonaecom entregou 26.476.792 ações representativas do capital social da NOS que se encontravam registadas no balanço por 141.650.837 euros (Nota 9) e o montante de 19.632 euros em dinheiro, pelo que em resultado desta Oferta Pública Geral e Voluntária, o ativo e o capital próprio da Sonaecom reduziu-se em 141.670.470 euros.

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

18. Ações próprias

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sonaecom não adquiriu, alienou ou entregou ações próprias, pelo que o montante detido à data é de 5.571.014 ações próprias representativas de 1,79% do seu capital social, a um preço médio de 1,380 euros.

19. Interesses sem controlo

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os interesses sem controlo tinham a seguinte composição:

	2015	2014
Digitmarket	447.035	422.253
S21 Sec FRM (Nota 3.a) e 3.c))	-	203.201
S21 Sec Barcelona (Nota 3.a) e 3.c))	97.430	180.018
Saphety Colômbia	(55.467)	(35.341)
Saphety	(5.323)	(37.039)
Saphety Brasil	(64.410)	(48.982)
S21 Sec Brasil (Nota 3.a))	(65.308)	(60.983)
S21 Sec Labs (Nota 3.a))	(293.422)	(208.676)
Lookwise (Nota 3.a) e 3.e))	-	(359.242)
S21 Sec Gestion (Nota 3.a) e 3.e))	(1.803.512)	(678.123)
Outros	36.530	(9.086)
	(1.706.447)	(632.000)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os interesses sem controlo das empresas fusionadas na S21 Sec Gestion (Nota 3.e)) – S21Sec FRM, Lookwise, S21Sec Institute e SIEG - não apresentam contributo para o consolidado Sonaecom uma vez que o mesmo se encontra refletido no contributo da S21Sec Gestion, no âmbito da fusão ocorrida (Nota 3e)) no montante de -1.803.512 euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os interesses sem controlo das empresas do Grupo S21 (S21Sec FRM, S21Sec Barcelona, S21Sec Brasil, S21Sec Labs, Lookwise e S21Sec Gestion) tinham apenas 6 meses de contributo para o consolidado Sonaecom, desde a data da aquisição, julho de 2014 até ao final do exercício, dezembro de 2014.

20. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

						Montante utilizado
Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	2015	2014
S21GES	Empréstimo bancário	1.229.223	jul-21	Parcelar	1.229.223	1.229.223
S21GES	Empréstimo bancário	600.919	jul-21	Parcelar	600.919	600.919
S21GES	Empréstimo bancário	573.839	jul-21	Parcelar	573.839	573.839
S21GES	Empréstimo bancário	547.000	jul-21	Parcelar	547.000	547.000
S21GES	Empréstimo bancário	309.000	jul-21	Parcelar	309.000	309.000
S21GES	Empréstimo bancário	296.000	jul-21	Parcelar	296.000	296.000
S21GES	Empréstimo bancário	192.000	jul-21	Parcelar	192.000	192.000
S21 Sec Labs	Subsídios reembolsáveis	-	jun-24	Parcelar	1.874.555	2.046.913
S21 Sec Gestion	Subsídios reembolsáveis	-	jun-25	Parcelar	2.525.634	1.701.292
Lookwise	Subsídios reembolsáveis	-	dez-25	Parcelar	-	1.215.946
Saphety	Suprimentos de minoritários	-	-	-	451.322	451.322
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(80.144)	(152.924)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	45.827	48.455
					8.565.175	9.058.985
					8.565.175	9.058.985

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

						Montante utilizado
Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	2015	2014
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	200.000	jul-16	-	199.912	199.912
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	jul-16	-	150.000	150.057
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	jul-16	-	139.847	111.033
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	100.000	jul-16	-	46.226	99.815
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	500.000	jul-16	-	488.000	-
S21 Sec Gestion	Factoring	500.000	Indefinido	-	-	111.431
S21 Sec Gestion	Factoring	1.135.000	jul-16	-	305.058	261.674
S21 Sec Labs	Subsídios reembolsáveis	-	jun-16	-	239.086	223.880
Lookwise	Subsídios reembolsáveis	-	jun-16	-	-	179.164
S21 Sec Gestion	Subsídios reembolsáveis	-	jun-16	-	569.102	431.228
Diversas	Descobertos bancários (Nota 16)	-	-	-	32.083	196.082
Diversas	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	16.175
					2.169.314	1.980.451
					2.169.314	1.980.451

Linhas de crédito bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe de uma linha de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de conta corrente e autorização de descoberto em conta, no montante de 1 milhão de euros e a S21 SEC Gestion no montante de cerca de 1.255 mil euros em que se estava a utilizar cerca de 1.023 mil euros a 31 de dezembro de 2015.

Todas as linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Subsídios reembolsáveis

Em 31 de dezembro de 2015 o Grupo tinha subsídios reembolsáveis obtidos de entidades dependentes do Governo de Navarra, CDTI e 'Ministerio de Ciencia y Tecnología'. Estes subsídios são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e apresentam o seguinte plano de reembolso:

	2015
2016	808.188
2017	1.159.612
2018	1.150.405
2019	757.004
2020 e seguintes	1.333.168
	5.208.377

Estes subsídios vencem juros a taxas compreendidas entre os 0% e os 4%.

Outros

Os empréstimos da S21 Sec Gestion podem ser detalhados como se segue:

			2015
Denominação	Banco	Limite	Vencimento
Empréstimo bancário	Popular	1.229.223	jul-21
Empréstimo bancário	Santander	600.919	jul-21
Empréstimo bancário	BBVA	573.839	jul-21
Empréstimo bancário	Bankinter	547.000	jul-21
Empréstimo bancário	Sabadell	309.000	jul-21
Empréstimo bancário	Popular	296.000	jul-21
Empréstimo bancário	La Caixa	192.000	jul-21

A taxa de juro média destes empréstimos em 31 de dezembro de 2015 foi de 3%.

Em 31 de dezembro de 2015, os principais condicionalismos financeiros (covenants) incluídos em contratos de dívida estão relacionados com cláusulas de *Negative pledge*, as quais impõem determinadas restrições, nomeadamente, à oneração ou constituição de garantias reais sobre os bens, elementos ou ativos do seu património das subsidiárias, à alteração das atividades principais empresas, à emissão de novas ações ou alteração dos direitos acionistas. As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 31 de dezembro de 2015 e na presente data, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos classificados em médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	Em 12 meses	Entre 12 e 24 meses	Entre 24 e 36 meses	Entre 36 e 48 meses	Entre 48 e 60 meses	Entre 60 e 72 meses
2015						
Outros empréstimos S21GES:						
Amortização	-	175.552	875.236	891.473	904.925	900.795
Juros	120.977	130.024	146.439	107.927	68.842	29.249
	120.977	305.576	1.021.675	999.400	973.767	930.044
2014						
Juros	103.750	92.853	66.737	40.907	15.041	-
	103.750	92.853	66.737	40.907	15.041	-

Os suprimientos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as linhas de crédito bancário disponíveis pelo grupo são como segue:

						Maturidade
Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Até 12 meses	Mais de 12 meses
2015						
Sonaecom	Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	200.000	199.912	88	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	150.000	-	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	139.847	10.153	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	125.457	-	125.457		x
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	100.000	46.226	53.774	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	30.191	-	30.191		x
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	500.000	488.000	12.000	x	
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	1.229.223	1.229.223	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	600.919	600.919	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	573.839	573.839	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	547.000	547.000	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	309.000	309.000	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	296.000	296.000	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	192.000	192.000	-		x
S21 Sec Gestion	Factoring	500.000	-	500.000		x
S21 Sec Gestion	Factoring	1.135.000	305.058	829.942	x	
Outras	Diversos	-	32.083	-	x	
		7.638.629	5.109.107	2.561.605		
2014						
Sonaecom	Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
S21GES	Conta corrente caucionada	200.000	199.912	88	x	
S21GES	Conta corrente caucionada	150.000	111.033	38.967	x	
S21GES	Conta corrente caucionada	150.000	150.057	-	x	
S21GES	Conta corrente caucionada	125.457	-	125.457		x
S21GES	Conta corrente caucionada	100.000	99.815	185	x	
S21GES	Conta corrente caucionada	30.191	-	30.191		x
S21GES	Empréstimo bancário	1.229.223	1.229.223	-		x
S21GES	Empréstimo bancário	600.919	600.919	-		x
S21GES	Empréstimo bancário	573.839	573.839	-		x
S21GES	Empréstimo bancário	547.000	547.000	-		x
S21GES	Empréstimo bancário	309.000	309.000	-		x
S21GES	Empréstimo bancário	296.000	296.000	-		x
S21GES	Empréstimo bancário	192.000	192.000	-		x
Outras	Diversos	-	196.082	-	x	-
		5.503.629	4.504.880	1.194.888		

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro pelo que a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

Com base no endividamento exposto a taxas variáveis existente no final de 2015, incluindo a dívida relativa a locação financeira, e tendo em conta as aplicações e saldos bancários na mesma data, caso as taxas de juro de mercado tivessem subido (descido), em média, 75bp durante o ano de 2015, os juros obtidos nesse exercício seriam diminuídos (acrescidos), em aproximadamente, 1.080.000 euros (1.200.000 euros em 2014).

21. Outros passivos financeiros não correntes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis relativos a contratos de *leasing* cujo vencimento é superior a um ano nos montantes de 798.762 euros e 480.274 euros, respetivamente.

O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 31 de dezembro de 2015 e 2014 era o seguinte:

	2015		2014	
	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing
2015	-	-	322.845	285.904
2016	576.362	520.461	269.054	249.949
2017	478.416	454.123	228.987	221.858
2018	245.069	236.607	8.549	8.467
2018 e seguintes	109.946	108.032	-	-
	1409.793	1319.223	829.435	766.178
Juros	(90.570)	-	(63.258)	-
	1319.223	1319.223	766.177	766.178
Parcela curto prazo (Nota 25)	-	(520.461)	-	(285.904)
	1319.223	798.762	766.177	480.274

22. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Entrada de empresas no perímetro (Nota 3.a))	Reforço	Redução	Utilização e Transferências	Unidades descontinuadas (Notas 3.d))	Saldo final
2015							
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 13 e 14)	3.814.053	-	431.584	(284.141)	(1.241.632)	-	2.719.864
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 12)	25.000	-	10.000	-	-	-	35.000
Provisões para outros riscos e encargos	2.579.321	-	3.293.392	(1.421.916)	(158.244)	-	4.292.553
	6.418.374	-	3.734.976	(1.706.057)	(1.399.876)	-	7.047.417
2014							
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 13 e 14)	3.999.525	500.020	68.383	(209.538)	(407.060)	(137.277)	3.814.053
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 12)	25.000	-	-	-	-	-	25.000
Provisões para outros riscos e encargos	3.060.986	273.266	530.090	(229.160)	(739.871)	(315.990)	2.579.321
	7.085.511	773.286	598.473	(438.698)	(1.146.931)	(453.267)	6.418.374

Os valores de reforços e reduções das Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber e das Provisões para outros riscos e encargos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser detalhados como se segue:

	2015		2014	
	Reforço	Redução	Reforço	Redução
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber				
Registadas na linha de 'Provisões e perdas por imparidade' (reforços) e em 'Outros proveitos operacionais' (reduções)	431.584	(284.141)	25.972	(209.538)
Unidades descontinuadas (Nota 37)	-	-	42.411	-
Total reforços/(reduções) de perdas por imparidade acumuladas em contas a receber	431.584	(284.141)	68.383	(209.538)
Provisões para outros riscos e encargos				
Registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 33)	1.119.299	(1.232.881)	395.159	(166.673)
Registado por contrapartida de 'Ativos fixos tangíveis' respeitante à provisão para desmantelamento e abandono de escritórios líquido do valor registado em 'Outros custos financeiros', respeitante à atualização da provisão para desmantelamento, conforme previsto na IAS 16 - 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.c))	1.694	-	67.291	(4.573)
Registado, na demonstração de resultados, em 'Ganhos e perdas relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente', relativo ao registo da provisão resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 8)	11.447	(3.191)	97.693	-
Registado em reservas relativo ao registo da provisão resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial	-	-	(35.005)	-
Registado, na demonstração de resultados, em 'Custos com o pessoal', relativo a provisões para indemnizações por despedimento	2.089.303	(56.000)	-	-
Outros aumentos e reversões - registadas na linha de 'Provisões e perdas por imparidade'	71.649	(129.845)	-	(57.914)
Total unidades continuadas	3.293.392	(1.421.916)	525.138	(229.160)
Unidades descontinuadas	-	-	4.952	-
Total reforços/(reduções) de provisões para outros riscos e encargos	3.293.392	(1.421.916)	530.090	(229.160)
Total registado na Demonstração de resultados na linha de 'Provisões e perdas por imparidade' (reforços) e em 'Outros proveitos operacionais' (reduções)	503.233	(413.986)	25.972	(267.452)

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2015	2014
Contingências diversas	1.660.398	1.803.847
Processos judiciais em curso	117.095	131.761
Desmantelamentos	50.191	48.497
Outras responsabilidades	2.464.869	595.216
	4.292.553	2.579.321

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor das provisões para desmantelamentos encontra-se registado pelo valor presente tendo em consideração a data de utilização das mesmas, de acordo com a IAS 37 - 'Provisões, Passivos e Ativos Contingentes'.

A rubrica de 'Contingências diversas' diz respeito a passivos prováveis resultantes de transações diversas efetuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outras responsabilidades, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à atualização financeira dos mesmos.

Na rubrica de "Outras responsabilidades" estão incluídas provisões para reestruturação no valor de 2.033.303 euros associado a indemnizações por despedimentos a ocorrer durante 2016.

23. Outros passivos não correntes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Planos de incentivo de médio prazo (Nota 39)	1384.978	871.397
Outros	44.757	203.812
	1429.735	1.075.209

24. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tinha a seguinte composição e plano de maturidade:

	Total	Até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
2015				
Fornecedores, conta corrente	16.566.682	16.566.682	-	-
Fornecedores de ativos fixos tangíveis e intangíveis	253.661	253.661	-	-
Fornecedores, faturas em receção e conferência	2.171.695	2.171.695	-	-
	18.992.038	18.992.038	-	-
2014				
Fornecedores, conta corrente	18.735.676	18.735.676	-	-
Fornecedores de ativos fixos tangíveis e intangíveis	421.218	421.218	-	-
Fornecedores, faturas em receção e conferência	2.408.795	2.408.795	-	-
	21.565.689	21.565.689	-	-

A 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da atividade operacional do grupo e de aquisição de ativos fixos tangíveis e intangíveis. O Conselho de Administração acredita que o justo valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contabilístico e que o efeito da atualização desses montantes não é material.

25. Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica 'Outros passivos financeiros' inclui o montante de 520.461 euros (285.904 euros em 2014) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de *leasing* (Nota 21).

26. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Estado e outros entes públicos	4.478.700	5.408.938
Outros credores	113.373	1.238.426
	4.592.073	6.647.364

As dívidas a outros credores tinham o seguinte plano de maturidade:

	Total	Até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
2015				
Outros credores	113.373	113.373	-	-
2014				
Outros credores	1.238.426	1.238.426	-	-

As dívidas a outros credores não incorporam juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos da sua atualização não são materiais.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica 'Estado e outros entes públicos' refere-se, essencialmente, a Impostos a pagar (Imposto sobre Valor Acrescentado, Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, Contribuições a pagar à Segurança Social e às retenções de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) das seguintes filiais:

	2015	2014
WeDo	724.922	769.925
WeDo Brasil	690.991	569.907
S21 Sec Gestion	665.149	499.937
Digitmarket	651.129	63.564
Sonaecom	517.316	2.261.864
Público	320.898	402.604
Saphety	224.181	176.185
Sonaecom SP	138.673	74.718
Outros	545.441	590.234
	4.478.700	5.408.938

27. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Custos a pagar:		
Custos com o pessoal	11.247.361	11.961.118
Publicidade e propaganda	435.419	780.904
Planos de incentivo de médio prazo (Nota 39)	743.792	1.263.646
Descontos de quantidade	56.778	60.459
Trabalhos especializados	869.696	571.071
Rendas e alugueres	78.131	190.711
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	64.510	106.877
Inventários	52.479	1.375.723
Outros custos a pagar	1.094.057	1.694.198
Outros fornecimentos e serviços externos	2.615.435	2.135.992
	17.257.658	20.140.698
Proveitos diferidos:		
Faturação antecipada a clientes (Nota 15)	7.680.716	7.442.073
Outros proveitos diferidos	1.153.806	703.990
	8.834.522	8.146.063
	26.092.180	28.286.761

28. Vendas e prestações de serviços

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2015	2014
Sistemas de Informação	114.837.453	105.902.042
Multimédia e outros	14.676.451	15.814.624
	129.513.904	121.716.666

29. Outros proveitos operacionais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica 'Outros proveitos operacionais' tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Proveitos suplementares	614.945	676.992
Redução de provisões (Nota 22)	413.986	267.452
Outros	1.342.363	1.817.150
	2.371.294	2.761.594

30. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica 'Fornecimentos e serviços externos' apresentava a seguinte composição:

	2015	2014
Subcontratos	19.334.262	19.393.642
Trabalhos especializados	5.764.370	5.482.365
Deslocações e estadas	5.037.441	4.583.883
Rendas e alugueres	4.995.378	4.396.333
Publicidade e propaganda	3.130.879	2.860.738
Honorários	1.492.747	1.239.156
Comunicação	1.266.272	1.196.748
Comissões	462.539	591.979
Combustíveis	411.696	417.090
Electricidade	361.022	288.275
Conservação e reparação	242.852	182.381
Segurança	120.331	120.181
Outros	1.319.527	1.100.556
	43.939.316	41.853.327

Os compromissos assumidos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 com contratos de locação operacional são como seguem:

	2015	2014
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2015	-	3.350.003
2016	2.999.162	2.645.460
2017	2.530.522	2.233.519
2018	1.745.844	1.482.594
2019 e seguintes	549.351	154.742
Renováveis por 1 ano	1.130.817	896.394
	8.955.696	10.762.712

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram reconhecidos 4.584.901 euros (4.156.750 euros em 31 de dezembro de 2014) na rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos' relativos a rendas de locações operacionais, registados essencialmente na rubrica 'Rendas e alugueres'.

31. Outros custos operacionais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica 'Outros custos operacionais' apresentava a seguinte composição:

	2015	2014
Impostos e taxas	143.049	132.951
Outros	178.911	187.287
	321.960	320.238

32. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2015	2014
Resultados financeiros relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente:		
Ganhos e perdas relacionadas com a aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 8)	17.843.497	15.742.802
	17.843.497	15.742.802
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados		
Ganhos relativos a Investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	22.344.861	(3.296.955)
Dividendos obtidos	1.541.754	1.321.504
	23.886.616	(1.975.451)
Custos financeiros:		
Juros suportados:	(531.724)	(1.051.727)
Empréstimos bancários	(324.857)	(752.901)
Juros de leasing	(43.609)	(32.631)
Outros juros	(163.258)	(266.195)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	(820.005)
Outros custos financeiros	(321.500)	(533.180)
	(853.224)	(2.404.912)
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos	1.136.395	1.958.554
Diferenças de câmbio favoráveis	211.601	837.162
Outros proveitos financeiros	374.973	163.308
	1.722.969	2.959.024

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica 'Juros obtidos' inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria (Nota 16).

33. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2015	2014
Imposto corrente	(1.588.807)	(1.249.969)
Provisão para impostos líquida da redução (Nota 22)	113.582	(228.486)
Imposto diferido ativo (Nota 11)	(814.269)	699.695
Imposto diferido passivo (Nota 11)	-	88.971
	(2.289.494)	(689.789)

34. Partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à atividade operacional do grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transações mais significativos efetuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram os seguintes:

	Saldos em 31 de dezembro de 2015		
	Contas a receber (Notas 13 e 14)	Contas a pagar (Nota 24)	Outros ativos / (passivos) (Notas 15, 23 e 27)
Empresa-mãe			
Sonae SGPS	1	990.196	(130.048)
Outras partes relacionadas			
NOS SGPS	-	-	452.604
NOS Comunicações	443.882	68.543	902.816
NOS Technology *	1.249.483	(122)	(3.566.678)
NOS Sistemas S.A. **	210.788	192.889	30.268
MDS	901	1.847	(52.415)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	586.048	451.296	8.955
Raso Viagens	814	156.519	21.058
SC-Sociedade de Consultadoria	105.567	-	(154.008)
Sierra Portugal	158.363	-	138.303
Sonae Indústria PCDM	163.028	-	-
Sonaecenter II	1.676.391	48.821	(1.743.724)
Unipress	-	476.770	(25.269)
Worten	34.241	-	-
	4.629.507	2.386.759	(4.118.138)

* Esta empresa alterou a sua denominação social de Be Artis para NOS Technology em 2015.

** Esta empresa alterou a sua denominação de Mainroad para NOS Sistemas S.A. em 2015.

	Saldos em 31 de dezembro de 2014		
	Contas a receber (Notas 13 e 14)	Contas a pagar (Nota 24)	Outros ativos / (passivos) (Notas 15, 23 e 27)
Empresa-mãe			
Sonae SGPS	(181.442)	49.132	183.592
Outras partes relacionadas			
NOS Technology *	722.921	46.385	(2.749.104)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	398.309	119.292	(588.978)
NOS Comunicações	1.613.720	244.376	221.358
Nos SGPS	45.651	-	-
Raso Viagens	7.648	288.641	(10.894)
SC-Sociedade de Consultadoria	376.031	-	(213.731)
Sierra Portugal	380.961	928	275.419
Sonae Indústria PCDM	9.709	-	-
Sonaecenter II	1.206.884	506.906	(907.181)
NOS Sistemas S.A. **	224.098	217.844	(782)
Worten	55.166	(1.485)	-
	4.859.656	1.472.019	(3.790.301)

* Esta empresa alterou a sua denominação social de Be Artis para NOS Technology em 2015.

** Esta empresa alterou a sua denominação de Mainroad para NOS Sistemas S.A. em 2015.



	Transações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015			
	Vendas e prestações de serviços (Nota 28)	Fornecimento e serviços externos (Nota 30)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 32)	Proveitos suplementares (Nota 29)
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	70	50.000	851.073	26
Outras partes relacionadas				
NOS SGPS	-	(556)	-	-
NOS Comunicações	3.082.719	590.381	(5)	71.294
NOS Technology *	8.492.634	15.339	-	-
NOS Sistemas S.A. **	274.051	565.259	-	210.930
MDS	-	9.202	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	729.598	(211.588)	-	124.668
Raso Viagens	118.113	1.620.412	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	793.789	-	-	-
Sierra Portugal	1.742.791	9.793	-	-
Sonae Indústria PCDM	393.176	-	-	-
Sonaecenter II	13.665.300	332.284	-	-
Unipress	-	504.662	-	180.000
Worten	203.770	3.366	-	-
	29.496.011	3.488.554	851.068	586.918

* Esta empresa alterou a sua denominação social de Be Artis para NOS Technology em 2015.

** Esta empresa alterou a sua denominação de Mainroad para NOS Sistemas S.A. em 2015.

	Transações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014			
	Vendas e prestações de serviços (Nota 28)	Fornecimento e serviços externos (Nota 30)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 32)	Proveitos suplementares (Nota 29)
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	1.810	49.229	1.563.161	-
Outras partes relacionadas				
NOS Technology *	7.769.762	1.341	-	(41)
MDS	395.689	30.018	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	916.072	305.255	-	19.418
NOS SGPS	170	(7.936)	1.329	-
Raso Viagens	179.150	1.430.082	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	1.646.715	-	-	-
Sierra Portugal	4.262.300	10.363	-	-
Sonae Indústria PCDM	709.750	-	-	-
Sonaecenter II	13.845.628	427.603	-	-
Unipress	80.435	546.417	-	135.000
Worten	246.972	710	-	-
	30.054.453	2.793.082	1.564.490	154.377

* Esta empresa alterou a sua denominação social de Be Artis para NOS Technology em 2015.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a empresa distribuiu a título de dividendos o montante de 3.646.033 euros, à sua empresa-mãe.

Durante o exercício de 2012, o Grupo celebrou um contrato com a Sonae SGPS, S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016 à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo. O preço médio deste contrato era 1,184 euros por ações e foi pago antecipadamente à Sonae SGPS, S.A. o montante de 3.291.520. Durante o exercício findo em 31 de março de 2013, a Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato, originando um recebimento de 4.444.207 euros. No dia 11 de julho de 2014 a empresa cessou o contrato acima referido pelo que, desta forma, a Sonae SGPS, S.A. restituiu o valor remanescente em dívida.

As transações efetuadas entre empresas do grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota.

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

35. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2015	2014
Sonaecom	Direção de Contribuições e Impostos	Reembolsos de IVA	-	1.435.379
We Do, WeDo Egypt, S21 Sec Gestion, S21 Sec Labs e Saphety	Administrador de Infraestructuras Ferroviarias; Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo; Emirates Telecom. Corp.; Empresa de Telecomunicaciones; Etihad Etisalat Company; ETISALAT; ETISALAT UAE; Omani Qatari Telecommunic; Packet One Networks; Tunisie Telecom; Viva Bahrain; Sociedad Estatal de Correos y Telegrafos; TT dotCom Snd Bhd e Zain Jordan	Boa execução de trabalhos a realizar	1.127.902	1.346.265
S21 Sec Gestion, S21 Sec Labs e Lookwise	Centro para Desarrollo Tecnolo, EBN Banco de Negocios e Ministerio de Indústria	Incentivos	1.007.887	1.264.330
Sonaecom e Público	Direção de Contribuições e Impostos e Autoridade Tributária e Aduaneira	Liquidações adicionais de IRC, IS, IVA	240.622	240.622
We Do e Saphety	IAPMEI	Projeto 'HERMES' e projeto 'Value4cuopons' - GREN	42.501	334.299
Várias	Outros		634.917	439.548
			3.053.829	5.060.443

Adicionalmente a estas garantias foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 23.319.289 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora do Público até ao montante de 565.026 euros.

Em 31 de dezembro de 2015, é convicção do Conselho de Administração do grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

36. Informação por segmentos

Atendendo à descontinuação da atividade das Telecomunicações (Nota 8), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Multimédia;
- Sistemas de informação; e
- Atividades de Holding.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração os seguintes critérios/condições: o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é desenvolvida informação financeira separadamente, os seus resultados operacionais são regularmente revistos pela gestão e sobre os quais esta toma decisões sobre, por exemplo, alocação de recursos, o facto de terem produtos/serviços semelhantes e ainda tendo em consideração o *threshold* quantitativo (conforme previsto na IFRS 7).

O segmento denominado 'Atividades de Holding' engloba todas as operações realizadas pelas empresas do grupo cuja atividade principal corresponde à gestão de participações sociais.

As restantes atividades do grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificadas como não alocadas.

As transações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transações foram efetuadas a preços de mercado.

As transferências e transações entre segmentos são efetuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a juros de aplicações de tesouraria e *fees* de gestão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em resultado da venda da Mainroad (Nota 3.d)), esta foi classificada, para efeitos de apresentação, como uma unidade operacional descontinuada. Conforme previsto pela IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 para refletir numa quantia única na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas (Nota 37).

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

	Multimédia		Sistemas de Informação		Atividades de Holding		Sub-Total		Eliminações e outros		Total	
	dez-15	dez-14	dez-15	dez-14	dez-15	dez-14	dez-15	dez-14	dez-15	dez-14	dez-15	dez-14
Proveitos:												
Vendas e Prestações de serviços	14.998.146	15.895.582	114.837.453	105.902.042	338.240	303.482	130.173.839	122.101.106	(659.935)	(384.440)	129.513.904	121.716.666
Redução de provisões	3.845	176.714	347.141	63.601	63.000	27.137	413.986	267.452	-	-	413.986	267.452
Outros proveitos operacionais	320.817	637.133	1.529.209	1.782.820	178.089	153.203	2.028.115	2.573.156	(70.807)	(79.014)	1.957.308	2.494.142
Total de proveitos	15.322.808	16.709.429	116.713.803	107.748.463	579.329	483.822	132.615.940	124.941.714	(730.742)	(463.454)	131.885.198	124.478.260
Amortizações e depreciações	(675.007)	(512.093)	(7.463.505)	(6.584.033)	(15.084)	(15.779)	(8.153.596)	(7.111.905)	(2.645.721)	(30.482)	(10.799.317)	(7.142.387)
Provisões e perdas de imparidade	(387.238)	(19.388)	(115.995)	(6.584)	-	-	(503.233)	(25.972)	-	-	(503.233)	(25.972)
Resultado operacional do segmento	(5.778.764)	(2.686.383)	2.417.005	5.080.280	(1.464.528)	(2.101.049)	(4.826.287)	292.848	(2.331.059)	47.391	(7.157.346)	340.239
Juros obtidos	59	4.009	111.289	141.604	1.765.353	3.206.328	1.876.701	3.351.941	(740.306)	(1.393.387)	1.136.395	1.958.554
Juros suportados	(318.520)	(540.130)	(843.906)	(1.315.473)	(64.583)	(562.201)	(1.227.009)	(2.417.804)	695.285	1.366.076	(531.724)	(1.051.728)
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	23.886.616	(1.975.451)	23.886.616	(1.975.451)	-	-	23.886.616	(1.975.451)
Ganhos e perdas em associadas	(4.231)	(1.698)	(150.262)	(64.955)	17.997.990	15.809.455	17.843.497	15.742.802	-	-	17.843.497	15.742.802
Outros resultados financeiros	(5.397)	(470)	19.500	(226.780)	(6.313.123)	1.450.287	(6.299.020)	1.223.037	6.564.094	(1.575.751)	265.074	(352.714)
Impostos sobre o rendimento	536.796	919.868	(3.233.872)	(2.041.404)	451.581	438.714	(2.245.495)	(682.821)	(43.999)	(6.968)	(2.289.494)	(689.789)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas	(5.570.057)	(2.304.804)	(1.680.246)	1.573.272	36.259.306	16.266.083	29.009.003	15.534.552	4.144.015	(1.562.639)	33.153.018	13.971.913
Resultado líquido do exercício de operações descontinuadas	-	-	-	6.074.196	-	-	-	6.074.196	-	7.051.470	-	13.125.666
Atribuível a:												
Acionistas da empresa mãe	(5.570.057)	(2.304.804)	(257.269)	8.485.626	36.259.306	16.266.083	30.431.980	22.446.906	4.178.062	5.511.323	34.610.042	27.958.229
Interesses sem controlo	-	-	(1.422.977)	(838.158)	-	-	(1.422.977)	(838.158)	(34.047)	(22.492)	(1.457.024)	(860.650)
Ativos:												
Ativos fixos tangíveis, intangíveis e Goodwill	4.950.731	7.001.400	78.036.472	76.946.687	28.885	44.757	83.016.088	77.962.844	(27.236.395)	(20.965.413)	55.779.693	56.997.431
Inventários	247.324	316.038	151.587	761.420	-	-	398.911	1.077.458	-	-	398.911	1.077.458
Investimentos financeiros	821.687	914.645	7.878	10.320	644.408.493	659.753.394	645.238.058	660.678.359	66.231.791	62.467.442	711.469.849	723.145.801
Outros ativos não correntes	3.570	3.570	6.363.647	7.317.197	171.211.642	175.757.576	177.578.859	183.078.343	(171.197.084)	(175.733.595)	6.381.775	7.344.748
Outros ativos correntes do segmento	5.388.085	6.417.451	53.668.966	56.315.833	263.291.420	242.404.457	322.348.471	305.137.741	(3.708.834)	(3.276.732)	318.639.637	301.861.009
Passivos:												
Passivos do segmento	13.910.539	13.175.550	76.292.229	74.665.129	2.174.739	5.751.364	92.377.507	93.592.043	(24.925.216)	(21.632.084)	67.452.291	71.959.959
CAPEX	592.334	582.710	7.542.598	6.007.870	(789)	12.923.078	8.134.143	19.513.658	436.745	(7.057.560)	8.570.888	12.456.098

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	Multimédia	Sistemas de Informação	Atividades de Holding
2015			
Multimédia	-	144.986	-
Sistemas de Informação	5.622	-	322.374
Atividades de Holding	488	65.734	-
Cientes externos	14.992.036	114.626.733	15.866
	14.998.146	114.837.453	338.240
2014 (reexpreso - Nota 1)			
Multimédia	-	134.310	-
Sistemas de Informação	294	-	-
Atividades de Holding	-	40.797	303.482
Cientes externos	15.895.288	105.726.935	-
	15.895.582	105.902.042	303.482

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as vendas e prestações de serviços dos segmentos de Multimédia e Atividades de Holding foram obtidas predominantemente no mercado português, representando este mercado mais de 90% do rédito.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, para o segmento Sistemas de Informação, também o mercado português é preponderante, representando 47,5% do rédito (50,4% em 2014) seguido dos mercados espanhol e brasileiro, representando 10,3% e 8,2% do rédito (14,4% e 7,6% em 2014), respetivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas da NOS a 31 de dezembro de 2015 e 2014, incorporadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom através da ZOPT pelo método da equivalência patrimonial (Notas 8), podem ser resumidas como se segue:

Balanços consolidados condensados

(Montantes expressos em milhares de euros)	dezembro 2015	dezembro 2014 (reexpreso)
Ativo		
Ativos fixos tangíveis	1.167.538	1.141.770
Ativos intangíveis	1.178.559	1.164.207
Impostos diferidos ativos	122.539	141.115
Outros ativos não correntes	41.496	40.872
Ativo não corrente	2.510.132	2.487.964
Cientes	347.837	331.527
Caixa e equivalentes de caixa	9.948	21.070
Outros ativos correntes	108.577	115.371
Ativo corrente	466.362	467.968
Total do ativo	2.976.494	2.955.931
Passivo		
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	979.422	616.526
Provisões para outros riscos e encargos	139.484	127.221
Outros passivos não correntes	31.837	50.074
Passivos não correntes	1.150.743	793.821
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	178.022	503.508
Fornecedores	356.191	317.036
Outros passivos correntes	228.016	281.436
Passivos correntes	762.229	1.101.980
Total do passivo	1.912.972	1.895.801
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.054.092	1.050.311
Interesses sem controlo	9.430	9.818
Total do capital próprio	1.063.522	1.060.129
Total do capital próprio e do passivo	2.976.494	2.955.931

Demonstrações consolidadas condensadas dos resultados por natureza

(Montantes expressos em milhares de euros)	dezembro 2015	dezembro 2014 (reexpresso)
Receitas totais	1444.305	1383.934
Custos e perdas		
Custos diretos e Fornecimentos e serviços externos	(620.424)	(595.558)
Depreciações e amortizações	(366.406)	(339.294)
Outros custos operacionais	(307.116)	(301.681)
	(1.293.946)	(1.236.533)
Resultados financeiros	(35.729)	(55.142)
Imposto sobre o rendimento	(32.138)	(17.179)
Resultado líquido consolidado do exercício	82.492	75.080
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível a interesses sem controlo	(228)	369
Atribuível a acionistas da empresa mãe	82.720	74.711

37. Unidades descontinuadas

O resultado líquido das operações descontinuadas pode ser detalhado como se segue:

	31 de dezembro de 2014
Vendas	-
Prestações de serviços	11.100.105
Outros proveitos operacionais	136.924
	11.237.029
Custo das vendas	-
Fornecimentos e serviços externos	(6.432.024)
Custos com o pessoal	(3.604.114)
Amortizações e depreciações	(516.185)
Provisões e perdas de imparidade	(42.411)
Outros custos operacionais	(4.436)
	(10.599.170)
Outros custos financeiros	(10.649)
Outros proveitos financeiros	1.391
Resultados correntes	628.601
Imposto sobre o rendimento	(118.201)
Resultado líquido do exercício de operações descontinuadas	510.400
Ganho / (perda) resultante da alienação (Nota 3.d))	12.615.266
	13.125.666

O resultado líquido do exercício de 31 de dezembro de 2014 corresponde ao resultado líquido gerado pela Mainroad no montante de 510.400 euros e do ganho resultante da sua alienação no montante de 12.615.266 euros (Notas 1 e 3.d)).

38. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do exercício atribuível ao grupo (36.097.247 euros em 2015 e 27.958.229 euros em 2014) pelo número médio de ações existente durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, deduzidas das ações próprias (305.769.023 em 2015 e 314.920.162 em 2014).

39. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, o grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S.A.. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Em 10 de março de 2014, os Planos de ações da Sonaecom foram convertidos na totalidade para ações Sonae SGPS. Esta conversão ocorreu com base nos termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 17 para determinar o justo valor dos planos Sonaecom, e com base na cotação das ações Sonae SGPS.

Assim, a conversão dos planos foi efetuada com base do rácio Sonaecom/Sonae SGPS implícito nos termos fixados na Oferta Pública de Aquisição (1 Ação Sonaecom – aproximadamente 2,05 Ações Sonae SGPS).

Após a conversão a 10 de março de 2014, os planos convertidos podem ser detalhados como se segue:

	Período de Diferimento			10 março 2014	
	Cotação 20 fevereiro 2014 *	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonae SGPS (Provenientes da conversão dos planos Sonaecom)					
Plano 2010	1,258	10-mar-11	10-mar-14	46	1.003.507
Plano 2011	1,258	09-mar-12	10-mar-15	48	1.132.008
Plano 2012	1,258	08-mar-13	10-mar-16	50	863.405

* Cotação do dia da divulgação dos resultados da Oferta Pública de Aquisição.

Por decisão da Comissão de Nomeações e Remunerações, a entrega aos colaboradores da empresa do Plano 2010 foi realizada em maio de 2014.

O plano 2011 foi entregue em março de 2015 para todas as empresas exceto para os colaboradores da Sonaecom SGPS, S.A., cuja entrega foi efetuada em maio de 2015. Desta forma, os planos em aberto a 31 de dezembro de 2015 são os seguintes:

	Período de Diferimento			31 dezembro 2015	
	Cotação 31 dezembro 2015/ Atribuição	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonae SGPS (Provenientes da conversão dos planos Sonaecom)					
Plano 2012	1,048	08-mar-13	10-mar-16	24	592.524
Ações Sonae SGPS					
Plano 2012	0,701	08-mar-13	10-mar-16	2	179.963
Plano 2013	1,048	10-mar-14	10-mar-17	182	1.677.941
Plano 2014	1,048	10-abr-15	10-abr-18	194	1.592.275

O plano de 2013 e 2014 inclui colaboradores do Grupo Wedo, na sequência da adoção por estas empresas do mesmo sistema de incentivos de médio prazo que o restante grupo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2014:		
Ainda diferidas	240	3.563.810
Total	240	3.563.810
Movimentos no exercício:		
Atribuídas	200	1.539.680
Vencidas	(24)	(1.269.651)
Canceladas / extintas / corrigidas / transferidas ⁽¹⁾	(14)	208.864
Saldo a 31 dezembro 2015:		
Ainda diferidas	402	4.042.703
Total	402	4.042.703

(1) As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

A responsabilidade dos planos foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'. Para os planos de ações Sonae SGPS, exceto para os planos convertidos de ações Sonaecom, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. Os contratos de cobertura acima referidos podem ser detalhados como se segue:

	Ações Sonae SGPS
	Plano 2012
Valor nominal	268.451
Maturidade	mar-16
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 2*
Método de valorização	Custo atual de substituição
Justo valor	170.276

* Nível 2: o justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 são como se segue:

	Ações Sonae SGPS	Ações NOS SGPS	Total
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	4.952.818	409.556	5.362.374
Custos reconhecidos no exercício	1.615.600	-	1.615.600
Saída de empresas do perímetro de consolidação	(300.629)	-	(300.629)
Impacto da conversão	2.386.427	-	2.386.427
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(5.550.707)	-	(5.550.707)
Custos dos planos exercidos no exercício	(1.169.268)	(452.604)	(1.621.872)
Total de custos dos Planos	1.934.241	(43.048)	1.891.193
Responsabilidade dos Planos	2.104.517	(43.048)	2.061.469
Justo valor dos Contratos de cobertura ⁽¹⁾	(170.276)	-	(170.276)
Registados em 'Caixa e equivalentes de caixa' ⁽²⁾	(194.529)	(43.048)	(237.577)
Registados em 'Outros passivos correntes (Nota 27)	743.792	-	743.792
Registados em 'Outros passivos não correntes (Nota 23)	1.384.978	-	1.384.978

(1) A Sonaecom assinou contratos para cobertura da responsabilidade com os planos de incentivo de médio e longo prazo do grupo, transferindo posteriormente, através de contratos celebrados com as várias empresas do grupo, a responsabilidade relativa a cada empresa. O justo valor dos contratos de cobertura, considerado na tabela acima, corresponde à componente destinada a cobrir a responsabilidade dos planos dos colaboradores da Sonaecom SGPS;

(2) A Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato de cobertura com a Sonae SGPS, o que originou um reembolso pelo valor atual de mercado das ações Sonaecom.

A 27 de agosto de 2013, parte dos planos de ações Sonaecom e Sonae SGPS em aberto foram convertidos em planos de ações NOS. Esta conversão ocorreu com base no rácio do projeto de fusão, no caso dos planos de ações Sonaecom, e com base no justo valor das ações, no caso dos planos de ações Sonae SGPS, e foi devidamente aprovada pela Comissão de Nomeações e Remunerações. O custo com os planos de ações NOS foi reconhecido até 30 de setembro de 2013, data em que a NOS passou a assumir a responsabilidade dos mesmos. Para os planos NOS, a responsabilidade foi calculada com base na cotação das ações do dia 30 de setembro de 2013. A responsabilidade de tais planos foi registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

40. Remunerações atribuídas ao pessoal chave da gerência

Durante os exercícios de 2015 e 2014, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração e outros membros chave da gerência da Sonaecom a 31 de dezembro de 2015 e 2014 (8 dirigentes em 2015 e 14 dirigentes em 2014), foi como segue:

	2015	2014
Benefícios de empregados de curto prazo	1.638.990	1.586.101
Pagamentos com base em ações	364.735	366.317
	2.003.725	1.952.418

Os valores referidos foram calculados numa base de acréscimo para os Benefícios de empregados de curto prazo, que incluem a Remuneração Fixa e o Prémio de Desempenho. O valor de Pagamentos com base em ações para 2015 e 2014 corresponde ao valor do plano de incentivo de médio prazo a ser atribuído em 2016 e relativo à performance de 2015 (e atribuído em 2015 relativo à performance de 2014, para o valor de 2014), cujas ações, ou o correspondente valor em dinheiro, serão entregues em março de 2019 e março de 2018, respetivamente. O Relatório de Governo das Sociedades inclui informação mais detalhada sobre a política de remuneração da Sonaecom.

41. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Em 2015 e 2014, o grupo Sonaecom pagou, a título de honorários, ao ROC do grupo, Deloitte, e à sua rede de empresas, os seguintes montantes:

	2015	2014
Revisão legal de contas	115.338	115.663
Outros serviços de garantia e fiabilidade	750	-
Consultoria fiscal	15.750	-
Outra consultoria	-	4.738
Total	131.838	120.401

42. Trabalhadores ao serviço

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número médio de trabalhadores ao serviço das empresas incluídas na consolidação, era de 1.173 e de 1.139, respetivamente (excluindo as empresas incluídas nas unidades descontinuadas). A 31 de dezembro de 2015 o número de trabalhadores ascendia a 1.196.

43. Eventos subsequentes

Entre o final do mês de janeiro e início do mês de fevereiro, a subsidiária S21 SEC Gestion procedeu ao reembolso antecipado da totalidade dos empréstimos de médio e longo prazo, no montante de 3,75 milhões de euros cujo vencimento ocorreria em Julho de 2021 (Nota 20 a)). Adicionalmente a subsidiária procedeu nas mesmas datas ao reembolso e cancelamento das contas correntes caucionadas e linhas de factoring , cujo limites máximos disponíveis ascendiam a 1,3 milhões de euros e 1,64 milhões de euros respetivamente (Nota 20). Na data de reembolso os montantes utilizados relativos a contas correntes caucionadas ascendia a 1,1 milhões de euros e não havia montantes utilizados das linhas de factoring.

A atualização cambial de ativos e passivos em moeda estrangeira em associadas em Angola (detidas pela ZOPT) e a conversão de demonstrações financeiras das referidas empresas para Euro foi efetuada utilizando a taxa de câmbio publicada pelo Banco Nacional de Angola no dia 31 de Dezembro de 2015. No dia 4 de Janeiro de 2016 (primeiro dia útil de 2016), o kwanza registou uma desvalorização de aproximadamente 14% face ao Euro. Decorrente da desvalorização referida e tomando por base a posição de ativos e passivos expressos em moeda estrangeira nas empresas referidas e o valor de ativos líquidos das mesmas, a Sonaecom irá registar na rubrica "Ganhos e perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente" uma perda de 1 milhão de Euros, e a rubrica de capitais próprios "Reservas de conversão cambial" incluída na rubrica de "Reservas" irá ser reduzida em, aproximadamente, 7 milhões de Euros..

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 8 de março de 2016.

Anexo

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	José Manuel Neves Adelino
Marcelo Faria de Lima	Tsega Gebreyes
Christine Cross	Andrew Eustace Clavering Campbell

Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS	
Cape Technologies Limited	Arat Inmuebles, S.A.
Digitmarket-Sistemas de Informação,SA	ARP Alverca Retail Park, SA
ITRUST - Cyber Security and Intellig.,SA	Arrábidasshopping - Centro Comercial, SA
Lookwise, S.L.	Aserraderos de Cuellar,SA
PCJ-Público, Comunicação e Jornalismo,SA	Atelgen-Produção Energia, ACE
Praesidium Services Limited	Atlantic Ferries-Tráf.Loc,Flu.e Marít,SA
Público - Comunicação Social, SA	Avenida M-40 BV
S21 Sec Brasil, Ltda	Azulino Imobiliária, S.A.
S21 Sec Ciber Seguridad, S.A. de CV	BA Business Angels, SGPS, SA
S21 SEC Gestion, S.A.	BA Capital, SGPS
S21 Sec Information Security Labs, S.L.	BB Food Service, SA
S21 Sec México, S.A. de CV	Beeskow Holzwerkstoffe
S21 Sec, S.A. de CV	Beralands BV
Saphety - Transacciones Electronicas SAS	Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.
Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ld	BIG Picture 2 Films
Saphety Level - Trusted Services, SA	Bloco Q-Sociedade Imobiliária,SA
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A	Bom Momento - Restauração, S.A.
3shoppings - Holding, SGPS, SA	Canal 20 TV, SA
ACCIVE Insurance Cons. e Franchising,Lda	Canasta-Empreendimentos Imobiliários,SA
Accive Insurance-Corretor de Seguros, SA	Capwatt ACE, S.A.
ADD Avaliações Eng.Aval.e Perícias, Ltda	Capwatt Colombo - Heat Power, S.A.
Adlands BV	Capwatt Engenho Novo - Heat Power, S.A.
Aegean Park, SA	Capwatt Hectare - Heat Power, ACE
Agepan Eiweiler Management GmbH	Capwatt II - Heat Power, S.A.
Agloma Investimentos, Sgps, S.A.	Capwatt III - Heat Power, S.A.
ALEXA Administration GmbH	Capwatt Maia - Heat Power, S.A.
ALEXA Holding GmbH	Capwatt Martim Longo - Solar Power, S.A.
ALEXA Shopping Centre GmbH	Capwatt Vale do Caima - Heat Power, S.A.
Algarveshopping- Centro Comercial, SA	Capwatt Vale do Tejo - Heat Power, S.A.
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	CAPWATT, SGPS, S.A.



Carvemagere-Manut.e Energias Renov., Lda	Loop 5 Shopping Centre GmbH
Casa da Ribeira-Sociedade Imobiliária,SA	Lusomundo Espanha, SL
Cascaishopping Centro Comercial, SA	Lusomundo Imobiliária 2, SA
Cascaishopping Holding I, SGPS, SA	Lusomundo Moçambique, Lda
CCCB Caldas da Rainha-Centro Comerc., SA	Lusomundo Soc. Inv. Imob. SA
Centro Colombo Centro Comercial, SA	Luz del Tajo BV
Centro Residencial da Maia,Urbán.,SA	Luz del Tajo Centro Comercial, SA
Glunz AG	Pantheon Plaza BV
Glunz Service GmbH	Paracentro - Gestão de Galerias Com., SA
Glunz UK Holdings Ltd	Pareuro BV
Glunz Uka GmbH	Park Avenue Develop.of Shop. Centers, SA
Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, SA	Parklake Shopping, SA
Guimarãesshopping Centro Comercial, SA	Parque Atlântico Shopping-C.Comerc., SA
Harvey Dos Iberica, SL	Parque D. Pedro 1 BV
Herco Consult.Risco Corret.Seguros, Ltda	Parque de Famalicão - Empreend.Imob., SA
Herco Consultoria de Risco, S.A.	Pátio Boavista Shopping, Ltda
HighDome PCC Limited	Pátio Campinas Shopping, Ltda
HighDome PCC Limited (Cell Europe)	Pátio Goiânia Shopping, Ltda
Iberian Assets, SA	Pátio Londrina Empreend.e Particip.,Ltda
Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	Pátio Sertório Shopping Ltda
Imoarea - Invest. Turísticos, SGPS, SA	Pátio Uberlândia Shopping Ltda
Imobeauty, SA	Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA
Imoclub-Serviços Imobiliários, SA	Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA
Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	Plaza Eboli - Centro Comercial, SA
Imodivor - Sociedade Imobiliária, SA	Plaza Mayor Parque de Ócio BV
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	Plaza Mayor Parque de Ocio, SA
Imohotel-Emp.Turísticos Imobiliários,SA	Plaza Mayor Shopping BV
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	Plaza Mayor Shopping, SA
Imopeninsula - Sociedade Imobiliária, SA	Poliface North America
Imoplamac Gestão de Imóveis, SA	Ponto de Chegada - Soc. Imobiliária, SA
Imoponte - Sociedade Imobiliária, SA	Porturbe-Edifícios e Urbanizações,SA
Imoresort - Sociedade Imobiliária, SA	Praedium - Serviços, SA
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	Praedium II - Imobiliária, SA
Imosedas - Imobiliária e Serviços, SA	Praedium SGPS, SA
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	Predicomercial - Promoção Imobiliária,SA
Impaper Europe GmbH	Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA
Implantação - Imobiliária, S.A.	Prédios Privados Imobiliária, SA
Infofield - Informática, SA	Predisedas - Predial das Sedas, SA
Inparvi SGPS, SA	Project SC 1 BV
Interlog-SGPS, SA	Project Sierra 10 BV
Ioannina Develop.of Shopping Centres, SA	Project Sierra 11 BV
Isoroy SAS	Project Sierra 12 BV
ITRUST - Cyber Security and Intellig.,SA	Project Sierra 2 BV
Land Retail BV	Project Sierra 8 BV
Larim Corretora de Resseguros, Ltda	Project Sierra Cúcuta BV
Larissa Develop. of Shopping Centers, SA	Project Sierra Four Srl
Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros, SA	Project Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH
Le Terrazze - Shopping Centre 1, Srl	Project Sierra Germany 4 (four)-S.C.GmbH
Libra Serviços, Lda	Project Sierra Spain 1 BV



Project Sierra Spain 2 - C.Comercial, SA	Sontel BV
Project Sierra Two Srl	Sontur BV
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sonvecap BV
QCE-Desenv. e Fabrico de Equipamentos,SA	Sopair, S.A.
Racionaliz. y Manufact.Florestales,SA	Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist
Raso - Viagens e Turismo, SA	Soternix-Produção de Energia, ACE
RASO II-Viagens e Turismo,Unipessoal Lda	Spanboard Products,Ltd
SISTAVAC, SGPS, S.A.	SPF - Sierra Portugal
SISTAVAC-Sistemas HVAC-R do Brasil, Ltda	Spinarq Moçambique, Lda
Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,SA	Spinarq-Engenharia,Energia e Ambiente,SA
Société de Tranchage Isoroy SAS.	Spinveste - Promoção Imobiliária, SA
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	Sonaecom BV
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	Sonaecom, SGPS, SA
Soconstrução BV	Sonaecom-Cyber Security and Int.,SGPS,SA
Soflorin BV	Sonae Investment Management, SGPS, S.A.
Soira-Soc.Imobiliária de Ramalde,SA	Sonaecom-Sistemas Información España SL
Solinca - Health & Fitness, SA	Sonaetelecom BV
Solinca-Investimentos Turísticos,SA	Tecnológica Telecomunicações, Ltda
Solinfitness - Club Malaga, S.L.	We Do Consulting-Sist. de Informação, SA
Solingen Shopping Center GmbH	We Do Poland Sp.Z.o.o.
Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,SA	We Do Technologies (UK) Limited
Somit Imobiliária, SA	We Do Technologies Americas, Inc
Sonae Capital Brasil, Lda	We Do Technologies Australia PTY Limited
Sonae Capital, SGPS, SA	We Do Technologies BV
Sonae Center Serviços II, SA	We Do Technologies BV - Sucursal Malaysia
Sonae Financial Services, S.A.	We Do Technologies Egypt LLC
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,SA	We Do Technologies Mexico, S. de RL
Sonae Indústria - Management Services,SA	Wedo Brasil-Soluções Informáticas,Ltda
Sonae Industria (UK),Ltd	Centro Vasco da Gama Centro Comercial,SA
Sonae Industria de Revestimentos,SA	Chão Verde-Soc. de Gestão Imobiliária,SA
Sonae Indústria-SGPS,SA	Cinclus Imobiliária,SA
Sonae Investimentos, SGPS, SA	Citic Capital Sierra Limited
Sonae Investments BV	Citic Capital Sierra Prop. Man. Limited
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	Citorres - Sociedade Imobiliária, SA
Sonae Novobord (PTY) Ltd	Coimbrashopping Centro Comercial, SA
Sonae RE, S.A.	Colombo Towers Holding BV
Sonae Retalho España-Serv.Generales, SA	Companhia Térmica do Serrado, ACE
Sonae SGPS, SA	Companhia Térmica Tagol, Lda.
Sonae Sierra Brasil, SA	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
Sonae Sierra Brazil, BV / SARL	Contibomba-Comérc.Distr.Combustiveis,SA
Sonae Sierra, SGPS, SA	Contimobe - Imobiliária Castelo Paiva,SA
Sonae Specialized Retail, SGPS, SA	Continente Hipermercados, SA
Sonae SR Malta Holding Limited	Country Club da Maia-Imobiliaria,SA
Sonae Tafibra Benelux, BV	Craiova Mall BV
Sonae Turismo, SGPS, S.A.	CTE-Central Termoelect. do Estuário, Lda
Sonaecenter Serviços, SA	CUCUTA - Proyecto Cúcuta S.A.S.
Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos	Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.
Sonaerp - Retail Properties, SA	Darbo SAS
SONAESR - Serviços e logistica, SA	Discovery Sports, SA
Sondis Imobiliária, SA	Distodo Distribui e Logist,Lda

Dortmund Tower GmbH	Modelo Continente Hipermercados, SA
Dos Mares Shopping Centre BV	Modelo Continente International Trade,SA
Dos Mares Shopping Centre, SA	Modelo Hiper Imobiliária, SA
Dreamia, B.V	Modelo.com-Vendas por Correspondência,SA
Dreamia, Serv de Televisão, SA	Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,SA
Ecociclo - Energia e Ambiente, SA	Movimento Viagens-Viag.e Turismo S.U.Lda
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	MSTAR, SA
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Münster Arkaden BV
Empracine-E.Pro.Act. Cinem,Lda	Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV
Empreend.Imob.Quinta da Azenha,SA	Norteshopping Centro Comercial, SA
Enerlousado-Recursos Energéticos, Lda.	NOS Açores Comunicações, S.A.
Equador & Mendes-Ag. Viagens e Tur.,Lda	NOS Communications S.à.r.l.
Estação Viana Centro Comercial, SA	NOS Comunicações, S.A.
Euroresinas-Indústrias Químicas,SA	NOS Inovação S.A.
Farmácia Selecção, SA	NOS Lusomundo Audiovisuais, S.A.
Fashion Division Canárias, SA	NOS Lusomundo Cinemas, S.A.
Fashion Division, S.A.	NOS Lusomundo TV Lda
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	NOS Madeira Comunicações, S.A.
Freccia Rossa - Shopping Centre, Srl	NOS SISTEMAS ESPAÑA, S.L.
Fundo de Invest.Imobiliário Fec. Imosede	NOS Sistemas, S.A.
Fundo Esp.Inv.Imo.Fec. WTC	NOS Technology - Concepção, Const. e Gestão Redes Com.,S.A.
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop. Center	NOS TOWERING - Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.
Fundo Invest. Imobiliário Imosona e Dois	NOS, SGPS, S.A.
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D. Pedro	NOSPUB Publicidade e Conteúdos, S.A.
Gaiashopping I Centro Comercial, SA	Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T,Lda
Gaiashopping II Centro Comercial, SA	Nova Equador P.C.O. e Eventos, S.U., Lda
GHP GmbH	Novodecor (PTY), LTD
Gl'i Orsi Shopping Centre 1, Srl	OSB Deutschland GmbH
Madeirashopping Centro Comercial, SA	Raso, SGPS, SA
Maiashopping Centro Comercial, SA	River Plaza BV
Maiequipa - Gestão Florestal, SA	River Plaza Mall, Srl
Marcas MC, zRT	Ronfegen-Recursos Energéticos, Lda.
Marina de Tróia S.A.	RSI Corretora de Seguros, Ltda
Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,SA	S.C. Microcom Doi Srl
Martimope-Empreendimentos Turísticos, SA	SC Aegean BV
Marvero-Expl.Hoteleira Imob.,SA	SC Finance BV
MDS - Corretor de Seguros, SA	SC For-Serv.Form.e Desenv.R.H.,Unip.,Lda
MDS Affinity-Sociedade de Mediação Lda	SC Hospitality, SGPS, S.A.
MDS Africa SGPS, SA	SC, SGPS, SA
MDS Auto - Mediação de Seguros, SA	SC-Consultadoria,SA
Mds Knowledge Centre, Unipessoal, Lda	SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,S.A
MDS Malta Holding Limited	SDSR - Sports Division SR, S.A.
MDS RE - Mediador de resseguros	Selifa-Soc. de Empreend. Imobiliários,SA
MDS, SGPS, SA	Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA
Megantic BV	Sesagest - Proj. Gestão Imobiliária, SA
MJB-Design, Lda	Sete e Meio - Invest. Consultadoria, SA
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	Shopping Centre Colombo Holding BV
Modalfa - Comércio e Serviços, SA	Shopping Centre Parque Principado BV
Modalloop - Vestuário e Calçado, SA	SIAL Participações, Lda
Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.	Sierra Asia Limited



Sierra Berlin Holding BV	Tafisa France, SA
Sierra Brazil 1 BV	Tafisa UK,Ltd
Sierra Cevital Shopping Center, Spa	Tafisa-Tableros de Fibras, SA
Sierra Corporate Services Holland BV	Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos,SL
Sierra Developments Holding BV	Teconologias del Medio Ambiente,SA
Sierra Developments, SGPS, SA	Teliz Holding B.V.
Sierra European R.R.E. Assets Hold. BV	Têxtil do Marco, SA
Sierra Germany GmbH	The Artist Porto Hot.&Bistrô-Act.Hot.,SA
Sierra GP, Limited	Tlantic BV
Sierra Greece, SA	Tlantic Portugal - Sist.de Informação,SA
Sierra Investimentos Brasil Ltda	Tlantic Sistemas de Informação, Ltda
Sierra Investments (Holland) 1 BV	Tool GmbH
Sierra Investments (Holland) 2 BV	Torre Ocidente Imobiliária, SA
Sierra Investments Holding BV	Torre São Gabriel Imobiliária, SA
Sierra Investments SGPS, SA	Troia Market-Supermercados, S.A.
Sierra Italy, Srl	Troia Natura, S.A.
Sierra Management, SGPS, SA	Troiareort-Investimentos Turísticos, SA
Sierra Portugal, SA	Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,SA
Sierra Project Nürnberg BV	Unishopping Consultoria Imobiliária,Ltda
Sierra Real Estate Greece BV	UPK-Gestão de Facilities e Manutenção,SA
Sierra Romania Sh. Centers Services Srl	Upstar Comunicações SA
Sierra Services Holland 2 BV	Urbisedas-Imobiliária das Sedas,SA
Sierra Solingen Holding GmbH	Valor N, SA
Sierra Spain Shop. Centers Serv., S.A.U.	Via Catarina Centro Comercial, SA
Sierra Turkey Gayrim.Yön.P.Dan.An.Sirket	Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.
Sierra Zenata Project BV	Vistas do Freixo-Emp.Tur.Imobiliários,SA
SII - Soberana Invest. Imobiliários, SA	Vuelta Omega, S.L.
SISTAVAC, S.A.	Weierstadt Shopping BV
Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,SA	Worten - Equipamento para o Lar, SA
Sport TV Portugal, SA	Worten Canárias, SL
Sport Zone Canárias, SL	Worten España Distribución, SL
Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA	ZAP Cinemas, S.A.
Sport Zone spor malz.per.satis ith.ve ti	ZAP Media S.A.
Spred, SGPS, SA	ZAP Publishing, S.A.
SSI Angola, S.A.	Zenata Commercial Project S.A.
Tableros Tradema,S.L.	Zippy - Comércio e Distribuição, SA
Taiber,Tableros de Fibras Ibéricas,SL	Zippy - Comercio y Distribución, SA
Tafibra South Africa (PTY) Ltd.	Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti
Tafibra Suisse, SA	ZON Finance BV
Tafisa Canadá Societé en Commandite	Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, SA
Tafisa Développement	ZYEvolution-Invest.Desenv.,SA

5.3 Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

Balanços

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1)

	Notas	dezembro 2015	dezembro 2014 (reexpresso)	janeiro 2014 (reexpresso)
Ativo				
Ativos não correntes				
Ativos fixos tangíveis	1a), 1f) e 2	24.977	38.672	52.710
Ativos intangíveis	1b) e 3	3.907	6.085	7.092
Investimentos em empresas do grupo	1c) e 5	49.347.142	52.792.142	66.580.286
Investimentos em empreendimentos conjuntos	1d) e 6	597.666.944	597.666.944	597.666.944
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1e), 4 e 7	144.477	1.424.996	-
Outros ativos não correntes	1 d), 1n), 4, 8 e 25	165.849.237	165.651.236	175.735.246
Total de ativos não correntes		813.036.684	817.580.075	840.042.278
Ativos correntes				
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1e), 4 e 7	79.796.807	58.540.576	202.442.350
Outras dívidas de terceiros	1e), 1g), 4, 10 e 25	3.005.261	3.313.610	14.350.107
Outros ativos correntes	1e), 1n), 4, 11 e 25	378.552	517.881	515.229
Caixa e equivalentes de caixa	1e), 1h), 4, 12 e 25	179.448.314	176.887.883	185.918.581
Total de ativos correntes		262.628.934	239.259.950	403.226.267
Total do ativo		1.075.665.618	1.056.840.025	1.243.268.545
Capital próprio e passivo				
Capital próprio				
Capital social	13	230.391.627	230.391.627	366.246.868
Ações próprias	1q) e 14	(8.441.804)	(8.441.804)	(8.441.804)
Reservas	1p)	817.581.760	825.520.566	832.741.162
Resultado líquido do exercício		34.389.062	5.820.800	-
Total do capital próprio		1.073.920.645	1.053.291.189	1.190.546.226
Passivo				
Passivo não corrente				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo		-	-	20.003.496
Provisões para outros riscos e encargos	1f), 1o) e 16	241.811	304.811	332.469
Outros passivos não correntes	1n), 1t), 4 e 17	222.526	399.254	370.948
Total de passivos não correntes		464.337	704.065	20.706.913
Passivo corrente				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1h), 1i), 1j), 4, 15 e 25	-	87.859	21.660.813
Outras dívidas a terceiros	4, 18 e 25	200.693	1.065.550	7.308.273
Outros passivos correntes	1n), 1t), 4, 19 e 25	1.079.943	1.691.362	3.046.320
Total de passivos correntes		1.280.636	2.844.771	32.015.406
Total do passivo e capital próprio		1.075.665.618	1.056.840.025	1.243.268.545

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os exercícios e trimestres findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em euros)	Notas	dezembro 2015	setembro a dezembro 2015 (não auditado)	dezembro 2014	setembro a dezembro 2014 (não auditado)
Prestações de serviços	20 e 25	338.240	80.595	303.482	258.761
Outros proveitos operacionais	21 e 25	241.085	65.066	153.199	89.238
		579.325	145.661	456.681	347.999
Fornecimentos e serviços externos	1f), 22 e 25	(723.241)	(166.891)	(1.018.283)	(682.707)
Custos com o pessoal	1t), 28 e 30	(1.155.774)	(313.131)	(1.313.559)	(1.028.437)
Amortizações e depreciações	1a), 1b), 2 e 3	(15.084)	(3.866)	(15.779)	(12.180)
Provisões e perdas de imparidade	1l) e 16	-	46.490	-	-
Outros custos operacionais		(63.231)	17.028	(135.696)	(100.847)
		(1.957.330)	(420.370)	(2.483.317)	(1.824.171)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	5 e 23	9.450.500	(3.635.000)	7.032.750	6.767.750
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados	5, 7 e 23	23.886.615	(1.383.702)	(1.975.451)	(6.925.422)
Outros custos financeiros	1.c), 1.i), 1.j), 1.r), 1.s), 15 e 23	(135.054)	(38.571)	(1.018.096)	(988.884)
Outros proveitos financeiros	1.r), 5 e 23	2.113.424	153.851	3.369.520	2.741.673
Resultados correntes		33.937.480	(5.178.131)	5.382.087	118.945
Imposto sobre o rendimento	1m), 9 e 24	451.582	470.728	438.713	244.419
Resultado líquido do exercício		34.389.062	(4.707.403)	5.820.800	363.364
Resultados por ação	27				
Incluindo operações em descontinuação:					
Básicos		0,11	0,00	0,02	0,00
Diluídos		0,11	0,00	0,02	0,00
Excluindo operações em descontinuação:					
Básicos		0,11	0,00	0,02	0,00
Diluídos		0,11	0,00	0,02	0,00

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações de resultados e outro rendimento integral

Para os exercícios e trimestres findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em euros)	dezembro 2015	setembro a dezembro 2015 (não auditado)	dezembro 2014	setembro a dezembro 2014 (não auditado)
Resultado líquido do exercício	34.389.062	(4.707.403)	5.820.800	363.364
Componentes de outro rendimento integral do exercício, líquido de imposto	-	-	-	-
Rendimento integral do exercício	34.389.062	(4.707.403)	5.820.800	363.364

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)		Reservas								
	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 28)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas	Resultado líquido	Total
2015										
Saldo em 31 de dezembro 2014 (reexpresso nota 1)	230.391.627	(8.441.804)	775.290.377	13.152.684	-	8.441.804	28.635.701	825.520.566	5.820.800	1.053.291.189
Aplicação do resultado líquido de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	-	-	291.040	-	-	5.529.760	5.820.800	(5.820.800)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(13.759.606)	(13.759.606)	-	(13.759.606)
Rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	34.389.062	34.389.062
Saldo em 31 dezembro 2015	230.391.627	(8.441.804)	775.290.377	13.443.724	-	8.441.804	20.405.855	817.581.760	34.389.062	1.073.920.645

(Montantes expressos em euros)		Reservas								
	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 28)	Reservas de ações próprias	Outras reservas (reexpresso)	Total de reservas	Resultado líquido	Total
2014										
Saldo em 31 de dezembro 2013	366.246.868	(8.441.804)	775.290.377	13.152.684	473.962	8.441.804	131.364.941	928.723.768	(90.569.383)	1.195.959.449
Reexpressão dos valores pagos voluntariamente ao abrigo do RERD (Nota 1)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.413.223)	(5.413.223)
Saldo em 1 de janeiro de 2014 (reexpresso - Nota 1)	366.246.868	(8.441.804)	775.290.377	13.152.684	473.962	8.441.804	131.364.941	928.723.768	(95.982.606)	1.190.546.226
Aplicação do resultado líquido de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	-	-	-	-	-	(95.982.606)	(95.982.606)	95.982.606	-
Rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	5.820.800	5.820.800
Alterações no capital na sequência da conclusão da oferta pública de aquisição geral e voluntária de ações próprias (Nota 13)	(135.855.241)	-	-	-	-	-	(5.815.229)	(5.815.229)	-	(141.670.470)
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivo de médio prazo (Nota 28)	-	-	-	-	(57.543)	-	-	(57.543)	-	(57.543)
Efeito da conversão dos planos de incentivos de médio prazo (Nota 28)	-	-	-	-	(416.419)	-	(931.405)	(1.347.824)	-	(1.347.824)
Saldo em 31 dezembro 2014	230.391.627	(8.441.804)	775.290.377	13.152.684	-	8.441.804	28.635.701	825.520.566	5.820.800	1.053.291.189

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em euros)	dezembro 2015		dezembro 2014	
Atividades operacionais				
Pagamentos ao pessoal	(2.008.996)	-	(310.368)	-
Fluxo gerado pelas operações	(2.008.996)	-	(310.368)	-
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	2.331.540	-	805.887	-
Outros recebimentos / pagamentos relativos a atividades operacionais	(3.811.486)	-	2.079.550	-
Fluxo das atividades operacionais (1)	-	(3.488.942)	-	2.575.069
Atividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	3.157.000	-	28.127.148	-
Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Juros e proveitos similares	3.427.938	-	3.727.224	-
Empréstimos concedidos	-	-	-	-
Dividendos recebidos	17.357.254	23.942.192	8.571.504	40.425.876
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(3.550.000)	-	(10.203.078)	-
Ativos fixos tangíveis	-	-	(1.102)	-
Ativos intangíveis	-	-	(498)	-
Empréstimos concedidos	90.000	(3.460.000)	2.625.000	(7.579.678)
Fluxos das atividades de investimento (2)	-	20.482.192	-	32.846.198
Atividades de financiamento				
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares	(585.366)	-	(2.905.244)	-
Empréstimos obtidos	-	-	(41.634.568)	-
Dividendos pagos	(13.759.606)	(14.344.972)	-	(44.539.812)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	-	(14.344.972)	-	(44.539.812)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	-	2.648.278	-	(9.118.545)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	-	176.800.036	-	185.918.581
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	-	179.448.314	-	176.800.036

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Anexo às Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	dezembro 2015	dezembro 2014
1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais		
a) Outras atividades empresariais		
Reembolso de partes de capital na Sonaecom BV	-	14.720.000
Reembolso de partes de capital na Sonae IM *	2.957.000	10.195.000
Reembolso de partes de capital na Sonaetelecom BV	-	1.549.284
Reembolso de prestações acessórias na Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	200.000	988.854
Reembolso de prestações acessórias na PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	-	674.010
	3.157.000	28.127.148
b) Outras atividades empresariais		
Compra de ações Sonae SGPS	-	5.522.188
Saída de dinheiro para cobertura prejuízos Público - Comunicação Social, S.A.	3.550.000	3.180.000
Saída de dinheiro para cobertura prejuízos Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	-	826.880
Saída de dinheiro para cobertura prejuízos PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	-	674.010
	3.550.000	10.203.078
c) Dividendos recebidos		
ZOPT SGPS, S.A.	15.815.500	7.250.000
NOS, SGPS, S.A.	1.541.754	1.321.504
	17.357.254	8.571.504

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, S.A. para Sonae Investment Management - Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015.

	dezembro 2015	dezembro 2014
2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes		
Numerário	475	1.260
Depósitos à ordem	22.762.839	201.623
Aplicações de tesouraria	156.685.000	176.685.000
Depósitos à ordem (saldos credores)	-	(87.847)
Caixa e seus equivalentes	179.448.314	176.800.036
Depósitos à ordem (saldos credores)	-	87.847
Disponibilidades constantes do balanço	179.448.314	176.887.883
3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias		
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	1.000.000	1.000.000
b) Compra de empresas através da emissão de ações	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

5.4. Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

A SONAE COM, SGPS, S.A. (doravante designada 'empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos

acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom. A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu entre 6 de fevereiro e 19 de fevereiro de 2014. Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom (Notas 7 e 12).

Em 2014 a Sonaecom reduziu assim o seu capital social para 230.391.627 euros.

Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondados à unidade.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS').

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia ocorreu pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo foi 1 de janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 – 'Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro'.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015 e foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	17-jun-14
Estabelece as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.	
Melhorias de algumas IFRS (2011-2013)	1-jan-15
Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a quatro questões abordadas durante o ciclo 2011-2013 de melhorias anuais para IFRS.	

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 19 - Alterações (Planos de Benefício Definidos: Contribuições dos Empregados)	1-fev-15
O objetivo destas alterações é o de simplificar a contabilização das contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado,	

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Melhorias de algumas IFRS (2010-2012)	1-fev-15
Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a oito questões abordadas durante o ciclo 2010-2012 de melhorias anuais para IFRS,	
IAS 27 - Alterações (Demonstrações Financeiras Separadas - método de equivalência patrimonial)	1-jan-16
Estas alterações irão permitir a utilização do método de equivalência patrimonial na contabilização de investimentos em subsidiárias associadas e empreendimentos conjuntos nas demonstrações financeiras separadas,	
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeira (Divulgações)	1-jan-16
Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS,	
Melhorias de algumas IFRS (2012-2014)	1-jan-16
Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a questões abordadas durante o ciclo 2012-2014 de melhorias anuais para IFRS,	
IAS 16 e IAS 38 - Alterações (Clarificação dos métodos aceites de depreciação e amortização)	1-jan-16
O IASB clarificou que o uso de métodos baseados na receita para o cálculo da depreciação de um ativo não são apropriados uma vez que a receita gerada por uma atividade que inclua o uso de um ativo geralmente reflete outros fatores que não apenas o benefício económico do ativo,	
IFRS 11 - Alterações (Contabilização das aquisições de interesses em operações conjuntas)	1-jan-16
O objetivo é o de guiar a contabilização da aquisição de uma participação numa operação conjunta quando esta constitui um negócio, O IASB decidiu que são aplicáveis todos os princípios em combinações de negócios previstos na IFRS 3 Combinações de Negócios e noutras IFRSs desde que não entrem em conflito com a IFRS 11,	

Estas normas, apesar de aprovadas ('endorsed') pela União Europeia, não foram adotadas pelo grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) e alterações subsequentes	1-jan-18
Esta norma introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas	1-jan-16
Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.	
IFRS 10 e IAS 28 - Alterações (Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto)	Indefinida*
O objectivo é o de abordar a inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e da IAS 28 no que respeita à perda de controlo de uma subsidiária. Ganhos ou perdas decorrentes de transações que envolvem ativos que constituem um negócio passam a ser reconhecidas nas demonstrações financeiras do investidor na sua totalidade. É reconhecido um ganho/perda parcial quando a transação envolve ativos que não constituem um negócio.	
IFRS 14 (Contas de diferimento regulatório)	1-jan-16
Permite que uma entidade que adote pela primeira vez as IFRS continue a apresentar, com algumas alterações, os saldos de diferimento regulatório, de acordo com os GAAP anteriores, tanto na adoção inicial das IFRS como nas demonstrações financeiras posteriores.	
IFRS 15 (Receitas de contratos com clientes)	1-jan-18
A IFRS 15 especifica como e quando se deve reconhecer receita bem como exige às entidades que forneçam divulgações mais informativas e relevantes. A norma fornece um modelo de cinco passos simples que devem ser aplicados a todos os contratos com clientes.	
IFRS 16 – Locações	01/jan/19
A IFRS 16 vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.	

*A data efetiva de eficácia encontra-se atualmente adiada, dependendo da publicação e decisões que forem tomadas face ao futuro exposure draft deste projeto.

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pela empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Estima-se que a aplicação destas normas e interpretações, com exceção da IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16, quando aplicáveis ao grupo, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações, encontrando-se em processo de análise os efeitos das referidas normas.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela empresa a 31 de dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança-Social

No âmbito do Regime Especial de Regularizações de Dívidas ao Fisco e Segurança Social (Dec. Lei 248-A de 2002 e Decreto-Lei n.º 151- A/2013), a Sonae SGPS e a Sonaecom efetuaram pagamentos ao Estado relativos a liquidações adicionais de impostos de exercícios anteriores, em relação aos quais, à data dos referidos pagamentos, ambas as empresas tinham já interposto as correspondentes impugnações judiciais, encontrando-se os processos a correr termos nos Tribunais competentes.

A avaliação efetuada até à altura dos referidos pagamentos, e não alterada desde então, é que os mesmos correspondem a contingências cuja probabilidade de se concretizarem em exfluxos de recursos é remota, sendo tais processos motivados por diferenças de interpretação da legislação fiscal aplicável e, por conseguinte, correspondendo a posições incertas em termos fiscais. Em resultado da referida avaliação, os montantes envolvidos são objeto de divulgação nas demonstrações financeiras, não dando origem ao reconhecimento de qualquer passivo.

Os valores pagos ao abrigo dos regimes referidos foram reconhecidos como ativo, na rubrica de "Outras dívidas de terceiros", de acordo com o "IAS 12 – Impostos sobre o rendimento", no caso de valores relativos a IRC. Relativamente aos pagamentos realizados de outros impostos, não estando previsto no normativo o tratamento específico, foi definida, por analogia, uma política semelhante à relativa aos pagamentos relativos a IRC.

No entanto, no âmbito da verificação das contas de 2012 da Sonae SGPS, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários "CMVM" discordou da interpretação realizada pela Sonae SGPS, tendo solicitado a correção retrospectiva das demonstrações financeiras do 1º trimestre de 2015 relativamente aos pagamentos efetuados de impostos que não imposto sobre o rendimento, argumentando que as mesmas correspondem a ativos contingentes. Embora não concordando com a CMVM, a Sonae SGPS e, em conformidade a Sonaecom, efetuaram a reexpressão das demonstrações

financeiras sendo que o impacto desta alteração é nulo na demonstração dos resultados e imaterial na demonstração da posição financeira.

No caso da Sonaecom apenas foram pagos valores relativos a outros impostos que não IRC.

Balanço individual para exercício iniciado em 01 de janeiro de 2014

(Montantes expressos em euros)	Antes da Alteração	Reexpressão do RERD	Depois da Alteração
Ativo			
Ativos não correntes			
Total de ativos não correntes	840.042.278	-	840.042.278
Ativos correntes			
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	202.442.350	-	202.442.350
Outras dívidas de terceiros	19.763.330	5.413.223	14.350.107
Outros ativos correntes	515.229	-	515.229
Caixa e equivalentes de caixa	185.918.581	-	185.918.581
Total de ativos correntes	408.639.490	5.413.223	403.226.267
Total do ativo	1.248.681.768	5.413.223	1.243.268.545
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital social	366.246.868	-	366.246.868
Ações próprias	(8.441.804)	-	(8.441.804)
Reservas	928.723.768	5.413.223	923.310.545
Resultado líquido do exercício	(90.569.383)	-	(90.569.383)
Total do capital próprio	1.195.959.449	5.413.223	1.190.546.226
Passivo			
Passivo não corrente			
Total de passivos não correntes	20.706.913	-	20.706.913
Passivo corrente			
Total de passivos correntes	32.015.406	-	32.015.406
Total do passivo e capital próprio	1.248.681.768	5.413.223	1.243.268.545

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela empresa a 31 de dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções – obras em edifícios alheios	10-20
Equipamento básico	5
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4-8

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, se a empresa possuir o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software* e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três a cinco anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica 'Amortizações e depreciações'.

c) Investimentos em empresas do grupo e outros ativos não correntes

A Sonaecom detém controlo das participadas nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre, resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afetar o montante dos seus resultados. Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo, são registados na rubrica 'Investimentos em empresas do grupo', ao custo de aquisição.

O custo de aquisição é a quantia de caixa ou seus equivalentes paga ou o justo valor de outra retribuição dada para adquirir um ativo no momento da sua aquisição ou constituição ou,



quando aplicável, a quantia atribuída a esse ativo aquando do reconhecimento inicial de acordo com o requisitos específicos da IFRS 2.

A retribuição transferida pode incluir ativos ou passivos da adquirente que tenham quantias escrituradas que diferem do seu justo valor na data de aquisição (por exemplo, ativos não monetários ou um negócio da adquirente). Se assim for, a adquirente deve voltar a mensurar os ativos ou passivos transferidos pelo seu justo valor na data de aquisição e reconhecer os ganhos ou perdas resultantes, se houver, na demonstração de resultados. No entanto, por vezes, os ativos ou passivos transferidos permanecem na entidade adquirida após a realização do negócio e, portanto, o adquirente retém o controlo sobre os mesmos. Nessa situação, a adquirente deve mensurar esses ativos e passivos pelas suas quantias escrituradas imediatamente antes da data da aquisição e não deve reconhecer qualquer ganho ou perda na demonstração de resultados em ativos ou passivos que ela controla tanto antes como depois da realização do negócio.

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

d) Investimentos em empresas controladas conjuntamente

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas controladas conjuntamente (empresas nas quais a empresa detenha direta ou indiretamente 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) são registados na rubrica 'Investimentos em empreendimentos conjuntos', ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias

concedidos às empresas controladas conjuntamente cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas controladas conjuntamente quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

e) Instrumentos financeiros

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a empresa fornece dinheiro ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.



Os 'Empréstimos e contas a receber' são registrados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que a empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, consequentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registrados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados como ganhos/perdas em investimentos.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), a empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A empresa efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

f) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.



Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD') estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

g) Outras dívidas de terceiros

As 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a empresa empresta dinheiro ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade, que são registados na demonstração de resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações e reversões subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do método direto. A empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

i) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

j) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

k) Instrumentos financeiros derivados

A empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela empresa.

Os instrumentos financeiros derivados ('cash flow hedges') utilizados normalmente pela empresa respeitam a:

(i) 'swaps' de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos 'swaps' de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos 'swaps' de cobertura de 'cash-flow' é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura'.

(ii) forward's cambiais para cobertura do risco cambial. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.



Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a empresa não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado, para além dos referidos na Nota 1.t).

l) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

m) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento do exercício' inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12- 'Impostos sobre o Rendimento'.

O grupo Sonaecom foi abrangido, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, em que o imposto corrente era calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo, contudo, no exercício findo em 2015, o grupo Sonaecom deixou de ter um grupo autónomo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação em virtude de ter passado a integrar o regime especial de tributação de grupos de sociedades da Sonae SGPS.

Desta forma, a Sonaecom encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, do qual a Sonae, SGPS, SA é sociedade dominante desde 1 de janeiro de 2015. A Empresa regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais sendo o imposto apurado registado por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação administrativa, em pelo menos, 75% do capital,

desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação. No exercício findo em 2015, o grupo Sonaecom deixou de ter um grupo autónomo de sociedades abrangida pelo regime especial de tributação em virtude de ter passado a integrar o regime especial de tributação de grupos de sociedades da Sonae SGPS.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 9).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado, com base nas taxas que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

n) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas 'Outros ativos correntes', 'Outros ativos não correntes', 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da

concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (Nota 1.1)).

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

o) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 9 e 16).

p) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para planos de incentivo de médio prazo

De acordo com a IFRS 2- 'Pagamentos com Base em ações', a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2014, devido à conversão dos planos existentes de ações Sonaecom para ações Sonae SGPS e a atribuição do novo plano em ações Sonae SGPS, não existe qualquer montante registado na rubrica 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo'.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de 'cash flow' que se consideram eficazes (Nota 1. k)) sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de ações próprias

As reservas de ações próprias refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Adicionalmente, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos liquidados ou quando terminar o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis ou intangíveis. Assim, a 31 de dezembro de 2015, a Sonaecom, SGPS, S.A. dispunha de reservas livres distribuíveis no montante de cerca de 17,5 milhões de euros. Para este efeito foram consideradas como distribuíveis os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio já exercidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

q) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

r) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

	2015		2014	
	31 dezembro	Média	31 dezembro	Média
Libra inglesa	1,3625	1,3780	1,2839	0,1241
Dólar americano	0,9185	0,9018	0,8237	0,7538

s) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Para os 'Investimentos em empresas do grupo', a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da empresa.

Para os 'Investimentos em empreendimentos conjuntos', a quantia recuperável é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte, e;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

t) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 – 'Pagamentos com Base em Ações'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela empresa são liquidados através da entrega de ações próprias,

a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à empresa, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato. Um plano de ações Sonae SGPS encontra-se coberto por contrato de cobertura.

Os planos liquidados através da entrega de ações da Sonae SGPS são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não



correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Para os planos de ações Sonaecom, a empresa converteu a totalidade de tais planos em ações Sonae SGPS. O impacto associado aos planos de ações dos planos de incentivo de médio prazo referidos está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' (Notas 17 e 19).

A 31 de dezembro de 2015, o plano de ações Sonae SGPS que resulta da conversão do plano original de ações Sonaecom estava coberto através de um contrato de cobertura com a empresa-mãe através do qual se fixou o preço para aquisição das referidas ações, pelo que a responsabilidade com o mesmo se encontra registada ao preço fixado no contrato proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data de contabilização. Os outros planos não estão cobertos por contratos estando registada a responsabilidade ao justo valor. A responsabilidade de todos os planos encontra-se registada nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

u) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*'adjusting events'*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*'non adjusting events'*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

v) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos ativos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do grupo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme

disposto pelo IAS 8- 'Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

w) Gestão do risco financeiro

A atividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da empresa, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.k)).

A empresa encontra-se ainda exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos.

Risco de mercado

a) Risco da taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.k)).

Considerando os reduzidos valores de ativos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da empresa é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da empresa, por essa via parcialmente compensando os custos

financeiros acrescidos ('*natural hedge*'); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 15) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros, quando tal se entenda necessário. Quando os *swaps* de taxa de juro são contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantesacionais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento.

Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39 – 'Instrumentos Financeiros'), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Em 31 de dezembro de 2015 não estão contratados quaisquer instrumentos derivados da cobertura de variações da taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.



Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos é apresentada na Nota 15.

Risco de crédito

A exposição da empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da empresa ao risco de crédito.

2. Ativos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

								2015
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 dezembro 2014	347.208	43.858	22.060	171	242.718	104	1.600	657.719
Adições	-	-	-	-	978	-	-	978
Alienações	-	-	-	-	-	-	(1.600)	(1.600)
Saldo final em 31 de dezembro 2015	347.208	43.858	22.060	171	243.696	104	-	657.097
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas								
Saldo em 31 dezembro 2014	329.809	43.715	7.813	171	237.435	104	-	619.047
Depreciações do exercício	4.213	72	5.515	-	3.273	-	-	13.073
Saldo final em 31 de dezembro 2015	334.022	43.787	13.328	171	240.708	104	-	632.120
Valor líquido	13.186	71	8.732	-	2.988	-	-	24.977
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	2014
								Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 dezembro 2013	348.914	43.858	22.060	171	242.718	104	-	657.825
Adições	-	-	-	-	-	-	1.600	1.600
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	(1.706)	-	-	-	-	-	-	(1.706)
Saldo final em 31 de dezembro 2014	347.208	43.858	22.060	171	242.718	104	1.600	657.719
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas								
Saldo em 31 dezembro 2013	325.938	43.643	2.298	171	232.961	104	-	605.115
Depreciações do exercício	4.213	72	5.515	-	4.474	-	-	14.274
Transferências e abates	(342)	-	-	-	-	-	-	(342)
Saldo final em 31 de dezembro 2014	329.809	43.715	7.813	171	237.435	104	-	619.047
Valor líquido	17.399	143	14.247	-	5.283	-	1.600	38.672

3. Ativos intangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2015
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2014	9.719	192.404	498	202.621
Adições	-	-	(167)	(167)
Transferências	-	148	(148)	-
Saldo final em 31 dezembro 2015	9.719	192.552	183	202.454
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2014	9.719	186.817	-	196.536
Amortizações do exercício	-	2.011	-	2.011
Saldo final em 31 dezembro 2015	9.719	188.828	-	198.547
Valor líquido	-	3.724	183	3.907

				2014
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2013	9.719	192.404	-	202.123
Adições	-	-	498	498
Saldo final em 31 dezembro 2014	9.719	192.404	498	202.621
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2013	9.719	185.312	-	195.031
Amortizações do exercício	-	1.505	-	1.505
Saldo final em 31 dezembro 2014	9.719	186.817	-	196.536
Valor líquido	-	5.587	498	6.085

4. Classes de instrumentos financeiros

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

						2015
	Empréstimos e contas a receber	Inv. registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	144.477	-	144.477	-	144.477
Outros ativos não correntes (Nota 8)	165.849.237	-	-	165.849.237	-	165.849.237
	165.849.237	144.477	-	165.993.714	-	165.993.714
Ativos correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	79.796.807	-	79.796.807	-	79.796.807
Outras dívidas de terceiros (Nota 10)	2.405.350	-	-	2.405.350	599.911	3.005.261
Outros ativos correntes (Nota 11)	-	-	321.428	321.428	57.124	378.552
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	179.448.314	-	-	179.448.314	-	179.448.314
	181.853.664	79.796.807	321.428	261.971.899	657.035	262.628.934

						2014 (reexpresso)
	Empréstimos e contas a receber	Inv. registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	1.424.996	-	1.424.996	-	1.424.996
Outros ativos não correntes (Nota 8)	165.651.236	-	-	165.651.236	-	165.651.236
	165.651.236	1.424.996	-	167.076.232	-	167.076.232
Ativos correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	58.540.576	-	58.540.576	-	58.540.576
Outras dívidas de terceiros (Nota 10)	1.891.356	-	-	1.891.356	1.422.254	3.313.610
Outros ativos correntes (Nota 11)	-	-	428.812	428.812	89.069	517.881
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	176.887.883	-	-	176.887.883	-	176.887.883
	178.779.239	58.540.576	428.812	237.748.627	1.511.323	239.259.950

						2015
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total	
Passivo não corrente						
Outros passivos não correntes (Nota 17)	-	-	-	222.526	222.526	
	-	-	-	222.526	222.526	
Passivo corrente						
Outras dívidas a terceiros (Nota 18)	-	187.429	187.429	13.264	200.693	
Outros passivos correntes (Nota 19)	-	582.763	582.763	497.180	1.079.943	
	-	770.192	770.192	510.444	1.280.636	

						2014
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total	
Passivo não corrente						
Outros passivos não correntes (Nota 17)	-	-	-	399.254	399.254	
	-	-	-	399.254	399.254	
Passivo corrente						
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	87.859	-	87.859	-	87.859	
Outras dívidas a terceiros (Nota 18)	-	1.040.710	1.040.710	24.840	1.065.550	
Outros passivos correntes (Nota 19)	-	575.899	575.899	1.115.463	1.691.362	
	87.859	1.616.609	1.704.468	1.140.303	2.844.771	

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos, registrados nas rubricas de outros ativos e passivos correntes e não correntes, foram considerados como instrumentos não financeiros.

Ao abrigo regime de regularização de dívidas ao Fisco e Segurança Social (DL 151-A/2013 e DL 248-A/2002), a Sonaecom efetuou, voluntariamente, pagamentos de impostos no montante de cerca de 5,4 milhões de euros, tendo sido eliminadas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associadas, tendo o valor máximo de contingência sido reduzido por via da eliminação de coimas e juros corridos até à data de pagamento. Conforme previsto nos diplomas de suporte aos referidos programas a Sonaecom mantém os procedimentos judiciais tendentes a que lhe venha a ser dada razão perante as situações em concreto, tendo sido reconhecido como ativo o valor pago ao abrigo dos referidos planos, de acordo com a política adotada pela Sonaecom. No entanto, a CMVM discorda da interpretação realizada, tendo solicitado à Sonae SGPS a correção retrospectiva das demonstrações financeiras de todos os pagamentos que não sejam relativos a liquidações de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) com a argumentação de que se trata de um ativo contingente. Embora não concordando com a posição da CMVM, a Sonae SGPS, e por coerência, a Sonaecom, efetuaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a reexpressão das demonstrações financeiras em conformidade (Nota 1).

É entendimento do Conselho de Administração da Sonaecom que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

5. Investimentos em empresas do grupo

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica incluía as partes de capital detido em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2015	2014
Sonaetelecom BV	73.460.618	73.460.618
Sonae IM*	52.241.587	52.241.587
PCJ - Público Comunicação e Jornalismo S.A. ('PCJ')	11.850.557	11.850.557
Sonaecom BV	10.100.000	10.300.000
Público - Comunicação Social S.A. ('Público')	10.227.595	10.227.595
Sonaecom - Serviços Partilhados S.A. ('Sonaecom SP')	50.000	50.000
	157.930.357	158.130.357
Perdas de imparidade (Nota 16)	(108.583.215)	(105.338.215)
Total de investimentos em empresas do grupo	49.347.142	52.792.142

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, S.A. para Sonae Investment Management - Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram como segue:

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2014	Aumentos	Diminuições	Transferências e utilizações	Saldo a 31 dezembro 2015
Sonaetelecom BV	73.460.618	-	-	-	73.460.618
Sonae IM*	52.241.587	-	-	-	52.241.587
PCJ	11.850.557	-	-	-	11.850.557
Sonaecom BV	10.300.000	-	(200.000)	-	10.100.000
Miauger**	-	-	-	-	-
Público	10.227.595	-	-	-	10.227.595
Sonaecom Sp	50.000	-	-	-	50.000
	158.130.357	-	(200.000)	-	157.930.357
Perdas de imparidade (Nota 16)	(105.338.215)	(3.445.000)	200.000	-	(108.583.215)
Total de investimentos em empresas do grupo	52.792.142	(3.445.000)	-	-	49.347.142

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, S.A. para Sonae Investment Management - Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015.

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2013	Aumentos	Diminuições	Transferências e utilizações	Saldo a 31 dezembro 2014
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	(1.549.284)	-	73.460.618
Sonae IM*	52.241.587	-	-	-	52.241.587
PCJ	11.176.547	674.010	-	-	11.850.557
Sonaecom BV	25.020.000	-	(14.720.000)	-	10.300.000
Público	10.227.595	-	-	-	10.227.595
Miauger**	5.714.245	826.880	-	(6.541.125)	-
Sonaecom Sp	50.000	-	-	-	50.000
	179.439.876	1.500.890	(16.269.284)	(6.541.125)	158.130.357
Perdas de imparidade (Nota 16)	(112.859.590)	(17.154)	1.986.256	5.552.273	(105.338.215)
Total de investimentos em empresas do grupo	66.580.286	1.483.736	(14.283.028)	(988.852)	52.792.142

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, S.A. para Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015.

** Empresa liquidada em maio de 2014.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, do total de 200.000 euros de diminuição na Sonaecom BV corresponde ao reembolso do prémio de emissão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os valores de 826.880 euros e 674.010 euros de aumentos na Miauger e PCJ, respetivamente, correspondem a aumentos de capital para cobertura de prejuízos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os valores de 1.549.284 e 14.720.000 de diminuições na SonaeTelecom BV e Sonaecom BV, correspondem a devoluções de partes de capital. As linhas de 'transferências e utilizações' correspondem ao desconhecimento do investimento na Miauger, empresa liquidada em maio 2014.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IFRS) sobre as filiais e empreendimentos conjuntos detidas diretamente pela empresa é como segue:

Empresa	Sede	2015			2014		
		% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
ZOPT (a) (Nota 6)	Matosinhos	50%	1.270.698.167	35.919.581	50%	1.266.405.517	30.971.725
Sonae IM*	Maia	100%	80.933.910	148.764	100%	83.742.146	5.215.847
PCJ	Maia	100%	26.593	(2.127.415)	100%	1.504.008	264.562
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	109.229	(48.050)	100%	357.278	115.877
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	4.595	(41.922)	100%	46.517	(21.629)
Sonaecom SP	Maia	100%	123.668	39.676	100%	83.993	677
Público	Maia	100%	34.880	(5.948.383)	100%	268.264	(2.588.364)

(a) Demonstrações financeiras individuais.

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, S.A. para Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, S.A.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de participações em empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do grupo efetuados numa base anual exceto se existirem indícios de imparidade, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. A taxa de crescimento média considerada para o volume de negócios dos 5 anos foi de 12,9%. Para o setor do Multimédia, a taxa de crescimento média considerada foi de cerca de 2%. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimado com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade são consideradas taxas de crescimento entre 1% e 3% no setor de sistemas de informação e de 0% no setor do Multimédia. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas.

	Sistemas de Informação	Multimédia
Pressupostos		
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	10,5%	9,0%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,0%	0,0%

Para o setor dos sistemas de informação, na área da segurança digital (*Cibersecurity*), foi utilizada uma taxa de crescimento de 3%. Adicionalmente, para a empresa Digitmarket foi utilizada uma taxa de crescimento de 2%. A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade não conduziram ao apuramento de perdas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, para além das registadas nas demonstração de resultados. Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais adicionais.

6. Investimentos em empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empreendimentos conjuntos e tinha a seguinte composição:

Empresa	2015	2014
ZOPT, SGPS, S.A. ("ZOPT")	597.666.944	597.666.944

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram como segue:

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2014	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo a 31 dezembro 2015
ZOPT	597.666.944	-	-	-	597.666.944

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2013	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo a 31 dezembro 2014
ZOPT	597.666.944	-	-	-	597.666.944

A ZOPT é um empreendimento conjunto da Sonaecom, da Kento Holding Limited e da Unitel International Holdings, BV, criado para a detenção de participação na sociedade NOS SGPS, S.A. ("NOS") No final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a ZOPT detinha 50,01% De participação na NOS.

A aferição da existência ou não de imparidade para o valor desta participação é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da NOS, SGPS, S.A., cuja taxa de crescimento média implícita da margem operacional ascende a 4,7%, e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

	Telecomunicações
Pressupostos	
Base da quantia recuperável	Valor de uso
Taxa de desconto	7,2%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,5%

Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais adicionais.

7. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Em resultado do processo de fusão entre a Optimus SGPS e Zon, passou a deter ações NOS registadas ao justo valor através de resultados, uma vez que se trata da classificação inicial de um ativo detido com o propósito de venda no curto prazo. Conforme acordo parassocial, estas ações não conferem qualquer direito de voto adicional nem interferem na situação de controlo partilhado na NOS. Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram como segue:

						2015
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 23)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP	Saldo final
NOS	57.661.618	-	-	22.135.189	-	79.796.807
Sonae SGPS	2.303.954	-	(2.736.246)	209.672	367.097	144.477
	59.965.572	-	(2.736.246)	22.344.861	367.097	79.941.284
Registado em ativos não correntes						144.477
Registado em ativos correntes						79.796.807

						2014
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 23)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP	Saldo final
NOS	202.442.350	-	(141.650.837)	(3.129.895)	-	57.661.618
Sonae SGPS	-	5.522.188	(2.804.200)	(167.060)	(246.974)	2.303.954
	202.442.350	5.522.188	(144.455.037)	(3.296.955)	(246.974)	59.965.572
Registado em ativos não correntes						1424.996
Registado em ativos correntes						58.540.576

Os aumentos e diminuições do justo valor são registados por contrapartida da rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' da demonstração de resultados (Nota 23). Com exceção dos aumentos e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura dos planos de incentivo de médio prazo cujo valor é registado na rubrica "Outros custos operacionais" e "Outros custos financeiros" da demonstração de resultados.

As diminuições a 31 de dezembro de 2015 e 2014, do investimento em ações Sonae SGPS, correspondem essencialmente ao pagamento do plano de incentivos de médio prazo vencido no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

As diminuições a 31 de dezembro de 2014 do investimento da NOS correspondem à contrapartida em ações NOS prevista nos termos de troca da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias. Em resultado desta oferta a Sonae com reduziu o seu investimento em ações NOS em 26.476.792 ações (141.650.837 euros) (Nota 13), passando a deter 11.012.532 ações representativas do capital social da NOS, correspondentes a uma participação de 2,14%.

A determinação do justo valor do investimento detalha-se como segue:

2015	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	137.860
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1**	
Método de valorização	Preço cotado em bolsa	
Preço cotado*	7,246	1,048
Justo valor	79.796.807	144.477

* Utilizada a cotação de 31 de dezembro de 2015 no apuramento do justo valor.

** Nível 1: O Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo



2014	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	2.249.955
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1**	
Método de valorização	Preço cotado em bolsa	
Preço cotado*	5,236	1,024
Justo valor	57.661.618	2.303.954

* Utilizada a cotação de 31 de dezembro de 2014 no apuramento do justo valor.

** Nível 1: O Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo

8. Outros ativos não correntes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Ativos financeiros		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos:		
Sonae IM*	15.315.000	12.220.000
PCJ	3.690.000	4.345.000
Público	165.000	2.435.000
Sonaecom SP	160.000	420.000
	19.330.000	19.420.000
Prestações acessórias:		
Zopt	115.000.000	115.000.000
Sonae IM*	29.519.792	32.476.791
Público	11.077.405	5.362.405
PCJ	1.839.445	1.189.445
	157.436.642	154.028.641
	176.766.642	173.448.641
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 16)	(10.917.405)	(7.797.405)
	165.849.237	165.651.236

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, S.A. para Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos' foram os seguintes:

				2015
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Sonae IM*	12.220.000	3.095.000	-	15.315.000
PCJ	4.345.000	-	(655.000)	3.690.000
Público	2.435.000	-	(2.270.000)	165.000
Sonaecom SP	420.000	-	(260.000)	160.000
	19.420.000	3.095.000	(3.185.000)	19.330.000

*Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015.

				2014
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Sonae IM*	15.655.000	9.155.000	(12.590.000)	12.220.000
PCJ	4.610.000	40.000	(305.000)	4.345.000
Público	1.780.000	655.000	-	2.435.000
Sonaecom SP	-	420.000	-	420.000
	22.045.000	10.270.000	(12.895.000)	19.420.000

*Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação,SGPS, S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos em 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

				2015
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
ZOPT	115.000.000	-	-	115.000.000
Sonae IM*	32.476.791	-	(2.956.999)	29.519.792
Público	5.362.405	5.715.000	-	11.077.405
PCJ	1.189.445	650.000	-	1.839.445
	154.028.641	6.365.000	(2.956.999)	157.436.642

				2014
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
ZOPT	115.000.000	-	-	115.000.000
Sonae IM*	39.951.791	-	(7.475.000)	32.476.791
Público	2.182.405	3.180.000	-	5.362.405
PCJ	1.863.455	-	(674.010)	1.189.445
Miauger	988.853	-	(988.853)	-
	159.986.504	3.180.000	(9.137.863)	154.028.641

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015.

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os empréstimos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos venceram juros a uma taxa média de 3,06% e 5,62%, respetivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o grupo procedeu à reavaliação dos termos e condições praticados no mercado, numa perspetiva de renegociar em concordância, os termos e condições inerentes aos financiamentos acordados com subsidiárias. Neste sentido, procedeu-se à atualização das taxas de juro para todos os empréstimos entre empresas do grupo.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas na Nota 5 e 6.

9. Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os valores de impostos diferidos não registrados por não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

	2015	2014
Prejuízos reportáveis	2.168.062	3.239.108
Diferenças temporárias (provisões e perdas por imparidade não aceites e outras diferenças temporárias)	120.683.314	115.185.229
CFEI	151	151
Total	122.851.527	118.424.488
Impostos diferidos ativos não registrados	27.609.190	26.597.040

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registrados foram gerados nos seguintes exercícios:

Ano em que foram gerados	2015	2014
2014	455.293	680.213
	455.293	680.213

Em 31 de dezembro de 2014 e 2015, a taxa de imposto a utilizar nas empresas portuguesas para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais foi de 21%, devido à alteração da taxa de IRC de 23% em 2014 para 21% a partir de 2015. No caso das diferenças temporárias com origem em empresas portuguesas, nomeadamente das provisões não aceites e perdas de imparidade, a taxa utilizada em 2014 e 2015 foi de 22,5%.

Os benefícios fiscais, por se tratar de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação se encontra dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios.

Não foi considerada a derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registrado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como se segue:

	2015	2014
Resultado antes de imposto	33.937.480	5.382.087
Imposto (21% em 2015 e 23% em 2014)	(7.126.871)	(1.237.880)
Tributação autónoma derrama e correção de imposto do ano anterior	451.582	(13.180)
Provisão para impostos (Notas 16 e 24)	-	12.167
Diferenças temporárias do exercício sem registo de impostos diferidos ativos	(1.154.598)	1.221.227
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	8.280.219	1.197.869
Ativos por impostos diferidos não registrados relativos a prejuízos fiscais	-	(741.490)
Utilização de prejuízos de anos anteriores cujos impostos diferidos não estavam registrados	876	-
Impostos sobre o rendimento do exercício (Nota 24)	451.208	438.713

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 21% para 2015 e 23% para 2014, por serem estas as taxas normais de IRC em Portugal em 2015 e 2014.

Os ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente referentes a 2014 e 2015 são relativos, essencialmente, a perdas e ganhos em investimentos financeiros e a dividendos recebidos (Nota 23), os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do exercício.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2012 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da empresa corroborada pelos advogados e consultores fiscais da Sociedade, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

10. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2015	2014 (reexpresso)
Estado e outros entes públicos	599.911	1.422.254
Outros devedores	2.405.350	1.891.356
	3.005.261	3.313.610

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica 'Outros devedores' incluía saldos a receber de diversas empresas do grupo, relativos a juros de suprimentos, juros de aplicações de tesouraria e de diversos serviços prestados (Notas 23 e 25).

O valor registado em 'Estado e outros entes públicos', em 31 de dezembro de 2015 e 2014, diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efetuadas por terceiros e imposto sobre o rendimento a ser recuperado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a antiguidade dos saldos de 'Outros devedores' pode ser detalhada como segue:

	Vencido sem imparidade					Vencido com imparidade			
	Total	Não vencido	Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias
2015									
Outros devedores	2.405.350	50.246	259.936	1.377.569	717.599	-	-	-	-
2014									
Outros devedores	1.891.356	176.493	54.544	909	1.659.410	-	-	-	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os montantes vencidos sem imparidade a mais de 90 dias dizem respeito essencialmente a valores a receber do grupo.

Por não se tratarem de ativos financeiros, as dívidas do Estado e outros entes públicos não foram objeto do detalhe acima.

11. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	169.051	415.350
Valores a debitar	145.608	7.636
Outros acréscimos de proveitos	6.769	5.827
	321.428	428.813
Custos plurianuais		
Seguros	28.693	29.571
Rendas	7.133	7.133
Outros custos plurianuais	21.298	52.364
	57.124	89.068
	378.552	517.881

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe de 'caixa e seus equivalentes' era o seguinte:

	2015	2014
Numerário	475	1.260
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	22.762.839	201.623
Aplicações de tesouraria	156.685.000	176.685.000
	179.448.314	176.887.883
Descobertos bancários (Nota 15)	-	(87.847)
	179.448.314	176.800.036

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2015	2014
Aplicações bancárias	155.400.000	176.665.000
Público	610.000	-
Sonaecom SP	665.000	-
Sonaecom BV	-	20.000
PCJ	10.000	-
	156.685.000	176.685.000

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, venceram juros a uma taxa média de 0,64% (1,18% em 2014)

13. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social da Sonaecom estava representado por 311.340.037 ações, correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 0,74 euros. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2015		2014	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	62,33%	194.063.119	62,33%
Sonae SGPS	81.022.964	26,02%	81.022.964	26,02%
Ações dispersas em Bolsa	30.682.940	9,86%	30.682.940	9,86%
Ações próprias (Nota 14)	5.571.014	1,79%	5.571.014	1,79%
Atlas Service Belgium**	-	-	-	0,00%
Efanor Investimentos SGPS S.A.*	-	-	-	0,00%
	311.340.037	100,00%	311.340.037	100,00%

* No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 na sequência da conclusão da Oferta Pública Geral Voluntária de Aquisição de Ações Próprias a Efanor deixou de ter uma participação direta no capital social da Sonaecom.

** A 15 de fevereiro de 2013 a Sonae e a France Télécom ('FT - Orange') concluíram um acordo que consistia na atribuição de uma opção de compra e de venda respetivamente dos 20% do capital da Sonaecom detidos naquela data por uma subsidiária da FT - Orange. A 9 de setembro de 2013 essa opção de compra e venda foi exercida pela Sonae e FT - Orange respetivamente.

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom.

A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu ao longo de duas semanas, tendo início em 6 de fevereiro e término em 19 de fevereiro de 2014.

Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom. Durante o exercício de 2014 a Sonaecom reduziu assim o seu capital social em cerca de 136 milhões de euros, em resultado da extinção das ações próprias adquiridas (54.906.831 ações) e redução do valor nominal das restantes ações representativas do capital social da Sonaecom de 1 euro para 0,74 euros por ação. Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

Como contrapartida das ações próprias adquiridas neste processo de Oferta Pública Geral e Voluntária a Sonaecom entregou 26.476.792 ações representativas do capital social da NOS que se encontravam registadas no balanço por 141.650.837 euros (Nota 7) e o montante de 19.632 euros em dinheiro, pelo que em resultado desta Oferta Pública Geral e Voluntária, o ativo e o capital próprio da Sonaecom reduziu-se em 141.670.470 euros.

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

14. Ações próprias

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sonaecom não adquiriu, alienou ou entregou ações próprias, pelo que o montante detido à data é de 5.571.014 ações próprias representativas de 1,79% do seu capital social, a um preço médio de 1,515 euros

15. Empréstimos

Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

Em 31 de dezembro de 2015, a Sonaecom não apresenta quaisquer empréstimos de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sonaecom apresentava descobertos bancários no montante de 87.847 euros (Nota 12) e 12 euros de juros incorridos não vencidos.

Linhas de Crédito Bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 1 milhão de euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todas as linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídas em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

À data de 31 de dezembro de 2015 e 2014, as linhas de crédito disponíveis pela empresa eram como se segue:

					Maturidade
Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Até 12 meses	Mais de 12 meses
2015					
Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
	1.000.000	-	1.000.000		
2014					
Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
	1.000.000	-	1.000.000		

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro.

Com base no endividamento exposto a taxas variáveis existente no final de 2015 e tendo em conta as aplicações e saldos bancários na mesma data, caso as taxas de juro de mercado subirem (descerem), em média, 75 bp durante o ano de 2015, os juros obtidos nesse exercício seriam diminuídos (acrescidos), em aproximadamente, 1.200.000 euros (1.300.000 euros em 2014).

16. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Transferências e utilizações	Saldo Final
2015					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 10)	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 23)	105.338.215	3.425.000	(200.000)	20.000	108.583.215
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 8 e 23)	7.797.405	3.140.000	-	(20.000)	10.917.405
Provisões para outros riscos e encargos	304.811	46.490	(109.490)	-	241.811
	113.440.431	6.611.490	(309.490)	-	119.742.431
2014					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 10)	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 25)	112.859.590	17.154	(1.986.256)	(5.552.273)	105.338.215
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 8 e 23)	6.296.259	2.490.000	-	(988.854)	7.797.405
Provisões para outros riscos e encargos	332.469	51	(41.115)	13.406	304.811
	119.488.318	2.507.205	(2.027.371)	(6.527.721)	113.440.431

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registados por contrapartida da rubrica 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados, com exceção dos incrementos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do grupo e em outros ativos não correntes que, dada a sua natureza, são registados por contrapartida de custos financeiros na rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' (Nota 23).

Em 31 de dezembro de 2015, a variação da rubrica “Provisões para outros riscos e encargos” no montante de 63.000 euros encontra-se registado na demonstração de resultados em “Outros proveitos operacionais”.

Em 31 de dezembro 2015, o reforço da rubrica ‘Provisões para outros riscos e encargos’ inclui, principalmente, montantes para fazer face a contingências diversas respeitantes a passivos prováveis resultantes de transações diversas e cuja saída de fundos é provável.

Em 31 de dezembro de 2014 o montante de 51 euros registado na demonstração de resultados, em “Outros custos financeiros”, respeita à atualização da provisão para desmantelamento, conforme previsto na IAS 16 – “Ativos fixos tangíveis” (Nota 1.a)).

Em 31 de dezembro de 2014, a redução das ‘Provisões para outros riscos e encargos’, inclui o montante de 12.167 euros, registado, na demonstração de resultados, em ‘Imposto sobre o rendimento do exercício’, atendendo à natureza da mesma (Nota 24).

Em 31 de dezembro de 2014 as reduções de ‘Provisões para outros riscos e encargos’ incluem o montante de 1.810 euros, na demonstração de resultados, em ‘Outros custos financeiros’ e ‘Outros custos operacionais’, respeitante à anulação da provisão para desmantelamento, conforme previsto na IAS 16 – ‘Ativos fixos tangíveis’ (Nota 1.a)).

17. Outros passivos não correntes

Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, era composta pelos valores relativos aos planos de incentivo de médio prazo, exigíveis a médio e longo prazo, nos montantes de 222.526 euros e 399.254 euros, respetivamente (Nota 28).

18. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Outros credores (Nota 25)	187.429	1.040.710
Estado e outros entes públicos	13.264	24.840
	200.693	1.065.550

As outras dívidas a terceiros tinham a seguinte maturidade:

	Total	Até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
2015				
Outros credores	187.429	187.429	-	-
	187.429	187.429	-	-
2014				
Outros credores	1.040.710	1.040.710	-	-
	1.040.710	1.040.710	-	-

19. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Acréscimos de custos		
Custos com pessoal	382.998	434.009
Planos de incentivo de médio prazo (Nota 28)	497.180	1.115.463
Consultoria	113.179	22.402
Outros acréscimos de custos	86.586	119.488
	1.079.943	1.691.362

20. Prestações de serviços

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as Prestações de serviços correspondiam ao débito, às empresas participadas, de fees de gestão (Nota 25).

21. Outros proveitos operacionais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de 'Outros proveitos operacionais' tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Proveitos Suplementares	74.496	125.665
Outros	166.589	27.534
	241.085	153.199

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de 'Proveitos Suplementares' é, essencialmente, composta por proveitos associados a fianças que a Sonaecom garantiu em nome das suas subsidiárias.

22. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2015	2014
Trabalhos especializados	525.856	705.588
Deslocações e estadas	48.137	77.348
Seguros	49.467	48.482
Comunicação	21.131	38.836
Rendas e alugueres	15.194	31.101
Honorários	500	4.930
Outros fornecimentos e serviços externos	62.956	111.998
	723.241	1.018.283

Os compromissos assumidos, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, com contratos de locação operacional são como seguem:

	2015	2014
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2015	-	16.692
2016	7.473	6.955
2017	518	-
2018	518	-
2019	518	-
2020	518	-
Renováveis por 1 ano	-	-
	9.545	23.647

23. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2015	2014
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo e empreendimentos conjuntos		
Perdas relativas a empresas do grupo (Notas 5 8 e 16)	(6.565.000)	(2.507.154)
Ganhos relativos a empresas do grupo	200.000	2.289.904
Dividendos obtidos (Nota 25)	15.815.500	7.250.000
	9.450.500	7.032.750
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados		
Ganhos e perdas relativos a investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	22.344.861	(3.296.955)
Dividendos obtidos	1.541.754	1.321.504
	23.886.615	(1.975.451)
Outros custos financeiros		
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	-	(487.353)
Outros empréstimos (Nota 25)	(6.340)	(246.513)
Outros	(25.250)	-
	(31.590)	(733.866)
Outros custos financeiros	(103.464)	(284.230)
	(135.054)	(1.018.096)
Outros proveitos financeiros		
Juros obtidos (Nota 25)	1.765.463	3.207.046
Diferenças de câmbio favoráveis	702	829
Outros proveitos financeiros	347.259	161.645
	2.113.424	3.369.520

Em 31 de dezembro de 2015, as perdas relativas a empresas do Grupo incluem o reforço de perdas de imparidade em outros ativos não correntes (Notas 8 e 16), no valor de 3.140.000 euros (2.490.000 euros em 2014) e o reforço de perdas de imparidade em investimentos em empresas do Grupo no valor de 3.425.000 euros (17.154 euros em 2014) (Notas 5 e 16).

Em 31 de dezembro de 2015, os ganhos relativos a empresas do grupo incluem a reversão de perdas por imparidade em investimentos em empresas do grupo no valor de 200.000 euros e em 31 de dezembro de 2014 incluem a reversão de perdas por imparidade em investimentos em empresas do grupo, no valor de 1.986.256 euros (Nota 16) e o ganho resultante da liquidação da subsidiária Miauger, no valor de 303.649 euros.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2015, os ganhos relativos a dividendos obtidos de investimentos em empresas do grupo e empreendimentos conjuntos dizem respeito a dividendos recebidos da Zopt. Os ganhos relativos a dividendos obtidos de investimentos registados ao justo valor através de resultados dizem respeito a dividendos recebidos da NOS.

24. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2015	2014
Imposto corrente (Nota 9)	451.582	426.546
Provisão para impostos (Notas 9 e 16)	-	12.167
Saldo final	451.582	438.713

25. Entidades relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

					Saldos a 31 de dezembro de 2015
	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 18)	Aplicações de tesouraria (Nota 12)	Outros ativos / (passivos) (Nota 11 e 19)	Empréstimos concedidos / (obtidos) (Nota 8 e 15)
Empresa-mãe					
Sonae SGPS	324.168	-	-	(130.048)	-
Subsidiárias					
PCJ	45.047	2.693	10.000	14.820	3.690.000
Público	10.504	109.971	610.000	18.467	165.000
Sonae IM*	-	211.528	-	23.243	15.315.000
Sonaecom SP	101.618	1.843	665.000	(72.819)	160.000
Outras partes relacionadas					
NOS Technology **	35.000	-	-	-	-
NOS SGPS	-	-	-	452.604	-
NOS Comunicações	115.344	355.159	-	(3.854)	-
Digitmarket	1.362	44.029	-	(10.043)	-
NOS Sistemas ***	19.742	107.511	-	-	-
Saphety	107.198	12.592	-	(248.032)	-
Sonaecenter II	12.998	-	-	-	-
Wedo	2.279.755	219.341	-	-	-
Outros	4.105	-	-	(8.435)	-
	3.056.841	1.064.667	1.285.000	35.903	19.330.000

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015

** Esta empresa alterou a sua denominação de Be Artis para NOS Technology em 2015.

*** Esta empresa alterou a sua denominação de Mainroad para NOS Sistemas em 2015.

					Saldos a 31 de dezembro de 2014
	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 18)	Aplicações de tesouraria (Nota 12)	Outros ativos / (passivos) (Nota 11 e 19)	Empréstimos concedidos / (obtidos) (Nota 8 e 15)
Empresa-mãe					
Sonae SGPS	-	230.575	-	183.592	-
Subsidiárias					
PCJ	218.774	-	-	20.879	4.345.000
Público	78.347	972.916	-	19.104	2.435.000
Sonae IM*	533.324	79.073	-	70.072	12.220.000
Sonaecom BV	436	357.408	20.000	282	-
Sonaetelecom BV	-	61	-	-	(11)
Sonaecom SP	34.845	84.040	-	3.910	420.000
Outras partes relacionadas					
NOS Technology **	(1.963)	58.460	-	-	-
NOS SGPS	-	20.474	-	-	-
NOS Towering-Gestão de Torres ***	-	4.753	-	-	-
Digitmarket	51.158	3.473	-	(18.231)	-
NOS Sistemas ****	19.742	107.511	-	-	-
NOS Comunicações	115.344	307.259	-	(3.854)	-
Saphety	116.343	5.436	-	(61.130)	-
Wedo	2.054.971	185.986	-	-	-
Sonae Center Serviços II	-	149.305	-	-	-
Outros	160	28.485	-	(23.296)	-
	3.221.481	2.595.215	20.000	191.328	19.419.989

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015

** Esta empresa alterou a sua denominação de Be Artis para NOS Technology em 2015.

*** Esta empresa alterou a sua denominação de Be Towering para NOS Towering - Gestão de Torres em 2015.

**** Esta empresa alterou a sua denominação de Mainroad para NOS Sistemas em 2015.

				Transações a 31 de dezembro de 2015
	Vendas e prestações de serviços (Nota 20)	Fornecimento e serviços externos (Nota 22)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 23)	Proveitos suplementares (Nota 21)
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	-	50.000	851.073	56.806
Subsidiárias				
PCJ	-	-	166.303	-
Público	-	(84)	149.010	3.177
Sonae IM*	-	55.447	394.785	-
Sonae BV	-	-	110	-
Sonae SP	-	234.694	30.219	-
Outras partes relacionadas				
Sonaecenter II	15.867	61.456	-	-
NOS Comunicações	-	2.156	(46.831)	71.294
NOS Technology **	-	-	-	-
Digitmarket	61.654	-	-	-
Saphety	61.653	2.049	-	-
Wedo	199.066	(800)	-	-
NOS SGPS	-	(556)	-	-
Outros	-	69.625	(11)	-
	338.240	473.987	1.544.658	131.277

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonae Sistemas de Informação S.A. Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015

** Esta empresa alterou a sua denominação de Be Artis para NOS Technology em 2015.

				Transações a 31 de dezembro de 2014
	Vendas e prestações de serviços (Nota 20)	Fornecimento e serviços externos (Nota 22)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 23)	Proveitos suplementares (Nota 21)
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	-	49.229	1.563.161	-
Subsidiárias				
Miauger	-	-	(1.573)	-
PCJ	-	-	255.319	-
Público	-	360	278.611	5.827
Sonae IM*	-	(24.721)	781.415	-
Sonae BV	-	-	(154.210)	-
Sonae SP	-	302.633	13.387	-
Outras partes relacionadas				
Sonaecenter II	-	111.965	-	-
NOS Comunicações	-	282.501	-	119.838
NOS Technology **	-	1.180	-	-
Digitmarket	48.435	1.322	(18.361)	-
NOS Sistemas ***	35.736	(473)	6.137	-
Saphety	48.436	2.459	6.482	-
Wedo	170.875	132	24.646	-
NOS SGPS	-	(7.936)	(5.280)	-
Outros	-	92.942	(16.737)	-
	303.482	811.593	2.732.997	125.665

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonae Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015

** Esta empresa alterou a sua denominação de Be Artis para NOS Technology em 2015.

*** Esta empresa alterou a sua denominação de Mainroad para NOS Sistemas em 2015.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a empresa distribuiu a título de dividendos o montante de 3.646.033 euros, à sua empresa-mãe.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a empresa reconheceu o montante de 15.815.500 euros e 7.250.000 euros, respetivamente, referente a dividendos de participadas (Nota 23).

Durante o exercício de 2012, a Sonaecom celebrou um contrato com a Sonae SGPS, no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016, à transferência de ações Sonaecom para os colaboradores e quadros do grupo, por solicitação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo, pelo preço de 1,184 euros, por ação. No âmbito deste contrato, a Sonaecom procedeu ao pagamento à Sonae SGPS, do montante de 3.291.520 euros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato, originando um recebimento de 4.444.207 euros. No dia 11 de julho de 2014 a empresa cessou o contrato acima referido pelo que, desta forma, a Sonae SGPS, restituiu o valor remanescente em dívida.

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias.

Uma listagem integral das entidades relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

26. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2015	2014
Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	-	1.435.379
Direção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IS, IRC e IVA	222.622	222.622
		222.622	1.658.001

Adicionalmente a estas garantias foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 23.319.289 euros e a Sonaecom SGPS do Público até ao montante de 565.026 euros.

Em 31 de dezembro de 2015, é convicção do Conselho de Administração da empresa que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.

27. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do exercício (34.389.062 euros em 2015 e 5.820.800 euros em 2014) pelo número médio de ações existente durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, deduzidas das ações próprias (305.769.023 em 2015 e 317.970.541 em 2014).

28. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S.A.. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Em 10 de março de 2014, os Planos de ações da Sonaecom foram convertidos na totalidade para ações Sonae SGPS. Esta conversão ocorreu com base nos termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 13 para determinar o justo valor dos planos Sonaecom, e com base na cotação das ações Sonae SGPS.

Assim, a conversão dos planos foi efectuada com base do rácio Sonaecom/Sonae SGPS implícito nos termos fixados na Oferta Pública de Aquisição (1 Ação Sonaecom – aproximadamente 2,05 Ações Sonae SGPS).

Após a conversão a 10 de março de 2014, os planos convertidos podem ser detalhados como se segue:

		Período de Diferimento		10 março 2014	
	Cotação a 20 de fevereiro de 2014*	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonae SGPS (Provenientes da conversão dos Planos Sonaecom)					
Plano 2010	1,258	10-mar-11	10-mar-14	2	422.647
Plano 2011	1,258	09-mar-12	10-mar-15	2	454.317
Plano 2012	1,258	08-mar-13	10-mar-16	2	266.008

* Cotação do dia da divulgação dos resultados da Oferta Pública de Aquisição

Para o plano de ações da Sonaecom, S.G.P.S., S.A. de 2012, a responsabilidade é calculada com base no preço fixado no contrato de cobertura dos planos na data de conversão 1,258 euros. O impacto da conversão é assumido pela Sonaecom, S.G.P.S., S.A..

Por decisão da Comissão de Nomeações e Remunerações, a entrega aos colaboradores da empresa do Plano 2010 foi realizada em maio de 2014.

Por decisão da Comissão de Nomeações e Remunerações, a entrega do Plano 2011 foi realizada em maio de 2015.

Os planos em aberto a 31 de dezembro de 2015 são os seguintes:

		Período de Diferimento		31 dezembro 2015	
	Cotação 31 dezembro 2015/ Atribuição	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonae SGPS (Provenientes da conversão dos planos Sonaecom)					
Plano 2012	1,048	8/mar/13	10/mar/16	2	291.960
Ações Sonae SGPS					
Plano 2012	0,701	8/mar/13	10/mar/16	2	179.963
Plano 2013	1,048	10/mar/14	10/mar/17	2	303.888
Plano 2014	1,048	10/abr/15	10/abr/18	2	167.408

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

		Ações Sonae SGPS	
		Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2014:			
Ainda diferidas	10		1624.176
Total	10		1624.176
Movimentos no exercício:			
Atribuídas	2		156.885
Vencidas	(4)		(946.612)
Canceladas / extintas / corrigidas*	-		108.770
Saldo a 31 dezembro 2015:			
Ainda diferidas	8		943.219
Total	8		943.219

*As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

Os contratos de cobertura acima referidos podem ser detalhados como se segue:

	Ações Sonae SGPS
	Plano 2012
Valor nominal	268.451
Maturidade	mar-16
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 2
Método de valorização	Custo atual de substituição
Justo valor*	170.276

* Utilizada a cotação de 31 de dezembro de 2015 no apuramento do justo valor.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 são como se segue:

	Ações Sonae SGPS	Ações NOS	Total
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	3.531.043	409.556	3.940.599
Custos reconhecidos no exercício	692.826	-	692.826
Impacto da conversão dos Planos Sonaecom	1.666.165	-	1.666.165
Custo de planos exercidos em exercícios anteriores	(4.329.624)	-	(4.329.624)
Custos de planos exercidos no exercício	(1.035.235)	(452.604)	(1.487.839)
	525.176	(43.048)	482.129
Responsabilidade dos Planos	354.900	(43.048)	311.852
Justo valor dos Contratos de cobertura ⁽¹⁾	170.276	-	170.276
Registados em Caixa e equivalentes de caixa	(194.530)	(43.048)	(237.578)
Registados em Outros passivos correntes (Nota 19)	497.180	-	497.180
Registados em Outros passivos não correntes (Nota 17)	222.526	-	222.526
Registados em Reservas	-	-	-

(1) A Sonaecom assinou contratos para cobertura da responsabilidade com os planos de incentivo de médio e longo prazo do grupo, transferindo posteriormente, através de contratos celebrados com as várias empresas do grupo, a responsabilidade relativa a cada empresa. O justo valor dos contratos de cobertura, considerado na tabela acima, corresponde à componente destinada a cobrir a responsabilidade dos planos dos colaboradores da Sonaecom SGPS;

(2) A Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato de cobertura com a Sonae SGPS, o que originou um reembolso pelo valor atual de mercado das ações Sonaecom.

A 10 de março de 2014, os planos de ações Sonaecom foram totalmente convertidos para ações Sonae SGPS. Esta conversão teve por base os termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 12 para determinar o justo valor dos planos e, com base na cotação das ações Sonae SGPS. Deste modo, foi determinado o número de ações Sonae SGPS a entregar aos colaboradores da empresa. A responsabilidade relativa ao período decorrido de cada plano na data da conversão (1.582.389 euros) foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' por contrapartida dos capitais próprios, de acordo com as disposições da IFRS 2.

A 27 de agosto de 2013, parte dos planos de ações Sonaecom e Sonae SGPS em aberto foram convertidos em planos de ações NOS. Esta conversão ocorreu com base no rácio do projeto de fusão, no caso dos planos de ações Sonaecom, e com base no justo valor das ações, no caso dos planos de ações Sonae SGPS, e foi devidamente aprovada pela Comissão de Nomeações e Remunerações. O custo com os planos de ações NOS foi reconhecido até 30 de setembro de 2013, data em que a NOS passou a assumir a responsabilidade dos mesmos. Para os planos NOS SGPS, a responsabilidade foi calculada com base na cotação das ações do dia 31 de dezembro de 2013. A responsabilidade de tais planos foi registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

29. Remunerações atribuídas ao pessoal chave da gerência

Durante os exercícios de 2015 e 2014, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração e outros membros chave da gerência da Sonaecom, foi como segue:

	2015	2014
Benefícios de empregados de curto prazo	705.252	766.574
Pagamentos com base em ações	220.700	196.124
	925.952	962.698

Os valores referidos foram calculados numa base de acréscimo para os Benefícios de empregados de curto prazo, que incluem a Remuneração Fixa e o Prémio de Desempenho. O valor de Pagamentos com base em ações para 2015 e 2014 corresponde ao valor do plano de incentivo de médio prazo a ser atribuído em 2016 e relativo à performance de 2015 (e atribuído em 2015 relativo à performance de 2014, para o valor de 2014), cujas ações, ou o correspondente valor em dinheiro, serão entregues em março de 2019 e março de 2018, respetivamente.

30. Trabalhadores ao serviço

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número médio de trabalhadores ao serviço da empresa era de 3 nos dois anos. A 31 de dezembro de 2015 o número de trabalhadores ascendia a 3.

31. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Em 2015 e 2014, a empresa pagou, a título de honorários, ao ROC, Deloitte, e à sua rede de empresas, os seguintes montantes:

	2015	2014
Revisão legal de contas	17.416	19.156
Consultoria Fiscal	-	4.738
Total	17.416	23.894

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 8 de março de 2016.

Anexo

A 31 de dezembro de 2015, as partes relacionadas da Sonaecom, SGPS, S.A. são como segue:

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	José Manuel Neves Adelino
Marcelo Faria de Lima	Tsega Gebreyes
Christine Cross	Andrew Eustace Claverling Campbell

Empresas do grupo Sonaecom	
Cape Technologies Limited	Sonaecom BV
Digitmarket-Sistemas de InformaçãoSA	Sonaecom SGPS SA
ITRUST - Cyber Security and Intellig.SA	Sonaecom-Cyber Security and Int.SGPSSA
Lookwise S.L.	Sonae Investment ManagementSGPSSA
PCJ-Público Comunicação e JornalismoSA	Sonaecom-Sistemas Información España SL
Praesidium Services Limited	Sonaetelecom BV
Público - Comunicação Social SA	Tecnológica Telecomunicações Ltda
S21 Sec Brasil Ltda	We Do Consulting-Sist. de Informação SA
S21 Sec Ciber Seguridad S.A. de CV	We Do Poland Sp.Z.o.o.
S21 SEC Gestion S.A.	We Do Technologies (UK) Limited
S21 Sec Information Security Labs S.L.	We Do Technologies Americas Inc
S21 Sec México S.A. de CV	We Do Technologies Australia PTY Limited
S21 Sec S.A. de CV	We Do Technologies BV
Saphety - Transacciones Electronicas SAS	We Do Technologies BV - Sucursal Malaysia
Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ld	We Do Technologies Egypt LLC
Saphety Level - Trusted Services SA	We Do Technologies Mexico S. de RL
Sonaecom - Serviços Partilhados S.A	Wedo Brasil-Soluções InformáticasLtda



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS	
3shoppings - Holding, SGPS, SA	Centro Vasco da Gama Centro Comercial, SA
ACCIVE Insurance Cons. e Franchising, Lda	Chão Verde - Soc. de Gestão Imobiliária, SA
Accive Insurance - Corretor de Seguros, SA	Cinclus Imobiliária, SA
ADD Avaliações Eng. Aval. e Perícias, Lda	Citic Capital Sierra Limited
Adlands BV	Citic Capital Sierra Prop. Man. Limited
Aegean Park, SA	Citorres - Sociedade Imobiliária, SA
Agepan Eiweiler Management GmbH	Coimbrashopping Centro Comercial, SA
Agloma Investimentos, Sgps, S.A.	Colombo Towers Holding BV
ALEXA Administration GmbH	Companhia Térmica do Serrado, ACE
ALEXA Holding GmbH	Companhia Térmica Tagol, Lda.
ALEXA Shopping Centre GmbH	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
Algarveshopping - Centro Comercial, SA	Contibomba - Comérc. Distr. Combustíveis, SA
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	Contimobe - Imobiliária Castelo Paiva, SA
Arat Inmuebles, S.A.	Continente Hipermercados, SA
ARP Alverca Retail Park, SA	Country Club da Maia - Imobiliária, SA
Arrábidasshopping - Centro Comercial, SA	Craiova Mall BV
Aserraderos de Cuellar, SA	CTE - Central Termoeléct. do Estuário, Lda
Atelgen - Produção Energia, ACE	CUCUTA - Proyecto Cúcuta S.A.S.
Atlantic Ferries - Tráf. Loc. Flu. e Marít, SA	Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.
Avenida M-40 BV	Darbo SAS
Azulino Imobiliária, S.A.	Discovery Sports, SA
BA Business Angels, SGPS, SA	Distodo Distribui e Logist, Lda
BA Capital, SGPS	Dortmund Tower GmbH
BB Food Service, SA	Dos Mares Shopping Centre BV
Beeskow Holzwerkstoffe	Dos Mares Shopping Centre, SA
Beralands BV	Dreamia, B.V
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	Dreamia, Serv. de Televisão, SA
BIG Picture 2 Films	Ecociclo - Energia e Ambiente, SA
Bloco Q - Sociedade Imobiliária, SA	Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
Bom Momento - Restauração, S.A.	Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.
Canal 20 TV, SA	Empracine - E.Pro.Act. Cinem, Lda
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	Empreend. Imob. Quinta da Azenha, SA
Capwatt ACE, S.A.	Enerlousado - Recursos Energéticos, Lda.
Capwatt Colombo - Heat Power, S.A.	Equador & Mendes - Ag. Viagens e Tur., Lda
Capwatt Engenho Novo - Heat Power, S.A.	Estação Viana Centro Comercial, SA
Capwatt Hectare - Heat Power, ACE	Euroresinas - Indústrias Químicas, SA
Capwatt II - Heat Power, S.A.	Farmácia Selecção, SA
Capwatt III - Heat Power, S.A.	Fashion Division Canárias, SA
Capwatt Maia - Heat Power, S.A.	Fashion Division, S.A.
Capwatt Martim Longo - Solar Power, S.A.	Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA
Capwatt Vale do Caima - Heat Power, S.A.	Freccia Rossa - Shopping Centre, Srl
Capwatt Vale do Tejo - Heat Power, S.A.	Fundo de Invest. Imobiliário Fec. Imosede
CAPWATT, SGPS, S.A.	Fundo Esp. Inv. Imo. Fec. WTC
Carvemagere - Manut. e Energias Renov., Lda	Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop. Center
Casa da Ribeira - Sociedade Imobiliária, SA	Fundo Invest. Imobiliário Imosonae Dois
Cascaishopping Centro Comercial, SA	Fundo Invest. Imob. Shopp. Parque D. Pedro
Cascaishopping Holding I, SGPS, SA	Gaishopping I Centro Comercial, SA
CCCB Caldas da Rainha - Centro Comerc., SA	Gaishopping II Centro Comercial, SA
Centro Colombo Centro Comercial, SA	GHP GmbH
Centro Residencial da Maia, Urban., SA	Gli Orsi Shopping Centre 1, Srl



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS	
Glunz AG	Madeirashopping Centro Comercial, SA
Glunz Service GmbH	Maiashopping Centro Comercial, SA
Glunz UK Holdings Ltd	Maiequipa - Gestão Florestal, SA
Glunz Uka GmbH	Marcas MC, zRT
Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, SA	Marina de Tróia S.A.
Guimarãesshopping Centro Comercial, SA	Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,SA
Harvey Dos Iberica, SL	Martimope-Empreendimentos Turísticos, SA
Herco Consult.Risco Corret.Seguros, Ltda	Marvero-Expl.Hoteleira Imob.,SA
Herco Consultoria de Risco, S.A.	MDS - Corretor de Seguros, SA
HighDome PCC Limited	MDS Affinity-Sociedade de Mediação Lda
HighDome PCC Limited (Cell Europe)	MDS Africa SGPS, SA
Iberian Assets, SA	MDS Auto - Mediação de Seguros, SA
Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	Mds Knowledge Centre, Unipessoal, Lda
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	MDS Malta Holding Limited
Imoarea - Invest. Turísticos, SGPS, SA	MDS RE - Mediador de resseguros
Imobeauty, SA	MDS, SGPS, SA
Imoclub-Serviços Imobiliários, SA	Megantic BV
Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	MJB-Design, Lda
Imodivor - Sociedade Imobiliária, SA	MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	Modalfa - Comércio e Serviços, SA
Imohotel-Emp.Turísticos Imobiliários,SA	Modalloop - Vestuário e Calçado, SA
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.
Imopenínsula - Sociedade Imobiliária, SA	Modelo Continente Hipermercados, SA
Imoplamac Gestão de Imóveis, SA	Modelo Continente International Trade,SA
Imoponte - Sociedade Imobiliária, SA	Modelo Hiper Imobiliária, SA
Imoresort - Sociedade Imobiliária, SA	Modelo.com-Vendas por Correspondência,SA
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,SA
Imosedas - Imobiliária e Serviços, SA	Movimento Viagens-Viag.e Turismo S.U.Lda
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	MSTAR, SA
Impaper Europe GmbH	Münster Arkaden BV
Implantação - Imobiliária, S.A.	Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV
Infofield - Informática, SA	Norteshopping Centro Comercial, SA
Inparvi SGPS, SA	NOS Açores Comunicações, S.A.
Interlog-SGPS, SA	NOS Communications S.à.r.l.
Ioannina Develop.of Shopping Centres, SA	NOS Comunicações, S.A.
Isoroy SAS	NOS Inovação S.A.
ITRUST - Cyber Security and Intellig.,SA	NOS Lusomundo Audiovisuais, S.A.
Land Retail BV	NOS Lusomundo Cinemas, S.A.
Larim Corretora de Resseguros, Ltda	NOS Lusomundo TV Lda
Larissa Develop. of Shopping Centers, SA	NOS Madeira Comunicações, S.A.
Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros, SA	NOS SISTEMAS ESPAÑA, S.L.
Le Terrazze - Shopping Centre 1, Srl	NOS Sistemas, S.A.
Libra Serviços, Lda	NOS Technology - Conceção, Const. e Gestão Redes Com.,S.A.
Loop 5 Shopping Centre GmbH	NOS TOWERING - Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.
Lusomundo España, SL	NOS, SGPS, S.A.
Lusomundo Imobiliária 2, SA	NOSPUB Publicidade e Conteúdos, S.A.
Lusomundo Moçambique, Lda	Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T,Lda
Lusomundo Soc. Inv. Imob. SA	Nova Equador P.C.O. e Eventos, S.U., Lda
Luz del Tajo BV	Novodecor (PTY), LTD
Luz del Tajo Centro Comercial, SA	OSB Deutschland GmbH



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS	
Pantheon Plaza BV	Raso, SGPS, SA
Paracentro - Gestão de Galerias Com., SA	River Plaza BV
Pareuro BV	River Plaza Mall, Srl
Park Avenue Develop.of Shop. Centers, SA	Ronfegen-Recursos Energéticos, Lda.
Parklake Shopping, SA	RSI Corretora de Seguros, Ltda
Parque Atlântico Shopping-C.Comerc., SA	S.C. Microcom Doi Srl
Parque D. Pedro 1 BV	SC Aegean BV
Parque de Famalicão - Empreend.Imob., SA	SC Finance BV
Pátio Boavista Shopping, Ltda	SC For-Serv.Form.e Desenv.R.H.,Unip.,Lda
Pátio Campinas Shopping, Ltda	SC Hospitality, SGPS, S.A.
Pátio Goiânia Shopping, Ltda	SC, SGPS, SA
Pátio Londrina Empreend.e Particp.,Ltda	SC-Consultadoria,SA
Pátio São Bernardo Shopping Ltda	SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,SA
Pátio Sertório Shopping Ltda	SDSR - Sports Division SR, S.A.
Pátio Uberlândia Shopping Ltda	Selifa-Soc. de Empreend. Imobiliários,SA
Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA	Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	Sesagest - Proj. Gestão Imobiliária, SA
Plaza Eboli - Centro Comercial, SA	Sete e Meio - Invest. Consultadoria, SA
Plaza Mayor Parque de Ócio BV	Shopping Centre Colombo Holding BV
Plaza Mayor Parque de Ocio, SA	Shopping Centre Parque Principado BV
Plaza Mayor Shopping BV	SIAL Participações, Lda
Plaza Mayor Shopping, SA	Sierra Asia Limited
Poliface North America	Sierra Berlin Holding BV
Ponto de Chegada - Soc. Imobiliária, SA	Sierra Brazil 1 BV
Porturbe-Edifícios e Urbanizações,SA	Sierra Cevital Shopping Center, Spa
Praedium - Serviços, SA	Sierra Corporate Services Holland BV
Praedium II - Imobiliária, SA	Sierra Developments Holding BV
Praedium SGPS, SA	Sierra Developments, SGPS, SA
Predicomercial - Promoção Imobiliária,SA	Sierra European R.R.E. Assets Hold. BV
Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA	Sierra Germany GmbH
Prédios Privados Imobiliária, SA	Sierra GP, Limited
Predisedas - Predial das Sedas, SA	Sierra Greece, SA
Project SC 1 BV	Sierra Investimentos Brasil Ltda
Project Sierra 10 BV	Sierra Investments (Holland) 1 BV
Project Sierra 11 BV	Sierra Investments (Holland) 2 BV
Project Sierra 12 BV	Sierra Investments Holding BV
Project Sierra 2 BV	Sierra Investments SGPS, SA
Project Sierra 8 BV	Sierra Italy, Srl
Project Sierra Cúcuta BV	Sierra Management, SGPS, SA
Project Sierra Four Srl	Sierra Portugal, SA
Project Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH	Sierra Project Nürnberg BV
Project Sierra Germany 4 (four)-S.C.GmbH	Sierra Real Estate Greece BV
Project Sierra Spain 1 BV	Sierra Romania Sh. Centers Services Srl
Project Sierra Spain 2 - C.Comercial, SA	Sierra Services Holland 2 BV
Project Sierra Two Srl	Sierra Solingen Holding GmbH
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Spain Shop. Centers Serv., S.A.U.
QCE-Desenv. e Fabrico de Equipamentos,SA	Sierra Turkey Gayrim.Yön.P.Dan.An.Sirket
Racionaliz. y Manufact.Florestales,SA	Sierra Zenata Project BV
Raso - Viagens e Turismo, SA	SII - Soberana Invest. Imobiliários, SA
RASO II-Viagens e Turismo,Unipessoal Lda	SISTAVAC, S.A.



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS	
SISTAVAC, SGPS, S.A.	Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,SA
SISTAVAC-Sistemas HVAC-R do Brasil, Ltda	Sport TV Portugal, SA
Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,SA	Sport Zone Canárias, SL
Société de Tranchage Isoroy SAS.	Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	Sport Zone spor malz.per.satis ith.ve ti
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	Spred, SGPS, SA
Soconstrução BV	SSI Angola, S.A.
Soflorin BV	Tableros Tradema,S.L.
Soira-Soc.Imobiliária de Ramalde,SA	Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas,SL
Solinca - Health & Fitness, SA	Tafibra South Africa (PTY) Ltd.
Solinca-Investimentos Turísticos,SA	Tafibra Suisse, SA
Solinfitness - Club Malaga, S.L.	Tafisa Canadá Societé en Commandite
Solingen Shopping Center GmbH	Tafisa Développement
Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,SA	Tafisa France, SA
Somit Imobiliária, SA	Tafisa UK,Ltd
Sonae Capital Brasil, Lda	Tafisa-Tableros de Fibras, SA
Sonae Capital, SGPS, SA	Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos,SL
Sonae Center Serviços II, SA	Teconologias del Medio Ambiente,SA
Sonae Financial Services, S.A.	Teliz Holding B.V.
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,SA	Têxtil do Marco, SA
Sonae Indústria - Management Services,SA	The Artist Porto Hot.&Bistrô-Act.Hot.,SA
Sonae Industria (UK),Ltd	Tlantic BV
Sonae Industria de Revestimentos,SA	Tlantic Portugal - Sist.de Informação,SA
Sonae Indústria-SGPS,SA	Tlantic Sistemas de Informação, Ltda
Sonae Investimentos, SGPS, SA	Tool GmbH
Sonae Investments BV	Torre Ocidente Imobiliária, SA
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	Torre São Gabriel Imobiliária, SA
Sonae Novobord (PTY) Ltd	Troia Market-Supermercados, S.A.
Sonae RE, S.A.	Troia Natura, S.A.
Sonae Retalho España-Serv.Generales, SA	Troiaresort-Investimentos Turísticos, SA
Sonae SGPS, SA	Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,SA
Sonae Sierra Brasil, SA	Unishopping Consultoria Imobiliária,Ltda
Sonae Sierra Brazil, BV / SARL	UPK-Gestão de Facilities e Manutenção,SA
Sonae Sierra, SGPS, SA	Upstar Comunicações SA
Sonae Specialized Retail, SGPS, SA	Urbisedas-Imobiliária das Sedas,SA
Sonae SR Malta Holding Limited	Valor N, SA
Sonae Tafibra Benelux, BV	Via Catarina Centro Comercial, SA
Sonae Turismo, SGPS, S.A.	Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.
Sonaecenter Serviços, SA	Vistas do Freixo-Emp.Tur.Imobiliários,SA
Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos	Vuelta Omega, S.L.
Sonaerp - Retail Properties, SA	Weierstadt Shopping BV
SONAESR - Serviços e logística, SA	Worten - Equipamento para o Lar, SA
Sondis Imobiliária, SA	Worten Canárias, SL
Sontel BV	Worten España Distribución, SL
Sontur BV	ZAP Cinemas, S.A.
Sonvecap BV	ZAP Media S.A.
Sopair, S.A.	ZAP Publishing, S.A.
Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist	Zenata Commercial Project S.A.
Soternix-Produção de Energia, ACE	Zippy - Comércio e Distribuição, SA
Spanboard Products,Ltd	Zippy - Comercio y Distribución, SA
SPF - Sierra Portugal	Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti
Spinarq Moçambique, Lda	ZON Finance BV
Spinarq-Engenharia,Energia e Ambiente,SA	Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, SA
Spinveste - Promoção Imobiliária, SA	ZYEvolution-Invest.Desenv.,SA

RELATÓRIO
& CONTAS
2015

6

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

6. Declaração do Conselho de Administração

Nos termos do Artº 245, 1, al.c) do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto e do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, do ativo e do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado e individual do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Antonio Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

RELATÓRIO
& CONTAS
2015

7

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE
CONTAS,
E RELATÓRIO
DE AUDITORIA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

E

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 da SONAECOM, S.G.P.S., S.A. ("Empresa"), as quais compreendem os Balanços consolidado e individual em 31 de dezembro de 2015 (que evidenciam um activo total de 1.092.669.865 Euros e 1.075.665.618 Euros, respectivamente e um capital próprio consolidado e individual de 1.025.217.574 Euros e 1.073.920.645 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 34.610.042 Euros e um resultado líquido individual de 34.389.062 Euros), as Demonstrações consolidadas e individuais dos Resultados por Naturezas, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e o rendimento integral consolidados e individuais das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados e rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Página 2 de 2

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da SONAECOM, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2015, os resultados e o rendimento integral consolidado e individual das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais do exercício e o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 28 de março de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral

RELATÓRIO
& CONTAS
2015

8

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Sonaecom, SGPS,SA

Aos Senhores Acionistas

1 – Relatório

1.1 – Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e de acordo com os termos do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a ação fiscalizadora realizada e, bem assim, o parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1.2 – Fiscalização

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou nos termos da sua competência a gestão da sociedade e das suas participadas, analisou a evolução dos negócios, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira e a observância dos normativos legais e estatutários, tendo efetuado reuniões com a periodicidade trimestral, nas quais, contou com a presença da administração, de responsáveis dos departamentos administrativo e financeiro, do planeamento e controlo de gestão, da tesouraria e finanças e de elementos da auditoria interna. Reuniu, ainda, com o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo no sentido de obter todas as informações e esclarecimentos sobre o processo de planeamento bem como em relação à natureza e conclusões dos relatórios sobre as auditorias realizadas. Adicionalmente, participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório e as contas do exercício.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram a evolução da atividade expressa nas demonstrações financeiras e exerceu as suas competências quanto às qualificações e independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo e, nestes termos, analisou, em termos favoráveis, a prestação de serviços adicionais aos de auditoria e garantia de fiabilidade.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou os Balanços individual e consolidado, as Demonstrações individual e consolidada dos resultados, dos fluxos de caixa, do rendimento integral, das alterações do capital próprio e os correspondentes anexos, em relação ao exercício económico em apreço.

O conselho fiscal apreciou o Relatório do Governo da Sociedade, anexo ao Relatório de Gestão relativo às demonstrações financeiras consolidadas, nos termos e para os efeitos do nº5 do art. 420º do Código das Sociedades Comerciais, tendo analisado que o mesmo contém os elementos referidos no art. 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.



Adicionalmente, o Conselho Fiscal procedeu à análise do Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparados pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação e procedeu à apreciação da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, emitido pelo Revisor Oficial de Contas que mereceu o seu acordo.

Refere-se nos termos do regulamento do Conselho Fiscal a apreciação do processo desenvolvido para a seleção do Auditor Externo para o próximo mandato, a análise de operações entre partes relacionadas e, ainda, à avaliação das condições de funcionamento do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno.

2 - Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

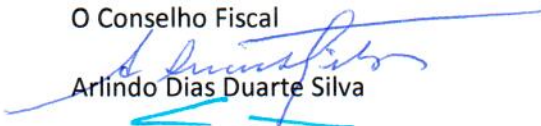
- a) O relatório de gestão, as demonstrações individual e consolidada da posição financeira, dos resultados, do rendimento integral, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.
- b) A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3- Declaração de responsabilidade

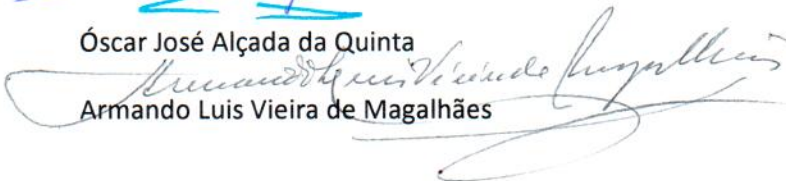
De acordo com o disposto no art. 8º, nº1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº5/2008 e nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art. 245º do Código dos Valores Mobiliários declaramos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonaecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonaecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se declara que o relatório sobre o governo da sociedade cumpre o disposto no art. 245º -A do Código dos Valores Mobiliários.

Maia, 28 de março de 2016

O Conselho Fiscal


Arlindo Dias Duarte Silva

Óscar José Alçada da Quinta


Armando Luis Vieira de Magalhães

A Sonaecom SGPS está admitida à negociação na Euronext Stock Exchange.
Informação sobre a sociedade pode também ser consultada na Reuters através do símbolo SNC.LS e na Bloomberg através do símbolo SNC:PL.

ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas atuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de fatores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação do setor das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificadas por palavras tais como "acredita", "espera", "antecipa", "projeta", "procura", "estima", "futuro" ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as nossas expectativas atuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os utilizadores deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projetados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Não assumimos nenhuma obrigação de atualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no website da Sonaecom

www.sonae.com

Contacto para os Investidores

investor.relations@sonae.com

Tlf: +351 22 013 23 49